

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SISTEMAS EDUCACIONAIS

**O QUE DIZEM OS NÚMEROS SOBRE AS CRIANÇAS MATRICULADAS NAS
CRECHES BRASILEIRAS (2007 / 2011)**

Cíntia Moura de Almeida Antônio

Brasília, julho de 2013



Cíntia Moura de Almeida Antônio

**O QUE DIZEM OS NÚMEROS SOBRE AS CRIANÇAS MATRICULADAS NAS
CRECHES BRASILEIRAS (2007 / 2011)**

Dissertação apresentada como exigência parcial do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Brasília na Linha de Pesquisa: Gestão de Políticas Públicas e Sistemas Educacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fernanda Müller

Brasília, julho de 2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1010419.

Antônio, Cíntia Maura de Almeida.
A635d O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas creches brasileiras (2007/2011) / Cíntia Maura de Almeida Antônio. -- 2013.
185 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Mestrado Profissional em Educação, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Fernanda Müller.

1. Educação de crianças. 2. Creches. 3. Educação pré-escolar. 4. Censo escolar. I. Müller, Fernanda.

II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SISTEMAS EDUCACIONAIS

**O QUE DIZEM OS NÚMEROS SOBRE AS CRIANÇAS MATRICULADAS NAS
CRECHES BRASILEIRAS (2007 / 2011)**

Brasília, 22 de julho de 2013.

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Fernanda Müller
Faculdade de Educação
Universidade de Brasília – UnB
(Orientadora)

Prof. Dr. Joaquim José Soares Neto
Instituto de Física
Universidade de Brasília – UnB
(Membro Titular)

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Faculdade de Educação
Universidade de Brasília – UnB
(Membro Titular)

Prof. Dr. José Vieira de Sousa
Faculdade de Educação
Universidade de Brasília – UnB
(Suplente)

Dedico esse trabalho aos meus filhos Augusto Gabriel e Sofia Helena, usuários de creche no Distrito Federal, para que um dia, as estatísticas sobre essa etapa de educação reflitam o integral atendimento aos direitos da criança pequena no Brasil.

AGRADECIMENTOS

À DEUS que me capacitou e deu forças para continuar quando eu não acreditava que conseguiria.

Ao Inep pela oportunidade concedida, sobretudo pelo apoio financeiro.

À minha orientadora Fernanda Müller pela paciência e disponibilidade, por todos os ensinamentos, pela condução de meu trabalho e acima de tudo, pelo constante incentivo na superação de meus limites.

Ao meu marido Antonio Neto, pelo amor, amparo e compreensão; mas acima de tudo, por ter sido tão companheiro no cuidado dos nossos filhos durante tantas noites e finais de semana, especialmente nesse último ano, quando minha ausência se fez frequente.

Aos meus amados filhos Augusto e Sofia, que com a força de seus sorrisos, mesmo sem saber, me dão ânimo e coragem para permanecer firme.

Às minhas irmãs Ketna e Nuzyare, minhas melhores amigas, que sempre se mostraram disponíveis em me ajudar e que comigo compartilharam angústias e êxitos durante o mestrado.

Aos meus pais, que sempre torceram e acreditaram em mim.

Aos meus superiores Liliane e Moreno, pela compreensão, motivação e auxílio recebido, especialmente pela oportunidade de fruição de licença para elaboração de parte deste trabalho.

Às minhas amigas de trabalho Michele, Luciana e “chefia” (Carla) por todo apoio e ensinamentos estatísticos, pela alegria e amizade.

À Vanessa Néspoli, a melhor estatista que conheço, pelo auxílio com os dados do IBGE.

À minhas amigas do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância – GIPI: Michelle, Angélica, Marina, Rhaisa e Lucélia pelas discussões teóricas e pela amizade.

Aos meus professores do mestrado: Albertina Mitjans, Maria Abádia, José Vieira, Bernardo Kipnis e Marília Fonseca, por toda instrução e desafio que me fizeram crescer e aprender.

A todos os companheiros da turma do mestrado profissional com quem aprendi em debates, discussões e trocas de conhecimento, mas especialmente à Beronicy Farias e Monalisa Ogliari, por tornarem a caminhada mais fácil.

A todos os meus familiares e amigos, que me ajudaram e me estimularam cada um à sua maneira.

ANTÔNIO, Cíntia Moura de Almeida. **O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas creches brasileiras (2007/2011)**. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Email: cintia.moura@inep.gov.br

RESUMO

No Brasil, creches e pré-escolas constituem a Educação Infantil e, juntas, compõem a primeira etapa da Educação Básica. De acordo com a legislação vigente, creches devem ser frequentadas por crianças de 0 a 3 anos, enquanto pré-escolas são voltadas às crianças de 4 e 5 anos, sendo esta última obrigatória. O presente trabalho analisa os dados sobre as crianças brasileiras que frequentam creches nas 27 unidades federativas, incluindo as zonas urbana e rural e as instituições públicas e privadas, nos anos de 2007 e 2011. A pesquisa aplica o método estatístico para analisar dados extraídos do Censo Escolar (Inep, 2007, 2011), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2007, 2011) e do Censo Demográfico (IBGE, 2010). A creche é a etapa de educação que mais cresce no Brasil, sendo garantida em grande parte pelos municípios, entretanto, a oferta e a abrangência é muito menor para as crianças na zona rural. A análise mostra que 12,8% das crianças brasileiras de 0 a 3 anos encontram-se atendidas em creches e que quanto maior é a renda familiar *per capita* maior é a chance de a criança frequentar tal instituição. Das crianças brancas, que são maioria no Brasil (49%), apenas 18% frequentam creches, enquanto as negras, que representam 4,5% da população de 0 a 3 anos, apresentam o maior percentual de frequência, 18,9%. Outra constatação diz respeito ao gênero: meninos e meninas frequentam essas instituições de maneira análoga, e a maioria permanece em creches em tempo integral. Um resultado que merece atenção refere-se à idade pontual das crianças que frequentam creches em relação à população por idade pontual: o maior percentual delas (28,3%) têm 3 anos de idade, 15,6% têm 2 anos, e o menor quantitativo refere-se aos bebês com até de 1 ano (3,4%). Também merece atenção a média de crianças por docente, que no país é de 11,9, enquanto a média de crianças por turma é 15,2. O estudo evidencia a necessidade de ampliar o quantitativo de vagas em creches públicas, considerando, sobretudo, que o percentual de crianças atendidas é baixo especialmente entre as crianças pertencentes a família de menor renda.

Palavras chave: Educação Infantil. Creche. Criança pequena. Dados quantitativos. Análise estatística.

ABSTRACT

In Brazil, nurseries and pre-schools are the kindergarten and together they make up the first stage of basic education. In accordance with the law, nurseries may be attended by children with 0 to 3 years, while pre-schools are compulsory for children aged 4 to 5 years. This article analyzes data from Brazilian children attending nurseries in the 27 federal states, including urban and rural, public and private institutions, in the years 2007 and 2011. The research applies statistical methods to analyze data from the Censo Escolar (Inep, 2007, 2011), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2007, 2011) and Censo Demográfico (IBGE, 2010). The nursery is the stage of education that is the fastest growing in Brazil, being largely subsidized by municipalities. However, supply and coverage is much lower in rural areas. The analysis shows that 12.8% of Brazilian children from 0 to 3 years old attend in nurseries and that the higher the household income, the greater the chance of a child attending this institution. Of the white children, who are the majority in Brazil (49%), only 18% attend nurseries, while black children, representing 4.5% of the population 0-3 years old have the highest percentage of frequency in nurseries, 18.9%. Another finding relates to gender: boys and girls attend these institutions similarly, and most of them remain in nurseries for a full time. A result that deserves attention relates to the age point of children attending nurseries in relation with the population age point: most of them (28.3%) have 3 years old, 15.6% have two years old, and lower levels refers to babies up to 1 year (3.4%). Also deserves attention the average number of children per teacher, in Brazil is 11.9, while the average number of children per class is 15.2. The study highlights the need to increase the amount of vacancies in public nurseries, considering, especially, that the percentage of poor children attending daycare is low.

Keywords: Early Childhood Education, nursery, child, quantitative data, statistical analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BCE – Biblioteca Central da UnB

CEB – Câmara de Educação Básica

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNE – Conselho Nacional de Educação

DNC – Departamento Nacional da Criança

EC – Emenda Constitucional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EDUCACENSO – Censo Escolar da Educação Básica, realizado por meio de Sistemas informatizados.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

IPAI - Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LBA - Lei da Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

OMEP - Organização Mundial para Educação Pré-escolar

ONG - Organização Não Governamental.

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio.

PNE - Plano Nacional de Educação.

PPV – Pesquisa sobre Padrões de Vida.

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SEEC - Serviço de Estatística e da Educação e Cultura.

SEINF - Secretaria de Informática do Ministério da educação.

SEPLAN - Secretaria de Planejamento.

SIED - Sistema Integrado de Informações Educacionais.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Dependências Administrativas da Educação Básica.....	103
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Taxa de frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos e percentual da faixa de rendimento mensal domiciliar per capita, segundo a Unidade da Federação - 2007/2010.....	87
Tabela 2 - Evolução do número de matrículas na Educação Básica por modalidade de ensino e etapa de ensino - Brasil - 2007-2011.....	94
Tabela 3 - Número de matrículas e variação percentual das matrículas na creche - Brasil e Unidades da Federação 2007/2011.....	98
Tabela 4 - Percentual de matrículas na creche por dependência administrativa - Brasil e Unidades da Federação 2007/2011.....	106
Tabela 5 - Percentual de matrículas na creche por localização, segundo as Unidades da Federação 2007/2011.....	116
Tabela 6 - Percentual de matrículas na creche por localização e quintil de renda - Brasil e Unidades da Federação 2011.....	118
Tabela 7 - Percentual de matrículas na creche por duração do turno e dependência administrativa - Brasil 2007/2011.....	123
Tabela 8 - Número absoluto da população de 0 a 10 anos, número de alunos matriculados na creche por idade pontual e percentual de frequência à creche - Brasil 2007/2010.....	132
Tabela 9 - Número de docentes na creche, média de crianças por turma e de crianças por docentes, segundo a Unidade da Federação - Brasil 2007/2010.....	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro explicativo da Taxa de frequência à creche.....	74
Quadro 2: Quadro explicativo da análise de Frequência e Renda <i>per capita</i>	83
Quadro 3: Número de escolas que apresentaram aumento e diminuição na taxa de frequência à creche no período de 2007/2010 por faixas de renda.....	89
Quadro 4: Quadro explicativo da Tabela de Evolução do Número de Matrículas na Educação Básica por Modalidade e Etapa de Ensino.....	92
Quadro 5: Esquema da Educação Básica no Brasil.....	93
Quadro 6: Quadro explicativo da Tabela com o número de matrículas e variação percentual das matrículas na Creche.	96
Quadro 7: Ordem de crescimento da variação percentual da matrícula da creche por UF...100	
Quadro 8: Quadro explicativo da Tabela de Percentual de Matrículas na Creche por Dependência Administrativa e Localização.....	103
Quadro 9 Quadro explicativo da tabela de percentual de matrículas na creche por duração do turno e dependência administrativa..	120
Quadro 10: Quadro explicativo sobre a idade das crianças que frequentam creches.....	128
Quadro 11: Quadro explicativo sobre a raça/cor das crianças que frequentam creches.....	141
Quadro 12: População de crianças de 0 a 3 anos ordenada de acordo com a participação percentual por raça/cor na população - Brasil 2007/2010.....	145
Quadro 13: População de crianças de 0 a 3 anos ordenada de acordo com a taxa de matrículas em cada cor/raça na creche - Brasil 2010.....	145
Quadro 14: Número de Estados que apresentaram aumento e diminuição no percentual de representação da população de 0 a 3 anos no período de 2007 até 2010 - Brasil	148
Quadro 15: Quadro explicativo da análise percentual de matrículas por Gênero.....	154
Quadro 16: Quadro explicativo da tabela de média de aluno por docente e por uma turma.....	158

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** População Residente, matrículas na creche de 0 a 3 anos e taxa de frequência à creche - Brasil 2007/2010..... 76
- Gráfico 2:** População Residente de 0 a 3 anos, matrículas na creche e taxa de frequência à creche, segundo as Unidades da Federação - 2007..... 77
- Gráfico 3:** População Residente de 0 a 3 anos, matrículas na creche e taxa de frequência à creche, segundo as Unidades da Federação - 2010..... 78
- Gráfico 4:** Taxa de frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos e percentual da faixa de rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil 2007/ 2010..... 86
- Gráfico 5:** Taxa de frequência à creche por faixa de rendimento mensal domiciliar per capita, segundo o Brasil e as Unidades da Federação - 2007..... 90
- Gráfico 6:** Taxa de frequência à creche por faixa de rendimento mensal domiciliar per capita, segundo o Brasil e as Unidades da Federação - 2010.....90
- Gráfico 7:** Distribuição percentual de matrículas na creche por dependência administrativa e localização , segundo o Brasil e as Unidades da Federação - 2007..... 109
- Gráfico 8:** Distribuição percentual de matrículas na creche por dependência administrativa e localização , segundo o Brasil e as Unidades da Federação - 2011..... 110
- Gráfico 9:** Distribuição percentual de matrículas na creche por duração do turno e dependência administrativa - Brasil - 2007/2011. 124
- Gráfico 10:** Distribuição percentual de matrículas na creche por duração do turno e dependência administrativa, segundo o Brasil e as Unidades da Federação - 2007..... 125
- Gráfico 11:** Distribuição percentual de matrículas na creche por duração do turno e dependência administrativa, segundo o Brasil e as Unidades da Federação - 2011.....125
- Gráfico 12:** Frequência à creche por idade - Brasil e Unidades da Federação - 2007..... 134
- Gráfico 13:** Frequência à creche por idade - Brasil e Unidades da Federação -2010..... 134
- Gráfico 14:** Percentual da população branca e matrículas de 0 a 3 anos na creche, segundo o Brasil e as Unidades da Federação - 2007/2010.....143
- Gráfico 15:** Percentual da população negra (pretos e pardos) e matrículas de 0 a 3 anos na creche, segundo o Brasil e as Unidades da Federação - 2007/2010..... 143
- Gráfico 16:** Percentual de crianças da população branca de 0 a 3 anos matriculadas em creches, segundo a Unidade da Federação - 2007/2010..... 148

Gráfico 17: Percentual de crianças da população preta de 0 a 3 anos matriculadas em creches, segundo a Unidade da Federação - 2007/2010.....	149
Gráfico 18: Percentual de crianças da população parda de 0 a 3 anos matriculadas em creches, segundo a Unidade da Federação - 2007/2010.....	150
Gráfico 19: Percentual de crianças da população amarela de 0 a 3 anos matriculadas em creches, segundo a Unidade da Federação - 2007/2010.....	150
Gráfico 20: Percentual de crianças da população indígena de 0 a 3 anos matriculadas em creches, segundo a Unidade da Federação - 2007/2010.....	151
Gráfico 21: Percentual de matrículas de 0 a 3 anos na creche por sexo - Brasil e Unidades da Federação - 2007.....	156
Gráfico 22: Percentual de matrículas de 0 a 3 anos na creche por sexo - Brasil e Unidades da Federação - 2010.....	156
Gráfico 23: Média de crianças por turma, segundo Unidade da Federação – 200.....	163
Gráfico 24: Média de crianças por docentes, segundo Unidade da Federação - 2007/2010.....	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
DELINEAMENTO DO ESTUDO.....	23
CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO	27
1.1 BREVE HISTÓRIA DA CRECHE	34
1.2 CRECHE E INFÂNCIA.....	46
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	50
2.1 AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	56
2.2 DIFERENÇAS METODOLÓGICAS ENTRE O CENSO ESCOLAR E O CENSO POPULACIONAL EM RELAÇÃO AOS DADOS DE COBERTURA DA CRECHE.....	63
CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DADOS.....	69
3.1. DADOS DA POPULAÇÃO E TAXA DE FREQUÊNCIA À CRECHE NOS ESTADOS BRASILEIROS.	70
3.1.1 Dados de frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos e rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	80
3.1.2 Matrículas da creche em relação à Educação Básica	92
3.1.3 Variação percentual do quantitativo de matrículas na creche	96
3.2 AS CONDIÇÕES DE OFERTA DA CRECHE NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, NO CAMPO E NA CIDADE.....	101
3.2.1 Oferta da creche nas localizações urbana e rural.....	113
3.2.2 Creche por duração do turno	120
3.3 AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E AS CARACTERÍSTICAS DAS TURMAS DAS CRIANÇAS DA CRECHE.....	128
3.3.1 A idade das crianças que frequentam creches	128
3.3.2 A questão da raça/cor na creche	139
3.3.3 O gênero na creche	153
3.3.4 O quantitativo de crianças por docente e de crianças por turma na creche.....	158

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
APÊNDICE.....	185

INTRODUÇÃO

O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas creches brasileiras (2007 / 2011) apresenta uma análise estatística dos dados sobre as crianças matriculadas em creches, considerando a coleta anual dos dados da educação no país produzida pelo órgão oficial que a realiza, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Esse corte histórico justifica-se por dois motivos: foi no ano de 2007 que o Censo Escolar passou a coletar os dados sobre a Educação Básica através de um Sistema *on line*, já que, anteriormente, o processo era feito por coleta em papel. O ano de 2011 foi escolhido como limite para a análise, considerando que os resultados oficiais do Censo Escolar de 2012 foram divulgados em março de 2013, período em que este estudo já estava em desenvolvimento.

Saliento que serão manipulados os dados dos anos de 2007 e 2011, e, em alguns casos, os de 2010, desconsiderando, portanto, os anos intermediários, isto é, 2008 e 2009, visto que eles apresentam oscilações percentuais ínfimas, não oferecendo mudanças extremas ou relevantes para o contexto da análise, que justifiquem uma apuração da série histórica completa.

Com base nas informações produzidas pelo Censo Escolar da Educação Básica (Educacenso¹) do Inep, esses dados serão analisados de forma individualizada e, também, comparados com os dados produzidos pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio - PNAD (2007, 2011), e pelo Censo Demográfico (2010), realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta forma, trata-se de uma pesquisa essencialmente de caráter exploratório, que se valerá de dados secundários² das referidas bases de dados.

Os números produzidos pelo Educacenso, quando tratados, analisados e comparados com a base de dados da população, produzidos pelo IBGE, poderão ser úteis, na medida em

¹ Até 2006 o Censo Escolar era preenchido em formulário de papel pelas escolas e enviado para a Secretaria de Educação que posteriormente transmitia essas informações para o Inep, via Correios. Desde 2007, com o advento do Educacenso, a escola preenche o Censo Escolar *on line* através de um sistema informatizado denominado Educacenso.

² Segundo Barbeta (2011, p. 28) “Dados secundários são dados de fontes que já existem”, e, no caso dessa pesquisa, serão utilizados e manipulados predominantemente os dados do Banco de Dados do Educacenso.

que retratam a situação da oferta das creches ou da falta delas, dando visibilidade aos dados acerca dessa temática. Cabe destacar, no entanto, que essas informações são relativamente novas na história da educação nacional.

O objeto de pesquisa são os dados estatísticos das matrículas da creche em todos os Estados e no Distrito Federal, que foi definido a partir da necessidade de retratar estatisticamente os dados da criança pequena matriculada nessa etapa de educação. O estudo abrangerá os anos de 2007 e 2011. É importante advertir que em algumas análises opta-se por utilizar os dados de 2010, considerando que este foi o último ano de ocorrência do censo demográfico do IBGE.

Pesquisas baseadas em dados quantitativos podem contribuir para a compreensão mais apurada acerca da realidade da Educação Infantil, especialmente da creche, e embora tenham limites, podem fornecer informações seguras e objetivas. Sampaio (2011, p. 66) assevera que os dados estatísticos são extremamente importantes para subsidiar políticas públicas e que os números são indissociáveis do diagnóstico educacional, e afirma:

Para que as políticas públicas possam ser bem desenhadas, não se pode prescindir o diagnóstico. A estatística educacional é instrumento valioso para o conhecimento das características e dos atributos dos diferentes atores educacionais (escolas, alunos, professores, etc.), como também dos relacionamentos entre eles. É a partir das estatísticas, traduzidas por indicadores, modelos explicativos, modelos preditivos e, até mesmo, por estatísticas descritivas mais simples, mas não menos importantes, que os gestores podem construir bases para as políticas públicas fundamentadas em diagnóstico.

O que se observa na Educação Infantil e, especialmente na creche, é a ausência de análises comparativas que consideram dados quantitativos. É importante ressaltar que certos aspectos, tendências, eventos e ocorrências só podem ser verificados através da análise do fenômeno para que se possam qualificar as informações através dos dados quantitativos. Por exemplo, como é possível afirmar que a oferta de vagas na creche é insuficiente para atender a demanda? Como é possível direcionar uma política pública voltada para determinado Estado, raça/cor ou idade em detrimento de outro sem comparar dados e informações?

Outros questionamentos simples, nem por isso irrelevantes, também podem ser apontados por meio de uma análise estatística. Em relação às crianças que frequentam creches, pretende-se analisar os seguintes dados: sexo predominante, idade, cor/raça, se

permanecem na creche em tempo integral ou meio período, e se pertencem ao quintil³ mais rico ou ao mais pobre em cada localização de residência.

A importância desse estudo reside, sobretudo, no esforço de análise estatística que retrate a criança usuária da creche, o que atualmente é incipiente na Educação Infantil. Um conhecimento melhor acerca dos dados sobre as crianças usuárias da creche pode informar e auxiliar as políticas de atendimento, além disso, podem informar sobre a criança para além das instituições que frequentam, como um sujeito de direito, e avaliar as condições em que são atendidas, ou o quanto estão sendo negligenciadas em termos de oferta de vagas.

Entretanto, mais do que saber a média de crianças existentes em cada turma ou a razão criança/docente, é importante analisar o impacto desse quantitativo para o real atendimento às necessidades de cuidado e educação dessa criança; analisar o tempo que elas permanecem nessas instituições também pode levantar questões sobre o quanto a permanência na creche influencia nos aspectos físicos e emocionais da criança. Esses exemplos ratificam a importância desse estudo para a área Educação Infantil, considerando que ele poderá, pelo menos, fortalecer ou subsidiar o debate sobre as crianças matriculadas em creches no país.

No que tange às informações acerca das famílias das crianças matriculadas em creches, pretende-se responder, em cada Estado, por meio de algumas faixas de renda *per capita* se essas crianças pertencem às famílias sem qualquer tipo de rendimento, o que pode coincidir com aquelas em pobreza extrema⁴, até aquelas que recebem mais de 5 salários mínimos *per capita*; cabe interrogar: em que faixa de renda estão concentradas as famílias das crianças matriculadas em creche?

Também serão analisados em cada Estado e no Distrito Federal se o quantitativo de matrículas está concentrado na rede pública ou privada, e se o comportamento da oferta é homogêneo em todo país, demonstrando se esse quantitativo é suficiente para atender à população-alvo, o que será realizado através da comparação com as estatísticas populacionais para a faixa etária de 0 a 3 anos.

³ Quintil é qualquer um dos valores de uma variável que divide o seu conjunto ordenado em cinco partes iguais. O primeiro quintil (designado por $Q_{1/5}$) = é o valor até ao qual se encontra 20% da amostra ordenada, cerca de 20% dos dados abaixo dele.

⁴ Em Nota Técnica publicada em 02 de maio de 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), define que “a linha de extrema pobreza foi estabelecida em R\$ 70,00 per capita considerando o rendimento nominal mensal domiciliar. Deste modo, qualquer pessoa residente em domicílios com rendimento menor ou igual a esse valor é considerada extremamente pobre.” O termo foi criado no ano de 2010 no governo da presidenta da república Dilma Rousseff.

Cabe informar que quando se fala em matrículas em estabelecimentos segundo o Censo Escolar, serão consideradas nesse trabalho somente as creches cadastradas no Sistema Educacenso, sem abranger as instituições irregulares. As creches irregulares, para o Inep, são aquelas que não possuem registro na Secretaria Municipal ou Estadual de ensino, sejam elas públicas ou privadas ou, ainda, aquelas que funcionam de forma clandestina.

Alguns estabelecimentos privados particulares, embora devam responder ao Censo Escolar por força do Decreto nº 6.425/2008, não o fazem, posto que é facultativo às instituições privadas particulares o preenchimento do cadastro. É importante destacar que, de acordo com a Portaria Inep nº 316/2007 o Censo Escolar é uma pesquisa declaratória, e, por essa razão, tais estabelecimentos não farão parte dessa análise.

A resposta a essas indagações comporão um retrato das crianças matriculadas nas creches brasileiras em relação aos anos de 2007 e 2011, conferindo atualidade aos dados, no intuito de preencher a lacuna existente no que tange aos dados quantitativos sobre essa temática na área da Educação, embora sua finalização não pretenda ser estanque, podendo, posteriormente, ser complementada com outras análises e questionamentos.

Os dados utilizados nessa pesquisa consideram diversas variáveis, que por sua vez, podem influenciar determinado fenômeno e a sua ocorrência, possibilitando, inclusive, estimar e prever determinadas necessidades que algum Estado possa apresentar, e possibilitando a diminuição de problemas que porventura possam existir para a construção, a manutenção, o planejamento e políticas voltadas às creches no país.

Os dados serão apresentados separadamente para cada um dos vinte e seis Estados e o Distrito Federal, expondo as singularidades estaduais evidenciadas, o que permite melhor credibilidade e comparação dos mesmos. É importante justificar que o estudo não será apresentado de forma municipalizada, em razão da extensão territorial do Brasil, o que inviabilizaria o alcance da análise para os 5.570⁵ municípios.

A coleta de dados contou com uma base quantitativa e demandou, posteriormente, uma análise com viés qualitativo. Neste aspecto, o estudo pretende contribuir para a área educacional, sobretudo para a Educação Infantil e a primeira infância no Brasil, porque objetiva superar a ausência de análises nesses campos.

⁵ Segundo o IBGE, com a inclusão de 5 novas unidades, em 2013, o Brasil passou a ter 5.570 municípios.

Strenzel (2000) afirma que as produções científicas sobre a criança pequena sempre foram escassas, sendo que as poucas existentes concentram-se na área de psicologia. Schmitt (2008) assevera que a maioria das pesquisas que falam sobre as crianças direcionam-se àquelas com idades a partir dos 4 anos, gerando uma carência de investigações na faixa etária entre 0 e 3 anos de idade.

É possível afirmar que não se encontram pesquisas dessa natureza, isto é, que avaliem qualitativamente por meio de dados quantitativos ou estatísticos, as condições de oferta dessa etapa da Educação Infantil no Brasil, o que corrobora a existência de uma lacuna nesse campo e confirma a contribuição desse trabalho para a área da Educação Infantil.

O trabalho está estruturado de modo a explicitar inicialmente o referencial teórico, em seguida a metodologia e, logo após, será apresentado o capítulo de análise dos dados, onde se pretende mostrar o que os números revelam sobre crianças que se encontram matriculadas em creches. Para cada análise apresento tabelas e/ou gráficos e/ou quadros, no intuito de melhor demonstrar os resultados obtidos. Em cada um desses três capítulos, são demonstrados alguns conceitos, e argumentos de autores que comigo dialogaram para a construção da análise.

Na introdução mostro o enfoque desse estudo e a sua proposta, os motivos para a limitação do período da análise, quais bases de dados serão manipuladas, a motivação para a escolha dos dados de matrícula para a análise, a relevância do estudo para a Educação Infantil, o objetivo do estudo e as ferramentas utilizadas para a manipulação dos dados.

No capítulo I - Referencial Teórico destaca-se o que vem sendo divulgado na área, e embora algumas dessas publicações sejam baseadas em informações estatísticas, especialmente aquelas realizadas com arrispe nos pressupostos das ciências econômicas, elas pouco se aproximam do tema desenvolvido nessa dissertação, visto que nenhuma delas faz intersecção direta com o tema aqui desenvolvido, que coaduna dados estatísticos e creches. Inclusive, desponho nesse capítulo uma breve história da creche e da infância, mostrando desde o seu surgimento até sua consolidação como etapa da Educação Básica.

No capítulo II referente à metodologia, abalizo o conceito de Estatística Descritiva, da qual farei uso nas análises, a importância da utilização de dados estatísticos nas ciências humanas e sociais e explico o porquê da escolha dos dados de matrícula para essa pesquisa. Aclaro também, sobre os bancos de dados utilizados e as formas como esses dados foram

manipulados, apontando as diferenças existentes entre as bases de dados utilizadas e suas formas de compatibilização.

Encontram-se ainda, na metodologia, o caráter analítico e descritivo da pesquisa e o método utilizado para sua realização. Nesta seção também serão definidos: o que é uma análise estatística, o que é o censo escolar e como ele é realizado. Por fim, nessa seção, discorro sobre as estatísticas educacionais no Brasil e mostro um panorama dessa área da matemática e sua importância para a Educação. A manipulação e tratamento dos dados foram executados durante todo o ano de 2012 e primeiro trimestre de 2013. Para tanto, utilizou-se a ferramenta SAS *Enterprise Guide*⁶ e para a confecção das tabelas e gráficos, o Microsoft Excel.

A dissertação foi organizada de forma a trazer, no capítulo III, uma análise dos dados de matrícula, mostrando um panorama acerca do quantitativo de crianças matriculadas e os números absolutos da população residente dentro da faixa etária e o percentual de crianças atendidas em creches no país. Analisa, também, o percentual de atendimento e a taxa de frequência conforme a faixa de rendimento domiciliar *per capita*. Ainda nesse capítulo III, mostro a evolução em número de matrículas da creche em relação às outras etapas da Educação Básica.

Também estão contempladas no capítulo III análises sobre as condições de oferta da creche nas dependências administrativas, no campo e na cidade, mostrando, por meio dos números, o percentual de matrículas nas dependências administrativas: federal, estadual, municipal e privada e nas localizações urbana e rural. Apresenta, também, o número de matrículas na creche de acordo com a duração (em número de horas) do turno em cada dependência administrativa.

Ainda nesse capítulo III, que se refere às análises, no que tange às características físicas e das turmas das crianças da creche, será demonstrado o percentual de crianças por idade pontual que frequenta creche; essa informação será comparada com as idades exatas das crianças segundo o censo populacional. Também a comparação da população residente e das matrículas de 0 a 3 anos na creche por Cor/Raça e Gênero, bem como a média de crianças por docente e por turmas.

⁶ Para Antunes (2006, p.5) a ferramenta SAS utiliza aplicações gráficas interativas, e consiste essencialmente na definição de processos que são compostos por uma sequência de tarefas a executar sobre os dados. Estas tarefas correspondem a tipos específicos de análises ou relatórios que podem ser aplicados aos dados.

Nas Considerações Finais faço um epítome de tudo o que foi analisado e aponto para a necessidade de outros estudos e pesquisas sobre o tema que possam, somados a essa dissertação, contribuir para o conhecimento das crianças que frequentam essa etapa da Educação Infantil. Nota-se que o conteúdo de toda a dissertação contido nesses capítulos visa conhecer a realidade que os números apontam sobre as crianças pequenas no contexto da creche, na intenção de contribuir com a área da Educação, dando visibilidade às crianças que frequentam tais instituições.

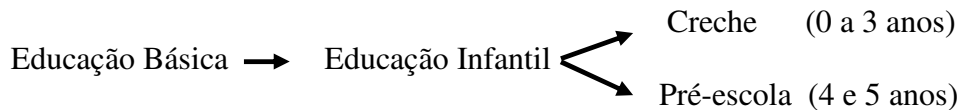
No apêndice, apresento algumas tabelas e quadros que serviram como base para as análises dessa pesquisa e que não constam no corpo da dissertação em razão de, em alguns casos eu ter optado pela inserção de quadros e/ou gráficos.

DELINEAMENTO DO ESTUDO

É importante esclarecer que o título dessa dissertação: *O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas creches brasileiras (2007/2011)* emergiu como forma de homenagear o criador e patrono do IBGE, Mario Augusto Teixeira de Freitas, que na década de 1930 realizou um estudo inédito sobre a realidade da educação primária no Brasil. Os dados desse estudo foram publicados em 1934 no livro intitulado: *O que dizem os números sobre o ensino primário*.

O ano de 1996 representou um grande avanço para as creches brasileiras posto que, à época, houve a inclusão da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/96). A aprovação da LDB, que determina a garantia do desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança foi, sem dúvida, um grande passo para a consolidação da creche como etapa da Educação Básica.

Até 1996 as creches eram foco de políticas de assistência social, mas após a concretização da LDB (1996), a creche passou a ser considerada como uma instituição educativa que deve oferecer apoio pedagógico e cuidado às crianças de 0 a 3 anos de idade. Integram a primeira etapa da Educação Básica e compõem, juntamente com a pré-escola, a Educação Infantil. Assim como mostra o seguinte esquema:



As creches no Brasil podem ser privadas ou públicas, sendo que as públicas podem pertencer a uma das dependências administrativas: federal, estadual ou municipal. Já as creches privadas podem ser particulares ou mantidas pelo poder público, por meio de convênios.

Saber sobre as características de determinada população é fundamental para estabelecer seu panorama, visto que, dada a extensão geográfica e as diferenças existentes em cada Estado, seja em relação à renda, seja em relação ao atendimento, tais informações assumem grande relevância para o direcionamento de políticas públicas focadas nas necessidades locais. Como já afirmaram Mattos e Kishimoto na década de 2000, e que ainda hoje podemos constatar, é a inexistência de estatísticas nacionais sobre a situação das creches, o que configura o abandono a que foi relegada essa etapa de educação.

A trajetória educacional da criança pequena sempre foi marcada por discriminação, marginalização e preterimento, tanto que a creche somente foi incluída no Censo Escolar da Educação Básica em 1997, isto é, 58 anos após a publicação, em 1939, dos primeiros dados estatísticos sobre a educação brasileira. É importante destacar que foi após a LDB, que a creche ganhou visibilidade e a educação da criança pequena passou a ser percebida como importante já nos primeiros anos, quando a criança passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, conforme afirma Oliveira (2011, p. 37):

Não são mais os pais, apenas, que têm direito a uma instituição de Educação Infantil para seus filhos, gerando um atendimento com vistas a substituí-los enquanto estão trabalhando. A criança passa a ter direito a uma educação que vá “além” da educação recebida na família e na comunidade, tanto no que diz respeito profundidade de conteúdos, quanto na sua abrangência. Por outro lado a educação, em complemento à ação da família, cria a necessidade de que haja uma articulação entre família, escola e a própria comunidade na construção do projeto pedagógico da creche (...).

Qvortrup (2011b, p. 208) ao discorrer sobre seu projeto com crianças nos países europeus, denuncia a ausência de dados estatísticos sobre elas, o que de certa maneira tem semelhança com o Brasil, visto que aqui também se encontram as mesmas dificuldades em razão do escasso número de análises estatísticas no campo da Educação Infantil com exclusividade para as creches, o autor afirma:

Nada foi mais frustrante em nosso projeto do que ter encontrado tão pouca informação sobre a criança onde procurávamos por ela. Procuramos – em vão- em estatísticas comuns, nas informações governamentais, em documentos de pesquisa etc por algum material que trouxesse as crianças como unidade de observação ou que fizesse esforço para analisar a infância do ponto de vista das crianças.

Como foi explicado anteriormente, é importante reiterar que nas análises que contemplam os dados coletados pelo Censo Escolar da Educação Básica, a exploração e as hipóteses geradas podem não abranger todas as creches existentes no País, levando-se em consideração que um número pequeno, mas não insignificante, de estabelecimentos clandestinos não são quantificados no recenseamento oficial da Educação Básica brasileira.

A relevância do estudo é justificada quando se considera o fato de que não é possível implementar uma política pública direcionada desconhecendo a realidade de cada Estado, suas características e deficiências. Toda intervenção, investimento ou aporte, é geralmente relevado através de análises quantitativas que reforcem sua necessidade.

O conhecimento dessas informações quantitativas é importante, na medida em que a Educação Infantil, e, por conseguinte, a creche ter se tornado uma das prioridades do Governo Federal, que articulou algumas ações e programas no intuito de atender a criança pequena nessas Instituições, citando dois exemplos, o Proinfância (2007)⁷, e o Brasil Carinhoso (2012)⁸ dentre outros. O MEC e o Inep têm contribuído sobremaneira, para o alcance desse propósito, na medida em que modernizam e aprimoram as informações estatísticas sobre a educação no Brasil.

De fato, conhecer os dados tornou-se imprescindível para o diagnóstico da educação como um todo, ou de determinada etapa de ensino, especificamente. Uma busca simples em sites especializados ou em livrarias e grandes bibliotecas referendam a escassez de publicações e

⁷ Proinfancia é um programa de assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para as creches e pré-escolas públicas, o objetivo é garantir o acesso nas regiões onde são registrados os maiores índices de população nessa faixa etária. Essa ação integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

⁸ Brasil Carinhoso É um programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) cujo objetivo é erradicar a extrema pobreza por meio da transferência de renda entre as famílias com filhos pequenos e que se beneficiam do Bolsa Família. É construído sobre três pilares: Renda (Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância), Educação (Ampliação da oferta de vagas em creches) e Saúde (Medidas para enfrentar alguns dos principais problemas de saúde na infância, como suplementação de vitamina A, sulfato ferroso e medicação gratuita contra asma). Inicialmente o governo pretendia atender famílias com crianças de 0 a 6 anos, faixa que foi recentemente ampliada para 0 a 15 anos, quando, mesmo recebendo o Bolsa Família, as famílias continuavam na extrema pobreza. É importante ressaltar que o governo considera como extremamente pobres, miseráveis ou na pobreza absoluta as famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a R\$ 70,00. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/brasil-carinhoso/brasil-carinhoso>. Acesso em 02/05/13.

estudos estatísticos ou quantitativos acerca das creches na área da Educação, o que, indubitavelmente, representa um problema.

O objetivo deste estudo centra-se em retratar o perfil estatístico das crianças que frequentam creches no Brasil e nos Estados, com relação aos anos de 2007 e 2011, caracterizando o perfil da criança e as condições de oferta de vagas, na medida em que busca superar a ausência de estudos quantitativos na área de educação cujo foco central seja especificamente a creche. Pretende-se analisar, considerando dados oficiais, a situação atual daqueles referentes às crianças. Destarte,

É por meio da análise e interpretação dos dados estatísticos que é possível o conhecimento de uma realidade, de seus problemas, bem como, a formulação de soluções apropriadas por meio de um planejamento objetivo da ação, para além dos “achismos” e “casuísmos” comuns. (MEDEIROS 2007, p. 19).

Após essas definições, e atentando para o fato de que 17 anos se passaram desde a LDB, cabe questionar: considerando o Brasil, juntamente com seus 26 Estados e o Distrito Federal, o que dizem os números sobre as crianças matriculadas em creches no Brasil? E em que medida eles podem ser úteis para a área da Educação?

CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO

As ideias de Comênio (1592-1670), Pestalozzi (1746-1827), Froëbel (1782-1852), Montessori (1870-1952) e Piaget (1896-1980) formaram os pilares iniciais para a construção da ideia de educação na infância. Antecipando o que hoje temos como conceito, Oliveira (2011, p. 63) aborda que “embora com ênfases diferentes entre si, as propostas de ensino desses autores reconheciam que as crianças tinham necessidades próprias e características diversas das dos adultos [...].”

Encontrar estudos, pesquisas e publicações na área da Educação que versem sobre a creche e que tenham desenvolvido um trabalho estatístico ou quantitativo nessa área não é tarefa fácil. Campos et.al. (2012, p. 26) ao abordarem a gestão da Educação Infantil afirmam que a falta de bibliografia disponível poderia ser explicada da seguinte forma: “a Educação Infantil, especialmente a creche é uma recém-chegada ao sistema educacional”, sendo assim, é possível afirmar que este é um campo onde muito ainda se pode explorar.

Surpreende notar que mesmo no Censo populacional do IBGE, na Pnad e no Educacenso a criança pequena usuária da creche nunca foi referenciada de forma exclusiva e jamais recebeu atenção diferenciada ou um suplemento estatístico nesses censos. Uma hipótese que poderia explicar tal constatação é a complexidade inerente em realizar um estudo com intercessão de dados estatísticos e análises qualitativas especialmente acerca dessa etapa da Educação Infantil.

No ano 2000 o Inep publicou o Censo da Educação Infantil, que trouxe em seu bojo apenas os dados numéricos de estabelecimentos de creche e pré-escola, tais como: tipo de recurso humano, tipo de mobiliários, infraestrutura, fonte de financiamento, tipo de convênio e dependência administrativa. Tratava-se de uma espécie de sinopse da Educação Infantil e a creche não recebeu, naquela ocasião, nenhum tipo de análise qualitativa ou atenção diferenciada.

Elaborar um texto que coadune creche e dados censitários demonstra, sobremaneira, uma preocupação com a primeira etapa da educação e a necessidade de analisar o que os números dizem sobre as creches em nosso país, o que indubitavelmente contribui para o preenchimento de uma lacuna existente, em razão da escassez de informações estatísticas.

É possível observar avanços em relação à produção acadêmica que verse sobre a temática das creches, especialmente após a Constituição Federal de 1988, quando a Educação Infantil ganhou visibilidade. Kappel (2001, p.1) afirma que o desinteresse sobre a Educação Infantil antes dos anos de 1980 se justificava pela “suposição de que a verdadeira educação começava na primeira série do Ensino Fundamental”. Todavia, o aumento desse volume ainda é tímido, particularmente no que tange aos estudos quantitativos.

O que se constata primeiramente é que estudos estatísticos ou quantitativos são escassos em relação à creche, visto que ela não é referenciada de forma exclusiva, mas em sua grande maioria incluída na Educação Infantil que engloba, além da creche, a pré-escola. Nota-se, também, que muitos desses estudos, estão voltados para os aspectos econômicos que envolvem sua oferta.

Kappel (2001), no artigo *Educação Infantil e grupo populacional de 0 a 6 anos*, analisa os dados do IBGE e do Censo Escolar de 1995 a 1998, no intuito de discutir acerca das estatísticas sobre a Educação Infantil. Embora esse texto apresente semelhança com a proposta desta dissertação, sua análise é realizada no contexto da Educação Infantil e não da creche exclusivamente, assim focando na faixa etária de 0 a 6 anos e não de 0 a 3 anos. Também os dados de frequência foram extraídos da PNAD e não do Censo Escolar, visto que isso não teria sido possível, pois o Censo Escolar só contemplou a creche no ano de 1997, e a autora considera a série histórica a partir de 1995; além disso, os dados foram apresentados por região e não por Estados.

Kappel (2001) inclui, também, informações sobre o trabalho infantil e o gasto público com a educação e conclui, ao final, que a família tem papel importante no processo educativo da criança, mas, a baixa renda familiar (demonstrada através dos dados), dificulta o pleno desempenho desse papel. A autora sugere que as políticas para a Educação Infantil devem adequar-se à realidade dessas famílias promovendo políticas de emprego, renda, assistência e saúde.

Kappel, Carvalho e Kramer (2001), no artigo *Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE*, comparam os dados relativos às crianças de até 6 anos com as

informações coletadas na Pesquisa sobre Padrões de Vida- PPV/IBGE⁹ e considera os anos de 1996 e 1997, demonstrando quão grave é a realidade da criança. As autoras (2001) defendem que a educação pré-escolar desempenha função favorável a bons resultados posteriores, durante a escolarização. Em suas análises, demonstram que o percentual de crianças de 4, 5 e 6 anos que frequentam estabelecimentos de Educação Infantil é muito superior àquele encontrado na faixa anterior (0 a 3 anos). Dentre os principais achados daquela pesquisa estão:

As crianças de 0 a 6 anos que vão à creche, pré escola ou escola moram junto com até quinze pessoas, sendo que em 82,3% destes domicílios moram de três a seis pessoas. Em sua grande maioria (87,6%), as crianças são filhas do chefe da casa, mas podem ser outros parentes (12,2%) ou agregados (0,2%) da família. Metade (48,9%) é constituída por homens, metade (51,1%) por mulheres. (KAPPEL; CARVALHO e KRAMER, 2001, p. 39)

Kappel, Carvalho e Kramer (2001) partiram para uma análise que buscava compreender o porquê de algumas crianças não frequentarem creches e, neste caso, quem se responsabilizava pelo seu cuidado. No entanto, o resultado desse último questionamento foi inconclusivo, visto que a maioria dos respondentes ofereceram como resposta “outros motivos”, o que as faz concluir sobre a necessidade de estudos posteriores. O artigo traz, ainda, uma análise da frequência, da escolarização por quintil de renda, tipo de domicílio e condições de ocupação e escolarização das pessoas do domicílio, e, nesse quesito, elas afirmam que a escolarização dos pais e, especialmente da mãe, tem impacto direto na escolarização da criança.

A análise apresentada por Kappel, Carvalho e Kramer (2001) é realizada no contexto da Educação Infantil e não da creche exclusivamente; os dados de frequência foram extraídos do PPV e não do Censo Escolar, o que gera impacto direto nos resultados, considerando que, ao utilizar como base de dados o Censo Escolar para verificação do quantitativo de crianças que frequentam creches, tem-se que essas crianças estão frequentando creches oficiais, cadastradas no sistema de ensino, o que é diferente de utilizar como base as informações do respondente, conforme metodologia da PPV/IBGE.

⁹ A Pesquisa sobre Padrões de Vida- PPV foi implementada no Brasil no ano de 1996 como resultado de um convênio entre o IBGE e o Banco Mundial. A pesquisa se caracteriza pela abrangência de temas socioeconômicos, estudados em uma amostra de domicílios. A coleta foi realizada no período de março de 1996 a março de 1997 e em alguns casos, o pesquisador permaneceu em campo durante um ano com o objetivo de captar fenômenos sazonais. O objetivo da PPV é fornecer subsídios para a formulação e acompanhamento de políticas sociais de combate à pobreza. (IBGE, 1996)

Todavia, não se pode afirmar que a base do Inep é mais fidedigna que a da PPV/IBGE, visto que ambas se propõem a um resultado comum: realizar a contagem real das crianças que frequentam tais estabelecimentos, mas ao utilizarem metodologias diferentes, também produzirão resultados diferentes.

Quando avaliam indicadores sociais atrelados ao desempenho infantil, no artigo *O tempo das crianças*, Neri e Costa (2010), exemplificam e reiteram o aspecto econômico de que trata grande parte das publicações que coaduna dados estatísticos e creche. O texto faz uma avaliação comparativa dos indicadores sociais sobre as crianças e defende que o bom desempenho delas é fundamental para a economia do Brasil.

Além disso, os autores (2010) procuram mostrar como as crianças são um grupo desfavorável da sociedade, especialmente aquelas que trabalham ao invés de frequentar a escola. Buscando ratificar a importância da educação da criança pequena para a economia, os autores comparam alguns indicadores, como taxa de indigência por faixa etária e analisam, através dos dados da PNAD, que noventa por cento das crianças de famílias pobres não concluem o Ensino Médio. Neri e Costa (2010) comparam, ainda, anos de estudo e renda, afirmando que o melhor antídoto contra o trabalho infantil é a educação. Como solução para esse problema, apresentam o programa Bolsa-Escola¹⁰, do governo federal, que condiciona o pagamento de uma bolsa à família vinculada ao desempenho escolar das crianças.

Barreto (2003), no artigo *A Educação Infantil no contexto das políticas públicas*, apresenta um levantamento estatístico voltado para a questão do financiamento da Educação Infantil como política pública. Analisa alguns programas federais destinados à criança de zero a seis anos de idade, considerando a renda e os gastos. Mostra, também, os desafios que o Plano Nacional de Educação - PNE de 2001 teria para essa etapa da Educação Básica.

A autora (2003) analisa as intenções políticas relativas à criança pequena e conclui que alguns aspectos assegurados em lei não são completamente cumpridos, o que pode ser

¹⁰ Refere-se a um Programa de transferência de recursos, que à época, pagava o valor de R\$ 15,00 reais (por filho, limitado ao máximo de três) para a manutenção da criança na escola, esse pagamento era realizado por meio de saque em agência da Caixa Econômica Federal. A contrapartida para o acesso ao benefício em âmbito federal era ter frequência na sala de aula de no mínimo 75% (comprovado a cada três meses com um programa paralelo de controle de frequência); e possuir, naquela ocasião, renda inferior a R\$ 90,00. Embora tenha sido implementado anteriormente em Campinas (SP) em 1994 e em Brasília (DF) em 1995, somente em 2001 o programa foi implementado nacionalmente, pelo governo federal, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, o Bolsa-Escola foi incorporado ao Programa Bolsa Família pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva.

percebido quando, dentro dos objetivos do documento Avança Brasil¹¹ a pré-escola é contemplada e não as creches. Exemplo dessa falta de referência à creche, afirma, é a formação de professores e a merenda escolar que está contemplada em outras etapas. Observa, que no referido documento apenas 2 dos 365 programas do Avança Brasil são voltados para a criança de zero a seis anos.

Barreto (2003) ainda ressalta que o financiamento da Educação Infantil é realizado com base no valor *per capita* diferenciado em função da jornada de atendimento à criança, sendo parcial (4 horas) ou integral (8 horas) e que, em ambos os casos, esse valor é insuficiente, pois não cobre toda a Educação Infantil, cujo valor *per capita* é metade daquele direcionado ao Ensino Fundamental. Informa, que, naquela ocasião não havia dados sobre o número de crianças em jornada de atendimento parcial ou integral, resposta que poderá ser encontrada nesse trabalho, que traz em seu bojo, dentre outras, a informação quanto à jornada de atendimento das crianças matriculadas em creches no período de 2007 e 2011.

O cerne do texto de Barreto (2003) está na afirmativa de que o percentual de crianças com menos de sete anos que vivem em famílias pobres é irrelevante nas políticas públicas educacionais, e, com o fim de demonstrar essa afirmativa, utiliza-se de dados de renda familiar coletados pela PNAD de 1999. A autora conclui que aqueles que lutam pela expansão da Educação Infantil precisam compreender financiamento e gestão educacional, embora esses temas sejam pouco interessantes e áridos.

Já o relatório Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de aprender: Potencializar avanços e reduzir desigualdades (2009), produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apresenta uma análise dos avanços e desafios do país para a garantia do direito à educação, bem como dos principais indicadores que mostram a situação da infância e da adolescência no Brasil.

No que se refere especificamente à Educação Infantil, o relatório (2009) ressalta a necessidade de investimentos na construção de novas instituições, na formação dos professores e na capacidade para absorver a demanda. Somado a esses entraves, o relatório apresenta como causa da falta de acesso à Educação Infantil, a inexistência de políticas

¹¹ No Governo Fernando Henrique Cardoso o Plano Plurianual (PPA) 2000-2003- foi nomeado popularmente de Avança Brasil. Nele eram traçados os rumos do desenvolvimento nacional, além do planejamento e orçamento de médio prazo do governo federal, conforme determina a Constituição.

públicas que priorizem especificamente os locais distantes dos centros urbanos. De acordo com o estudo, a Educação Infantil tem papel fundamental no desempenho escolar da criança.

Para Barros et al. (2010), no artigo *Determinantes do desenvolvimento na primeira infância no Brasil*, a garantia de um futuro melhor para o País depende da sobrevivência na primeira infância através da prevenção e cura das doenças infantis e do acompanhamento da saúde desde a sua concepção, bem como do bom desenvolvimento físico, emocional e intelectual, especialmente nos três primeiros anos de vida. Demonstram, também, através de dados estatísticos, a diminuição da taxa de mortalidade infantil e da subnutrição.

Por outro lado, os autores (2010) revelam que as estatísticas que se referem à morbidade infantil ainda são preocupantes, especialmente nas áreas rurais e nos grupos economicamente desfavorecidos, ressaltando a urgência em ofertar às crianças condições básicas de vida e oportunidade de forma equânime, visto que as disparidades entre os grupos socioeconômicos são grandes no acesso à Educação Infantil. Esses autores defendem que para o Brasil diminuir sua desigualdade social e a pobreza, é preciso investir na criança pequena, pois, do contrário, seu desenvolvimento socioeconômico poderá sofrer graves consequências.

Outros textos sobre a primeira infância baseados em dados estatísticos podem ser encontrados nos *Boletins de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*, produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Em sua edição especial de número 13 (2010), dedicada à educação brasileira no período de 1995-2005, concebe-se que a educação é o alicerce do desenvolvimento político, social e econômico nacional, com base na análise de dados como taxa de frequência e renda.

Ao tratar da Educação Infantil, o Boletim (2010), demonstra o baixo nível de cobertura de atendimento às crianças de zero a seis anos de idade, com defasagem acentuada na faixa de zero a três anos. Também mostra percentualmente que, se o país continuasse nesse ritmo de atendimento em creches, dificilmente atingiria a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE- 2001), que objetivava a matrícula de 50% das crianças de zero a três anos até 2011. O texto evidencia que a renda familiar *per capita* é a principal causa da desigualdade de acesso. Expõe, também, que a ausência de definição específica de repasse de recursos é um dos maiores impasses para a Educação Infantil.

O artigo *Acesso e qualidade na Educação Infantil* (2013) de Campos, Esposito e Gimenes, publicado no quinto relatório de monitoramento das 5 metas do Movimento “Todos pela Educação”, apresenta uma breve análise dos dados de cobertura da Educação Infantil e sua evolução recente, no intuito de se apontar os principais desafios para o alcance das metas de atendimento com qualidade. O artigo trata em sua primeira parte sobre diferenças existentes entre os dados coletados pelo Inep e pelo IBGE, assunto que será posteriormente trazido à baila no capítulo metodológico.

Campos, Esposito e Gimenes (2013) sugerem melhorias na qualidade dos dados de cobertura por idade como medida para impedir equívocos nos diagnósticos, e expõem que as taxas de matrícula por idade na Educação Infantil são muito baixas, mas o são ainda mais na faixa correspondente à creche.

As autoras (2013) também asseveram que a creche, desde a Constituição de 1988, passou a ser um direito da criança e também um direito social dos filhos de trabalhadores homens e mulheres. Afirmam também, que no exterior, as pesquisas que evidenciam os benefícios da pré-escola na escolaridade futura das crianças incluem a idade de 3 anos, visto que nos países desenvolvidos, a faixa etária da pré-escola costuma ser de 3 a 5 anos de idade.

Outras pesquisas, segundo Campos, Esposito e Gimenes (2013), realizadas com crianças com menos de 3 anos mostraram que uma creche de boa qualidade pode ser bastante benéfica para o desenvolvimento infantil, especialmente no caso das crianças mais pobres. Ainda que prevejam que a demanda por creches permanecerá a crescer, sensibilizando a administração pública, os autores denunciam que:

As prefeituras encontram dificuldades em financiar esse atendimento garantindo padrões mínimos de qualidade, os valores repassados pelo Fundeb são reconhecidamente insuficientes para isso, e a maioria dos municípios brasileiros não conta com recursos próprios adicionais para complementar o financiamento da expansão e da manutenção das redes de creche. Os valores repassados pelo Fundeb são reconhecidamente insuficientes para isso, e a maioria dos municípios brasileiros não consta com recursos próprios adicionais para complementar o financiamento da expansão e da manutenção das redes de creche. (CAMPOS; ESPOSITO e GIMENES, 2013 p. 77).

Essas autoras (2013) acreditam que será muito difícil o país alcançar as metas de cobertura previstas no novo PNE 2011-2020 e que preocupa o fato de resultados obtidos em uma pesquisa sobre qualidade em 91 turmas de creches públicas, mostrarem que estas

instituições são inadequadas para a criança pequena. Portanto, concluem, que o aumento de oferta de vagas deve ser acompanhado de qualidade.

É relevante destacar que esses estudos não dialogam entre si, porque emergem de áreas e de demandas diferentes e, tampouco, reúnem uma série histórica abrangente de dados estatísticos exclusivamente sobre as creches. Ademais, algumas informações referenciadas utilizaram estatísticas da época, o que hoje as torna obsoletas, exceto para análises de caráter histórico.

Neste sentido, o presente estudo busca apresentar contribuições para a área de Educação, com análises e informações estatísticas, em razão da urgência necessária de estudos quantitativos sobre a creche, visto que a maioria dos trabalhos publicados que aglutinam creches e dados numéricos é voltada para a área econômica. Isto não significa que os estudos estatísticos voltados para economia sejam irrelevantes, eles definitivamente não o são.

Não obstante, falta à área de educação um olhar amplo e atualizado sobre as creches que consolide as informações quantitativas disponíveis e responda às questões de extrema importância no campo educacional, e que poderão, em algum momento, balizar, sustentar e auxiliar outras pesquisas, e até políticas públicas. Afinal, conforme afirmam Kappel, Carvalho e Kramer (2001, p.37) “é fundamental observar os dados, ainda que seja muitas vezes complicado compará-los”.

Vale destacar que alguns pesquisadores e estudiosos têm há alguns anos, empreendido um contínuo esforço no sentido de conceituar a creche no Brasil e demonstrar a sua atual realidade. Desta forma, ao concatenar ideias desses autores, é possível inferir uma visão mais atual sobre a creche.

1.1 BREVE HISTÓRIA DA CRECHE

A Europa pode ser considerada o berço da creche. Ariès (1986) realizou uma vasta pesquisa com base na iconografia religiosa da Idade Média para definir a história social da criança e sua família, e afirma que a construção do sentimento da infância¹², do amor e do

¹² Trata-se da consciência de que existe diferença entre uma criança e um adulto e que esta tem particularidades e necessidades que as diferenciam das demais idades.

cuidado pela criança tal qual o conhecemos hoje, surgiu apenas na transição para a sociedade moderna.

A criança pequena demorou a ter algum significado na sociedade medieval, mesmo na Europa, onde o reconhecimento das particularidades da infância teve seu início, a criança pequena era considerada como um ser à parte,

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. (ARIÈS, 1986, p.50).

Até o fim do século XIII, a criança não era vista como um ser em desenvolvimento, segundo Ariès “caracterizada por sua expressão particular, e sim como homens de tamanho reduzido” (1986, p. 51), que merecia cuidado e atenção apenas durante o período em que era totalmente incapaz; mas bastava aprender a andar e eram imediatamente misturadas aos adultos, participando dos jogos, festas, grosserias e gestos sexuais.

Até que a criança se tornasse produtiva e funcional, por volta dos 7 anos, sua história era repleta de marginalização, desrespeito e exploração, um ser que poderia, a qualquer momento falecer sem que isso causasse desconforto em seus familiares. Naquela ocasião, segundo Ariès (1986, p. 57) “as crianças morriam em grande número” ou eram deixadas à morte; o infanticídio era recorrente.

A idade de 7 anos marca a mudança de etapa na vida da criança, até que este momento chegasse, os familiares evitavam qualquer sentimento de apego ou laço sentimental, motivados pela grande possibilidade de falecimento da criança, por sua invalidez e também pela falta de convivência, posto que essas crianças eram entregues à outra família para ser educada e só retornavam ao lar na referida idade, se ainda estivesse viva.

Foi no século XV que a noção de escola começou a se desenvolver, e estas já não eram destinadas tão somente a abrigar os pobres; juntamente com essa evolução, começam a surgir, as divisões das classes (turmas) de acordo com a capacidade dos alunos, que eram separados e regidos por um mestre. Embora essa organização fosse precária, foi definida por Ariès (1986, p. 172) como “processo de diferenciação da massa escolar”.

Paralelamente à evolução escolar acontece a evolução do sentimento das idades e da infância. Se inicialmente os adultos e as crianças eram misturados em uma mesma turma escolar, “chegou um momento em que surgiu uma repugnância nesse sentido, de início em favor das crianças menores” (ARIÈS, 1986, p. 170), porém, vale ressaltar que essa separação não aconteceu em razão das particularidades que a diferença de idade trazia, mas motivados pelas diferenças enquanto estudantes, e no princípio enquanto estudantes-cléricos, pois quase todos eram tonsurados¹³ (ARIÈS, 1986).

No século XVIII, na transição dos pensamentos da idade média para os tempos modernos ocorre a revolução industrial e surgem as primeiras escolas. Passa-se a compreender a “particularidade da infância e a importância tanto moral como social da educação, da formação metódica das crianças em instituições especiais, adaptadas a essa finalidade” (Ariès, 1986, p.176). É exatamente neste século que a indiferença frente ao falecimento da criança deixa de existir, inicialmente nas camadas superiores da sociedade (ARIÈS, 1986), trazendo em seu bojo a construção do sentimento de infância.

Contrapondo as ideias de Ariès (1986), de que o sentimento de infância surgiu na idade moderna, Kuhlmann Jr. (2011, p.22), que realizou um levantamento da bibliografia sobre o tema, afirma que esse sentimento de infância, e o cuidado com a criança surgiram em períodos anteriores. Qvortrup (2012 *apud* BRENDA; GOMES, 2009 p. 506) também compartilha desse pensamento e afirma que “historicamente e independente do valor emocional, as crianças têm e sempre tiveram um papel na história”.

Kuhlmann Jr. (2011) observa os sinais do desenvolvimento de um sentimento de infância teve início no Brasil já no século XVI com o processo de colonização, quando os jesuítas começaram a catequizar as crianças índias e mamelucas e também os pequenos órfãos de Portugal com a intenção de atingir o objetivo maior que era converter seus pais ao cristianismo; também nos colégios dos jesuítas, considerados como o primeiro sistema educacional brasileiro, com a *Ratio Studiorum*, que estabeleceu as classes separadas por idade e a introdução da disciplina, naquela ocasião, a criança em nosso país era considerada um ser santificado.

¹³ Segundo o Mini Dicionário Aurélio (Ferreira, 2002) tonsurado é o mesmo que clérigo e que recebeu as ordens sacras. Tonsura é um tipo de corte circular do cabelo na parte mais alta e superior da cabeça (foi suprimida em 1973 pelo papa Paulo VI, entretanto, a ordem franciscana, mantém ainda hoje essa tradição).

No ciclo do açúcar (1530 até o século XVII) do Brasil colônia, a mão de obra escrava era bastante utilizada, como consequência desse período, a educação da criança era oferecida de acordo com sua raça/cor. Para a criança indígena era oferecida a educação catequética, para as crianças escravas não era oferecido qualquer tipo de educação, à elas estava destinado os pequenos trabalhos, já para a criança branca era destinado a educação em escolas.

Santana (2011, p. 4), sustenta que o descaso com a educação da criança no Brasil Colônia, especialmente para aquelas de classe social menos favorecida era evidente,

a pedagogia era caracterizada pela rígida disciplina agostiniana e marcada pelos castigos físicos e psicológicos que desconsiderava a criança em seus aspectos afetivo, social, histórico-cultural para considerá-la apenas como ser puramente cognitivo. A criança era ignorada como um ser intelectualmente capaz de produzir conhecimentos, entretanto, vista como receptora das informações transmitidas pelos jesuítas.

Kuhlmann Jr. (2011, p. 55) afirma que desde o século XVI, a assistência aos pobres e aos santos, isto é, àqueles que haviam adotado o voto de pobreza, era uma obrigação dos que haviam sido abençoados com a riqueza. Já os que eram pobres deveriam se conformar, pois aquela era a vontade de Deus ou, ademais, a pobreza deveria ser considerada como uma cruz a resistir ou suportar. Assim, nascem as instituições sociais de assistência e a responsabilidade do Estado para com os pobres, como prova de civilização.

Essa concepção será refletida mais tarde, no final do século XIX e início do XX com a criação de leis e instituições sociais na área da saúde pública, do direito da família, das relações de trabalho e da educação. Essa assistência expressa por instituições jurídicas, sanitárias e de educação é denominada por Kuhlmann Jr. (1990), como assistência científica,¹⁴ pois é sustentada pela fé no progresso e na ciência. Esse tipo de assistência tem a função de disciplinar os pobres e os trabalhadores.

O atendimento e os serviços oferecidos pela assistência social eram escassos e voltados aos mais subservientes; esse atendimento estava condicionado à exposição de sua vida privada e à avaliação dos responsáveis pela oferta do serviço. A péssima qualidade dos serviços era uma forma de desestimular sua procura e evitar reivindicações generalizadas da população brasileira.

¹⁴ Termo criado por Moysés Kuhlmann Jr. (1990).

Kuhlmann Jr. (2011, p. 68) ao discutir sobre a difusão das creches, afirma que em 1844 o médico sanitarista Jean Marie Firmin Marbeau fundou a primeira creche em Chaillot, na França, que rapidamente se expandiu por toda a França e Europa. O fato de terem sido criadas nesse país explica a derivação da sua nomenclatura no Brasil, posto que *creche* deriva do francês e significa salas de asilo. Cabe observar que a creche, a começar pelo seu nome, já nasce com a concepção assistencialista e não educativa. Essas instituições visavam atender às crianças das classes populares, bem como, permitir que as mulheres pudessem trabalhar.

Também na Europa, no século XX a questão higienista e sanitarista estiveram presentes como condição precípua no cuidado da criança em instituições como creches, provocado especialmente pelos conflitos e guerras ocorridos em países daquele continente e que foram refletidos no cuidado infantil,

No período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, por exemplo, com o aumento do número de órfãos e a deterioração ambiental, as funções de hospitalidade e de higiene exercidas pelas instituições que cuidavam da Educação Infantil se destacaram. Programas de atendimento a crianças pequenas para diminuir a mortalidade infantil passaram a conviver com programas de estimulação precoce nos lares e em creches orientados por especialistas da área de saúde. (OLIVEIRA, 2011, p. 73).

Kramer (2011), afirma que o capitalismo e a industrialização foram palco para grandes mudanças na Europa e como não poderia deixar de ser, essas mudanças incidiram também na forma como os adultos lidavam com a criança pequena. Ao contrário da sociedade feudal na qual a criança que ultrapassasse o risco de morrer exercia o papel produtivo do adulto, na burguesia a percepção da criança como necessitada de cuidados do adulto e a noção de escolarização é fruto da ideia de que ela é um ser incapaz e economicamente improdutivo, que necessita ser socializada e requer atenção para que possa se tornar produtiva posteriormente. Qvortrup (2010b, p. 784) afirma que:

Como todos sabemos, durante longos períodos, pelo menos na segunda metade do século XX, houve um aumento drástico da participação das mulheres no mercado de trabalho. Esse aumento não foi direcionado a atender as necessidades da criança – muito pelo contrário, diriam muitos, embora não se tenha tanta certeza disso. De todo modo, foi um desenvolvimento que teve um enorme impacto na infância e na vida das crianças. Em muitos países, foi acompanhado da criação de jardins de infância, creches, centros de atendimento para depois do horário escolar, etc, onde as crianças passam parte de sua infância.

Kuhlmann Jr. (2011) relata que as primeiras creches logo se espalharam pelos Estados Unidos, país onde encontrou maior adesão, e não demorou até que chegasse ao Brasil, como

modelo a ser imitado para assistência à infância. A influência europeia na criação desses estabelecimentos em nosso país ficou claro no início do século XX, no entanto, sua gênese é diferente. No Brasil essas instituições foram, desde sua concepção, consideradas um mal necessário¹⁵, idealizadas como um aporte no combate aos elevados índices de mortalidade infantil. Além disso, como firma Santana (2011, p. 1):

a trajetória da criança e da Educação Infantil brasileira tem sido estigmatizada pelo descaso, desde a chegada dos portugueses ao Brasil. As primeiras embarcações que aqui chegaram traziam crianças e adolescentes marcadas pela violência que sofriam nessas viagens. Elas eram vítimas de assédio sexual, estupros, fome, trabalhos forçados e toda espécie de humilhações e castigos físicos.

Descreve Kuhlmann Jr. (2011) que em 1879 foi publicado no jornal *A Mãe de Família*, destinada às mães burguesas e a elite carioca, um manifesto do médico especialista em moléstias das crianças Dr. Carlos Costa, então redator desse jornal. Na manifestação intitulada *A Creche* (asilo para a primeira infância) o médico mostrava-se preocupado com a Lei do Ventre Livre que traria um problema para as donas de casa em relação à educação das crianças de suas escravas, já que as creches populares destinavam-se a atender mais às mães dessas crianças.

Se as casas de expostos abrigavam crianças abandonadas e enjeitadas¹⁶, gerando grande número de abandonos e orfandade, as creches foram concebidas como alternativa segura justamente para que as mães não mais abandonassem seus filhos pequenos, e garantia de um aporte assistencial que as auxiliassem na criação de seus filhos. Essa assistência era desempenhada por médicos e mulheres caridosas que os auxiliavam. A puericultura era a grande aliada ao caráter higienista que as creches assumiram: o papel de reduzir os altos índices de mortalidade infantil.

Segundo Kuhlmann Jr. (2011), em 1899 é fundada a primeira creche no Brasil, construída junto à indústria no intuito de regulamentar as relações de trabalho, chamada *Creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado*, no Rio de Janeiro, destinada aos filhos não apenas das mães operárias, mas também de todos os operários efetivos daquela fiação.

¹⁵ Termo concebido por Livia Maria Fraga Vieira (1986).

¹⁶ Em 1726 se deu a criação da primeira Roda dos expostos, também chamada de Roda dos enjeitados, cuja descrição, segundo Marcílio (2003, p.57), era: Um dispositivo em forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha enjeitada. A seguir ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta para avisar à vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado.

Percebe-se que a industrialização nessa ocasião é a grande responsável pela demanda por creches. No entanto, é importante salientar que essas creches junto às indústrias, criadas no intuito de atender às mulheres trabalhadoras não eram consideradas como um direito da mãe trabalhadora e uma necessidade da criança pequena, mas como um favor realizado, uma assistência dos filantropos.

Kuhlmann Jr. (2011) relata que, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, denominado pai da pediatria no Brasil, é assim considerado por ter sido o primeiro médico no país a se preocupar com a primeira infância e a saúde, bem estar e assistência à criança, criando o Serviço de Crianças da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Seu exemplo foi determinante para que seu filho Arthur Moncorvo Filho dedicasse sua vida à assistência à criança pobre, fundando, em 1899 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância – IPAI.

O IPAI tinha cunho totalmente assistencialista e oferecia amparo à criança desde sua concepção, com serviços de pré-natal, assistência ao parto em domicílio, assistência ao recém-nascido, distribuição de leite pasteurizado através do programa Gota de Leite, pediatria, vacinação, puericultura e higiene infantil. Além disso, eram ofertadas creches, jardins de infância e escolas elementares no IPAI. Esse instituto posteriormente espalhou-se por outras cidades brasileiras. Arthur Moncorvo Filho acreditava que a responsabilidade pela criança pequena de família pobre, principal alvo de sua assistência, deveria ser do governo (KUHLMANN JR., 2011).

Ainda no século XIX, as ideias iluministas imprimem a concepção da razão e da pedagogia nova também na educação da criança, assim conceituada por Kramer (2011, p.22):

A pedagogia “nova” ou “moderna” concebe a natureza da criança como inocência original; a educação deve proteger o natural infantil, preservando a criança da corrupção da sociedade e salvaguardando sua pureza. A educação não se baseia na autoridade do adulto, mas na liberdade da criança e na expressão de sua espontaneidade. [...] a criança deve ser compreendida em função de seu passado individual.

A importância da criança passou a ter significado no país a partir de congressos, encontros e seus desdobramentos nas relações internacionais, até mesmo a criação do dia da criança, desconsiderando seu atual apelo comercial, pode ser avaliado como um avanço em termos de reconhecimento do seu valor. Conforme relata Kuhlmann Jr. (2011, p. 39) a definição do dia 12 de outubro como o dia da criança ocorreu em 1922, motivada pela comemoração da descoberta da América e as relações internacionais no continente americano.

Durante o período de 1844 a 1922 as exposições internacionais passam a ter grande relevância no cenário da Educação Infantil que estava se formando, e foi a partir delas que as recomendações de criação das creches tomaram força. Desde sua criação, as creches passaram a se difundir de forma extraordinária. Essa propagação encontrou eco na necessidade de oferecer assistência social à infância e na concepção de que a Educação Infantil era um sinal de modernidade, necessária para o progresso e a construção de uma civilização nova.

Em Kuhlmann Jr. (2011, p.77) é possível verificar que a ideia de Educação Infantil no Brasil foi concebida a partir da assistência à criança com resultado dos interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos em torno de três influências básicas que concorreram para a elaboração de políticas de assistência à infância: a médico-higienista, a jurídico-policial e a religiosa, que apresentavam uma acomodação de interesses entre elas.

Segundo Kuhlmann Jr. (2011, p. 69), no Brasil, o conceito de creche e de jardins de infância têm significados antagônicos especialmente por sua destinação de acordo com a classe social. Por um lado os jardins de infância, preconizados por Fröebel e tão difundidos na Europa com o nome de *Kindergarten*, se utilizavam do termo pedagógico para atrair os filhos das famílias ricas; era onde se ensinava música, ginástica e cálculo. Por outro, as creches e as escolas maternas semelhantes às francesas *salles d'asile*, eram assistencialistas e destinadas aos pobres, filhos da classe operária, das empregadas domésticas e das crianças filhas de escravas e beneficiadas com a Lei do Ventre Livre, no intuito de subordiná-los e torná-los subservientes (KUHLMANN JR., 2011).

O fato de a creche ter nascido a partir do serviço filantrópico/social e não educacional trouxe consigo o estigma de atendimento exclusivo aos pobres, cujo objetivo é a educação compensatória, visando oferecer condições e oportunidades à criança com deficiências higiênicas, morais, intelectuais e físicas. A baixa qualidade do atendimento é visível, mas a necessidade do “serviço” faz com que isso seja aceito, já que não resta alternativa para a mãe pobre.

Em 1901 sob a direção de Anália Franco, um grupo de senhoras, em sua maioria professoras, fundam a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, destinada ao amparo e educação da mulher e da infância, e à preparação de professoras para as escolas maternas, creches e jardins de infância. Criou posteriormente creches em regime de internato, liceus e

escolas noturnas que beneficiariam as crianças abandonadas e órfãs, as mulheres desamparadas e mães solteiras.

Já em 1906, foi inaugurada a Creche Central pelo Patronato de Menores, que também oferecia assistência à infância, mas com a particularidade de ter sido fundada por juristas brasileiros e era matriz de outros institutos localizados em bairros afastados do centro da cidade com o intuito de atender as criancinhas cujas mães buscavam trabalho fora do lar.

Em razão das mudanças sociais e econômicas advindas especialmente da revolução industrial, as mulheres passaram a trabalhar fora de casa como alternativa para complementar a renda familiar e como não tinham com quem deixar seus filhos, restava à creche o papel de auxiliar no cuidado e assistência à essas crianças. A creche ocupava o papel de substituta materna.

O século XX foi indubitavelmente fundamental para a Educação Infantil, e especialmente para a creche, pois alguns marcos importantes podem ser arrolados. Dentre eles, a criação do Departamento Nacional da Criança no Brasil - DNC em 1919, órgão que centralizava a política de assistência à mãe e à criança, assumindo funções na área de saúde, educação, previdência e assistência.

De acordo com Vieira (1988), o DNC foi um dos que mais de perto cuidou da proteção da criança pequena, e dentre suas ações estão a assistência à mãe e à criança brasileira, preocupação com o pleno funcionamento das creches, publicações de periódicos que incluíam informações sanitárias, educativas e de formas de funcionamento e instalações das creches, mas sua importância passa a ser fundamental quando se leva em consideração que:

As creches eram consideradas um mal, na medida em que sua existência nos grandes centros urbanos (Rio de Janeiro e São Paulo especialmente) revelava desorganização social, desajustamento moral e econômico, obrigando as mulheres das classes populares a renunciarem ao lar para garantirem sua sobrevivência e a de seus dependentes no trabalho extradoméstico, as creches eram vistas como indispensáveis. Indispensáveis porque seriam alternativa higiênica à criadeira ou tomadeira de conta, mulher do povo que tomava a seu cuidado crianças para criar (...), vista como uma das principais responsáveis pela elevada mortalidade infantil. (VIEIRA, 1988, p. 8).

Segundo Oliveira (2011, p. 97) e Kuhlmann Jr. (2011, p. 89), em 1922 acontece o primeiro Congresso brasileiro de proteção à infância, que foi organizado em cinco seções

temáticas e tratou de assuntos relacionados à criança no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico. O Congresso ocupou-se especialmente das relações com a família, a sociedade e o Estado. Esse congresso foi idealizado no DNC, então presidido por Arthur Moncorvo Filho.

No ano seguinte, em 1923, embora sob forte conflito, uma pequena conquista é alcançada pelas mulheres trabalhadoras. Oliveira (2011), endossa que essas operárias reivindicavam e pressionavam inicialmente os patrões, donos das indústrias, e posteriormente o Estado para a criação de creches, escolas maternais e parques infantis por parte dos órgãos governamentais. Essas mulheres conseguiram, naquele ano, a primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher que previa “a instalação de creches e salas de amamentação próximas do ambiente de trabalho (...) que deveriam facilitar a amamentação durante a jornada das empregadas” (OLIVEIRA, 2011, p. 97).

Oliveira (2011, p. 98), afirma que Lourenço Filho publicaria em 1929 o livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, onde divulgaria novas concepções sobre a educação e defenderia a educação para a criança numa escola única que coeducasse meninos e meninas e fosse laica, gratuita e obrigatória. Como se verá adiante, nesse mesmo ano se organizaria uma Conferência Nacional em que seria assinado o Convênio Estatístico de 1931.

Em 1942, segundo Vieira (1988) foi criada a Legião da Brasileira de Assistência - LBA, uma instituição híbrida, criada a partir da iniciativa privada, da iniciativa do Governo Federal (Getúlio Vargas) e da influência da então primeira dama Darcy Vargas preocupada com a sorte dos necessitados. Uma de suas principais ações foi o Projeto Casulo em 1977, destinado à proteção da criança carente e abandonada de 0 a 6 anos de idade. O projeto tinha a intenção de proporcionar às mães tempo livre para poder ingressar no mercado de trabalho e, assim, elevar a renda familiar. A LBA era presidida pelas primeiras-damas brasileiras e foi extinta em 1991.

Em 1943 foi aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que traz no seu artigo 389, parágrafo 1º a obrigação de toda empresa garantir que nos estabelecimentos onde trabalham pelo menos trinta mulheres seja garantido um local apropriado para guarda e assistência de seus filhos durante o período de amamentação.

Após a ditadura militar (1964-1985), os movimentos populares e as reivindicações passaram a fazer parte do processo democrático que, dentre suas reivindicações, contemplava a creche, conforme afirmam Campos, Fülgraf e Wiggers (2006, p. 88):

O final da década de 70 e a década de 80 foram marcados por diversas mobilizações da sociedade civil que demandavam a extensão do direito à educação para as crianças pequenas: movimentos de bairro e sindicatos nas grandes cidades lutavam por acesso a creches; grupos de profissionais e especialistas da educação mobilizavam-se no sentido de propor novas diretrizes legais; prefeituras procuravam dar resposta à demanda crescente por creches e pré-escolas, criando e/ou ampliando o atendimento.

Conforme observa Rosemberg (1984, p. 98) essa luta por creches encontra eco nos movimentos feministas e populares, como é exemplo o Movimento Luta por Creches, criado em 1979, que além de reclamar por unidades, também zelava pelos equipamentos dessas instituições.

Todavia, o Movimento logo teve fim, embora tenham sido instaladas 120 creches em São Paulo destinadas à população de baixa renda, que recebesse até dois salários mínimos. A vitória do movimento não foi garantida e a construção de novas instalações fica ameaçada, segundo Rosemberg (1984, p. 98):

A construção é muito cara, os custos de manutenção são altos, afirma-se. Melhor será incentivar a participação dos setores privados (igreja, associações filantrópicas, grupos comunitários), o Estado deve contribuir apenas indiretamente através de convênios, argumenta-se. E o Movimento Luta por Creches? Deixou de existir enquanto luta política, enquanto movimento unitário. Seus integrantes se dispersaram entre os partidos políticos (PMDB e PT). Continuam apenas a existir ações isoladas nos bairros.

Conforme Rosemberg (1984, p. 99) o Movimento Luta por Creches encerra-se na dualidade da reivindicação popular, que “corresponde aos anseios da mulher de baixa renda e que permite a crítica ao papel tradicional de mãe.” A autora explica que embora as creches fossem uma necessidade para as mães de baixa renda, as mães trabalhadoras, que, aliás, representava a maioria da população, as reivindicações passaram a ser locais, nos bairros, junto às prefeituras.

Na medida em que as creches públicas não atendiam à demanda, passaram a ser criadas as creches domiciliares, assim denominadas aquelas casas onde uma mulher toma conta, em seu próprio lar, de várias crianças, de diversas idades mediante pagamento. Essa

prática foi estimulada nos anos 1980 pelo governo e por alguns Organismos Internacionais, tais como a Organização Mundial para Educação Pré-escolar (OMEP) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF como uma alternativa adequada às crianças dos países em desenvolvimento. Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2002) assinalam que esse tipo de atendimento é precário e insuficiente.

Segundo Rosemberg (1989), essa prática representa uma falácia, uma solução miserável para populações pobres, visto que nesses locais, o atendimento em massa não garante o nível de qualidade desejável, nem tampouco um lar psicológico, além disso, não dispõe de profissionais preparados para o cuidado da criança, nem garante um atendimento integrado com atenção à saúde, e à alimentação, nem mesmo às atividades pedagógicas tão essenciais para a criança pequena.

Mesmo após a difusão das creches e conhecendo a necessidade da sua constituição para construção de uma sociedade moderna que, para progredir deveria contar, inclusive, com a mão de obra feminina, a creche encontrou conflitos para sua defesa e a principal oposição à sua existência era em razão de um motivo até hoje encontrado: o discurso de que o cuidado com a criança e a atribuição da responsabilidade primordial para com ela é da mãe, que deve ser inclusive, a primeira educadora.

A inclusão da Educação Infantil que somam creches e pré-escolas como primeira etapa da Educação Básica na LDB/1996 foi, sem dúvida, um avanço. A partir de então, as funções de educar e cuidar da criança pequena são definidas como objetivos das instituições que a ofertam, sem o caráter assistencialista e filantrópico de outrora; no entanto, essa inclusão na referida Lei não garante sua oferta, nem tampouco sua qualidade.

Atualmente, as creches brasileiras garantem a todas as crianças, indiscriminadamente o direito a ser matriculada, especialmente após a inclusão das creches no sistema educacional. No entanto, cabe ressaltar que esse direito não é uma garantia, já que, como esse estudo demonstrará, em grande parte do Brasil, o quantitativo de vagas é insuficiente para atender à demanda.

A abordagem histórica que Kuhlmann Jr. (2011, p. 181) faz das políticas para a Educação Infantil revelam quais são os deveres do Estado para com a educação expressa desde a Constituição Federal de 1988. Esse dever precisa ser cumprido, especialmente em

relação à criança pequena, pois como afirma “A vontade de propiciar uma boa educação para seus filhos não é exclusiva das mulheres de classe média alta”.

1.2 CRECHE E INFÂNCIA

A nova concepção acerca da importância da criança como parte do contexto social, foi fruto de estudos e observações, como a exemplo de Qvortrup (2011b), que ao notar o divórcio na Europa e os contextos da dinâmica familiar percebeu que a criança era considerada como um objeto que consome tempo e dinheiro e por vezes, um bloqueio à carreira dos adultos, e por fim, sem vida própria. E foi no estudo do status dos pequenos que o sociólogo percebeu a criança como ator de uma sociologia própria da infância, vendo-as como membros da categoria infância, onde têm condições de vida diferente dos adultos.

Qvortrup (2011a) ressalta a importância da criança para a sociedade atual e assevera que essas crianças são úteis e partícipes da sociedade. Seu trabalho escolar tem utilidade e a ligação delas com os idosos é importante para a manutenção do contrato entre gerações,¹⁷ afirma inclusive que, como sujeitos ativos, elas estão envolvidas no tecido social. Portanto, a criança é importante, é sujeito e é partícipe, de acordo com o que afirma Müller e Hanssen (2009, p. 474): “crianças não são incompetentes, sobretudo porque vêm dominando melhor certos conhecimentos produzidos no mundo dos adultos. É o caso do domínio de novas tecnologias, internet, jogos eletrônicos, telefone portátil.”

Considerando as novas nuances da sociedade em que vivemos, na qual, após vários estudos, pesquisas e convivências, a criança pequena ocupou finalmente, seu espaço na sociedade moderna, assumindo sua importância, embora com especificidades, conforme afirmam Dahlberg, Moss e Pence (2003, p.66) a “criança pequena como natureza, um ser essencial de propriedades universais e capacidades inerentes, cujo desenvolvimento é encarado como um processo inato e biologicamente determinado”.

É possível inferir que os conceitos de infância e de creche têm mudado ao longo da história no sentido de valorizar a criança como sujeito pleno de direitos e cuidados, de respeito e de educação cujas especificidades a creche pode atender. Uma creche que não

¹⁷ Para Qvortrup (2011, p. 324) o pacto geracional é um acordo não escrito sobre formas pelas quais obrigações e recompensas são distribuídas entre gerações. Nesse sentido, o autor afirma também (idem, p. 511) que as consequências do aumento do número de idosos em relação à escassez de crianças causa um desequilíbrio que pode causar riscos.

pretenda escolarizar a criança, nem tampouco substituir a família, mas que possa ser uma opção para a criança de usufruto do seu pleno direito, como cidadão.

No intuito de compreender a oferta da creche, suas particularidades, sua diferenciação em relação às outras etapas da Educação Básica, é preciso conhecer o contexto de sua criação e o seu surgimento no Brasil e na Europa. Essa compreensão poderá, posteriormente, auxiliar na interpretação e na análise das estatísticas educacionais.

Para chegar à concepção que hoje temos de creche, um longo caminho histórico e de quebra de paradigmas sociais e políticos foram necessários. Se hoje a creche é considerada um lugar de cuidado e educação da criança pequena e para a criança pequena, em décadas passadas ela já foi associada à ideia de mal necessário, um lugar onde as crianças ficavam desamparadas, à mercê da boa vontade dos adultos que delas se encarregavam.

A creche tem multissignificados e multidefinições que variam inclusive com tempo e a história. Buscando a concepção do significado da palavra creche, Oliveira (2011, p.58) define:

O termo francês *Crèche* equivale a manjedoura, presépio, asilo para crianças. O termo italiano *asilo nido* indica um ninho que abriga. “Escola materna” foi outra designação usada para referir-se ao atendimento de guarda e educação fora da família a crianças pequenas.

Ainda que essa conceituação seja singular e traga consigo o estigma de asilo para criança necessitada de proteção e cuidado, em razão da evolução da sociedade que hoje compreende a criança como sujeito singular e percebe a creche como estabelecimento coletivo de educação e cuidado, seu estudo se faz necessário, visto que:

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos. (KRAMER, 2007, p. 15).

Conquanto em um passado próximo, a sociedade e as famílias considerassem o núcleo familiar como o mais propício para o cuidado e educação da criança, já se concebe na sociedade atual que a creche desempenha de forma eficaz o papel de cuidar e educar a criança pequena. Com as novas dinâmicas da sociedade, a creche passou a ser entendida como uma

necessidade da criança como sujeito pleno de direito, e uma realidade social do nosso tempo frente aos novos papéis que a sociedade e as famílias vêm assumindo,

Pode parecer paradoxal se perguntar sobre a família como empreendimento de transmissão cultural, quando a difusão de outras instituições de educação e guarda de crianças, (...) como as creches, parece marcar uma destituição da família já que a tarefa de educação, realizada quase exclusivamente em seu seio, tende cada vez mais a se realizar em instituições diversas que intervêm cada vez mais cedo. (CHAMBOREDON; PRÉVOT, 1986, p.33).

De acordo com Chamboredon e Prévot (1986), as razões que justificam a necessidade e a relevância da criação e manutenção da creche são diversas. Os autores elencam algumas, sem que uma se contraponha ou pretira a outra, afirmando que a expansão do trabalho feminino está de tal forma generalizada que suscita a necessidade de guarda da criança durante o período em que essa mulher exerce seu trabalho. Afirmam ainda que a urbanização provocou necessidades antes impensadas, pois as famílias viviam em núcleos rurais e eram autossuficientes.

Os autores (1986) ainda asseveram que as atividades profissionais femininas são incompatíveis com o trabalho pedagógico de mãe, e que o peso material das tarefas domésticas e a falta de qualificação cultural, impedem a mulher das classes populares de desempenhar plenamente um papel pedagógico, mesmo quando essas mães não trabalham.

Qvortrup (2011) lembra também que antigamente a reprodução e também as famílias eram muito grandes e por isso autossustentável. Com a industrialização, a família passou a ser nuclear e pequena. Além disso, a produção passou a ser desenvolvida externamente e não pela família. Desse momento em diante, as famílias, inclusive as mulheres, se viram obrigadas a contribuir para a composição da renda familiar, iniciando um movimento dinâmico entre as famílias com crianças que desde então passaram a demandar um lugar para deixar seus filhos.

Há também que se considerar os benefícios que a creche pode trazer. Oliveira (2011, p. 85) defende que as crianças pequenas beneficiadas pela Educação Infantil de qualidade tendem a desenvolver mais o raciocínio, a capacidade de resolver problemas, a cooperação e a confiança em si. A soma desses efeitos positivos favorecem a aprendizagem escolar e o sucesso nos estudos posteriores dessas crianças. Ao discorrer sobre os desafios da Educação Infantil, Campos (2011, p. 2) afirma que,

Essa faixa de idade [0 a 3 anos] tem uma enorme capacidade de aprendizagem, de incorporar uma série de elementos, estão abertos para o mundo justamente porque precisam ganhar autonomia para sobreviver. É verdade também que é muito importante o que acontece com ela nos primeiros anos de vida.

Portanto, a creche, é uma boa oportunidade para a criança de sociabilizar, brincar, interagir com seus pares, aprender e vivenciar novas experiências, é um espaço de intercâmbio e de trocas, de cuidado e educação concomitante.

Sobre essa questão, Rossetti-Ferreira et al. (2003) afirmam que os bebês nascem bastante imaturos do ponto de vista motor, porém, suas características perceptuais já são desenvolvidas, o que permite, através de seu equipamento sensorial, sua comunicação, interação e aprendizagem por meio do contato físico com o outro desde a tenra idade. Rossetti-Ferreira e Vasconcelos (2002, p.259) asseguram que “a creche cria campos de interação criança-criança que são mais disponíveis (maior número de crianças e menor de adultos)”, o que faz dessa instituição uma boa alternativa tanto para as famílias que dela necessitam quanto para as crianças que dela fazem uso.

Desta forma, a creche, mais do que um lugar de guarda assistencialista da criança pequena, é reconhecidamente uma instituição coletiva de educação e cuidado infantil, que já faz parte do cotidiano das famílias e da educação brasileira, da qual não se pode mais fugir. Esse novo papel que a creche vem assumindo, pode ser embasado, inclusive, quando se observa sua expansão quantitativa de matrículas e a expansão da demanda.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

A intenção dessa dissertação é realizar uma análise estatística, fazendo uso de alguns recursos dessa área da matemática para melhor demonstrar um retrato atualizado das creches em nosso país. Gatti e Feres (1977 p. 11) já recomendavam a utilização da estatística nas ciências humanas nos anos 1970, e afirmavam que: “o aspecto essencial da estatística refere-se exatamente à proposição de métodos inferenciais, que permitam conclusões que transcendam os dados imediatos obtidos”. Portanto, o interesse é fazer uso dela como forma de demonstrar uma realidade.

O trabalho analisa os anos de 2007 e 2011, período em que os dados passaram a ser coletado através de um Sistema *Online*, o Educacenso, permitindo uma análise bem mais abrangente e eficaz. É de importância capital explicar a razão de analisar os dados a partir de 2007, visto que somente a partir de então a interseção de informações do Educacenso como matrículas, alunos, docentes e estabelecimentos de ensino passou a ser possível, posto que a unidade de referência passou a ser individualizada para cada um dos itens citados não apenas a escola, diferentemente do que ocorria até 2006.

Essa mudança metodológica ocorrida em 2007 permite obter dados de forma detalhada e, uma vez que os dados são individualizados, evita duplicidade de cadastro de matrículas, fornecendo informações cada vez mais fidedignas, tornando possível a realização de um diagnóstico que retrate a realidade da criança pequena matriculada nas creches brasileiras, diagnóstico aqui entendido no seu sentido mais amplo - como a descrição e a análise minuciosa das características, possibilidades e condições de acesso.

Analisar dados estatísticos acerca de crianças que frequentam creches no Brasil demanda uma metodologia clara, objetiva e inteligível, além disso, a escolha por vertentes, métodos, definições de procedimentos, e porque não dizer, negociações acerca de que dados devem ser explorados e quais deles devem ser excluídos da pesquisa. Para obter cada resultado, precisei esmiuçar os dados de modo a obter um resultado que fosse fidedigno e que pudesse trazer contribuições relevantes para a área de estudo.

Dados estatísticos têm sua importância reconhecida pelos pesquisadores das ciências exatas, mas e para os pesquisadores das ciências humanas? Bussab e Morettin (1981, p.2) garantem que “em alguma fase de seu trabalho, o pesquisador se vê às voltas com o problema

de analisar e entender uma massa de dados, relevante ao seu particular objeto de estudo”. Esse pesquisador a quem os autores se referem são, naturalmente, de ambas as ciências. Cabe questionar, entretanto, se a estatística e os dados estatísticos sobre as creches, de fato, têm aplicação prática na área de Educação. Guimarães (2008, p. 11) afirma que a estatística:

É um conjunto de técnicas de análise de dados, cientificamente formuladas, aplicáveis a quase todas as áreas do conhecimento que nos auxiliam no processo de tomada de decisão. É a Ciência que estuda os processos de coleta, organização, análise e interpretação de dados relevantes e referentes a uma área particular de investigação.

Portanto, a estatística tem papel fundamental tanto para a área da Educação como para qualquer outra área das ciências humanas, afinal ela pode referendar uma hipótese e auxiliar na verificação do que observamos no dia a dia. Ademais, como podemos nos certificar de que muitas crianças de 0 a 3 anos não têm oportunidade de frequentar uma creche? Que outra técnica poderia ser utilizada para ter essa certeza? Correa (2003, p.8) explica que:

O mundo está repleto de problemas. Para resolvermos a maioria deles, necessitamos de informações. Mas, que tipo de informação? Que quantidade de informações? Após obtê-las, que fazer com elas? A estatística trabalha com essas informações, associando os dados ao problema, descobrindo como e o que coletar assim capacitando o pesquisador (ou profissional cientista) a obter conclusões a partir dessas informações, de tal forma que possam ser entendidas por outras pessoas. Portanto, os métodos estatísticos auxiliam o cientista social, o economista, o engenheiro, o agrônomo e muitos outros profissionais a realizarem o seu trabalho com mais eficiência.

Após constatar que os dados de matrícula em creche seria a melhor alternativa, considerando a escassez de informações quantitativas acerca desta temática, procedi ao delineamento das tabelas e definições das análises.

O que eu não havia considerado até então é que algumas informações estatísticas e a forma de construção de algumas tabelas e gráficos poderiam de alguma forma, gerar dúvidas ou dubiedade na análise, não sendo suficiente para sua explicação a inclusão de notas de rodapé. Isso me levou, no decorrer do processo, a optar por medidas que fortalecessem meus argumentos e auxiliassem nas análises, tornando-as mais claras. Por esse motivo, procedi algumas ações simples, como por exemplo, construir quadros explicativos que permitissem esclarecer alguns pontos que poderiam porventura, gerar dúvidas. Os quadros explicativos apresentam, sobretudo, um componente didático para a dissertação.

Esses quadros explicativos que precedem cada análise contêm as seguintes partes: *a)* descrição da tabela e/ou gráfico: apresenta o conteúdo da tabela que será analisada; *b)* Interpretação da tabela e/ou gráfico: explica com pormenores o que será demonstrado; *c)* Objetivo/justificativa para o cálculo: mostra qual a pretensão da tabela, quais perguntas pretende responder, mostrando sua importância e necessidade; *d)* Nível de agregação: mostra como foram reunidos os dados, se por estados, Brasil como um todo, ou ambos; *e)* Fórmula: detalha a forma como o cálculo foi realizado, mostrando passo-a-passo como o resultado, ou percentual foi obtido. Por último, o quadro traz *f)* os esclarecimentos sobre os cálculos, os resultados obtidos e a forma como se chegou a eles, mostrando suas especificidades, detalhes e minúcias naquela análise.

Os caminhos da pesquisa foram sendo percorridos paulatinamente, iniciando pela definição de 10 tabelas que analisassem os dados de matrículas da creche. Após ajustes, finalizamos um total de 8 tabelas que foram analisadas individualmente. Algumas constam nessa dissertação em forma de tabelas e outras em forma de gráficos, e todas estão incluídas no apêndice dessa dissertação.

As tabelas e gráficos são úteis para sintetizar as informações (dados) a respeito de determinada variável em estudo. Buscando melhor demonstrar as informações, apresentarei os dados em forma de tabelas e gráficos. Crespo (1991, p. 25) define tabela como “um quadro que resume um conjunto de observações”, já os gráficos (CRESPO, 1991, p. 38) são,

uma forma de apresentação dos dados estatísticos, cujo objetivo é o de produzir, no investigador ou no público em geral, uma impressão mais rápida e viva do fenômeno em estudo, já que os gráficos falam mais rápido à compreensão.

Entender os números sobre as crianças matriculadas em creches demanda várias análises de dados das quais derivam as interpretações, inferências e a conclusão da dissertação, Toledo e Ovalle (1995, p.25) assim as definem:

Na análise e interpretação dos dados, o interesse maior reside em tirar conclusões que auxiliem o pesquisador a resolver o seu problema. A análise dos dados estatísticos está ligada essencialmente ao cálculo de medidas, cuja finalidade principal é descrever o fenômeno.

Para essa pesquisa utilizei informações do Banco de Dados do Inep e do IBGE, procurando analisar, tratar e cruzar as informações dos referidos bancos. O estudo analisa as creches brasileiras em todos os Estados do país, nas localizações urbanas e rurais, nas

dependências administrativas públicas e privadas levantando informações sobre as crianças matriculadas nessa etapa da Educação Infantil.

A pesquisa empírica foi essencialmente quantitativa, e traduziu os valores numéricos em informações com base na análise estatística dos dados contidos em gráficos e tabelas, o que demandou também uma análise com viés qualitativo. A escolha pela vertente quantitativa se deu em razão da análise estatística que se fará das variáveis da pesquisa, pois:

A pesquisa quantitativa é um meio para testar teorias objetivas, a relação entre as variáveis. Tais variáveis, por sua vez, podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos. (CRESWELL, 2010, p. 26)

Os dados secundários dos quais fiz uso, estão disponíveis nos bancos de dados do Censo Escolar da Educação Básica – Educacenso (2007, 2010 e 2011), produzidos pelo INEP e, no caso do Censo Demográfico (2010) e da PNAD (2007) produzidos pelo IBGE, foram extraídos por meio dos microdados ou no site do referido Instituto. Barbetta (2011, p. 28) assim discorre sobre os dados secundários: “Em muitas situações não precisamos ir até os elementos da população para obter os dados porque eles já existem em alguma publicação ou arquivo”.

Qvortrup (2012 *apud* BREDÁ; GOMES, 2012, p.504) faz uma colocação bastante interessante sobre a utilização dos dados secundários nas pesquisas por ele conduzidas: “Minhas pesquisas baseiam-se mais na coleta de documentos já produzidos e disponíveis, e a partir desses materiais uso a imaginação para fazer perguntas interessantes que possam alavancar novas informações”.

Os dados do Inep foram analisados de forma individualizada ou comparados com os dados da PNAD e do Censo Demográfico. Malhotra (2006, p. 440) define a tabulação cruzada como “uma técnica estatística que descreve uma ou mais variáveis simultaneamente e origina tabelas que refletem a distribuição conjunta de duas ou mais variáveis com um número limitado de categorias ou valores distintos”.

Transpondo essa informação para esta pesquisa, a geração das tabelas será cruzada em casos como, por exemplo: dados da população de 0 a 3 anos e número de matrículas na creche de crianças de 0 a 3 anos, utilizando para isso, tanto o Banco de Dados do Inep (matrículas na creche) quanto da Pnad (2007) e Censo populacional (2010), ambos do IBGE (população).

A pesquisa tem caráter analítico e descritivo, segundo Gil (2011) “A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa se propõe a realizar uma análise estatística sobre as matrículas em creches no Brasil, portanto, “tem por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, etc.” (GIL, 2011, p. 44).

A opção foi pelo método estatístico, pois agrega a utilização de diversas manipulações, avaliações, porcentagens, dentre outros, para auxiliar nas investigações de ciências sociais. Para Gil (2011, p. 35): “O método estatístico passa a caracterizar-se por razoável grau de precisão, o que o torna bastante aceito por parte dos pesquisadores com preocupações de ordem quantitativa”. Teixeira (2008, p.19) acrescenta que o método estatístico é utilizado, normalmente, na área da Estatística Descritiva, como é o caso dessa pesquisa.

A Estatística aplicada à Educação auxilia a interpretação dos dados que, posteriormente, podem ajudar na tomada de decisões e na escolha por políticas públicas direcionadas; ademais, as tabelas, os gráficos e os percentuais enriquecem as informações e justificam a aplicação da Estatística no campo da Educação. Cazorla; Silva e Vendramini (2006, p. 01) ressaltam a importância da Estatística aplicada à Educação e afirmam que “Estatística é uma ferramenta valiosa em pesquisa e está ao alcance de todos, mesmo para aqueles que optaram por metodologias de cunho qualitativo, pois complementa e enriquece o trabalho científico”.

Fiz uso da estatística descritiva - também denominada de estatística dedutiva (TEIXEIRA, 2008) - para análise dos dados, no intuito de organizar as informações e interpretá-las, Guimarães (2008, p.12) ensina que,

O objetivo da Estatística Descritiva é resumir as principais características de um conjunto de dados por meio de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Descrever os dados pode ser comparado ao ato de tirar uma fotografia da realidade. Caso a câmera fotográfica não seja adequada ou esteja sem foco, o resultado pode sair distorcido. Portanto, a análise estatística deve ser extremamente cuidadosa ao escolher a forma adequada de resumir os dados.

Embora os dados contidos no banco de dados do censo escolar sejam bastante abrangentes, certamente não será possível contemplar todas as creches existentes no país em razão da existência de creches irregulares, clandestinas ou não cadastradas no Sistema

Educacenso. Desta forma, quando se fala em Censo Escolar, a população acessível será aquela composta pelas crianças cadastradas nesse Sistema.

Após essa definição, foi necessário determinar o que seria pesquisado, analisado ou estudado. Barbetta (2011, p.29) sustenta que ao questionar o que vamos observar ou medir em uma população ou amostra estamos definindo as variáveis, e esclarece: “as variáveis são as características que podem ser observadas (ou medidas) em cada elemento da população, sob as mesmas condições”. Levando em consideração essa definição, as variáveis dessa pesquisa serão as características das crianças que frequentam creches, tais como sexo, cor/raça e idade, dentre outros aspectos.

Bussab e Morettin (2002) lembram que algumas análises estatísticas podem ser realizadas por meio de técnicas computacionais que podem ser implementadas através de pacotes estatísticos utilizados em larga escala, como é o caso dos pacotes utilizados pelo Inep. Existem no mercado diversos pacotes estatísticos, alguns de uso livre e outros de uso restrito, liberados por meio de pagamento de licenças. Os mais utilizados no Brasil são: Stata, R, SPSS, SAS dentre outros.

Para a estruturação das tabelas e gráficos utilizei o Microsoft Office Excel, popularmente denominado Excel no sistema operacional Microsoft Windows. E para a manipulação dos dados dessa pesquisa foi utilizada a ferramenta SAS Enterprise Guide, no ambiente Windows. Antunes (2006, p.6) define o SAS como:

Uma ferramenta que utiliza aplicações gráficas interativas, que funcionam sob uma mesma filosofia, que consiste essencialmente na definição de processos que são compostos por uma sequência de tarefas a executar sobre os dados. Estas tarefas correspondem a tipos específicos de análises ou relatórios que podem ser aplicados aos dados.

Fiz uso do banco de dados sobre as matrículas, acessando os microdados, disponibilizados pelo Inep em seu site. Da mesma forma, para o uso dos dados do IBGE, foram utilizadas as bases de dados o Censo populacional e da Pnad por meio dos microdados na área de FTP¹⁸, cujas notas metodológicas, dicionário e metodologia para cálculo estão disponíveis no site desse Instituto.

¹⁸ FTP significa File Transfer Protocol (Protocolo de Transferência de Arquivos), e é uma forma bastante rápida e versátil de transferir arquivos (também conhecidos como ficheiros), sendo uma das mais usadas na Internet. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/File_Transfer_Protocol

Destarte, estes foram os meios utilizados para o planejamento, desenvolvimento e finalização dessa dissertação. Os resultados obtidos e as análises realizadas demonstram a importância do estudo, que traz como base os dados estatísticos dos órgãos brasileiros oficiais de recenseamento populacional como é o caso do IBGE e o recenseamento de alunos, como é o caso do INEP, além de dados da situação socioeconômica da população do Brasil, produzidos pela PNAD/IBGE.

2.1 AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A estatística é intrínseca à educação e está presente em nosso país desde o século XIX. Senra (2009, p. 31) afirma que em 1826, por ocasião da primeira sessão no Senado do Império, o então senador Francisco de Assis Mascarenhas, o Marquês de São João da Palma, defendia a criação de uma Comissão de Estatística, afirmando: “É um dos maiores trabalhos que temos a fazer, e talvez o mais importante; porque sem termos a estatística, como conheceremos o Brasil?” desta forma, a estatística sempre foi uma necessidade patente para o país.

Naquela ocasião os intelectuais brasileiros pretendiam construir um Estado Nacional moderno e as estatísticas educacionais faziam parte desse projeto. Em 1882 o então deputado e relator Ruy Barbosa publicou, juntamente com os deputados Thomaz Espinola e Ulysses Vianna o [*sic*] Parecer e Projecto da Comissão de Instrução Publica, o parecer trazia dados estatísticos acerca da educação primária no Brasil e a situação do ensino nas escolas públicas e particulares do império, segundo os relatores, os dados “caracterizam, de um modo singular as circunstâncias lastimosas da instrução pública entre nós”. Nesse parecer, o parágrafo abaixo antecede a demonstração dos dados:

Neste parecer, cingiremos a nossa demonstração ao ensino primario. Nesse estudo o primeiro factó que impressiona o observador consciencioso, é a indolencia do nosso *progresso* escolar, para cuja apreciação nos apoiaremos nos quadros seguintes, que a vossa commissão organizou mediante informações officiaes (Colhidas no relatório do Ministério do Império de 1854, 1870, 1872, 1874, 1878, 1880 e relatório do inspector geral da instrução primaria e secundária do Município Neutro em 1858). (BARBOSA, 1883, p.2).

O que se percebe desde aquela ocasião, é a necessidade crescente de uma contagem fidedigna do quantitativo de alunos nas escolas da República, embora esse quantitativo fosse em número infinitamente menor do que em nossa sociedade atual. Em 1947 Rui Barbosa já

reivindicava a melhoria dos instrumentos de coleta de informações e defendia a criação de Jardins de Infância no Brasil, por meio de dados estatísticos que reiteravam essa necessidade.

Para Rui Barbosa a criança deveria ser atendida em instituições de educação que as preparassem para o ensino primário, a exemplo do que já vinha acontecendo no exterior, para ele, “a sala de asilo (kindergarten – modelo de Fröebel) é a nascente, de onde emana a primeira instrução. Se for pura, esta fonte vivificará, alimentando-o, todo o curso da educação popular”. (Barbosa, t. III, 1947, p. 57). O autor demonstrou que essas instituições estavam crescendo paulatinamente no Brasil, para ele, as escolas preparatórias deveriam ser incorporadas “[...] definitivamente à organização do ensino, como parte integrante do sistema nacional” (Barbosa, t. III, 1947, p. 65).

Outro nome que teve fundamental importância para as estatísticas educacionais no Brasil, imprimindo modernidade e inovação nesse campo, foi Mario Augusto Teixeira de Freitas. Em 1908 esse estatístico, aos 18 anos, ingressou na Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas onde promoveu numerosas pesquisas estatísticas, até então inéditas no país¹⁹. Em 1920 foi nomeado Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais, onde reformou e organizou toda sua estatística; nomeado posteriormente Diretor Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais lançou o Anuário Estatístico do Estado, o Anuário Demográfico e o Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais.

Após a Revolução de 1930, no Governo Provisório, Teixeira de Freitas foi para o Rio de Janeiro, onde organizou e dirigiu a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública, onde estruturou toda estatística referente à educação, dando início às estatísticas educacionais no Brasil. Após sua saída desse Ministério, criou, em 1936 o Instituto Nacional de Estatística, que em 1938 passou a ser chamado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. De 1936 a 1948 foi Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, consolidando e organizando as estatísticas do país.

Como Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística do IBGE, foi o responsável pelo Decreto-Lei nº 311 ou Lei Geográfica do Estado Novo; o Decreto-Lei nº 969, que determinou a realização decenal, nos anos de milésimo zero, do Recenseamento

¹⁹ Nota Biográfica de Teixeira de Freitas. Disponível em < <http://www.IBGE.gov.br/65anos/teixeira/nota.htm>>

Geral do Brasil (ainda hoje em voga); e o Decreto-Lei nº 4.181 que, entre outras diretrizes, autorizou a realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal possibilitando, assim, a solução do problema da coleta de dados no âmbito municipal, de capital interesse para a estatística geral e, de modo especial, para os estudos necessários à segurança nacional.

Assim como Rui Barbosa, Teixeira de Freitas criticava a situação de atendimento da demanda crescente por vagas frente à quantidade ínfima de instituições de ensino naquela época, e criticava também o número de reprovações. Em meados dos anos 30 Teixeira de Freitas publicou o livro *O que dizem os números sobre o Ensino Primário*, que contemplava um grande estudo e um rico material estatístico sobre a educação primária, segundo Freitas (1934, p.158):

A estatística educacional brasileira, para muitos inexpressiva, incompreensível, ou no máximo um frio rol de quantidades a sugerirem conceitos superficiais, quando examinada com certa acuidade, ainda que resumidamente, fala-nos eloquentemente de um mundo de cousas que interessam vitalmente ao Brasil. Dá-nos um depoimento sincero sobre a significação da obra da educação elementar com que os nossos governos pretendem estar preparando de modo satisfatório os destinos da nação e cumprindo integralmente o seu dever de assistência educativa às novas gerações. Revela-nos as insuficiências e os aspectos negativos desse grande esforço que vem fazendo o país com a melhor das intenções e na mais completa boa fé. E fixa sugestivamente as condições fundamentais para se corrigirem as falhas e anormalidades da situação atual.

Mario Augusto Teixeira de Freitas é hoje considerado o patrono do IBGE, visto que foi o primeiro a demonstrar a importância da estatística para área da educação, como ele mesmo afirmava: “A estatística tem que desdobrar, com efeito, o panorama da organização educacional do país” (Freitas, 1934. p. 15), e de fato, esse é o papel da estatística para a educação: mostrar o panorama, desvelar a situação do país nesse aspecto.

Ainda nessa temática, a publicação *O Censo Escolar Brasileiro: história e novas perspectivas* (2004) destaca em seu texto que o então presidente da república, Getúlio Vargas, cria em 1930 o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, o ministro da pasta era Francisco Campos. Naquela ocasião, o diretor de gabinete era Lourenço Filho, um dos escolanovistas, forte defensor da educação para a infância; Lourenço Filho definia a criança como futuro cidadão, integrada na sociedade e detentora do direito de uma escola gratuita e obrigatória (SCHWARTZMAN, 2009).

Um ano após a criação daquele ministério, em 1931, a Associação Brasileira de Educação (ABE), organiza, em dezembro do referido ano na então capital federal, Rio de Janeiro, a IV Conferência Nacional de Educação, que contou com a participação de vários representantes brasileiros e de Anísio Teixeira, designado para presidir a delegação que representava o Distrito Federal. Nessa conferência foi assinado um Convênio Estatístico que pretendia padronizar as estatísticas escolares. Esse documento recebeu o nome de Convênio Estatístico de 1931 e tinha como finalidade:

Art. 1º O Serviço de Estatística da Educação e Saúde (S.E.E.S), subordinado administrativamente ao Ministério da Educação e Saúde e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, constitui um dos órgãos executivos centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E) e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes bem como promover, em publicações próprias, ou por intermédio do S.D e do I.B.G.E, a divulgação dessas estatísticas. (BRASIL. Decreto nº 16915/44, p.1).

Esse convênio, autorizado pelo Decreto nº 20.772 de 1931, do chefe do Governo Provisório, sob a alegação de que as atividades do Ministério da Educação e Saúde Pública não poderiam realizar-se sem um levantamento regular das estatísticas, foi oficialmente o início do Censo Escolar, e pretendia conhecer e divulgar os números relativos ao ensino primário em geral, separados por Estado, Distrito Federal e do Território do Acre. (INEP, 2004).

Ainda em 1931, foi criada no referido Ministério, pelo Decreto nº 19.560, a Diretoria Geral de Informações Estatísticas e Divulgação. No entanto, somente após 8 anos, em 1939, foram publicados os primeiros resultados obtidos com aquele convênio. Essa publicação, que se inicia com os dados de 1932 foi chamada de Ensino Brasil, e continuaria sendo editada por vários anos, dando início ao que hoje chamamos de Sinopse Estatística.

Mas cabe observar que já naquela época, a preocupação com as estatísticas referentes à Educação Infantil, e especialmente às creches, denominada naquela ocasião de ensino pré-primário, não existia, essas publicações estatísticas contemplavam somente a educação a partir do ensino primário.

De acordo com as informações históricas do Inep (2004; 2006), em 1937 foi criado pela Lei nº 378 o Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Essa denominação foi alterada

pelo Decreto nº 38.661 para Serviço de Estatística e da Educação e Cultura (Seec), sendo responsável pela realização de censos estatísticos da educação. Em 1980 a Seec foi transferida para Brasília com apenas sete funcionários, ficando subordinado à Secretaria de Informática (Seinf) do Ministério da educação e em 1987 ficou subordinado à Secretaria de Planejamento (Seplan)/MEC.

Com a reforma administrativa do Governo Collor, em 1991, a Seec transformou-se em uma unidade da Secretaria de Assuntos Administrativos do MEC. De 1991 a 1994, o órgão passou por um período crítico e por pouco não foi extinto. No ano seguinte essa Secretaria e também o Inep passaram por reestruturações, que culminou em 1997, na fusão desses dois órgãos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) passou então a ser o órgão oficial, na esfera federal, encarregado de realizar os levantamentos estatísticos da educação brasileira. Ainda no ano de 1997, por meio da Lei nº 9.448, o Inep é transformado em autarquia federal vinculado ao Ministério da Educação.

É interessante observar que no ano de 1997, quando o Seec, foi incorporado pelo Inep passando a ser o órgão oficial responsável pelos estudos e estatísticas educacionais, foi também a primeira vez em que as creches foram contempladas nas estatísticas da educação, ainda que, de forma incompleta, já que não apresentava dados mais abrangentes a não ser aqueles referentes à dependência administrativa e localização.

Até 1997, eram coletados apenas os dados da pré-escola e classes de alfabetização²⁰. Somente no ano 2000, quando o Inep realizou o primeiro Censo da Educação Infantil, destinado a ampliar a abrangência das informações coletadas sobre as creches e pré-escolas é que foi possível obter informações mais precisas.

O censo escolar é uma pesquisa sobre os dados estatísticos da educação brasileira, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e coordenado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais – Deed. Ele é feito com a colaboração das Secretarias estaduais e municipais de Educação e conta com a participação de todas as escolas brasileiras, públicas e privadas. (Disponível em: <<http://portal.Inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 24 mar. 2013).

²⁰ Classes de Alfabetização – Sala de aula onde as crianças eram reunidas para a aprendizagem da leitura e da escrita, no período de um semestre ou um ano letivo. Os dados sobre as classes de alfabetização deixaram de ser coletados pelo Censo Escolar em 2004

O principal objetivo do censo escolar é fornecer informações estatísticas acerca de todas as etapas e modalidades de ensino, coletando os dados sobre matrículas, docentes, estabelecimentos de ensino, movimento e rendimento escolar. Essas informações subsidiam o planejamento, o monitoramento a formulação de políticas públicas e a execução de programas na área da Educação Básica, enfim, o Censo Educacional oferece um amplo diagnóstico da educação no Brasil.

Por força do Decreto 6.425, todos os estabelecimentos de ensino no país, sejam públicos ou privados, são obrigados a prestar informações fidedignas ao censo escolar. É importante ressaltar que os dados pessoais apurados no censo são sigilosos e estão legalmente protegidos, sendo vedada a sua utilização para fins não previstos na legislação educacional. (Brasil, Decreto 6.425, 2008. p.1)

Até o ano de 2006 a unidade básica da coleta de dados do Censo Escolar era a escola, e o levantamento das informações era realizado através de um questionário de papel e padronizado, aplicado diretamente em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados.

A escola preenchia manualmente esse questionário e o enviava ao órgão estadual (poderia ser de administração regional ou do próprio Estado, ou ainda, das Secretarias Municipais de Educação) que o transmitia para um Sistema Integrado de Informações Educacionais (Sied) ou diretamente para a sua Secretaria Estadual. Naquela época, cabia às Secretarias Estaduais de Educação a consolidação e digitação das informações antes de enviá-las ao Censo Escolar. As informações não eram individualizadas e a escola informava apenas o quantitativo no questionário. (Inep, 2006).

A partir de 2007, o Censo Escolar adota uma nova forma de coletar os dados, denominada de “Educacenso”, esse sistema estabelece como unidade de investigação, não somente a escola, mas além desta, o aluno e o professor. O Sistema Educacenso, instituído pela Portaria nº 316, de 4 de abril de 2007, incorpora soluções tecnológicas que permitem a utilização de “ferramentas web” para coletar, organizar, transmitir e disseminar os dados. Essa mudança permitiu agilizar a logística, acelerar os resultados e diminuir consideravelmente o número de cadastros duplos, além de permitir a acuidade das informações coletadas.

Ademais, com o advento do Educacenso, é possível acompanhar a vida escolar do aluno, verificar informações específicas sobre o docente, como por exemplo, sua formação, horas trabalhadas, disciplinas que leciona, dentre outras. Além disso, com essa nova forma de coleta, é possível realizar o cruzamento de dados de aluno, professor e turma de forma concomitante. Atualmente é possível saber, por exemplo, a formação, em qual escola, em quantas turmas, para quantos alunos e qual disciplina leciona determinado docente, informações que antes de 2007 eram impensáveis.

Com as informações individualizadas sobre as matrículas, as instituições, as turmas e os professores, acompanhar e avaliar os sistemas de ensino do país, fazer diagnósticos da educação, formular hipóteses e apontar fragilidades tornou-se uma realidade palpável, o que significa maior eficiência e eficácia dos dados, além da ampliação da qualidade e mais confiabilidade dos resultados informados, o que é imprescindível já que esses dados produzidos pelo Inep subsidiam programas, auxiliam nas políticas de distribuição de recursos e são referência para a gestão de programas federais de educação.

É natural e até esperado que realizar uma análise estatística sobre crianças, especialmente em uma faixa etária que abrange bebês e crianças pequenas, traz limitações. Afinal, não é possível generalizar a criança a partir de uma característica sua, pois a infância não é uniforme, e isso, embora não seja empecilho, é pelo menos, limitador conforme afirma Jenks (2004, p.5):

Crianças estão sujeitas a todos os modos de estratificação verticais e horizontais que ainda marcam as identidades e as oportunidades de vida na sociedade moderna, e em razão da sua posição de impotência relativa, talvez até mais do que os outros. Sua diversidade em termos de classe social, gênero, etnia, estado de saúde, nacionalidade, e assim por diante, é ao mesmo tempo complexa e infinita.

Portanto, conhecendo os fundamentos da estatística educacional no Brasil, e os nomes que fizeram dela parte do que hoje vemos, embora seja uma tarefa complexa, o que se pretende é fazer uso da estatística educacional no intuito de revelar o que os números dizem estatisticamente sobre as crianças matriculadas nas creches brasileiras.

2.2. DIFERENÇAS METODOLÓGICAS ENTRE O CENSO ESCOLAR E O CENSO POPULACIONAL EM RELAÇÃO AOS DADOS DE COBERTURA DA CRECHE

Campos, Esposito e Gimenes (2013) afirmam que a primeira dificuldade encontrada quando se pretende analisar dados estatísticos de cobertura da Educação Infantil é a disparidade entre o número de matrículas em creche e pré-escola registrado pelo Educacenso e o número de crianças que frequentam as diversas modalidades de Educação Infantil segundo os dados do IBGE (Pnads e Censos).

Inicialmente é importante ressaltar que, de fato, seria impossível para Institutos distintos que usam metodologias de coleta diferentes, obterem resultados iguais ou similares, ainda que colem informações semelhantes. Portanto, é importante salientar a diferença existente entre esses Institutos quando coletam dados de crianças frequentadoras de creches.

O Censo Demográfico é uma pesquisa realizada em todo o território nacional que utiliza como instrumento de coleta um questionário básico, onde o agente pesquisador realiza presencialmente a aplicação do questionário para a pessoa que estiver no domicílio naquele momento. O Censo Demográfico é realizado a cada 10 anos e sua última edição foi em 2010. O IBGE (2011, p. 9) assim define o Censo Demográfico:

Os censos demográficos são pesquisas estatísticas cujo levantamento consiste na visita a todos os domicílios de um país e constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos - distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanos. Os censos demográficos realizados no Brasil a cada dez anos permitem à sociedade conhecer melhor a evolução da distribuição territorial da população do País e as principais características socioeconômicas das pessoas e dos seus domicílios. Estas informações são imprescindíveis para a definição de importantes políticas públicas regionais, para a tomada de decisões de investimentos público e privado e contribuem para planejar adequadamente o uso sustentável dos recursos.

Na coleta de informações realizada pelo IBGE no Censo Demográfico para a pessoa que frequenta creche ou escola a pergunta realizada (6.29) é:

Qual é o curso que frequenta?

Dentre as opções do respondente estão:

- 01- Creche
- 02- Pré-escolar (maternal e jardim de infância)
- 03- Classe de alfabetização - CA

A Pnad, que também é realizada pelo IBGE, pesquisa a população residente por meio de uma amostra probabilística, sendo realizada anualmente, exceto nos anos em que se realiza o Censo Demográfico (decenal). Tanto no Censo Demográfico quanto na Pnad, as informações são prestadas pelo respondente que poderá ser ou não morador daquela residência, segundo o IBGE, o conceito é:

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. O levantamento dessas estatísticas constitui, ao longo dos 44 anos de realização da pesquisa, um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil.

Na coleta da Pnad, no quesito Educação (p.20) item v. 0602, a pergunta realizada é:

Frequenta escola ou creche?

Dentre as opções do respondente estão:

02 – Sim

04 – Não

Caso o respondente diga Sim, seguem-se as opções:

07 – Creche

08 – Classe de Alfabetização - CA

09 – Maternal, jardim de infância, etc.

Já o Educacenso é uma pesquisa estatístico-educacional realizada anualmente em todas as escolas do país, sob a coordenação e assistência do Inep, em articulação com as Secretarias estaduais e municipais de Educação, com a União e o Distrito Federal. É operado via internet e disponibilizado a todas as escolas brasileiras, inclusive as privadas e obtém informações sobre matrículas, funções docentes, estabelecimentos e turmas, além dos dados sobre movimento e rendimento escolar.

Os dados do Educacenso são prestados por agente público ou representante legal do estabelecimento privado de ensino vinculado à escola, podendo ser o Diretor ou responsável, secretário escolar ou professor. De acordo com o site do Inep, o Educacenso é o principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica. Essas informações,

são utilizadas para traçar um panorama nacional da Educação Básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). (Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 05 maio 2013).

O Inep mantém em seu banco de dados a identificação de todos os informantes, incluindo dados sobre o cargo que ocupa na escola e seus dados pessoais. O acesso ao sistema se dá por meio de senha individual e intransferível. Os dados declarados ao Censo Escolar devem ter como referência os registros administrativos e/ou acadêmicos da escola, tais como ficha de matrícula, diário de classe, projeto pedagógico, etc. São, portanto, passíveis de verificação e auditoria junto às escolas brasileiras.

Durante o período de coleta de informações do Educacenso, somente o responsável, identificado e cadastrado poderá acessar o Sistema, mediante uma senha. Realizada a autenticação da senha, o responsável pelo preenchimento assina virtualmente um termo de compromisso, no qual declara estar ciente de que deve cumprir e fazer cumprir as regras referentes à inserção de dados fidedignos no Educacenso. Declara também que somente preencherá os dados tendo como referência, documentos oficiais que garantam confiabilidade das informações prestadas. Finalmente, ele se declara ciente das sanções aplicáveis aos agentes públicos no exercício daquela função.

Terminada a autenticação e assinatura do termo de compromisso, o responsável pelo preenchimento terá acesso ao Sistema. No que tange à questão do aluno da creche, as perguntas preenchidas são as seguintes:

- 1- Identificação única do aluno
- 2- Nome completo
- 3- Numero de identificação social (NIS)
- 4- Data de nascimento

- 5- Sexo
- 6- Cor/raça
- 7- Filiação (informar nome completo da mãe e do pai)
- 8- Nacionalidade
- 9- País de origem
- 10- UF de nascimento
- 11- Município de nascimento
- 12- Aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades, (caso a resposta ao item seja Sim, segue-se a pergunta Tipo de Deficiência)
- 13- Número da identidade (complemento, órgão emissor, UF da identidade e data de expedição)
- 14- Certidão civil (tipo de certidão, número do termo, Folha e Livro, data de emissão da certidão, UF do cartório e Município do cartório, nome do cartório, número da matrícula do registro civil)
- 15- Número do CPF
- 16- Documento estrangeiro / passaporte
- 17- Localização da residência
- 18- CEP
- 19- Endereço
- 20- Número
- 21- Complemento
- 22- Bairro
- 23- UF
- 24- Município
- 25- Nome da turma
- 26- Turma Unificada
- 27- ETAPA DE EDUCAÇÃO
 - Educação Infantil
 - 01 – Creche
 - 02 – Pré escola(as demais etapas de ensino foram suprimidas dessa descrição).

Observa-se que somente após 26 perguntas, o responsável pelo preenchimento do Educacenso informa se a criança frequenta creche, permitindo, desta forma, extrair uma gama

de informações capazes de mostrar um panorama da creche no Brasil. Barbetta (2011, p. 24) afirma que “a qualidade da informação depende da qualidade dos dados!”.

É importante ressaltar que o manual de instruções do Inep informa que a creche está destinada às crianças de 0 a 3 anos, e que a pré-escola às crianças de 4 e 5 anos, entretanto, isso não significa que algumas crianças acima dessa faixa etária destinada à creche não constem no banco de dados.

Avalia-se que a principal diferença entre os dados educacionais constantes no banco de dados do Educacenso e do IBGE está na taxa de frequência das crianças de até 3 anos, que corresponde à creche, essa desigualdade é muito menor quando se trata de outras etapas da Educação Básica. Tal diferença pode ser justificada por algumas razões:

- a) Da fonte de informação: A fonte do Inep é o responsável pelo preenchimento do Educacenso que só efetua a matrícula mediante a apresentação da documentação da criança, ao passo que para o IBGE, basta que o respondente diga que a criança frequenta tal estabelecimento.
- b) As matrículas cadastradas no Educacenso são tratadas e, por essa razão, a possibilidade de existir matrículas duplas é muito pequena.
- c) Da concepção da creche: Fato que não se pode negar é a concepção do que seja uma instituição de creche para a sociedade civil, visto que em alguns casos, basta que a criança permaneça no estabelecimento em período integral para que o respondente diga que a criança frequenta creche, mesmo que ela frequente, na verdade, uma pré-escola.
- d) É possível que dentre as matrículas de crianças com 4 anos ou mais contabilizadas no Educacenso, existam aquelas portadoras de necessidades educacionais especiais, em razão das políticas de inclusão.
- e) É admissível que o respondente do Educacenso, talvez por inexperiência, responda ao questionário sem o devido cuidado, cometendo equívocos, como por exemplo, cadastrar todas as crianças da Educação Infantil na creche;
- f) O Inep coleta tão somente as creches oficiais e cadastradas nas Secretarias de ensino e o IBGE coleta todas as creches existentes, inclusive as clandestinas, não credenciadas e até creches domiciliares. De acordo com o documento Notas Metodológicas do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010 p. 37), será contada na creche toda criança que frequenta “estabelecimento, juridicamente regulamentado ou não, destinado a dar assistência diurna às crianças nas primeiras idades”. Como o respondente pode não ter ciência da diferença,

quando questionado se a criança frequenta creche ou escola, talvez responda positivamente.

- g) O Inep coleta os dados de alunos (crianças) matriculados, e o IBGE coleta os dados de crianças matriculadas *ou* que frequentam (mesmo que não estejam matriculadas).
- h) O Inep coleta os dados de crianças matriculadas em creches, enquanto o IBGE coleta os dados de crianças que frequentam creche ou escola.

Considerando as diferenças metodológicas existentes na coleta desses dois censos, em se tratando do ano de 2010, tem-se que no Brasil, a taxa de frequência à creche segundo o Educacenso é de 12,8% enquanto essa taxa, segundo o IBGE, é de 20,3%, uma diferença de 7,5% entre esses Institutos. Isso porque, ponderando que a população residente de 0 a 3 anos em 2010 era de 10.938.927 crianças, de acordo com o IBGE, 2.221.953 delas frequentam creche ou escola e para o Inep 1.395.563 dessas crianças estão matriculadas em creches. Portanto, em números absolutos, a diferença é de 826.390 crianças entre os dois censos.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DADOS

Quando se fala em análise estatística das crianças matriculadas em creches no Brasil, não basta somente transpor os dados coletados e armazenados em sinopses. É preciso analisá-los com técnicas estatísticas capazes de responder aos questionamentos que podem nos informar, por exemplo, o “estado” dos dados acerca dessas crianças.

Isso acontece porque uma série histórica de dados, também denominada de série temporal ou série estatística, cuja definição, segundo Fonseca, Martins e Toledo (1995, p. 141), é “uma série de observações registradas em instantes distintos e sucessivos de tempo”. Essa série de dados é capaz de ampliar a visão sobre determinado assunto, visto que esses dados quando agrupados permitem analisar e avaliar as creches e suas condições de oferta. Uma análise ou estudo de série estatística objetiva:

descrever o comportamento da série; neste caso, a construção do gráfico, a verificação da existência de tendências, ciclos e variações sazonais, a construção de histogramas e diagramas de dispersão, etc, podem ser ferramentas úteis (MORETTIN; TOLOI, 2004, p.3).

Crespo (1991, p. 25) argumenta que analisar uma série estatística promove uma visão global da variação dessa variável, fornecendo informações seguras, “permitindo-nos determinações administrativas e pedagógicas mais coerentes e científicas”. Essa análise estatística pode ser considerada como um exame minucioso das informações e dados, no intuito de mostrar a realidade e a situação do dado analisado, e quando essa análise é acompanhada de gráficos ou tabelas, a visão do seu comportamento e variabilidade é ainda mais clara. A análise exploratória de dados consiste:

No estudo dos dados a partir de todas as perspectivas e com todas as ferramentas possíveis, incluindo as já existentes. O propósito é extrair toda a informação possível, gerar novas hipóteses no sentido de construir conjecturas sobre as observações que dispomos. (BATANERO; ESTEPA; GODINO, 1991, p.2).

Costa (2010, p. 9), explica que as porcentagens, os coeficientes, os índices e as taxas são de importância capital para quem se dedica à pesquisa educacional, e define: “Estatística é uma ferramenta que produz bons resultados quando os dados originais são de qualidade e as técnicas escolhidas adequadas ao tópico em foco”. Aliado a esse aspecto, também é importante considerar a expertise do Inep em coletar dados e, portanto, é seguro e efetivo

realizar uma análise dos dados das crianças matriculadas em creches no Brasil segundo o Educacenso.

Os dados sobre a matrícula, quando não processados, pouco ou nada têm a informar, mas, quando esses dados são processados, analisados, relacionados e comparados entre si através de uma série, são capazes de fornecer informações importantes e irrefutáveis, além de proporcionar a percepção de características ignoradas, ampliando a percepção do pesquisador acerca do objeto pesquisado.

3.1 DADOS DA POPULAÇÃO E TAXA DE FREQUÊNCIA À CRECHE NOS ESTADOS BRASILEIROS

A leitura analítica dos dados de cobertura retrata o atendimento de crianças pequenas em creches em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal, procurando demonstrar, através das informações estatísticas, os limites do respeito ao direito da criança e da família ao acesso a essas instituições. Afinal, a qualidade democrática não deve se esquivar de atentar para o acesso que a população tem às creches, conforme mostram Campos, Füllgraf e Wiggers (2006), ao descreverem acerca da qualidade da cobertura da Educação Infantil.

Essas autoras (2006, p. 93) lembram que, em razão do extenso número de crianças e num país onde as desigualdades regionais e de renda são patentes, é de fundamental importância verificar “quem tem acesso a que tipo de atendimento educacional”. Portanto, para além do aumento do quantitativo de vagas, é preciso que elas sejam oferecidas de forma a atentar para as necessidades e especificidades da criança pequena, potencial frequentadora dessas instituições.

Embora grandes avanços tenham apontado a importância da creche e tenha crescido o atendimento da criança pequena nessas instituições, fruto das reivindicações sociais e políticas, das lutas de mulheres e mães, dos avanços acadêmicos e científicos, alcançados por meio de estudos e pesquisas, do paulatino reconhecimento da sua importância, além dos fundamentos legais que garantem sua oferta, na prática, a consolidação desse direito é precária e o atendimento é pequeno, mesmo sabendo que esse atendimento é facultativo à família. Segundo Shimitt (2008, p.76):

Nem todas as crianças no Brasil frequentam esses espaços (creches), seja por tratar-se de uma opção das famílias quanto à educação e cuidado de seus filhos (ainda que um direito das crianças), seja por falta de opção, devido à falta de vagas para um contingente cada vez maior da população que necessita compartilhar a educação das crianças fora da esfera familiar ou se interessa por fazê-lo.

Mesmo considerando que a creche é um direito da criança e da família, é importante destacar que a inserção da criança pequena em um espaço coletivo de educação e cuidado como a creche, abarca uma rede de significações que não raro, envolve necessidade, culpa, ansiedade e conflitos da mãe com outros membros da família e mesmo com as educadoras. Por outro lado, também envolve confiança, integração e a interação de adultos e crianças (AMORIM; ROSSETTI-FERREIRA; VITÓRIA, 2000).

A adaptação da criança e especialmente do bebê em creches é um processo que inclui multissignificados, sentimentos e percepções por parte dos atores envolvidos: pais, crianças, familiares e educadores, ademais, requer tempo e paciência, já que “a inserção de bebês em creche envolve familiares, crianças e educadoras em um complexo processo de integração, particularmente em nossa cultura, em que a educação coletiva de bebês é fenômeno recente” (AMORIM; ROSSETTI-FERREIRA; VITÓRIA, 2000, p. 115)

O atual ordenamento jurídico contempla a questão nos seguintes dispositivos: na Constituição Federal de 1988 (art.208, IV), alterada pela Emenda Constitucional número 59/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB número 5, de 17 de dezembro de 2009); no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei federal nº 8.069/1990 (art. 54, IV) na LDB nº 9394/96 (art. 4º, IV); na Lei Federal nº 10.172/2001 que esteve em vigência entre 2001 e 2010 nas metas definidas no PNE e no Projeto de Lei nº 8.035/2010 relativo ao novo PNE 2011-2020; na Lei de criação do FUNDEB – Lei Federal nº 11.494/2007.

Neste sentido, o acervo legislativo acima mencionado estabelece garantias às crianças brasileiras de 0 a 3 anos de idade e o direito à educação em creches que acabou tornando-se necessária na medida em que observamos mudanças no papel da família brasileira, o grande processo de urbanização e especialmente a expansão do trabalho profissional feminino, como assevera Qvortrup (2011b, p. 208):

Creio que a maioria de nós concordará em compreender como positiva a progressão em direção ao pleno emprego de homens e mulheres. No entanto,

essa progressão tem contribuído para o crescimento da institucionalização das crianças. Se isso é bom ou ruim para elas, esta é uma questão em aberto, mas ninguém pode negar que a vida das crianças mudou.

É impossível negar que no Brasil a infância está cada vez mais institucionalizada²¹, aqui referida em seu sentido mais amplo, isto é, em organizações, associações de crianças, em instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas). Motivados pelas razões supracitadas, cada vez mais, os pais, mães e outros responsáveis têm recorrido às instituições como opção mais assertiva para compartilhar o cuidado e a educação das crianças.

A institucionalização da criança pequena tem conotações antagônicas. Por um lado as mães, as famílias e a sociedade civil reivindicam o aumento no quantitativo de vagas por crerem que a creche é um lugar ideal, seguro e estimulador para compartilhar a educação de suas crianças. Também acreditam que promove a socialização da criança em um espaço de educação coletiva, como bem descreveu Agostinho (2005, p. 63): “a creche e a pré-escola possibilitam oportunidades sociais novas e diferenciadas para as crianças que as frequentam, diferentes das que elas têm em casa”.

Ademais, considerando as novas dinâmicas familiares, nem sempre é possível dividir o cuidado dos filhos com um familiar ou babá, “as mulheres têm buscado soluções que as apoiem e as auxiliem nos cuidados dos filhos, soluções essas, nem sempre efetivas dentro do próprio contexto familiar.” (AMORIM; ROSSETTI-FERREIRA; VITÓRIA, 2000, p. 116).

Por outro lado, mães e familiares preferem contar com outra rede de apoio, quais sejam: babás, avós, outros familiares ou vizinhos, para dividir o cuidado e a educação de seus filhos, pois acreditam que na creche, sua criança pode ser maltratada. Para essas pessoas “prevalece a ideia de que o cuidado ideal e capaz de garantir condições adequadas ao desenvolvimento do bebê é aquele promovido pela mãe, no ambiente doméstico” (AMORIM; ROSSETTI-FERREIRA; VITÓRIA, 2000, p. 116).

Apesar das diferentes concepções acerca da creche, muitas vezes contraditórias, frequentar tais espaços é um direito que as crianças pequenas têm, garantido por lei. É importante ressaltar que o reconhecimento das creches como etapa inicial da Educação Básica e sua inclusão nos sistemas de educação pela LDB (1996) ampliaram ainda mais esse direito. Trata-se de um dever para com a criança e sua família. Mas a existência de leis que

²¹ Institucionalizada também pode referir-se a crianças em instituições de abrigo, crianças abrigadas por orfandade, situações de mendicância, abandono familiar, indicação do conselho tutelar (tutela do Estado) dentre outros.

contemplam o direito das crianças não garantem o seu cumprimento, tampouco a universalização da oportunidade de frequentarem essas instituições. Outrossim, como afirma Campos (2011, p. 27):

O divórcio entre a legislação e a realidade, no Brasil, não é de hoje. Nossa tradição cultural e política sempre foi marcada por essa distância e, até mesmo, pela oposição entre aquilo que gostamos de colocar no papel e o que de fato fazemos na realidade. Em todos os aspectos da vida nacional é possível observar esses contrastes, inclusive na legislação sobre a criança [...]

O fato de não ser uma etapa de educação obrigatória, e de ter um custo elevado para a sua construção e manutenção, contribui sobremaneira para a falta de interesse de alguns municípios em oferecer a creche, cujo atendimento é destinado aos bebês e crianças pequenas de 0 a 3 anos, o que contribui para a discrepância na observação dos direitos nessa faixa etária.

Mas aqui cabe uma ressalva, com a aprovação da Emenda Constitucional número 59, modificada pela Lei 12.796/2013, a matrícula para a faixa etária dos 4 (pré-escola) aos 17 anos (Ensino Médio), tornou-se obrigatória. Todavia, a oferta da creche continua sendo facultativa. Essa diferença em relação à obrigatoriedade faz com que muitos Estados e Municípios deixem de ofertar a creche ou pretiram-na, favorecendo outras etapas de educação que a legislação tratou como obrigatórias em detrimento do atendimento das crianças de 0 a 3 anos.

Para além dessa questão legal da EC 59, o que se observa em todos os Estados brasileiros em relação à creche é o excesso da demanda, que extrapola visivelmente a capacidade de atendimento. Para sustentar essa afirmação, é necessário recorrer ao quantitativo de crianças de 0 a 3 anos em cada estado brasileiro e o percentual delas que são atendidas nesses estabelecimentos, para tanto, serão utilizados gráficos com o cálculo da taxa de atendimento.

A taxa de atendimento, também chamada de taxa de escolarização ou taxa de cobertura, é o percentual da população (crianças) que se encontra matriculada na creche em determinada idade ou faixa etária. Essa taxa é um ótimo indicador que pode sinalizar a necessidade de implementação de políticas públicas para o atendimento de determinada população, assim como também permite avaliar se o acesso da população de determinada faixa etária está em acordo com a etapa adequada.

A taxa de escolarização pode ser líquida ou bruta; na publicação Geografia da Educação Brasileira, produzida pelo Inep, os autores as diferenciam da seguinte forma: “A taxa de escolarização líquida identifica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado a essa faixa etária (Inep, 2000, p. 68)”; já a “taxa de escolarização bruta possibilita comparar todas as matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária adequada à esse nível de ensino”.

É importante ressaltar que, para o cálculo da taxa de frequência à creche, optou-se pela utilização de dois bancos de dados distintos: o quantitativo de matrículas na creche obtidas através do Educacenso e também da população por faixa etária, obtida por meio do censo demográfico e da Pnad ambos do IBGE. Com relação ao ano de 2007 foram utilizados os dados de matrículas do Educacenso e os dados da população da Pnad, e em relação ao ano de 2010 optou-se pelos dados da população do Censo Demográfico (que é decenal).

Também é importante considerar que, das crianças matriculadas nas creches brasileiras segundo Educacenso, nem todas têm entre 0 e 3 anos, idade adequada para esta etapa da educação. Contudo, para esta análise específica, foram considerados somente as crianças de até 3 anos matriculadas e cadastradas no Educacenso, portanto, calcular-se-á a taxa de escolarização líquida.

Quando se analisa os dados da população residente, o quantitativo de crianças matriculadas e a taxa de atendimento no período de 2007 e 2010 observamos que muito ainda precisa ser feito para que o direito da criança à creche, mais do que letra morta, seja uma realidade garantida e que a taxa de atendimento dessas crianças seja satisfatório. O quadro explicativo 1, abaixo traz os esclarecimentos, a metodologia e a memória de cálculo utilizado para a construção e análise da taxa líquida de atendimento em creches:

Quadro 1: Quadro explicativo da taxa de frequência à creche

Descrição da Tabela ou Gráfico	População residente de 0 a 3 idades, número de matrículas de 0 a 3 anos de idade e taxa de frequência, segundo o Brasil e as Unidades da Federação - 2007 / 2010
Interpretação da Tabela ou Gráfico	Expressa o percentual da população (IBGE) existente no Brasil com até 3 anos de idade e o percentual de crianças dessa faixa etária que frequenta creches segundo o Censo da Educação Básica (Educacenso).
Objetivo/Justificativa para o cálculo	Pretende verificar o total da população existente no Brasil e qual o quantitativo e o percentual de crianças de 0 a 3 anos dessa população. Pretende verificar ainda, qual o número de crianças atendidas em creche, isto é, que percentual delas têm acesso à essa etapa de educação, o que será capaz de responder qual a taxa de frequência (calculando o quantitativo de matrículas na creche em relação à população). Esse cálculo por faixa etária pode revelar como tem sido o atendimento às crianças brasileiras de até 3 anos, idade indicada para a frequência à creche.

Nível de agregação	Brasil e Unidades da Federação
Fonte (s)	INEP e IBGE Em 2007 = Dados de matrículas do Censo Escolar (Educacenso) e Dados da população da Pnad (IBGE). Em 2010= Dados de matrículas do Censo Escolar (Educacenso) e Dados da população do Censo Demográfico de 2010 (IBGE).
Fórmula	$Txfreq1 = \left[\frac{Matr_{0-3}}{Pop_{0-3}} \right] \times 100$ <p>onde:</p> <p><i>Txfreq1</i>: Taxa de frequência líquida</p> <p><i>Matr₀₋₃</i>: Número de matrículas na creche de crianças de 0 a 3 anos</p> <p><i>Pop₀₋₃</i>: População da faixa etária de 0 a 3 anos</p>
Esclarecimentos	<p>1) Para o cálculo dessa tabela foram necessários a utilização de dois bancos de dados: IBGE – de onde foram extraídos os dados de população de crianças de 0 a 3 anos, e os dados de matrículas obtidas no Inep por meio do censo escolar.</p> <p>2) Embora o IBGE também colete dados de crianças que frequentam creches ou escolas, optou-se por utilizar os dados do Inep em razão da <i>expertise</i> do órgão em coletar tais dados. Ademais, é fundamental quantificar e analisar os dados de matrículas em creches oficiais, cadastradas nas Secretarias de Ensino, visto que são essas creches que recebem os repasses do governo para sua construção, manutenção e fiscalização.</p> <p>3) É importante ressaltar que este percentual de crianças que frequentam creches contemplam um total de 1.395.563 crianças de até 3 anos matriculadas nos Sistemas de ensino brasileiros segundo o Censo Educacional (Educacenso) no ano de 2010, embora, existam crianças fora dessa faixa etária matriculadas em creches, que somam, nesse mesmo ano, um total de 2.064.653 crianças.</p> <p>4) Em razão da utilização de dois bancos de dados distintos (IBGE e Inep), foi necessário compatibilizar os dados, por essa razão optou-se por contar somente as crianças de 0 a 3 anos matriculadas no Educacenso, e não o quantitativo total de crianças, como explicado do item anterior</p> <p>5) As crianças de 0 a 3 anos consideradas no numerador desse cálculo, são aquelas, que segundo o Educacenso, respeitam ao seguinte cronograma de nascimento:</p> <p>Para o ano de 2010: Crianças nascidas em 2010 – E que, portanto, têm de 0 a 12 meses Crianças nascidas em 2009 – E que, portanto, têm 1 ano Crianças nascidas em 2008 – E que, portanto, têm 2 anos Crianças nascidas em 2007 – E que, portanto, têm 3 anos</p> <p>Para o ano de 2007: Crianças nascidas em 2007– E que, portanto, têm de 0 a 12 meses Crianças nascidas em 2006 – E que, portanto, têm 1 ano Crianças nascidas em 2005 – E que, portanto, têm 2 anos Crianças nascidas em 2004 – E que, portanto, têm 3 anos</p> <p>O cálculo da idade é feito da seguinte forma no Educacenso: [ano presente menos o ano de nascimento da criança matriculada]</p> <p><u>Por exemplo:</u></p> <p>[2010 - (2008)] = 2 anos de idade.</p>

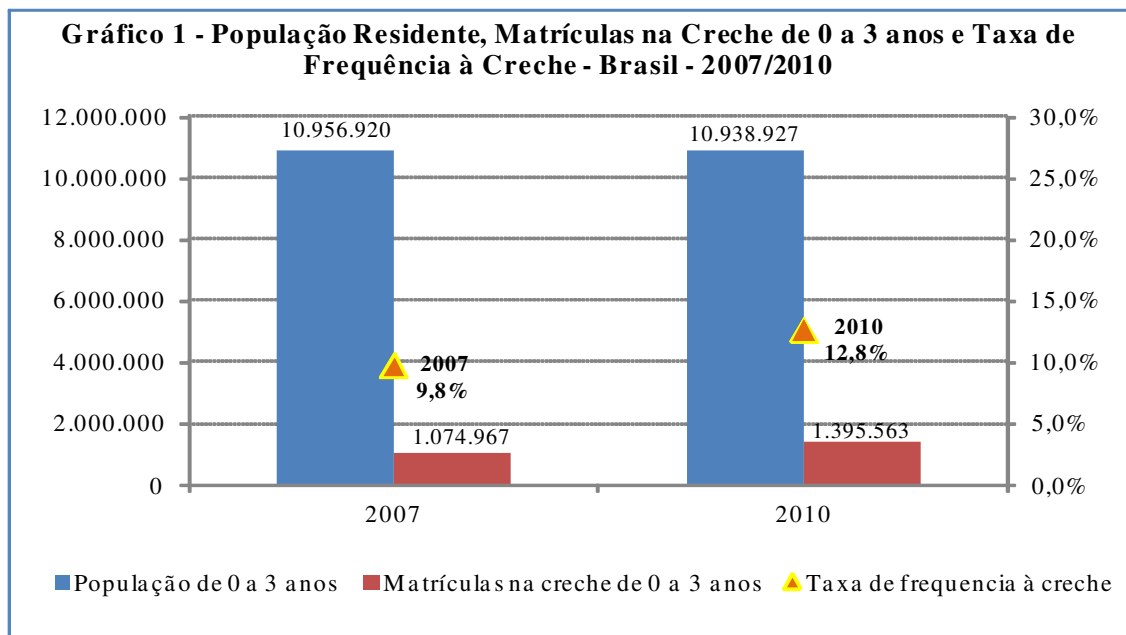
Fonte: a autora

A limitação da oferta de vagas nas creches brasileiras é visível. Verificando o gráfico 1, é possível perceber que o atendimento às crianças de 0 a 3 anos embora tenha crescido 3 pontos percentuais, de 9,8% em 2007 para 12,8% em 2010, ainda é insignificante, especialmente quando se compara com as taxas de atendimento das outras etapas do Sistema Educacional brasileiro.

No ano de 2010, havia no Brasil 29.204.148 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 14 anos, e 26.524.694 matrículas no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) de crianças e adolescentes com idade entre 6 e 14 anos. Isso corresponde a uma taxa líquida de atendimento de 90,8%, percentual bastante diferentes dos 12,8% de atendimento líquido da creche (INEP, 2011).

Também é importante observar que o quantitativo populacional na faixa etária de 0 a 3 anos tem decrescido. De 2007 para 2010 houve uma redução populacional de 17.993 crianças pequenas no País, de 10.956.920 para 10.938.927 o que corresponde a uma queda de 0,2%. Esse percentual pode parecer pequeno, mas tem grande impacto social e estatístico.

Vê-se através dos números que a ampliação da oferta de vagas ainda é um desafio para o Brasil, considerando que a taxa de frequência à creche é muito pequena frente à demanda que cresce paulatinamente.

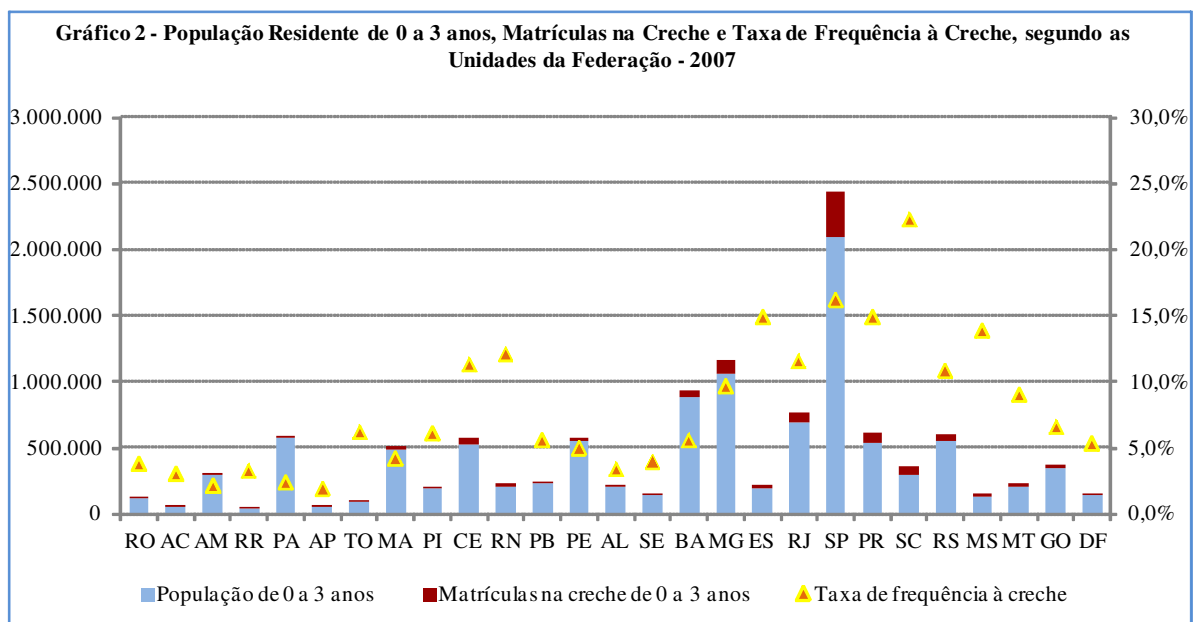


Fontes: População: IBGE/Pnad 2007 e Censo Demográfico 2010 (Dados do Universo). Matrículas: MEC/Inep/DEED.

Nota: 1) A taxa de frequência indica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada naquela etapa de ensino.

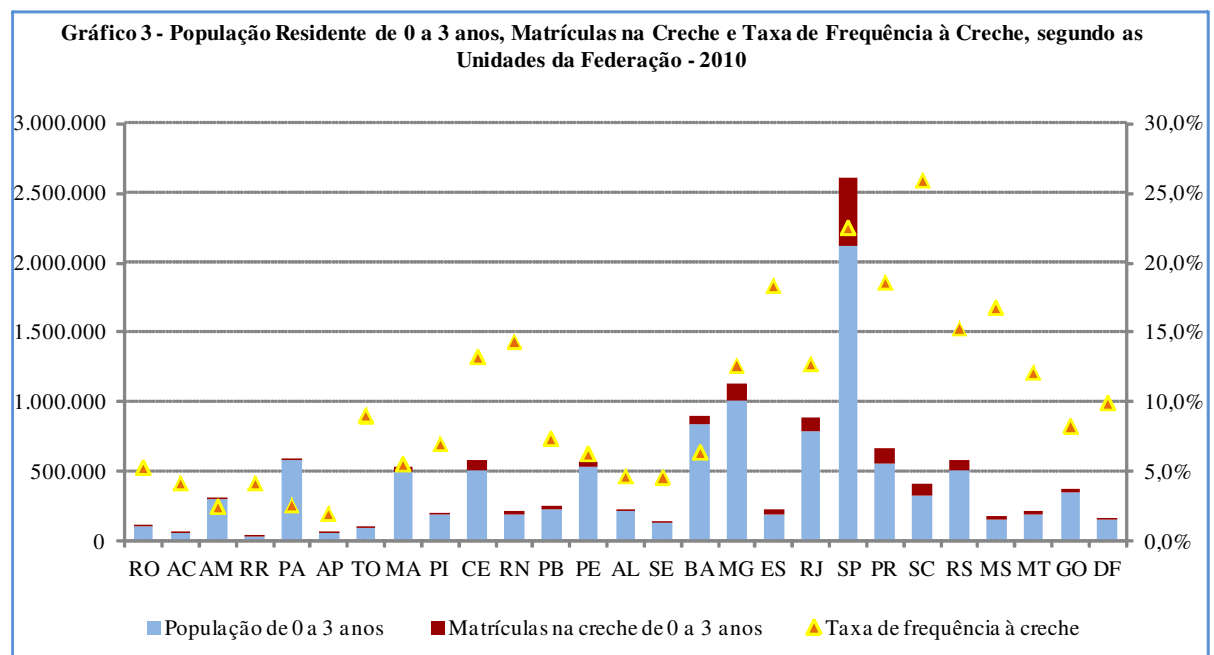
Considerando que as brasileiras a cada dia têm mais acesso ao emprego, também a migração populacional para as áreas urbanas, os novos padrões de constituição familiar formada por dinâmicas relações afetivo-sexuais, e ainda o desejo de algumas famílias de oferecer aos seus filhos educação e cuidado desde a primeira infância, são fatores que contribuem indubitavelmente para o aumento da demanda por creches. Contudo, percebe-se que os números do Brasil como um todo, apontam para a necessidade de ampliação da oferta, fator que se reflete em todos os Estados da Federação, como se verá adiante.

Os dados dos gráficos 2 e 3 abaixo confirmam a afirmação de que um longo caminho ainda precisa ser percorrido em termos de atendimento e que a expansão da oferta é urgente e necessária, se não para assegurar um direito legal, mas para que a creche seja uma opção para as famílias.



Fontes : P população: IBGE/Pnad 2007 e Matrículas: MEC/Inep/DEED.

Nota: 1) A taxa de frequência indica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada naquela etapa de ensino.



Fontes: População: IBGE/Censo Demográfico 2010 (Dados do Universo) e Matrículas: MEC/Inep/DEED.

Nota: 1) A taxa de frequência indica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada naquela etapa de ensino.

De acordo com os dados, verifica-se que no Amapá, apenas 1,9% da população de 0 a 3 anos de idade tem sido atendida e o Estado apresenta o menor índice de frequência do País. Mesmo quando se observa o biênio compreendido pelos anos de 2007 e 2010, vê-se que o índice permanece inalterado. A maior taxa de atendimento durante o período observado é em Santa Catarina, que em 2010 compreende mais de $\frac{1}{4}$ de seus bebês e crianças com até 3 anos de idade, isto é, 25,9% da população atendida. Mesmo no início do período analisado, isto é, em 2007, o Estado já tinha o maior índice de atendimento, 22,2%. O atendimento em Santa Catarina é mais que o dobro do Brasil como um todo, que atendeu, em 2010, 12,8% das crianças dessa faixa etária em creche.

Cabe salientar que todos os estados da região Sul possuem taxa de frequência à creche acima da média do País, o que pode ser observado tanto em 2007 quanto em 2010. Por outro lado, todos os Estados do Norte têm a taxa de frequência menor que a média nacional nos dois anos da análise e a cobertura não ultrapassa 9,0% em 2010. Outra particularidade dos estados nortistas é que embora tenham a menor taxa de atendimento em creches, detêm a maior representação percentual da população de crianças com até 3 anos. A proporção mais elevada para a composição da população chega a 8,5% nos estados de Roraima e Amazonas, um percentual bastante elevado, quando se considera por exemplo, que no Rio de Janeiro essa população na faixa etária de até 3 anos representa apenas 4,9% da população residente.

Verificando os dados de 2010, fica clara a desigualdade existente nos estados brasileiros, onde, os Estados da região norte atendem uma parcela ínfima de crianças de até 3 anos, sendo: Rondônia com 5,2%; Acre com 4,1%; Amazonas com 2,5%; Roraima com 4,1%; Pará com 2,5; Amapá com 1,9 (o menor do País); e o Tocantins com 9,0%, a melhor taxa dentre os estados nortistas. Em contrapartida, todos os Estados do Sul do Brasil têm taxas de atendimento acima de 15%, sendo: o Paraná com 18,6%; Santa Catarina com 25,9% (o maior do país) e o Rio Grande do Sul com 15,3%. Isto sem ponderar os aspectos sociais e econômicos, que caso fossem considerados, poderiam aumentar ainda mais o abismo da desigualdade existente em relação ao atendimento e cuidado da criança pequena.

O Estado de São Paulo apresenta o segundo maior percentual de taxa de frequência à creche no país, 22,5% em 2010 e analisando o período inteiro, observamos que esse percentual tem aumentado a cada ano, em 2007 era 16,2%. Esse incremento também é observado nos outros Estados do sudeste: Minas Gerais atende 12,6%, Espírito Santo, 18,3%, e Rio de Janeiro, 12,7%. Em 2007 esses três Estados tinham a taxa de frequência de 9,6%; 14,9% e 11,5%, respectivamente.

Em relação aos Estados do Centro-Oeste, surpreende notar que o Distrito Federal, cuja renda *per capita* é uma das mais altas do Brasil tenha uma taxa de frequência à creche tão pequena, apenas 9,9% em 2010. No entanto, não é possível afirmar se justamente pelo fato de o Distrito Federal possuir melhores condições sócio econômicas, as famílias optem por não matricular a criança nesses estabelecimentos. Ou se preferem delegar aos cuidados de uma babá, a própria mãe ou rede de apoio, ou ainda, se o pequeno atendimento é motivado pela pequena oferta de vagas em instituições públicas nessa Unidade da Federação. Os outros Estados da Região têm seus percentuais assim distribuídos: o maior atendimento é no Mato Grosso do Sul com 16,7% e o menor em Goiás, com 8,3%; o Mato Grosso atende 12,1% demonstrando a necessidade de expansão das creches nesses locais.

Talvez pelo fato do Nordeste ser a região com o maior número de Estados, em 2010, possui também as maiores disparidades em termos de taxa de frequência à creche. Enquanto Alagoas e Sergipe atendem apenas 4,6% de seus bebês e crianças pequenas, o Rio Grande do Norte atende mais que o triplo desse percentual, 14,3%, fato que pode ser observado no biênio 2007 e 2010. Os Estados do Piauí, Pernambuco e Bahia, têm taxa de atendimento bastante semelhante, atendendo 8,6; 8,8 e 8,9% da população de 0 a 3 anos respectivamente. O

Maranhão atende 5,5%; Pernambuco 6,3% e o Ceará 13,2% o segundo melhor atendimento da Região.

Ao se levar em consideração todos os Estados brasileiros, constatamos que, no que diz respeito ao atendimento à criança pequena, os dados sugerem que a carência de oferta de vagas é patente. A taxa de atendimento às crianças de até 3 anos no país não chega a 13% , mesmo considerando as quatro dependências administrativas: Federal, Estadual, Municipal e Privada, revelando a necessidade de investimento nessa etapa da Educação Infantil.

Existem crianças matriculadas em creches com mais de 3 anos de idade, segundo o Educacenso, e ainda assim, esse quantitativo é pequeno. Afinal, quando em um Sistema Educacional como o brasileiro em que o quantitativo de crianças extrapola o número de vagas, especialmente na esfera pública, e o percentual de atendimento é irrisório, mesmo considerando as crianças atendidas fora da faixa etária recomendada, é necessário questionar o que tem sido feito para garantir o acesso, que demandas têm sido atendidas e como permitir que o direito garantido nas leis específicas não seja mera falácia.

3.1.1 Dados de frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos e rendimento mensal domiciliar *per capita*

Analisar a relação existente entre a frequência à creche e a renda mensal *per capita*²² das famílias com filhos em idade entre 0 e 3 anos se faz necessária na medida em que permite verificar em cada Estado, por exemplo, se todas as crianças das famílias com rendimento mensal de um salário mínimo por componente do lar, frequentam creches, ou se o percentual de frequência é significativamente superior para as famílias cuja renda *per capita* seja superior a 5 salários mínimos.

Câmara e Almeida (2012) afirmam, após observarem a rotina de turmas de crianças com dois e três anos de idade em uma creche pública e outra privada de classes sociais diferentes, que as crianças mais pobres e de famílias menos escolarizadas são mais autônomas,

²² Renda familiar *per capita* é a soma de todos os rendimentos recebidos no mês por aqueles que compõem a família. O valor total desses rendimentos, chamado de renda bruta familiar, deve ser dividido pelo número dos integrantes da família. Os rendimentos que entram no cálculo da renda bruta mensal são aqueles provenientes de: salários, proventos, pensões, pensões alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, seguro desemprego, comissões, pró-labore, outros rendimentos de trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal e autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio, Renda Mensal vitalícia – RMV, e o Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social – BPC. (Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS)

autossuficientes e independentes em relação aos adultos. Em contrapartida, as crianças mais ricas e de famílias mais escolarizadas desobedecem mais e demandam mais e como resultado, as mais ricas recebem mais atenção dos adultos. A observação faz crer que a diferença de renda e, conseqüentemente, a classe social têm impacto direto na dinâmica do educador e nas atitudes da criança, revelando a importância da análise dos dados de frequência à creche e renda familiar.

Sorj (2004) afirma que as mulheres trabalhadoras com filhos pequenos recebem salário menor que aquelas sem filhos, ressaltando a necessidade de mecanismos que possam liberar a mulher para as atividades laborais:

O mais interessante é notar que quando as mulheres têm filhos dependentes, a redução do salário, em relação a uma mulher que está inserida num casal sem filhos, é bem mais significativa. As mulheres sem filhos ganham mais 67% que as mulheres com filhos pequenos. Se os filhos não são dependentes, essa diferença é de 59,4%. Ou seja, a grande desvantagem em termos de renda das mulheres está na fase em que os filhos são pequenos, dependentes do seu cuidado e atenção. Isso pode estar relacionado à fase que as mulheres estão se dedicando mais à família que ao trabalho, pois, provavelmente, não existem mecanismos eficientes que permitam que ela concilie de forma mais equilibrada as diferentes tarefas. (SORJ, 2004 p. 30)

Esse mecanismo eficiente de que fala o autor, pode ser uma creche, tão importante para auxiliar as famílias no cuidado à criança, e também para proporcionar a conciliação das responsabilidades do trabalho doméstico com o trabalho externo remunerado. Cabe salientar que as mulheres trabalham fora independentemente da classe econômica, o que nos leva a afirmar que a necessidade dessa instituição, especialmente na esfera pública, acontece independentemente da classe social da família.

Kramer (1985, p. 20) ressalta que a Educação Infantil é um excelente aporte para as mulheres que desejam ou necessitam trabalhar fora para auxiliar ou mesmo arcar sozinha com as despesas do lar, no entanto, a autora faz uma diferenciação importante : “evidentemente, a creche, muito mais do que a pré-escola, representa uma alternativa concreta para viabilizar a liberação da mulher para o mercado de trabalho.”

Sorj (2004) afirma também que a creche juntamente com a pré-escola são os mecanismos mais modernos para as famílias que pretendem conciliar trabalho e responsabilidade familiar, e acrescenta que essas instituições são muito eficientes na inserção das mulheres no mercado

de trabalho, ademais, afirma o autor, “o salário das mães que deixam os filhos na creche é bem superior ao das mulheres que não têm acesso a esse mecanismo” (SORJ, 2004, p. 51).

Entretanto, é importante destacar que a creche não deve ser pensada, não deve ser reivindicada como uma substituta da família, pois, ela é, sobretudo, uma parceira e deve ser ofertada como uma opção para as famílias. Deve ser considerada como uma *alternativa* viável (AMORIM; ROSSETTI-FERREIRA; VITÓRIA, 2000) e não uma obrigação. Desta forma, família é a responsável pelo cuidado e educação dos bebês e crianças, e essa responsabilidade deve ser compartilhada com a creche, isso porque, especialmente para a criança pequena na faixa etária de 0 a 3 anos, ela só é efetiva quando existe parceria entre a família e a creche.

Destarte, a creche é necessária como aporte, uma “solução possível” (MONTOVANI; TERZI, 1998, p. 176), para todas as famílias, tanto aquelas abastadas quanto as pobres. Sem pretender ser repetitiva, é importante lembrar que a creche deve ser complementar e não substituta da família, quando essas autoras falam da creche e da presença da família, afirmam que a parceria entre elas é importante e necessária,

A presença de uma figura familiar à qual a criança seja fortemente apegada (a mãe, o pai ou quem cuidou dela) é certamente condição importante para que a criança aceite com alegria e curiosidade o novo ambiente e esteja disponível a estabelecer novos relacionamentos. Se isso acontecer, deixando-lhe o tempo necessário, é evidente que a separação será mais fácil e menos dolorosa, ou pelo menos a criança terá um ponto de referência significativo e já familiar na educadora. (MONTOVANI; TERZI, 1998, p. 176).

Essa instituição é eficiente como complemento à ação familiar, e o temor de que ela pode causar “traumas de separação” são infundadas, como afirmam Montovani e Terzi (1998), segundo essas autoras não existem fundamentos científicos que comprovem esse temor, e fundamentam essa afirmação arazoando dois motivos: no primeiro, afirmam que a separação que poderia causar algum tipo de trauma na criança são as separações totais (dia a noite), como no caso de hospitais e orfanatos, caso diferente da creche, onde a separação é temporária (a criança passa no mínimo, um turno com a família). Ademais, nessas instituições existem interações lúdicas, acolhimento e o acompanhamento da mãe ou outra figura familiar além da referência do educador.

O segundo motivo, afirmam as autoras (1998), diz respeito às pesquisas conduzidas nos Estados Unidos e países europeus sobre os efeitos da creche no comportamento sócio-emotivo das crianças com os adultos e com outras crianças, não são substancialmente diferentes no que

se refere às crianças que frequentam e as que não frequentam a creche. Aliás, as crianças provenientes da creche são mais beneficiadas, pois apresentam diferenças positivas em relação à autonomia e à socialização.

Considerando esses aspectos, mais do que um direito garantido em leis específicas, a creche é um importante aporte como estímulo da criança pequena, e na interação criança-criança e criança-adulto. A creche pode ser uma experiência rica, capaz de trazer benefícios imediatos e futuros para elas.

A análise a seguir mostra o percentual de crianças que são atendidas em creches dentro de cada faixa de renda *per capita* e pretende averiguar se, afinal, as crianças que frequentam creches são em sua maioria crianças ricas ou são crianças pobres e economicamente mais vulneráveis. O quadro 2 abaixo traz a explicação dessa análise:

Quadro 2: Quadro explicativo da análise de Frequência e Renda *per capita*

Descrição da Tabela ou Gráfico	Taxa de frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos e percentual da faixa de rendimento mensal domiciliar per capita, segundo a Unidade da Federação - 2007-2010.
Interpretação da Tabela ou Gráfico	Descreve o percentual de crianças que são atendidas em creches dentro de cada faixa de renda <i>per capita</i> , por exemplo: de todas as crianças brasileiras pertencentes às famílias cuja renda <i>per capita</i> é maior que 5 salários mínimos, quantas delas estão matriculadas em creches.
Objetivo/Justificativa para o cálculo	Para esta tabela foram definidas 5 faixas de renda, que variam entre "Sem rendimento" até "Mais de 5 salários mínimos" a tabela pretende demonstrar por exemplo: das famílias que recebem mais de 5 salários mínimos per capita, quantas frequentam creches? E ainda, daquelas sem rendimento mensal domiciliar per capita, é grande o percentual de frequência à creche? É importante ressaltar que as crianças que se encontram na faixa sem rendimento, coincidem com aquelas que deverão ser atendidas pelo programa do governo federal, criado em 2012, Brasil Carinhoso, que pretende atender as famílias que se encontram em extrema pobreza e tenham filhos de 0 a 6 anos de idade (idade recentemente estendida para 0 a 15 anos).
Nível de agregação	Brasil e Unidades da Federação
Fonte (s)	IBGE exclusivamente
Fórmula	$TxfreqRen = \left[\frac{MatrRen_{0-3}}{Popfxrenda_{0-3}} \right] \times 100$ <p>onde:</p> <p><i>TxfreqRen</i>: Taxa de frequência à creche das crianças de 0 a 3 anos por faixa de rendimento mensal domiciliar per capita</p> <p><i>MatrRen₀₋₃</i>: Crianças de 0 a 3 anos pertencentes à famílias de determinada faixa de renda e que frequentam creche.</p> <p><i>Popfxrenda₀₋₃</i>: Total de crianças de 0 a 3 anos pertencentes à Famílias de determinada faixa de renda</p>

Esclarecimentos	<p>1) Foram utilizados os dados do IBGE exclusivamente em razão de o Inep não coletar informações de renda no Censo Educacional.</p> <p>2) O salário mínimo é a remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos valores em salários mínimos, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa PNAD, por exemplo, em 2007 foi considerado o valor de R\$ 380,00 e em 2010, R\$ 510,00 como salário mínimo respectivamente.</p>
------------------------	---

Fonte: a autora

Os dados abaixo foram gerados por meio de informações do banco de dados do IBGE (2007, 2010). A análise apresenta as faixas de renda *per capita* medida em salários mínimos, de acordo com a o valor naquele ano.

A análise dos gráficos, da tabela e do quadro apresentados, buscou dividir as crianças de 0 a 3 anos que frequentam creches em 5 grupos: sem rendimento; até um salário mínimo; mais de um salário até 3 salário mínimos; mais de 3 salários até 5 salários mínimos; e por último; mais de 5 salários mínimos *per capita*, i.e, os mais ricos.

Também é importante esclarecer, que o valor do salário mínimo foi considerado de acordo com o ano de referência, para o caso dessa análise, considerou-se o valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) para o ano de 2007 e de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) como salário mínimo no ano de 2010.

A análise se restringirá à verificação dos dados quantitativos, não sendo possível saber, por exemplo, o porquê de a maior representatividade percentual de crianças que frequentam creches serem provenientes de famílias cuja renda *per capita* supera 5 salários mínimos. As hipóteses que poderiam explicar tal fenômeno são diversas, e para corroborá-las ou refutá-las seria necessário um estudo qualitativo.

Contudo, é fato que as famílias que dispõem de mais recursos financeiros, são também aquelas com mais capacidade pecuniária para arcar com as despesas de uma creche privada, quando nas creches públicas as vagas são insuficientes. Câmara e Almeida (2012, p. 38) afirmam que “a situação socioeconômica das famílias é facilitador por excelência, do acesso das crianças a recursos materiais e simbólicos, operatórios nos processos de inserção social”.

Também Craidy (2011, p. 60) afirma: “(...) os maiores índices de atendimento em creches e pré-escolas são de crianças com melhores indicadores sociais, tais como nível de renda, escolaridade dos pais.” Sendo assim, é possível que essa seja uma das razões pelas

quais o percentual de matrículas na creche seja maior na medida em que aumenta também a renda da família da criança.

Se em um passado não muito distante, quando as creches tinham um cunho assistencialista, e quem as frequentava eram crianças pobres que eram alimentadas, cuidadas e assistidas em termos de saúde, hoje em dia os dados contradizem o passado e contradizem também o senso comum, visto que no imaginário de muitas pessoas as creches ainda hoje são frequentadas por crianças de baixa renda. Atualmente, os maiores frequentadores dessas instituições são justamente as crianças mais ricas.

É fato que escolarização tem relação direta com a renda, posto que as camadas mais pobres têm o nível de escolarização menor que aquelas mais abastadas; além disso, os mais ricos possuem mais anos de estudo, além de atingirem níveis educacionais mais altos. Em consulta sobre a qualidade da Educação Infantil, Campos e Cruz (2011, p. 100) observaram, ao entrevistar as crianças acerca do que elas pensavam sobre uma escola destinada à criança pequena de baixa renda, que “as mais pobres são justamente aquelas que frequentam as instituições que menos trabalham a oralidade”, o que demonstra a necessidade crescente de oferecer o acesso à creche de forma democrática tanto às crianças ricas quanto as pobres.

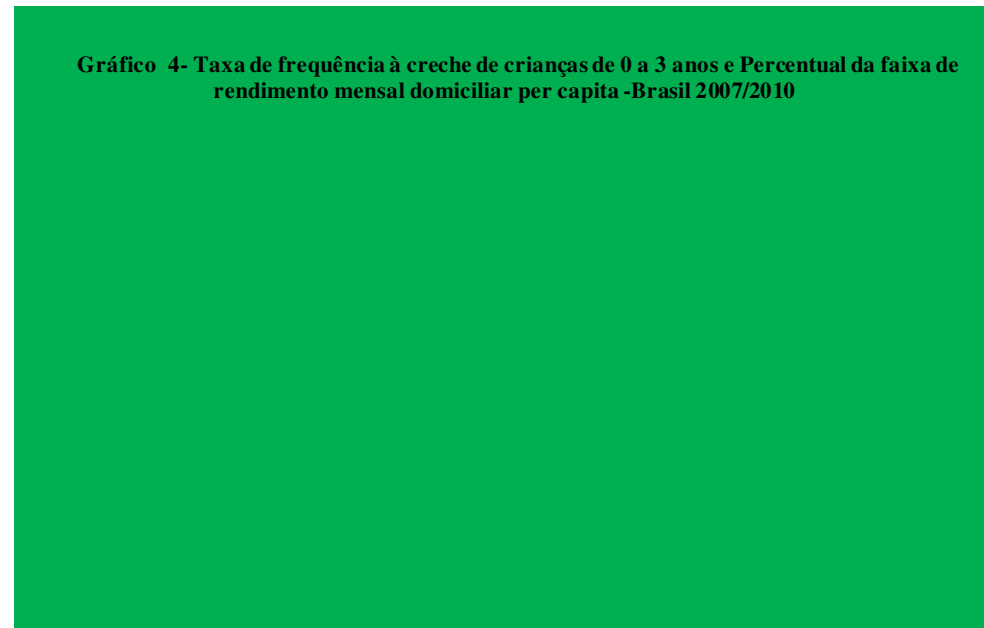
Os dados do gráfico 04 demonstram que no Brasil, em 2007, 45% das crianças de zero a três anos oriundas das famílias com rendimento mensal de 5 salários ou mais, frequentam creches. Em 2010 esse percentual subiu para 47,7%, ao passo que somente 8,9% em 2007 e 18,4% em 2010 daquelas crianças provenientes de famílias sem rendimento frequentam esses estabelecimentos. Por outro lado, observa-se, analisando os dois extremos desse gráfico que a frequência das crianças provindas de famílias sem rendimento cresceu bem mais que as demais, dobrando o percentual de participação de 2007 para 2010.

No país como um todo, as crianças oriundas das famílias mais ricas são as que mais frequentam a creche, e as mais pobres são as que menos frequentam. É possível que o fato se deva em razão dos mais pobres não encontrarem vagas em creches públicas e por não terem condições de arcar com as despesas de uma creche privada, não matriculam seus filhos. Também pode ser que não haja vagas próximo à residência da família ou trabalho da mãe ou porque confiam em outras redes de apoio. Contudo, como foi afirmado anteriormente, são apenas conjecturas.

De qualquer forma, as classes populares, por não terem acesso à creche de qualidade, optam muitas vezes por soluções alternativas; as estatísticas favorecem a afirmação de Campos e Cruz (2011, p. 106): “justamente nos ambientes mais pobres é que se situam as instituições mais pobres, fazendo com que as crianças atendidas sofram duplamente as consequências dessa condição”. Significa dizer que onde estão localizadas as populações mais pobres, são encontradas também as instituições de creche mais precárias.

As outras faixas de renda, têm a taxa de atendimento em 2007 de 13,3% para as crianças pertencentes às famílias que recebem até 1 salário mínimo mensal *per capita*, 27% para aquelas oriundas das famílias que recebem entre 1 e 3 salários mínimos e 39,3% daquelas que recebem mais de 3 até 5 salários mínimos. Em 2010 houve um aumento desses percentuais nas faixas de renda observadas que atingiram 20,1%; 33,2% e 42,9% para essas três últimas faixas de renda, respectivamente.

Gráfico 4- Taxa de frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos e Percentual da faixa de rendimento mensal domiciliar per capita -Brasil 2007/2010



Fonte: IBGE/PNAD e Censo Demográfico 2010. As faixas salariais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Fazendo um exercício simples, é possível explicar: comparemos no ano de 2010, duas famílias: de um lado, uma família composta por 4 pessoas sem rendimento; por outro lado, outra família também com 4 componentes e renda *per capita* de 5 salários mínimos. Nesse segundo exemplo, a renda é de R\$ 10.200,00. Considerando que o salário mínimo naquela ocasião era R\$ 510,00. Significa dizer que em uma família com renda mensal de mais de dez mil reais a criança tem mais que o dobro de chance (47,7%) de frequentar creche do que aquela de uma família com o mesmo número de componentes e sem rendimento (18,4%).

Os dados dos Estados acompanham os dados do país como um todo. Analisando as informações contidas na Tabela 1, percebemos que, embora a cobertura nos Estados tenha aumentado em todas as faixas de renda, o atendimento dos mais abastados ainda é visivelmente maior que dos mais pobres.

Tabela 1 - Taxa de frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos e Percentual da faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo a Unidade da Federação - 2007/2010

Unidades da Federação	Sem Rendimento		Até 1 salário mínimo		Mais de 1 salário até 3 salários mínimos		Mais de 3 até 5 salários mínimos		Mais de 5 salários mínimos	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Rondônia	22,3	8,3	4,7	8,2	11,3	15,9	20,0	23,2	-	35,1
Acre	8,8	8,7	5,5	10,1	11,1	19,6	14,3	18,8	23,6	28,2
Amazonas	3,9	11,3	4,5	10,1	9,0	18,9	23,1	33,0	-	27,8
Roraima	-	11,4	9,7	14,1	18,9	22,1	100,0	24,3	-	39,9
Pará	7,2	10,4	6,8	12,5	17,5	23,4	19,1	35,2	24,9	39,2
Amapá	-	8,0	6,8	8,8	22,4	17,0	14,0	22,8	-	33,0
Tocantins	14,3	10,8	10,1	13,6	5,7	23,7	29,9	30,8	25,0	34,2
Maranhão	-	14,4	11,2	19,9	22,2	29,8	38,5	35,9	100,0	41,3
Piauí	20,0	14,3	13,4	19,4	31,3	28,0	25,0	42,8	25,0	36,5
Ceará	-	20,3	16,1	26,4	28,7	36,2	33,5	46,3	55,6	54,1
R. G. do Norte	-	19,1	17,0	25,5	32,5	38,2	50,0	43,9	40,0	49,6
Paraíba	10,0	13,0	10,7	17,8	25,0	33,9	44,5	47,9	40,0	47,0
Pernambuco	6,5	16,9	14,2	20,0	32,2	37,8	50,0	44,7	43,9	53,6
Alagoas	10,0	13,0	8,1	15,8	30,8	33,5	99,9	43,7	100,0	46,8
Sergipe	-	15,2	12,5	19,4	15,2	37,5	44,4	51,7	50,0	54,7
Bahia	14,6	16,0	9,8	18,1	26,8	31,8	19,0	39,6	33,8	43,4
Minas Gerais	3,2	15,4	13,0	17,1	23,1	29,1	30,8	41,2	46,4	43,7
Espírito Santo	16,7	20,4	20,1	23,3	31,3	32,0	52,9	45,5	62,5	46,1
Rio de Janeiro	10,3	25,8	16,9	24,6	30,1	34,7	53,8	46,8	45,4	54,3
São Paulo	17,3	30,5	18,5	27,1	31,2	37,5	45,8	47,0	54,4	51,4
Paraná	17,5	19,7	17,0	21,3	28,1	34,2	26,5	44,2	37,8	48,0
Santa Catarina	100,0	24,0	19,5	27,8	36,0	42,5	50,0	49,7	36,4	50,8
R. G. do Sul	4,2	14,4	12,7	17,0	28,1	32,9	44,1	41,1	46,9	44,2
M. G. do Sul	-	12,1	19,8	19,4	21,1	30,6	42,8	41,4	50,0	40,2
Mato Grosso	23,1	14,3	10,1	15,6	14,1	21,6	23,1	30,0	37,5	28,5
Goiás	4,6	13,0	7,9	12,1	13,2	20,0	19,1	27,6	8,4	28,7
Distrito Federal	16,6	25,0	9,6	15,7	21,9	24,8	25,5	35,5	42,9	49,2

Fonte: IBGE/PNAD (2007) e IBGE/Censo Demográfico (2010). As faixas salariais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Notas: 1) Não foi incluído o ano de 2011 visto que os dados populacionais para este ano não estão disponíveis até esta data (01/agosto/2012) e o IBGE não projeta dados populacionais por idade e Unidade da Federação concomitantemente.

2) O salário mínimo é a remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos valores em salários mínimos, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa PNAD, por exemplo, em 2007 foi considerado o valor de R\$ 380,00 e em 2010, R\$ 510,00 como salário mínimo respectivamente.

3) Excluídas pessoas que não declararam rendimento.

Analisando a primeira faixa de renda da tabela 1, quer dizer, as famílias sem rendimento mensal *per capita*, observamos que dos 27 Estados existentes no Brasil, 21 deles aumentaram de 2007 para 2010 o seu atendimento em creches nessa faixa de renda; os outros 6 Estados: Rondônia, Acre, Tocantins, Piauí, Santa Catarina e Mato Grosso diminuíram seu percentual de atendimento às crianças pertencentes às famílias mais pobres da população, i.e., aqueles sem rendimento. É importante observar que em Santa Catarina no ano de 2007 todas as crianças (100%) dessa faixa de renda frequentavam creches, e três anos depois, isto é, em 2010, esse atendimento teve uma queda significativa, chegando a 24%.

A segunda faixa da análise, que corresponde às famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo foi aquela onde o atendimento se mostrou mais efetivo durante o período analisado, dos 27 Estados brasileiros atendidos no ano de 2007, 26 deles tiveram sua taxa de frequência à creche aumentada em 2010, e apenas o Estado do Mato Grosso do Sul apresentou uma pequena queda de atendimento nessa faixa de renda, uma queda irrelevante quando se compara que em 2007, 19,8% das crianças sul-matogrossenses cuja família tinha renda *per capita* de até 1 salário mínimo eram atendidas e, em 2010, esse percentual caiu para 19,4%, como se observa na tabela 1.

Dentre as famílias com crianças de 0 a 3 anos e renda mensal *per capita* variando de 1 a 3 salários mínimos, das 27 Unidades Federativas, somente o Amapá não registrou aumento na taxa de frequência à creche, nesse Estado, em 2007, 22,4% das crianças eram atendidas, já em 2010 o Estado passou a atender 17% dessas crianças.

A maior variação em termos de percentual de atendimento se deu na faixa de renda mensal *per capita* acima de 3 até 5 salários mínimos. Nela, 10 Estados do país apresentaram queda no percentual de atendimento no período analisado: Roraima, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Na última faixa de renda analisada, encontram-se também os mais ricos, i.e., aquelas crianças com faixa etária entre 0 e 3 anos que frequentam creche e cuja família tem renda mensal *per capita* acima de 5 salários mínimos. Essa faixa de renda também apresenta grande variação na taxa de cobertura de atendimento das crianças: dos 27 Estados, 9 apresentaram queda no percentual de atendimento e 18 apresentaram aumento.

No quadro 3 abaixo, é possível verificar, na análise das Unidades da Federação, que os maiores aumentos nas taxas de frequência à creche estão dentre as crianças pertencentes às três primeiras faixas de renda, isto é, das famílias que recebem de zero (sem rendimento) até 3 salários mínimos mensais *per capita* e que a maior variação está nas duas últimas faixas de renda, sendo essas, as famílias que recebem mais de 3 salários mínimos mensais *per capita*, incluindo-se aqui as famílias com renda acima de 5 salários.

Quadro 3: Número de Estados que apresentaram aumento e diminuição na taxa de frequência à creche no período 2007/2010 por faixas de renda

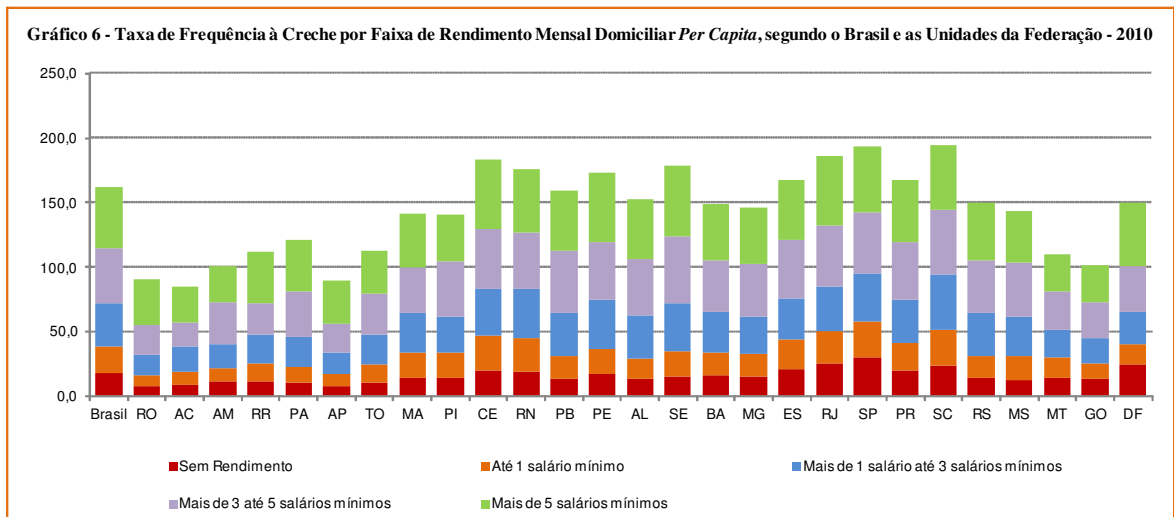
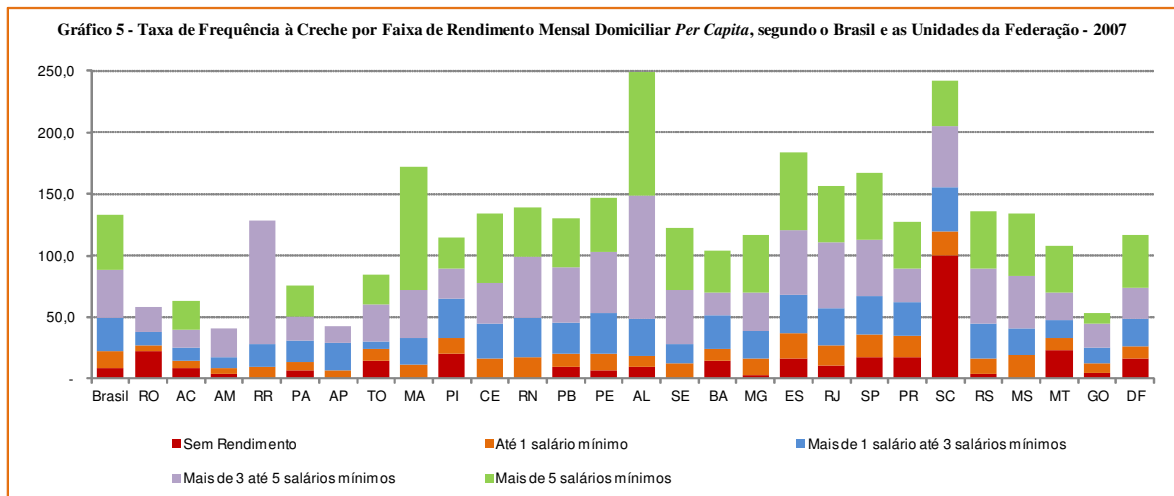
Faixa de Renda mensal <i>per capita</i>	Total de Estados que apresentaram aumento na taxa de frequência a creche de 2007 para 2010	Total de Estados que apresentaram diminuição na taxa de frequência a creche de 2007 para 2010
Sem Rendimento	21	6
Até 1 salário mínimo	26	1
Mais de 1 salário até 3 salários mínimos	26	1
Mais de 3 até 5 salários mínimos	17	10
Mais de 5 salários mínimos	18	9

Fonte: IBGE/PNAD 2007 e Censo Demográfico 2010. As faixas salariais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

É interessante observar que 8 Estados brasileiros tiveram aumento no percentual de atendimento em todas as 5 faixas de renda quando se analisa o período compreendido pelos anos de 2007 e 2010, são eles: Amazonas, Pará, Paraíba, Sergipe, Bahia, Paraná, Goiás e Distrito Federal. Também é importante registrar que nenhum dos Estados brasileiros apresentou queda no atendimento nas 5 faixas de renda concomitantemente.

Entretanto, a análise mais importante diz respeito ao fato de que, como se observa nos gráficos 05 e 06, a seguir, a maior taxa de frequência à creche está dentre aquelas famílias cuja renda *per capita* está entre 3 até 5 salários mínimos e dentre aquelas cuja renda familiar ultrapassa 5 salários mínimos por mês para cada componente, i. e. as crianças oriundas de famílias mais ricas.

É constatado, através dos dados, que em 2010, dos 27 Estados brasileiros, 21 deles, isto é 78%, têm maior percentual de crianças da creche pertencentes à última faixa de renda, quer dizer, as mais ricas. Os outros 6 Estados, isto é, 22% têm maior percentual de crianças da creche pertencentes a faixa de 3 a 5 salários mínimos mensais *per capita*. Os dados apontam que das crianças brasileiras matriculadas em creches, a maioria delas pertencem às famílias cuja renda mensal *per capita* é superior a 3 salários mínimos.



Uma análise mais apurada permite inferir que em todos os 27 Estados brasileiros a taxa de atendimento à criança em creche está dentre as famílias mais ricas do País, cabe ressaltar que em alguns Estados esse atendimento entre os mais ricos atinge mais da metade da população daquela faixa de renda.

O quantitativo de matrículas, o número de estabelecimentos e o acesso da criança pequena à creche têm crescido, mesmo que de forma branda: as estatísticas oficiais comprovam essa afirmativa. No entanto, é importante que a oportunidade de acesso seja uma opção de escolha para todas as famílias, seja qual for a faixa de renda.

Vieira e Melo (1989), pesquisaram durante um ano uma creche de Minas Gerais, frequentada exclusivamente por crianças de baixa renda, filhos de mães domésticas, faxineiras

e varredoras de rua; 60% das famílias pesquisadas recebiam renda mensal de um salário mínimo, além disso, aquelas famílias eram compostas em média por quatro a oito membros.

As autoras citadas apontam que em muitos casos, essas crianças de baixa renda só têm oportunidade de lazer e diversão quando estão na creche. E em alguns casos, é nesse ambiente que as crianças têm oportunidade de conviver e interagir com outras crianças, de desenvolverem-se integralmente e de se alimentar corretamente; afirmação semelhante à de Franco (1989, p. 187) “muitas crianças vêm à creche reconhecidamente para comer”.

Desta forma, a creche assume um papel importante diante das novas demandas da família e da sociedade moderna, e deve ser pensada de forma universal e complementar. As autoras argumentam que: “A criança vive a creche como um espaço para fazer amigos e brincar, além de ser alimentada e cuidada. Ficaria triste se tivesse que permanecer sozinha em casa quando a mãe vai trabalhar, ela prefere, portanto, a creche” (FRANCO, 1989, p. 175).

As estatísticas demonstram que as crianças que provêm de famílias mais ricas são aquelas que mais frequentam as creches, embora, o fato de pertencerem a famílias mais pobres seja, em muitos municípios um critério de seleção para matrícula nas creches públicas, Oliveira, Andrade e Andrade (2008, p. 15) descrevem algumas das formas como se dá o atendimento na creche frente à grande demanda:

Como as vagas não são suficientes há uma lista de espera e, conseqüentemente, são definidos critérios para a seleção da criança que tem maior necessidade. Geralmente, há maior possibilidade de serem selecionadas as crianças cujas mães possuem trabalho extradomiciliar, não dispõem de um familiar ou profissional que possa se dedicar ao cuidado de seus filhos, e são economicamente menos favorecidas.

O que se observa é que a creche é potencialmente importante como complemento e apoio à família, além de um direito que traz benefícios para a criança. Como afirmam Montovani e Terzi (1998, p. 175): “a creche, e a experiência de uma boa inserção, pode, com certos cuidados, ser um caminho válido e potencialmente bom para todos”. Logo, é possível afirmar que a creche é uma opção tanto para a família quanto para a criança, independentemente de sua classe social ou faixa de renda. Embora a creche seja frequentada em sua maioria por crianças provenientes de classes sociais abastadas ela é um direito tanto das crianças ricas quanto das pobres e deve ser amplamente ofertada e garantida a todas elas.

3.1.2 Matrículas da creche em relação à Educação Básica

Conforme verificado anteriormente, o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam creches é muito pequeno (12,8%, de acordo com os dados do Inep), o que nos leva a deduzir que essa etapa da Educação Infantil necessita ofertar um quantitativo maior de vagas para as crianças na faixa etária de até 3 anos. Contudo, é importante comparar a evolução do número de matrículas da creche com relação a outras etapas da educação, no intuito de verificar a necessidade de ampliação da oferta.

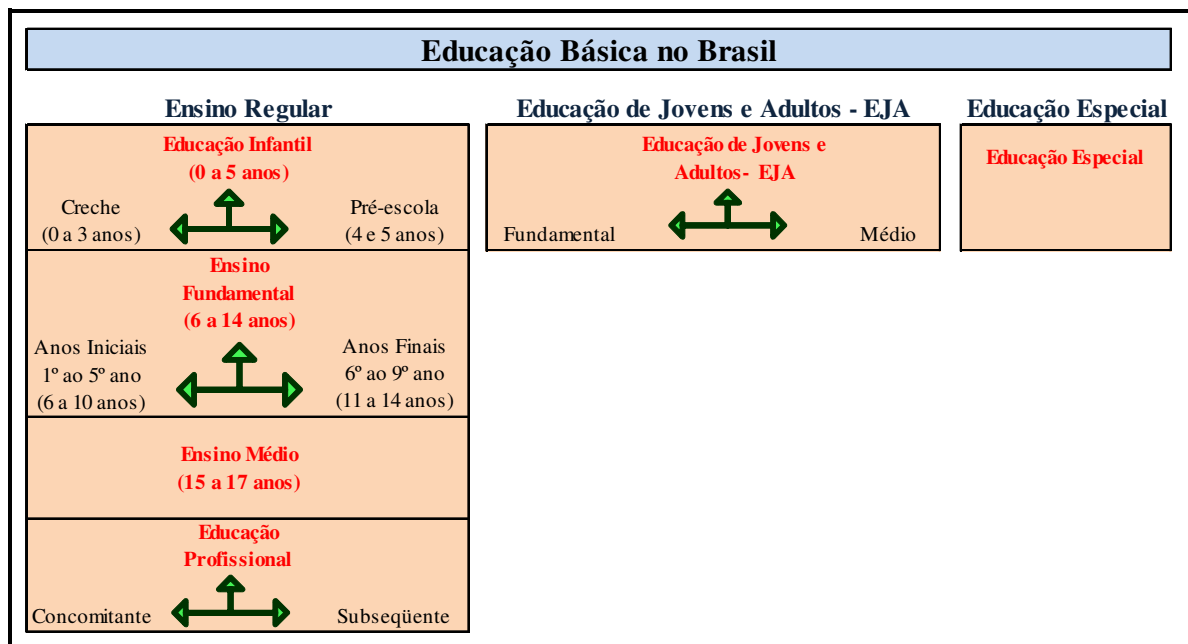
Quadro 4: Quadro explicativo da Tabela de Evolução do Número de Matrículas na Educação Básica por Modalidade e Etapa de Ensino

Descrição da Tabela ou Gráfico	Evolução do Número de Matrículas na Educação Básica por Modalidade e Etapa de Ensino e porcentagem da creche em relação à Educação Básica - Brasil – 2007- 2011
Interpretação da Tabela ou Gráfico	Verifica o quantitativo de matrículas de 2007 até 2011 nas seguintes etapas: Educação Básica, Educação Infantil, Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental, Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médio, Educação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial e demonstra percentualmente o quanto cada etapa de ensino cresceu, permaneceu estável ou apresentou queda no número de matrículas.
Objetivo/Justificativa para o cálculo	Observar e comparar a evolução do número de matrículas da Educação Básica, no intuito de verificar se a creche tem crescido mais ou menos em relação às outras etapas; em caso positivo, esses dados podem corroborar para a necessidade de ampliação da oferta de vagas na creche especificamente.
Nível de agregação	Brasil
Fonte (s)	Censo da Educação Básica – Educacenso – Inep
Fórmula	$EvMat = \left[\left(\frac{TotMat_{ano2}}{TotMat_{ano1}} \right) - 1 \right] \times 100$ <p>onde:</p> <p><i>EvMat: Evolução do número de matrículas</i></p> <p><i>TotMat_{ano2}: Total de matrículas no último ano da análise</i></p> <p><i>TotMat_{ano1}: Total de matrículas no primeiro ano da análise</i></p>
Esclarecimentos	Foram utilizados dados do Inep exclusivamente porque a intenção era analisar a evolução do número de matrículas nas diversas etapas da Educação Básica

Fonte: a autora

A Educação Básica no Brasil atende alunos de 0 a 17 anos e se divide em etapas e modalidades de ensino. Como modalidades de ensino temos: Ensino Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos – EJA. As etapas da Educação Básica, por sua vez, são: Educação Infantil (Creche e Pré-escola), Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Ensino Médio e Educação Profissional (Concomitante e Subsequente). O esquema abaixo demonstra essa divisão:

Quadro 5 - Esquema da Educação Básica no Brasil



Fonte: Mec/Inep/Deed

A Educação Básica registrou em 2011 um total de 50.972.619 matrículas divididas em todas as etapas e modalidades de ensino, o que pode ser evidenciado na tabela 02:

Tabela 02 - Evolução do Número de Matrículas na Educação Básica por Modalidade e Etapa de Ensino - Brasil - 2007 - 2011

Ano	Matrículas de Educação Básica por Modalidade e Etapa de Ensino												
	Educação Básica	Ensino Regular									Educação de Jovens e Adultos		Educação Especial
		Educação Infantil				Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ed. Profissional (Concomitante e Subsequente)	Fundamental	Médio	
		Total	Creche	% da Creche em relação à Educação Básica	Pré-escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais					
2007	53.028.928	6.509.868	1.579.581	3,0%	4.930.287	32.122.273	17.782.368	14.339.905	8.369.369	693.610	3.367.032	1.618.306	348.470
2008	53.232.868	6.719.261	1.751.736	3,3%	4.967.525	32.086.700	17.620.439	14.466.261	8.366.100	795.459	3.295.240	1.650.184	319.924
2009	52.580.452	6.762.631	1.896.363	3,6%	4.866.268	31.705.528	17.295.618	14.409.910	8.337.160	861.114	3.094.524	1.566.808	252.687
2010	51.549.889	6.756.698	2.064.653	4,0%	4.692.045	31.005.341	16.755.708	14.249.633	8.357.675	924.670	2.860.230	1.427.004	218.271
2011	50.972.619	6.980.052	2.298.707	4,5%	4.681.345	30.358.640	16.360.770	13.997.870	8.400.689	993.187	2.681.776	1.364.393	193.882
Δ2007/2011	-3,9	7,2	45,5		-5,0	-5,5	-8,0	-2,4	0,4	43,2	-20,4	-15,7	-44,4

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

2) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

3) Ensino Fundamental: inclui matrículas de turmas do ensino fundamental de 8 e 9 anos.

4) Ensino médio: inclui matrículas no ensino médio integrado à educação profissional e no ensino médio normal/magistério.

5) Educação especial classes comuns: as matrículas já estão distribuídas nas modalidades de ensino regular e/ou educação de jovens e adultos.

6) Educação de jovens e adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e EJA integrado à educação profissional de nível fundamental e médio.

7) Educação profissional: não inclui matrículas de educação profissional integrada ao ensino médio.

É possível observar que embora a creche represente menos de 5% das matrículas em relação à Educação Básica, foi a que apresentou crescimento mais expressivo durante o quinquênio. Também é possível observar que a creche, ao lado da educação profissional são as únicas etapas de ensino que tiveram aumento gradual no número de matrículas em todos os anos do período analisado. A creche apresenta 45,5% e a educação profissional 43,2%. Segundo Arelaro (2008), esse aumento no quantitativo de matrículas da creche acontece pelos seguintes motivos:

Em consequência das mudanças na organização familiar e da prioridade do atendimento à infância que se vai estabelecendo no país, pois, de um lado, os avanços científicos e as pesquisas educacionais enfatizam suas vantagens sociais, e de outro, a realidade da urbanização industrial e a inserção da mulher no trabalho extradoméstico impõem a prioridade desse atendimento. (ARELARO, 2008, p. 52)

Embora nos últimos anos tenha havido ampliação da Educação Infantil e especialmente da creche, o atendimento da população de 0 a 3 anos tem sido irrisória. Os dados demonstram que a demanda é crescente e os sistemas de ensino não têm comportado essa procura. Por essa trajetória dos dados, é possível conjecturar que, se houver oferta de vagas, elas serão preenchidas, assim como afirma Susin (2008, p.76):

A Educação Infantil, direito da criança e opção para todas as famílias que a quiserem usufruir, exige mais investimentos e uma política de valorização da criança por meio da garantia do direito universal à educação, já assegurado de forma legal pela Constituição Federal e pela LDB. Significa, ainda, Educação Infantil pública assumida pelos municípios, sem que sejam forçadas alternativas que venham a propiciar exclusão ou engendrar

mecanismos que responsabilizem a sociedade civil pela carência de políticas sociais de competência do Estado.

No entanto, em muitos municípios brasileiros a educação da criança de 0 a 3 anos não é ofertada em razão dos custos para sua manutenção ou ainda, por não ser considerada uma prioridade, como se observa em Oliveira (2011, p. 44) “É comum prevalecer a ideia da Educação Infantil como preparatória para o Ensino Fundamental, o que tem levado a políticas públicas de garantia de vagas para as crianças com idades mais próximas dos 7 anos, em detrimento das menores, particularmente os bebês”.

Da análise das etapas e modalidades de ensino, é possível afirmar que a queda no quantitativo de matrículas da pré-escola se deu em razão da implementação do Ensino Fundamental de 9 anos (Lei 11.274/2006) que desde o ano letivo de 2007 torna obrigatória a matrícula da criança de 6 anos no 1º ano do Ensino Fundamental e não mais na pré-escola, como acontecia anteriormente.

A diminuição do número de matrículas no Ensino Fundamental (-5,5%), segundo Klein²³, não significa aumento da evasão escolar, mas que é uma questão demográfica, visto que nos últimos anos o número de crianças de 6 a 14 anos vem diminuindo (bônus demográfico²⁴) e, por essa razão, diminui também a quantidade de alunos nessa etapa.

Merece destaque o aumento significativo no número de matrículas da educação profissional (43,2%) em razão da política de expansão do MEC e da própria dinâmica da economia do país onde o aluno opta por uma educação que possa garantir-lhe uma profissão e até mesmo um emprego no mercado de trabalho. Uma peculiaridade encontrada na educação profissional é que muitos alunos que ingressam nessa modalidade de ensino já concluíram o Ensino Médio e/ou o Ensino Superior.

Também merece observação, a grande queda (- 44,4%) verificada na educação especial, fruto das políticas públicas de inclusão, que estimula a oferta de vagas para a criança e o jovem com necessidades educacionais especiais na Educação Básica dentro da perspectiva da inclusão no ensino regular e na EJA.

²³ Entrevista concedida por Ruben Klein em setembro de 2012 à Elisa Meirelles para a Revista Nova Escola com o título: *Censo Escolar: queda nas matrículas reflete bônus demográfico e melhora no fluxo*. A íntegra da entrevista encontra-se em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/censo-escolar-bonus-demografico-701868.shtml>.

²⁴ Bônus Demográfico é um fenômeno que ocorre em um período de tempo no qual a estrutura etária da população apresenta menores razões de dependência (menos idosos, crianças e adolescentes) e maiores percentuais de população em idade economicamente ativa, possibilitando que as condições demográficas atuem no sentido de incrementar o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais dos cidadãos do país (ALVES, 2008).

Destarte, a necessidade de oferta da creche se faz presente mais que em qualquer outra etapa da Educação Básica, sendo a busca por instituições que a ofertam uma demanda crescente. Entretanto, é preciso lembrar que não basta somente construir creches, é necessário que ela tenha qualidade e que seja construída conforme a necessidade da população local e da criança, haja vista que a creche é, acima de tudo, um direito.

3.1.3 Variação percentual do quantitativo de matrículas na creche

Para Silva (2011, p. 258) “a educação das crianças pequenas é considerada uma questão menor e sempre esteve à parte do sistema oficial de ensino”. Esse é exatamente o objetivo da análise dessa tabela 03: trazer à baila o percentual de matrículas da creche para observar o crescimento ou a diminuição desse quantitativo.

A variação percentual é a comparação evolutiva entre dois valores de referência, ou entre dois anos. Como no caso da variação percentual das matrículas, o resultado desse cálculo poderá ser positivo ou negativo, caso tenha havido aumento ou diminuição do número de matrículas, respectivamente. Esse percentual é importante na medida em que permite uma análise de fácil compreensão, uma vez que os resultados são calculados em percentuais, o quadro explicativo 06, abaixo, auxilia nesse entendimento:

Quadro 6: Quadro explicativo da Tabela com o número de matrículas e variação percentual das matrículas na Creche.

Descrição da Tabela ou Gráfico	Número de matrículas e variação percentual das matrículas na Creche-Brasil - 2007/ 2011
Interpretação da Tabela ou Gráfico	Verificar o crescimento ou o decréscimo no quantitativo de matrículas na creche em todos os estados brasileiros, observando esse percentual em relação aos anos de 2007 e 2011.
Objetivo/Justificativa para o cálculo	Analisando os anos de 2007 e 2011, cabe questionar: o número de matrículas na creche tem crescido? Em caso positivo, qual o percentual desse crescimento? Esse crescimento foi homogêneo? Em algum Estado esse percentual diminuiu? Em caso positivo, qual o percentual desse decréscimo? Ora, se existe aumento significa que existe demanda, logo, existe necessidade de aumento da oferta, essa lógica está correta? Esse é o objetivo dessa tabela, dar resposta a esses questionamentos.
Nível de agregação	Brasil e Unidades da Federação
Fonte (s)	Censo da Educação Básica – Educacenso – Inep

Fórmula	$\mathbf{VarMat = ((TotMat_{2011}/TotMat_{2007}) - 1) * 100}$ <p><i>onde:</i></p> <p>VarMat: <i>Varição da matrícula</i></p> <p>TotMat_{ano2}: <i>Total de matrículas no último ano da análise</i></p> <p>TotMat_{ano1}: <i>Total de matrículas no primeiro ano da análise</i></p>
Esclarecimentos	Foram utilizados dados do Inep exclusivamente porque a intenção era analisar a evolução do número de matrículas nas creches oficiais, segundo o Educacenso.

Fonte: a autora

Analisando os dados da variação percentual da matrícula no Brasil, verifica-se que houve um aumento de 45,5%, o que corresponde a 719.126 novas matrículas, visto que em 2007 havia 1.579.581 matrículas nas creches brasileiras e, em 2011, esse número foi elevado para 2.298.707.

Como já foi amplamente defendido nessa pesquisa, a creche tem fundamental importância tanto para a criança, quanto para a família que deseja compartilhar o seu cuidado e educação e a variação percentual positiva no número de matrículas corrobora essa afirmativa, e como afirma Amorim, Rossetti-Ferreira e Vitória (2000, p. 117):

No Brasil, tem havido, nas últimas décadas, importantes transformações, fruto da luta de vários profissionais, associações, e inclusive, das próprias famílias ao pleitearem do Estado e de organizações não governamentais – ONGs - uma educação de qualidade para seus filhos. Mediante essas reivindicações, conseguiu-se que na Constituição de 1988, o atendimento às crianças fosse incluído no capítulo da Educação, sendo um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família, tirando-lhe assim a conotação meramente assistencial, típica de momentos anteriores.

Os valores demonstrados nessa análise nos leva a inferir que a creche tem uma demanda crescente por vagas, para além das mudanças ocorridas em nossa sociedade, ela é um direito da criança. Os quantitativos mostram que, em havendo um aporte de vagas, elas certamente seriam preenchidas e que isso não ocorre atualmente em razão da limitação de oportunidade com relação à matrícula.

A tabela 03 a seguir demonstra a variação percentual do número de matrículas na creche do ano de 2007 para 2011. Vê-se que em algumas Unidades da Federação o crescimento do número de matrículas apresentou aumentos extraordinários, como é o caso do Distrito Federal, corroborando com a necessidade crescente de vagas, demanda muito maior que em qualquer outra etapa da Educação Básica.

Tabela 03 - Número de matrículas e variação percentual das matrículas na Creche- Brasil e Unidades da Federação - 2007/ 2011

Unidades da Federação	Número de matrículas na creche		Variação
	2007	2011	2007/ 2011
Brasil	1.579.581	2.298.707	45,5
Rondônia	7.935	11.113	40,1
Acre	3.003	4.720	57,2
Amazonas	13.231	15.940	20,5
Roraima	2.046	3.746	83,1
Pará	30.869	37.027	19,9
Amapá	1.717	2.250	31,0
Tocantins	11.193	14.836	32,5
Maranhão	42.857	60.509	41,2
Piauí	24.486	31.040	26,8
Ceará	100.186	120.564	20,3
R. G. do Norte	50.104	45.103	-10,0
Paraíba	21.737	29.465	35,6
Pernambuco	50.224	64.677	28,8
Alagoas	12.232	20.074	64,1
Sergipe	8.087	10.297	27,3
Bahia	91.702	102.372	11,6
Minas Gerais	143.851	203.886	41,7
Espírito Santo	42.168	59.183	40,4
Rio de Janeiro	119.063	164.220	37,9
São Paulo	409.780	761.843	85,9
Paraná	116.004	145.742	25,6
Santa Catarina	87.914	120.995	37,6
R. G. do Sul	82.652	116.562	41,0
M. G. do Sul	27.602	41.012	48,6
Mato Grosso	29.509	38.842	31,6
Goiás	38.370	49.512	29,0
Distrito Federal	11.059	23.177	109,6

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

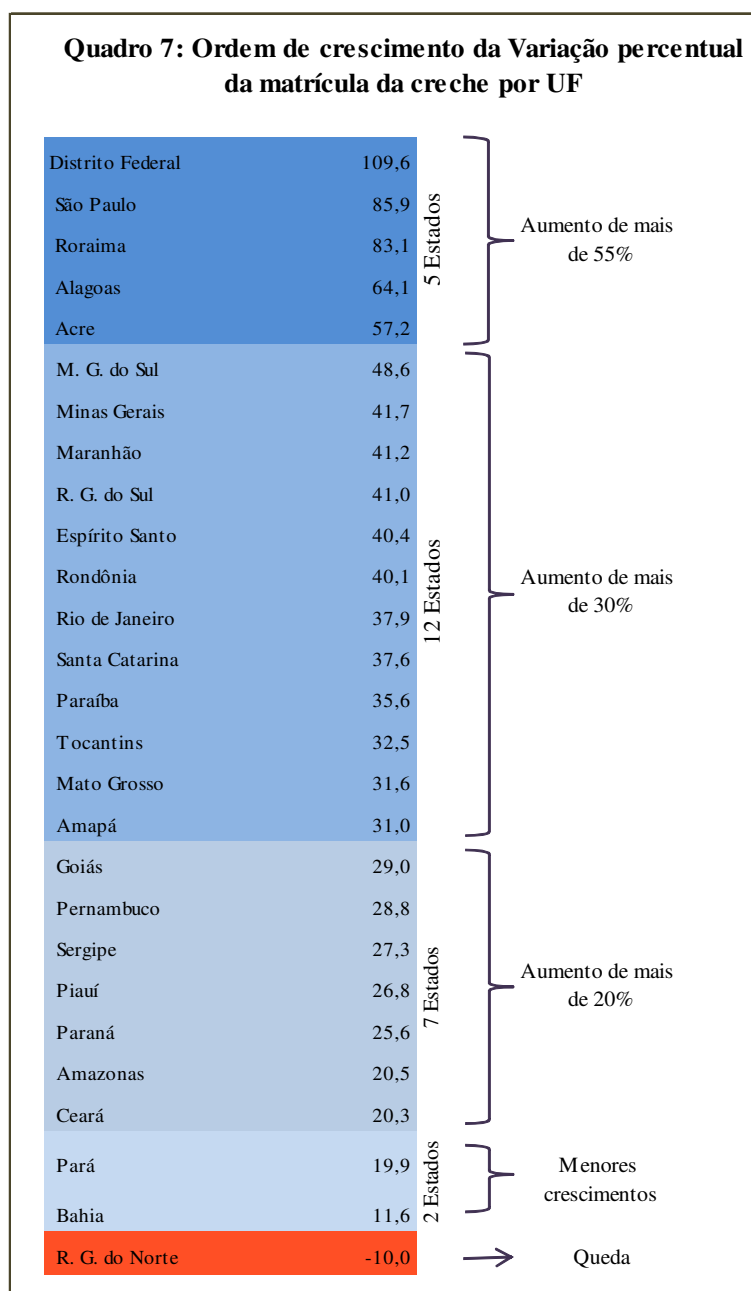
Em relação às Unidades da Federação, é possível observar, por meio da tabela 03 que dentre todos os 27 Estados, apenas o Rio Grande do Norte apresentou queda na matrícula da creche durante o período analisado. Em 2007 esse estado tinha 50.104 matrículas nessa etapa e em 2011 registrou 45.103, uma diminuição de pouco mais de cinco mil matrículas, ou seja, - 10%.

Por outro lado, 5 estados brasileiros apresentaram aumento de mais de 55% no quantitativo das matrículas, são eles: Acre com 57,2%; Alagoas com 64,1%; Roraima com 83,1%; São Paulo com 85,9% e o Distrito Federal que, pela análise do gráfico, verifica-se que mais que dobrou o quantitativo de matrículas de 2007 para 2011, registrando 109,6% de aumento, o maior do país.

Também é possível verificar que 12 Estados apresentaram aumento superior a 30% no período comparado: Amapá (31,0%), Mato Grosso (31,6%), Tocantins (32,5%), Paraíba (35,6%), Santa Catarina (37,6%), Rio de Janeiro (37,9%), Rondônia (40,1%), Espírito Santo (40,4%), Rio Grande do Sul (41,0%), Maranhão (41,2%), Minas Gerais (41,7%) e Mato Grosso do Sul (48,6%).

Registraram aumentos acima de 20%, 7 Unidades Federativas: Ceará com crescimento de 20,3% entre 2007 e 2011, Amazonas teve 20,5%, Paraná 25,6%, Piauí 26,8%, Sergipe 27,3%, Pernambuco 28,8% e Goiás com 29,0%.

Apenas dois Estados apresentaram crescimento abaixo de 20% no período analisado, Pará (19,9%) e Bahia (11,6%). O quadro 07 abaixo permite melhor visualizar essa análise:



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Notas: 1) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2) Inclui matrículas de turma unificada.

É possível que uma das razões para essa variação crescente do número de matrículas na creche seja indicativo de que antigos paradigmas de creche com viés assistencialista e de superação de necessidades tem sido quebrados, conforme afirma Oliveira, Andrade e Andrade (2008, p. 18):

A legitimidade educacional das creches implica a transformação de suas práticas institucionais e das concepções que tanto os usuários de seus

serviços quanto os profissionais que nelas trabalham têm de sua função social, além de elaboração e efetivação de projetos institucionais, nos quais as crianças não sejam consideradas meros objetos de intervenção, mas sujeitos de direitos sociais e educacionais.

Desta forma, a creche passa a ser uma boa opção, isso porque, dentre outras razões, a dinâmica das cidades, o dia-a-dia nos grandes centros urbanos, a vida protegida dentro de apartamentos e casas gradeadas têm paulatinamente diminuído o espaço para as brincadeiras infantis, o espaço para a criança correr e ser livre, enfim, o lugar para a criança ser criança (MÜLLER; REDIN, 2007). A creche é uma alternativa para os pais que desejam que seus filhos convivam com outras crianças e em espaços indicados para a sua idade, conforme afirma Haddad:

O declínio das fontes de socialização no interior do espaço doméstico afeta diretamente as condições de desenvolvimento infantil, sobretudo no que se refere às funções tipicamente humanas de agir, comportar-se, pensar e sentir-se como um ser social e constituir-se como sujeito. Isso impõe a urgente necessidade de espaços alternativos, extraparentais de cuidado, socialização e Educação Infantil. (HADDAD, 2011, p. 92)

Portanto, para além do direito que lhe é devido, a creche é também importante para auxiliar no desenvolvimento e socialização da criança. A creche é uma necessidade do nosso tempo, da nossa sociedade, por isso ela cresce tanto, pois, ela tem se tornado para as famílias a melhor escolha, seja por opção, seja por necessidade, o fato é que sua variação percentual continuará a crescer pelos próximos anos, com certeza.

3.2 AS CONDIÇÕES DE OFERTA DA CRECHE NAS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, NO CAMPO E NA CIDADE.

Segundo o artigo 227 da Carta Magna de nosso país (Brasil, 1988), é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, dentre outros direitos fundamentais, o direito a educação afirmando, em seu artigo 6º, que a educação é um direito social. De acordo com Silva, os direitos sociais são aqueles que garantem ao indivíduo,

prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. (SILVA, 2004, p. 175)

Dessa forma, o Estado deve garantir à criança o pleno direito de frequentar uma creche pública, conforme reitera o artigo 208, inciso IV da citada Lei, alterada pela Emenda Constitucional Nº53/2006: “o dever do Estado com a educação será efetuado mediante garantia de: [...] Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

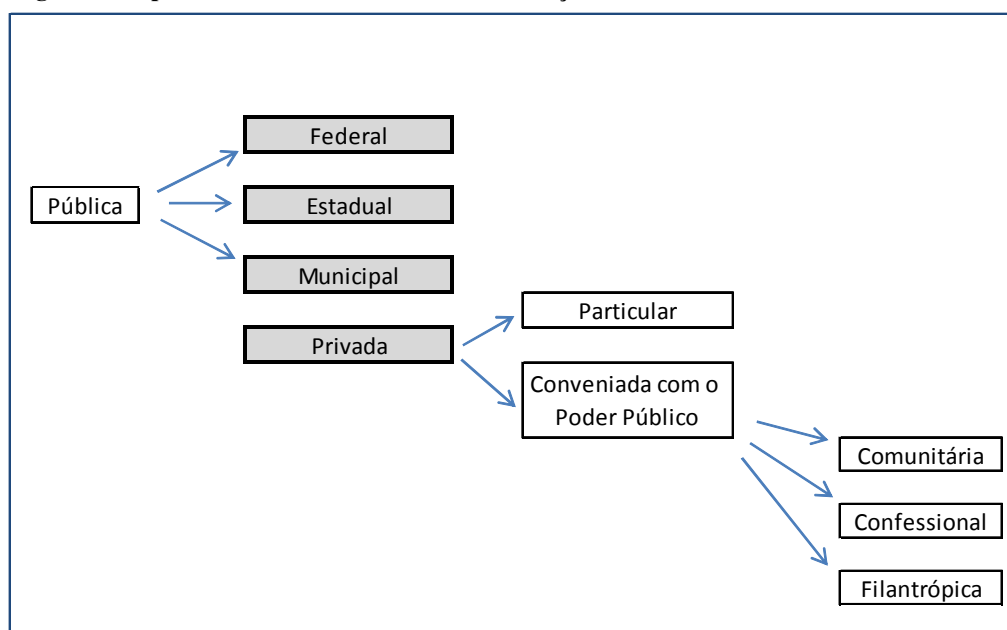
Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/96, garante em seu artigo 4º inciso IV : “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”, e define no artigo 29, a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, cuja finalidade é o “desenvolvimento integral da criança”. Contudo, a mais recente Lei 12.796/2013, estabeleceu a obrigatoriedade e gratuidade da Educação Básica para crianças a partir de 4 (quatro) anos de idade.

O quantitativo de vagas oferecido na creche não atende a demanda, o que faz com que apenas 12,8% das crianças de 0 a 3 anos em todo o Brasil, sejam atendidas nessas instituições²⁵. Outrossim, é relevante questionar: embora o atendimento seja irrisório, quem o está oferecendo? O Estado? Ou são os familiares, os responsáveis por esse custeio? E afinal, como tem sido o atendimento da criança pequena nas creches localizadas no campo? Ele difere sobremaneira do atendimento na zona urbana?

O ordenamento legal garantido na Constituição Federal (1988) e corroborado pela LDB (1996) e o ECA (1990) nos leva a afirmar que toda criança, na faixa etária de 0 a 3 anos deveria, caso a família assim o desejasse, ter garantido o atendimento em uma instituição de creche custeada pelo Estado, o que não desobriga, é claro, a família de assegurar sua educação, cuidado e proteção. Entretanto, conforme afirma Craidy (2011), o que está definido na Lei, nem sempre é implantado e colocado em prática.

De acordo com o Caderno de Instruções do Censo Escolar 2012 (INEP, 2012), Dependência Administrativa é “o âmbito da subordinação administrativa da escola”. No Brasil elas podem ser de quatro tipos: Federal, Estadual, Municipal ou Privada, e atendem ao seguinte esquema:

²⁵ O percentual de 12,8% refere-se às crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches oficiais, legalizadas, e registradas nas secretarias de educação. Esse percentual foi obtido considerando a população brasileira de crianças de 0 a 3 anos (IBGE) e o quantitativo de crianças dessa faixa etária matriculadas e registradas no Educacenso (Inep), conforme citado na página 76.

Figura 1: Dependências Administrativas da Educação Básica

Fonte: Mec/Inep/Deed

É importante destacar que uma das razões para a necessidade da creche é a grande expansão do trabalho profissional feminino, como ressalta Kramer (1985, p. 20), “a creche libera a mulher para o mercado de trabalho”. Destarte, é possível afirmar que mais do que ofertar creches é imprescindível ofertar creches *públicas*, de forma que essas mesmas mulheres possam garantir, ou auxiliar, o sustento de sua família sem a necessidade de arcar com mais uma despesa, a de uma creche privada particular. Ademais, conforme afirmam Sanches, Rodrigues, Homma (2000), o atendimento em creches públicas, além de muito significativo, contribui para a equidade social.

Quadro 8: Quadro explicativo da Tabela de Percentual de Matrículas na Creche por Dependência Administrativa e Localização

Descrição da Tabela ou Gráfico	Percentual de Matrículas na Creche por Dependência Administrativa e Localização, segundo a Unidade da Federação - 2007 / 2011
Interpretação da Tabela ou Gráfico	Demonstra o percentual de creches existentes nas zonas urbanas e rurais (Localização) e ainda as que são mantidas pelo poder público (Federais, Estaduais e Municipais) e as que são privadas (particulares ou mantidas pelo poder público). Essa especificação é denominada dependência administrativa.
Objetivo/Justificativa para o cálculo	Do quantitativo de matrículas na creche, quantas são públicas e quantas são privadas? Em algum Estado o quantitativo de creches privadas supera as públicas? Dentre as públicas, qual dependência administrativa detém o maior quantitativo de matrículas, visto que são os Municípios os responsáveis por sua oferta? A tabela também pretende verificar que percentual de creches está na zona urbana e quantas na localização rural, e mostrará se as matrículas na creche acompanharam a tendência da população brasileira de viver nas cidades.

Nível de agregação	Brasil e Unidades da Federação
Fonte (s)	Censo da Educação Básica – Educacenso – Inep
Fórmula	<p><u>Percentual de creche por localização:</u></p> $MatCreLoc = (TotMat Cre_{Loc} / TotMat_{Geral}) * 100$ <p>onde:</p> <p><i>MatCreLoc</i>: Total de matrículas na creche por Localização</p> <p><i>TotMat Cre_{Loc}</i>: Total de matrícula na localização urbana ou rural</p> <p><i>TotMat_{Geral}</i>: Total de matrículas geral no ano da análise</p> <p><u>Percentual de creche por Dependência Administrativa:</u></p> $MatCreDep = (TotMat Cre_{Dep} / TotMat_{Geral}) * 100$ <p>onde:</p> <p><i>MatCreDep</i>: Total de matrículas na creche por Dependência Administrativa</p> <p><i>TotMat Cre_{Dep}</i>: Total de matrícula na Dependência Administrativa: Federal, Estadual, Municipal Privada</p> <p><i>TotMat_{Geral}</i>: Total de matrículas geral no ano da análise</p>
Esclarecimentos	<p>1) Foram utilizados dados do Inep exclusivamente porque a intenção era analisar os percentuais de matrículas nas zonas urbanas e rurais e ainda nas dependências federal, estadual, municipal e privada, oficialmente mantidas pelo Estado.</p> <p>2) A soma da localização das creches e também das dependências administrativas, deverá necessariamente ser o total de matrículas naquele ano da análise.</p>

Fonte: a autora

A análise da tabela 04 demonstrará a distribuição das matrículas nessas 4 dependências administrativas. É importante reiterar que, conforme demonstra a figura 01, existem 2 redes na Educação Básica: a rede privada e a rede pública; esta segunda, formada

pelas dependências: federal, estadual e municipal. Em nosso país, por vezes a sobreposição entre essas duas esferas, especialmente nessa etapa da Educação Infantil é tão unívoca que dificulta definir os limites entre o público e o privado. Isso porque, existem muitas creches privadas mantidas pelo poder público por meio de convênio, assim,

No caso do Estado brasileiro, marcado pela histórica natureza patrimonial da sociedade e do Estado *stricto sensu*, a interpenetração das esferas pública e privada tem-se dado em desfavor da esfera pública. Nesse cenário, os direitos sociais, com avanços significativos no campo jurídico normativo, expressam-se e se metamorfoseiam cotidianamente em um país marcado por desigualdades sociais significativas. (DOURADO, 2008, p. 9).

A educação pública e gratuita é legalmente afiançada no sistema educacional brasileiro desde a Constituição Federal de 1824, que garante, “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos” (inciso XXXII). Embora naquela ocasião a Constituição não estivesse referindo-se à educação da criança pequena, essa garantia, indubitavelmente contribuiu para sua oferta sem encargos de contrapartida em nossos dias atuais. Conforme afirma Dourado (2008, p. 10):

De maneira geral, no decorrer dos anos as lutas desencadeadas em defesa da educação para todos, em todos os níveis e modalidades, realçam o enorme desafio na superação desta dívida histórica republicana em nosso país, sobretudo no que concerne à efetivação da educação como direito social, não a reduzindo à mera demanda e dimensão individual.

Entretanto, a gratuidade da educação reiterada na Constituição de 1988, teve sua responsabilidade repartida, em regime de colaboração entre as dependências administrativas. Após a aprovação da Emenda Constitucional nº 14 de 1996 (Lei do Fundef), que definia em seu parágrafo 2º que cada Município tem responsabilidade de ofertar a creche: “§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil”, cabe aqui reiterar que *prioritariamente* não é exclusivamente ou obrigatoriamente. Vejamos essa distribuição:

Tabela 04 - Percentual de matrículas na Creche por Dependência Administrativa, Brasil e Unidade da Federação - 2007 / 2011

Unidades da Federação	Ano	Dependência Administrativa da Instituição de Creche			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	2007	0,1	0,5	65,9	33,5
	2011	0,1	0,4	63,6	36,0
Rondônia	2007	0,0	6,5	65,4	28,1
	2011	0,0	6,0	70,3	23,7
Acre	2007	0,0	0,0	96,2	3,8
	2011	0,0	3,2	90,9	6,0
Amazonas	2007	0,0	0,0	83,7	16,3
	2011	0,0	0,0	78,2	21,8
Roraima	2007	0,0	4,5	77,8	17,7
	2011	0,0	0,0	58,2	41,8
Pará	2007	0,0	0,0	88,0	12,0
	2011	0,0	0,4	87,7	11,9
Amapá	2007	0,0	11,2	39,5	49,3
	2011	0,0	0,0	60,0	40,0
Tocantins	2007	0,0	0,5	76,0	23,5
	2011	0,0	0,1	81,6	18,3
Maranhão	2007	0,0	0,0	72,6	27,4
	2011	0,0	0,0	75,5	24,5
Piauí	2007	0,0	0,4	86,8	12,8
	2011	0,2	0,1	90,6	9,1
Ceará	2007	0,0	0,2	76,0	23,9
	2011	0,0	0,2	77,1	22,7
R. G. do Norte	2007	0,3	0,3	75,9	23,5
	2011	0,2	0,0	78,7	21,1
Paraíba	2007	0,1	10,5	76,6	12,8
	2011	0,2	6,9	68,8	24,1
Pernambuco	2007	0,0	0,5	59,7	39,8
	2011	0,0	0,4	54,4	45,2
Alagoas	2007	0,0	0,0	75,2	24,8
	2011	0,0	0,0	76,7	23,3
Sergipe	2007	0,0	1,0	80,6	18,4
	2011	0,0	0,0	77,2	22,8
Bahia	2007	0,0	0,7	82,7	16,6
	2011	0,0	0,0	80,1	19,9
Minas Gerais	2007	0,0	0,0	48,1	51,9
	2011	0,0	0,0	53,4	46,6
Espírito Santo	2007	0,2	0,0	86,1	13,7
	2011	0,1	0,0	91,2	8,7
Rio de Janeiro	2007	0,1	0,4	56,8	42,6
	2011	0,2	0,2	56,3	43,3
São Paulo	2007	0,0	0,2	56,6	43,2
	2011	0,0	0,1	52,8	47,1
Paraná	2007	0,0	0,0	72,3	27,7
	2011	0,0	0,0	72,6	27,4
Santa Catarina	2007	0,2	1,6	76,9	21,4
	2011	0,1	0,0	79,2	20,7
R. G. do Sul	2007	0,1	0,3	59,8	39,9
	2011	0,1	0,2	56,6	43,1
M. G. do Sul	2007	0,0	1,1	77,8	21,1
	2011	0,0	0,5	79,1	20,4
Mato Grosso	2007	0,0	1,2	81,4	17,4
	2011	0,0	0,9	82,5	16,6
Goiás	2007	0,2	0,0	71,3	28,6
	2011	0,1	0,0	71,9	27,9
Distrito Federal	2007	0,3	6,8	0,0	92,8
	2011	0,1	11,6	0,0	88,3

Fonte: MEC/Inep/Deed

Na primeira análise que se faz da tabela 04 é possível verificar que a participação da rede federal na oferta da creche é insignificante. A participação do Estado também é ínfima, e que, em se tratando da oferta, embora sem obrigação exclusiva, são os Municípios que praticamente assumem a responsabilidade por oferecer essa etapa da Educação Infantil.

É importante salientar que os Municípios, além da Educação Infantil, são responsáveis também pela oferta do Ensino Fundamental, conforme determinação constitucional (BRASIL, 1988). No entanto, cabe aqui uma comparação entre a oferta da creche e do Ensino Fundamental pelos municípios: no ano de 2011 os Municípios foram os responsáveis por 63,6% das matrículas nas creches (conforme tabela 04 acima) e 54,4% das matrículas no Ensino Fundamental (conforme sinopse do Inep)²⁶, no entanto, a taxa líquida de cobertura no Ensino Fundamental foi de 90,4% enquanto na creche foi de 12,8%²⁷ no ano de 2010²⁸ segundo dados do IBGE e do Inep²⁹. Isto mostra que o atendimento oferecido pelos municípios é 7 vezes maior no Ensino Fundamental do que na creche.

Afirma Arelaro (2008, p.60) que “os custos da Educação Infantil são os mais altos, não podendo sequer ser equiparados aos do Ensino Fundamental”. Infelizmente, em nosso país não há perspectiva de cumprimento da recomendação feita por Dahlberg; Moss e Pence (2003, p. 103) “as instituições dedicadas à primeira infância devem ser quase ou totalmente financiadas por recursos públicos [...] e disponíveis como um direito para todas as crianças” para que se tornem fóruns na sociedade civil.

Ponderando que os custos para a construção e manutenção de uma creche pública são elevados, e que a arrecadação de muitos municípios brasileiros é insuficiente para arcar com essa despesa, eles acabam por recorrer à celebração de convênios com os estabelecimentos privados no intento de atender à demanda por creches. Neste sentido, Arelaro (2008, p. 60) argumenta: “Esta subvalorização dos custos operacionais das creches e pré-escolas pressupõe

²⁶ Existem no país 30.358.640 matrículas no Ensino Fundamental, das quais 16.526.069 estão na Rede Municipal, conforme a Sinopse Estatística da Educação Básica, produzida pelo Inep e disponível em < <http://portal.Inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> > Acesso em 07 de março de 2013.

²⁷ A definição de taxa de atendimento, também chamada de taxa de escolarização ou taxa de cobertura, e o cálculo do percentual de 12,8% podem ser encontrados entre as páginas 73 e 76 desse estudo.

²⁸ Optou-se por utilizar os dados de 2010 considerando que nesse ano houve Censo Demográfico produzido pelo IBGE. Outro fator que contribuiu para a utilização dos dados do referido ano de 2010 é que os dados de 2011 do IBGE são estimativos e, portanto, muito preliminares.

²⁹ Foram utilizados para esse cálculo, os dados do Censo populacional de 2010 produzido pelo IBGE e os dados de matrículas de 2010 produzidos pelo Inep.

que os municípios [...] busquem alternativas menos onerosas para dar conta da grande pressão de demanda desta etapa de ensino.”

Conforme o Inep (2012, p. 11) define, o convênio pode ser em forma de cooperação técnica, repasse de recursos, prestação de serviços, dentre outros. Além disso, a mantenedora responsável por financiar essas creches privadas podem ser empresas, pessoas físicas, sindicatos, associações, cooperativas, ONGs, instituições sem fins lucrativos ou o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc) podendo ainda, ser mantida por mais de uma delas.

Arelaro (2008, p. 61) denuncia que as parcerias do setor público com o setor privado tendem a se consolidar em razão da facilidade de manutenção desses estabelecimentos e ainda da formação dos profissionais, a partir de uma relação de custo-benefício. Afinal, é bem mais fácil trabalhar com o que já está pronto e consolidado. Susin (2008, p. 67) explica como esses convênios surgiram e funcionam:

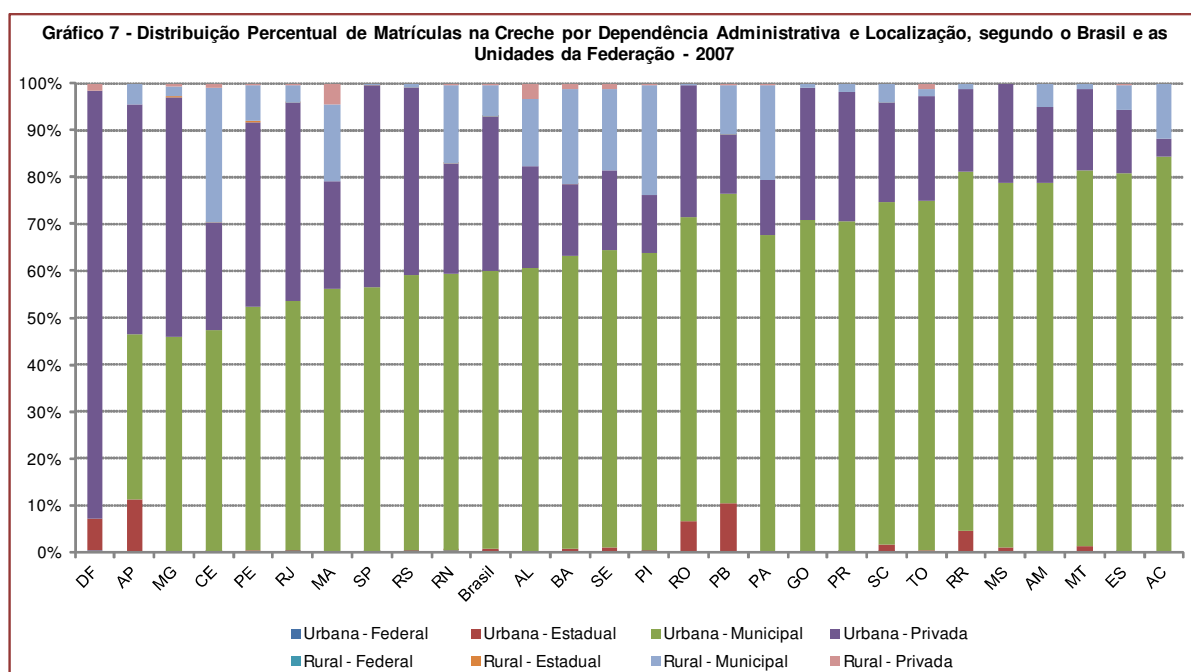
Em regime de parcerias, o poder público convenia, com associações de moradores, clubes de mães, e instituições religiosas que administram espaços comunitários, confessionais ou filantrópicos, todos sem fins lucrativos, os quais oferecem Educação Infantil. Esta parceria surgiu a partir do movimento organizado pelas populações carentes da periferia da cidade, em resposta à extinção da Legião Brasileira de Assistência (LBA), durante o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), quando o Estado se desobrigou da política de assistência para com as famílias de baixa renda.

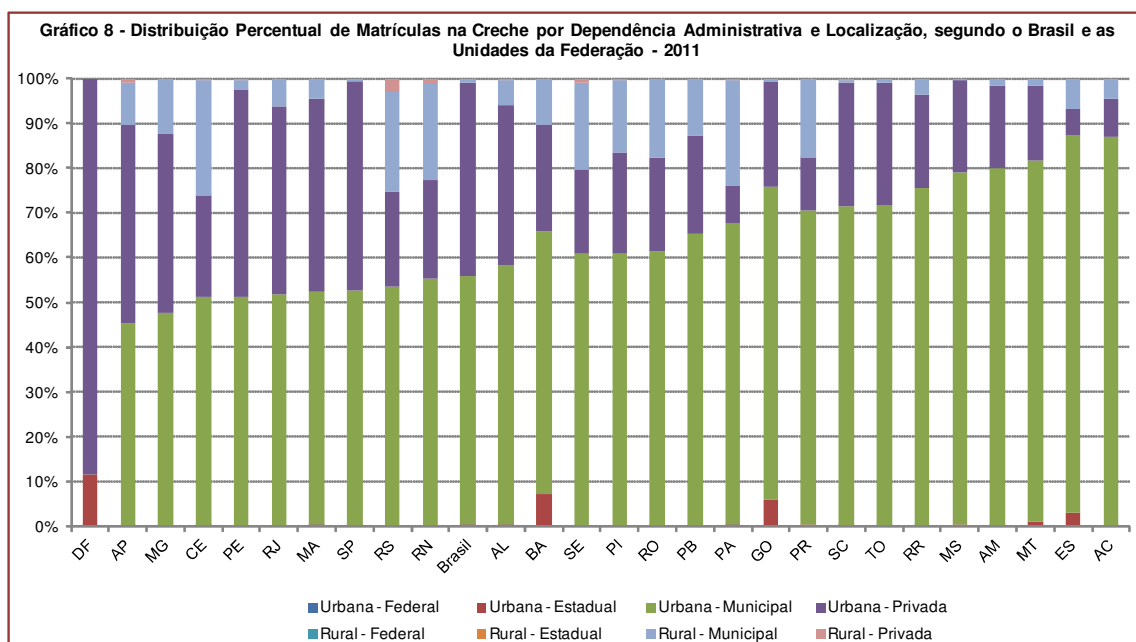
Legalmente, os convênios são admitidos e inclusive estimulados, quando garantem que as matrículas no setor privado sejam mantidas com os recursos do setor público, conforme consta no art. 8º, parágrafo 1º da Lei do Fundeb (BRASIL, 2007). Recentemente, conforme redação dada pela Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 - Plano de Ações Articuladas – PAR, foi admitido, para efeito da distribuição dos recursos, o cômputo das matrículas das crianças de até 3 anos em creches conveniadas (comunitárias, confessionais ou filantrópicas) sem fins lucrativos.

O cuidado que se deve ter em relação a essas parcerias do setor público com o setor privado no intuito de aumentar o atendimento em creches é que esses convênios não são garantia de excelência e de efetividade no cuidado e educação da criança pequena, e poderão facilmente levar muitos municípios a incorrer no equívoco ressaltado por Peroni (2008, p. 115): “Muitos sistemas públicos buscam parceria com instituições que vendem produtos com a promessa de qualidade”.

Analisando os dados da tabela 04, observa-se no país como um todo, a redução do percentual de oferta das creches públicas e de crescimento das creches privadas. No período de 2007/2011, as creches federais permaneceram com o índice de 0,1% de participação nas matrículas. Nas demais públicas houve redução de 0,5 % para 0,4% na oferta das creches estaduais e de 65,9% para 63,6% nas creches municipais, ao passo que nas creches privadas houve aumento de 33,5 para 36%. É preciso refletir que a creche privada deve ser uma alternativa para a família que queira escolher entre a pública e a privada; jamais deve ser a única opção quando não se tem escolha.

Os gráficos 7 e 8 abaixo trazem o quantitativo de matrículas na creche agrupando dependência administrativa e localização, e nos mostra que as matrículas nas creches urbanas municipais ainda são maioria em todos os Estados brasileiros. Entretanto, é importante verificar que também as creches urbanas privadas têm grande participação na oferta da creche.





Fonte: MEC/Inep/Deed

Analisando os dados da tabela 04 sob outra ótica, nota-se que em 2011, quase a totalidade dos Estados, isto é 26 deles, oferecia o maior percentual de creches nas redes públicas. A única exceção é o Distrito Federal, onde 88,3% das creches são privadas, e apenas 11,7% delas são públicas. Isto demonstra que, embora o percentual de creches no país seja pequeno diante da grande demanda, ele está concentrado na rede pública e gratuita.

Essa exceção do Distrito Federal em relação aos outros Estados nos leva a questionar: caso houvesse mais creches públicas nessa unidade da federação, esses percentuais poderiam ser invertidos? Considerando que desde 2007 o Distrito Federal tem o maior índice de matrículas em creches privadas do país, mesmo considerando que é uma das Unidades da Federação com maior renda *per capita* e alto poder aquisitivo do Brasil, a tabela 04 nos mostra que no primeiro ano da análise, 92,8% de suas creches eram privadas e em 2011, embora em menor percentual, ainda era elevado, chegando a 88,3%.

Nos outros 26 Estados, cuja rede pública é a maior responsável pela oferta da creche, destacam-se o Acre, Espírito Santo e Piauí. Esses três Estados apresentam mais de 90% de suas creches na rede pública em 2011, sendo o Acre com 94% (o maior índice do país), o Espírito Santo com 91,3% e o Piauí com 90,9%. Em 2007 estes percentuais de creches públicas eram igualmente elevados nesses Estados, 96,2%; 86,3% e 87,2% respectivamente. Somente esses três Estados apresentam índices tão elevados de creches públicas, acima de 90%.

Quatro Estados apresentam índices acima de 80% de creches públicas, são eles: Pará com 88,1% em 2011 e 88,0% em 2007, índice praticamente inalterado; Mato Grosso com 83,4% em 2011 e 82,6% em 2007; Tocantins com 81,7% em 2011 e 76,5% em 2007, o que demonstra um aumento de mais de 5 pontos percentuais no período analisado; a Bahia tinha 80,1% de creches públicas em 2011 e 83,4% em 2007, apresentando queda no número de matrículas na rede pública e um aumento da rede privada nesse Estado.

O percentual acima de 70% de creches públicas atinge 12 das Unidades da Federação em 2011, sendo também o percentual mais encontrado no País. Os Estados alcançados por esse índice são: Mato Grosso do Sul com 79,6% de creches públicas em 2011 e 78,9% em 2007, seguido por Santa Catarina com 79,3% em 2011 e 78,6% em 2007, Rio Grande do Norte tem 78,9% e em 2007 tinha 76,5%, Ceará 77,3% de públicas em 2011 e 76,1% em 2007, Alagoas tem em 2011, 76,7% e 75,2% em 2007, Rondônia apresentava em 2007, 76,3% de creches públicas e em 2007, 71,9%, o Maranhão 75,5% em 2011 e 72,6% em 2007, Paraná 72,6% e 72,3%, enquanto Goiás 72,1% em 2011 e 71,4% em 2007. Três Estados apresentaram queda no percentual de creches públicas em 2011 quando se compara com 2007, Amazonas, Sergipe e Paraíba têm em 2011 respectivamente 78,2%, Sergipe 77,2%, e Paraíba 75,9%, esses índices eram em 2007: 83,7%, 81,6% e 87,2% respectivamente.

Os Estados que compõem bloco com os menores índices de creche pública do país apresentam no máximo 64% de creches públicas em 2011, o Amapá tem em 2011, 60% de creches públicas, em 2007 esse índice era de 50,7%. Roraima tem 58,2% em 2011 e tinha 82,3% e foi o Estado que registrou a maior queda no quantitativo de oferta de creches públicas. Entretanto, seria necessário uma análise *in loco* para se verificar os motivos de tal queda, superior a 24%. Os demais Estados desse bloco apresentam percentuais de creches públicas em 2011 e 2007 respectivamente dessa forma: Rio Grande do Sul com 56,9% e 60,1%; Rio de Janeiro com 56,7% e 57,4%; Pernambuco 54,8% e 60,2%; Minas Gerais 53,4% e 48,1%; São Paulo 52,9% e 56,8%. Em última análise o caso particular do Distrito Federal, o com menor índice de creches públicas do país: 11,7% em 2011 e 7,2% em 2007. Logo, essa unidade da federação tem também o maior índice de creches privadas: 88,3% em 2011 e 92,8% de privadas em 2007.

Franco (1989) e posteriormente Câmara e Almeida (2012), ao realizarem estudo em uma creche e pública e outra privada constataram que os pais e mães de creches públicas são menos escolarizados que os da creche privada. Constataram também que os pais das crianças

das creches privadas são mais bem sucedidos e ocupam cargos de prestígio social. Já os pais da creche pública ocupam empregos manuais e de pouca importância social, como: pedreiros, domésticas e faxineiras.

Desta forma, o acesso da criança pequena aos espaços institucionalizados de Educação Infantil públicos torna-se emergencial, e a sua oferta deve ser uma preocupação das políticas públicas, e não uma obrigação exclusiva dos municípios, como vem sendo interpretada da Constituição; outrossim,

a oferta e a manutenção dessa modalidade de ensino comporta um regime de cooperação e colaboração entre parceiros, envolvendo o poder público municipal (como uma de suas atribuições prioritárias), o poder público estadual e o poder público federal (subsidiariamente), além da sociedade civil, nas suas variadas formas de organização. (GUIMARÃES, 2011, p. 45).

Em muitos municípios brasileiros, a renda familiar baixa é um dos critérios para o acesso da criança pequena à creche. A renda familiar baixa é também, motivo expressivo para a necessidade de contribuição da mulher na composição da renda familiar, daí decorre a necessidade de se expandir a oferta de vagas nas instituições públicas. Considerando que a creche não é uma etapa obrigatória e que os custos para sua construção e manutenção são elevados, é importante e necessário que se aumente o quantitativo de vagas e que haja mobilização da sociedade para sua reivindicação. Afinal, em nosso tempo observamos que

Ocorre um deslocamento das funções socializadoras do âmbito restrito do lar a uma esfera social mais ampla. O cuidado infantil deixa de ser atribuição exclusiva da família, passando a ser destacado como importante dispositivo social na promoção do desenvolvimento humano, a ser garantido pelas autoridades públicas. (HADDAD, 2011, p. 93)

Portanto, para que se construa uma sociedade democrática e pluralista, se faz necessário que o poder público auxilie no cuidado e na educação da criança pequena, já que em nossa sociedade atual as famílias necessitam dessa instituição para dividir o cuidado e a educação de seus filhos.

3.2.1 Oferta da creche nas localizações urbana e rural

A Educação Básica brasileira é dividida em duas localizações distintas: uma urbana e a outra rural, também denominada educação no campo. Segundo o Inep (2012, p. 10) as escolas localizadas na zona urbana são aquelas que estão na cidades, vilas ou áreas urbanas isoladas, e a educação rural “é toda aquela que abrange as áreas situadas fora dos limites da zona urbana” aqui incluídas áreas destinadas à pesca, à pecuária, aos ribeirinhos dentre outros. Caldart (2008, p. 46) afirma que:

A educação do campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

Mas o que significa urbana e rural? Esse significado é dado pelo IBGE (2010), que define área urbana como toda cidade, sede de município e de distrito e vilas (sedes distritais). Segundo o dicionário de significados, deve ter as seguintes características básicas: edifícios, habitações, meio-fio, calçadas, rede de iluminação, serviços de saúde, educação, saneamento ambiental, lazer, entre outros. Já a área rural (IBGE, 2010) é definida fora desses limites, e se caracteriza, de acordo com o dicionário de significados, como regiões não urbanizadas ou destinadas à limitação do crescimento urbano, utilizadas em atividades agropecuárias, agroindustriais, extrativismo, silvicultura, e conservação ambiental.

Entretanto, muitos bairros localizados na zona rural têm toda essa infraestrutura, que caracteriza a zona urbana e nem por isso são assim considerados. A linha que divide o urbano do rural é muito tênue, sendo difícil definir a classificação de muitos deles, Silva, Pasuch, e Silva (2012) afirmam que essa separação não é nítida no país.

Garantir creches públicas para toda a população de 0 a 3 anos já é um grande desafio, quiçá, oferecer creches públicas no campo com garantia de qualidade e de respeito às especificidades e diversidades dessa localização. Dahlberg, Moss e Pence, (2003, p. 9) asseveram que “os serviços de prestação de cuidados à primeira infância são discutidos como uma condição para o desenvolvimento urbano e rural”.

É importante ressaltar que as creches na zona rural têm particularidades que a diferenciam das creches da cidade. Portanto, faz-se necessário que o projeto pedagógico, as

brincadeiras e as histórias sejam contadas para essas crianças do campo, de forma que elas se identifiquem com o que está sendo transmitido. Caso contrário, o atendimento

Pode resultar em práticas que afetam a identidade e a autoestima das crianças, em particular se seus grupos culturais e familiares não forem valorizados no cotidiano das instituições educacionais, sucumbindo-os diante de uma suposta superioridade da cidade e, conseqüentemente, de seus modos de vida, de suas práticas educativas e das formas de organização do atendimento à criança (expressão discriminatória do campo como lugar de atraso em relação aos encantamentos produzidos pelos modos de viver do mundo urbano). (SILVA; PASUCH; SILVA, 2012, p. 36).

O que se deve considerar é a necessidade da creche, e sua pequena cobertura, em ambas as localizações do país. Afinal, como asseveram Silva, Pasuch, e Silva (2012, p. 75) “Os campos e as cidades não são territórios isolados e independentes. Ao contrário, guardam relações de interdependência, de (des) continuidades históricas, políticas, econômicas e culturais”. O que se deve levar em conta é que a taxa de atendimento em creches é pequena, mas ela é ainda menor, na zona rural, ou no campo. Cavalcante (2010, p. 557) afirma que o termo “campo” teve origem nos movimentos sociais pela educação.

Embora o número de matrículas em creches esteja em livre expansão, registrando aumentos consideráveis nos últimos anos, o acesso não tem ocorrido da mesma maneira nas zonas urbanas e rurais (campo), sendo expressivamente maior no primeiro caso. O que se percebe é que o atendimento em creches é inexpressivo no país e torna-se ainda menor no campo. A diferença percentual no quantitativo de matrículas das duas localizações mostra essa disparidade.

Quando se fala em educação do campo logo se remete à educação voltada para crianças maiores e já alfabetizadas; o senso comum dificilmente vincula a ideia de bebês e crianças bem pequenas em creches rurais. Entretanto, a creche no campo como direito possui alguns princípios que a orientam, conforme definem Silva, Pasuch, e Silva (2012, p. 59):

- Superação dos antagonismos campo e cidade, compreendendo-o como contínuo com iguais valores no processo de produção humana, ou seja, concebidos a partir da diversidade cultural, mas também da igualdade social.
- Educação para a sustentabilidade econômica, política, ambiental e social para a construção de sujeitos comprometidos com as novas formas de sociabilidade de gênero, geracional e étnico-racial.
- Educação significativa para/e construída com os sujeitos do campo.

São poucas as políticas públicas voltadas para a educação no campo, e quando existem, geralmente estão voltadas ao Ensino Fundamental e outras etapas de ensino, não exclusivos para a Educação Infantil³⁰, preterindo a creche de forma geral e negando aos bebês e à criança pequena o direito ao acesso. O que se deve considerar que essas crianças são sujeitos de direito, independentemente da localidade onde residam.

Barbosa et.al. (2012, p. 74) afirmam que as crianças residentes nas áreas rurais ainda não foram beneficiadas das grandes conquistas alcançadas pela Educação Infantil, relegando à essa população ainda mais preterimento do que ao que já estão expostas.

Todavia, quando se fala na peculiaridade da educação no campo, alguns aspectos devem ser respeitados, dentre eles o fato de que a residência dessas crianças encontra-se geralmente distante das escolas/instituições que frequentam, em razão da extensão territorial de cada residência. Destarte, “a criança bem pequena possui seu direito à Educação Infantil pública, gratuita, laica e de qualidade, o que inclui vaga próxima à residência” (SILVA; PASUCH; SILVA, 2012, p. 51), sendo assim, a creche na zona rural não pode ser igual e nem oferecida da mesma forma que a creche urbana, pois a sua concepção é diferenciada e essa diferença deve ser considerada e respeitada.

Dentre as dificuldades que contribuem para a falta de acesso das crianças da zona rural às creches são as antigas concepções de que as mães do campo não necessitam trabalhar fora e, portanto podem cuidar de suas crianças. A tabela 05 abaixo revela a disparidade existente entre o percentual de matrículas nas creches urbanas e rurais:

³⁰ Procampo, Formação de professores em educação no campo, Projovem Campo, PNLD Campo.

Tabela 05 - Percentual de Matrículas na Creche por Localização, segundo as Unidades da Federação - 2007 /2011

Unidades da Federação	2007		2011	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	92,9	7,1	94,1	5,9
Rondônia	99,6	0,4	99,4	0,6
Acre	88,2	11,8	93,3	6,7
Amazonas	94,9	5,1	87,2	12,8
Roraima	98,8	1,2	93,6	6,4
Pará	79,3	20,7	82,2	17,8
Amapá	95,6	4,4	87,7	12,3
Tocantins	97,2	2,8	98,3	1,7
Maranhão	79,1	20,9	74,8	25,2
Piauí	76,1	23,9	76,2	23,8
Ceará	70,2	29,8	73,8	26,2
R. G. do Norte	82,7	17,3	82,3	17,7
Paraíba	89,0	11,0	89,6	10,4
Pernambuco	91,8	8,2	89,5	10,5
Alagoas	82,2	17,8	77,2	22,8
Sergipe	81,4	18,6	83,3	16,7
Bahia	78,6	21,4	79,8	20,2
Minas Gerais	97,1	2,9	97,6	2,4
Espírito Santo	94,4	5,6	95,5	4,5
Rio de Janeiro	95,8	4,2	95,5	4,5
São Paulo	99,5	0,5	99,4	0,6
Paraná	98,3	1,7	99,0	1,0
Santa Catarina	95,8	4,2	96,3	3,7
R. G. do Sul	98,9	1,1	98,9	1,1
M. G. do Sul	99,9	0,1	99,5	0,5
Mato Grosso	98,6	1,4	98,3	1,7
Goiás	99,2	0,8	99,0	1,0
Distrito Federal	98,4	1,6	99,9	0,1

Fonte: MEC/Inep/Deed

O que se analisa da tabela 05 é que os Estados apresentam suas matrículas quase exclusivamente na localização urbana. Também merece destaque o Distrito Federal, onde 99,9% das matrículas estão localizadas em áreas urbanas, maior índice do Brasil; o menor índice de matrículas em creches urbanas está no Ceará com 73,8%, o que também não é baixo.

Esses índices demonstram o quanto a Educação Infantil do campo, especialmente da creche tem sido relegada. Quinze dos 26 Estados da Federação, e também o Brasil como um todo, apresentam menos de 10% de matrículas nas creches rurais, em ordem crescente:

Distrito Federal apresenta (0,1%) de matrículas em áreas rurais, como dito anteriormente, o menor índice do Brasil, seguido pelo Mato Grosso do Sul (0,5%), São Paulo (0,6%), Rondônia (0,6%), Goiás e Paraná (1%), Rio Grande do Sul (1,1%), Mato Grosso e Tocantins (1,7%), Minas Gerais (2,4%), Santa Catarina (3,7%), Rio de Janeiro e Espírito Santo (4,5%), Brasil (5,9%), Roraima (6,4%) e Acre (6,7).

Os demais 12 Estados apresentam índices de creches rurais acima de 10% no ano de 2011. Trata-se de percentuais melhores que os anteriores, embora ainda sejam demasiadamente baixos, em ordem crescente: Paraíba (10,4%), Pernambuco (10,5%), Amapá (12,3%), Amazonas (12,8%), Sergipe (16,7%), Rio Grande do Norte (17,7%), Pará (17,8%), Bahia (20,2%), Alagoas (22,8%), Piauí (23,8%), Maranhão (25,2%) e Ceará com 26,2% de matrículas em creches rurais, o maior índice do Brasil, embora ínfimo.

Buscando desmistificar ou corroborar com a ideia de que as crianças que residem na área rural são também as mais pobres, buscou-se, por meio dos dados da PNAD (IBGE, 2011) verificar os percentuais de crianças que frequentam creches e residem nas áreas urbanas e rurais e que pertencem aos quintis de renda mais ricas e mais pobres, conforme tabela 06:

Tabela 06 - Percentual de matrículas na Creche por localização e quintil de renda Brasil e Unidades da Federação - 2011

Unidades da Federação	2011			
	Localização e Quintil de renda			
	Urbana 20% mais ricas	Urbana 20% mais pobres	Rural 20% mais ricas	Rural 20% mais pobres
	%	%	%	%
Brasil	18,1	19,5	4,8	58,5
Rondônia	11,6	11,6	-	-
Acre	3,7	40,7	-	50,1
Amazonas	10,0	24,0	-	100,0
Roraima	31,0	20,7	-	100,0
Pará	15,5	30,0	10,3	56,2
Amapá	13,0	30,4	-	100,0
Tocantins	19,2	23,1	-	66,7
Maranhão	9,0	52,8	-	70,9
Piauí	5,6	53,5	-	63,6
Ceará	10,1	41,0	-	82,0
R. G. do Norte	8,3	45,8	-	53,8
Paraíba	16,4	42,5	-	50,0
Pernambuco	10,4	37,1	12,9	77,3
Alagoas	4,3	28,2	-	75,0
Sergipe	7,9	31,4	-	85,7
Bahia	14,3	34,2	3,3	64,1
Minas Gerais	13,0	18,0	15,4	38,5
Espírito Santo	18,7	17,9	-	40,0
Rio de Janeiro	17,8	16,6	-	-
São Paulo	20,5	11,6	11,1	33,3
Paraná	24,2	10,2	19,5	10,9
Santa Catarina	26,0	3,1	16,7	25,0
R. G. do Sul	23,7	12,9	20,4	13,6
M. G. do Sul	13,0	14,0	-	25,0
Mato Grosso	24,0	15,0	-	50,0
Goiás	23,2	14,4	-	-
Distrito Federal	39,0	6,7	-	80,0

Fonte: IBGE/PNAD

Nota: 1. (-) Significa que não existem crianças pertencentes a famílias naquele quintil de renda matriculadas em creches.

2. Os dados de quintil de renda e localização da PNAD/IBGE não se confundem com os dados de localização do MEC/Inep/Deed.

É importante explicar que os dados da tabela 06 foram extraídos da PNAD do ano de 2011 e, portanto, cabe reiterar que se trata de uma amostra probabilística. Deste modo, poderá não ter uma cobertura completa, o que de fato, é uma limitação dos dados. Todavia, pode, juntamente com outros dados, oferecer um diagnóstico preliminar da creche no país.

O que se depreende da tabela 06 é que as crianças pertencentes às famílias residentes na área rural são também, na maioria dos casos, pertencentes ao quintil de renda mais pobre, e

em alguns Estados (Amazonas, Roraima, Amapá) todas as crianças que frequentam creches e residem na área rural pertencem ao quintil de renda de 20% das mais pobres.

O índice mais elevado de crianças que frequentam creches, moram na zona rural e pertencem ao quintil de renda mais rico, chega no máximo a 20,4% e está localizado no Estado do Rio Grande do Sul. Também é possível notar que 19 dos 27 Estados brasileiros não têm registro de matrículas na área rural no quintil de renda de 20% das mais ricas

É necessário cuidado no sentido de se respeitar as especificidades da creche, mas ela deve ser ainda mais singularizada quando se trata da criança atendida na zona rural, ou campo, visto que algumas vezes é relegado a essas instituições, o descaso e o preterimento; não é suficiente construir creches para as comunidades ribeirinhas, por exemplo, é preciso que se analise o contexto e as particularidades dessas comunidades, que se formem professores e hajam projetos pedagógicos direcionados, visto que,

Permanecer 8, 10 ou mais horas num ambiente excessivamente quente ou frio, com adultos sobrecarregados, sem água filtrada, sem estímulos para saciar a atenção ou a curiosidade, sem banheiros adaptados ao seu tamanho, à espera do término do período, constitui um sofrimento para qualquer pessoa, criança, adolescente, jovem ou adulto. (ROSEMBERG; ARTES, 2012, p. 19).

Não se pode negar que a realidade descrita pelas autoras acima é uma constante para as instituições de Educação Infantil no campo. Obviamente, não se pode generalizar, e é possível que existam creches muito bem equipadas e adaptadas à criança pequena, nessas localizações. Entretanto, essas são exceções cada vez menos frequentes para a criança do campo. São necessárias creches que respeitem as singularidades do campo e ofereçam cobertura tanto para as crianças pequenas da zona urbana e como para as da zona rural.

Os dados demonstram a urgência de se ofertar creches de qualidade no campo, não somente pelo respeito aos direitos da criança pequena, mas também pelas razões que os números demonstram, isto é, as crianças do campo além de terem bem menos acesso que aquelas da zona urbana, são em sua maioria também as mais pobres. Isto, obviamente não justifica, “políticas de flexibilização para precarização e redução do custo do atendimento” (SILVA; PASUCH; SILVA, 2012, p.39).

O que se constata, analisando os dados de matrículas por dependência e localização é que as creches brasileiras estão inseridas em sua maioria na zona urbana e são ofertadas em

percentuais mais elevados pelo governo municipal. Isto é, são creches públicas localizadas nos centros urbanos e mantidas pelos municípios.

3.2.2 Creche por duração do turno

A duração do turno é uma das condições de repasse de verbas utilizadas pelo MEC e pelo Fundeb. Por essa razão, quanto maior a duração, tanto maior será a verba. Está definido pela Secretaria de Educação Integral do Distrito Federal³¹ que o propósito da jornada de tempo integral é garantir à criança o direito à proteção, saúde, brincadeiras e à convivência e cuidado.

Esta mesma Secretaria (da mesma forma que outras) define que o propósito do tempo integral é a proteção das crianças contra a violência urbana, o ócio improdutivo, os riscos de acidentes domésticos, e a exposição demasiada a programas de televisão de baixa qualidade; além disso, oferecem alimentação saudável. Esses propósitos são importantes, especialmente quando se considera que a os familiares e/ou responsáveis trabalham fora de casa.

Ampliar o tempo de permanência da criança nas instituições de Educação Infantil é um dos objetivos das políticas educacionais em todo o Brasil, e, por essa razão, analisar o tempo de permanência da criança na creche é relevante. O quadro explicativo 09 abaixo mostra o objetivo da constituição e análise desses dados.

Quadro 9: Quadro explicativo da tabela de percentual de matrículas na creche por duração do turno e dependência administrativa.

Descrição da Tabela ou Gráfico	Percentual de Matrículas na Creche por duração do turno e dependência administrativa, segundo o Brasil e Unidades da Federação - 2007 / 2011
Interpretação da Tabela ou Gráfico	Mostra o tempo que cada criança permanece na creche em cada dependência administrativa.
Objetivo/Justificativa para o cálculo	O objetivo principal é avaliar o tempo médio em que a criança permanece na creche. Pretende responder por quanto tempo as crianças permanecem na creche, para tanto, foram definidas três faixas de horário, até 5 horas; mais de 5 e menos de 7 horas e também, mais de 7 horas, o que configura horário integral. Além disso, dentro de cada faixa de duração do turno, qual

³¹ Matéria com o título: “Educação Infantil com 10 horas de atendimento” publicada em 17 de janeiro de 2013. Disponível na página da Coordenação de Educação Integral da Secretaria de Educação do Distrito Federal: <http://www.integralsedf.com/2013/01/educacao-infantil-com-10-horas-de.html> acesso em 20/05/2013

	dependência administrativa oferta mais creches em horário integral, por exemplo? Outra análise que pode ser feita é saber se é a rede pública ou a rede privada que mais oferece creche com duração de até 5 horas por turno. É possível que em algum Estado a maioria das creches ofereçam horário integral?
Nível de agregação	Brasil e Unidades da Federação
Fonte (s)	Censo da Educação Básica – Educacenso – Inep
Fórmula	$\mathbf{HoraCre = (HoraIni - HoraFim)}$ <p>onde:</p> <p><i>HoraCre: Total de horas que a criança permanece na creche</i></p> <p><i>HoraIni: Hora de início das atividades na creche</i></p> <p><i>HoraFim: Hora do término das atividades na creche</i></p>
Esclarecimentos	<p>1) Foram utilizados dados do Inep exclusivamente porque a intenção era analisar o tempo de permanência das crianças matriculadas em creches oficiais, segundo o Educacenso.</p> <p>2) Foram definidas 3 faixas de tempo de permanência:</p> <ol style="list-style-type: none"> até 5 horas mais de 5 e menos de 7 horas 7 horas ou mais (tempo integral) <p>2) o horário inicial e final é obtido no banco de dados do Inep através do item contido na turma, onde é questionado:</p> <p>Horário de funcionamento:</p> <p>Hora Inicial <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="7"/> : <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="0"/> Hora Final <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="7"/> : <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="0"/></p> <p>Desta forma, no exemplo acima, a criança permanece na creche por 10 horas, portanto, em horário integral. De acordo com as faixas criadas para essa análise, pertence à última faixa, conforme letra c.</p>

Fonte: a autora

Com relação ao tempo que a criança permanece na creche, cabem pelo menos alguns questionamentos: qual o tempo médio de permanência dessas crianças na creche? Dentre as escolas privadas a oferta do tempo integral é maior que na rede pública? Existe algum estado que não oferece atendimento em tempo integral em creches públicas? A resposta à essas questões serão capazes de mostrar o panorama da educação em tempo integral para as crianças que frequentam creches.

Segundo a Resolução CEB/CNE nº 5/2009, art.5º, § 6º, a educação em tempo parcial é aquela de, no mínimo, quatro horas diárias, já a educação de tempo integral é caracterizada

quando a soma da jornada escolar, ou seja, da escolarização e atividades complementares somam um valor igual ou superior a 7 (sete) horas diárias.

Quando se fala em educação em tempo integral na Educação Infantil, logo se remete à creche, possivelmente pela sua especificidade, ou pela necessidade de cuidado que a criança de até três anos demanda. No entanto, essa diferença não está definida em lei, conforme afirma Campos (2011, p. 30):

Infelizmente, a LDB vem sendo interpretada de maneira a associar a creche ao período integral e a pré-escola ao meio período de funcionamento. Isso é compreensível, dadas as diferentes tradições e identidades desses dois tipos de atendimento. Entretanto, a lei em nenhum momento determina qual o período de atendimento em cada faixa etária, assim também como não o faz em relação ao Ensino Fundamental, médio ou superior.

As creches em horário integral são uma realidade mundial. Algumas creches norte-americanas, por exemplo, funcionam durante o dia inteiro, chamadas de *Day care Center* e são bastante comuns. Similar ao Brasil, Rosemberg (1994, p. 71) afirma que nos Estados Unidos, as creches em horário integral também funcionam com uma jornada de 7 a 11 horas diárias, geralmente de 7 às 18 horas e nelas, as crianças fazem habitualmente 3 refeições diárias (almoço, lanche da manhã e lanche da tarde).

A demanda por creches em tempo integral surge em um momento de grandes mudanças na sociedade atual e como forma de atender aos anseios das mulheres que desejam adentrar o mercado de trabalho, ou ainda como forma de atender a criança por um período superior ao horário ordinário de 4 horas. Essa necessidade de atendimento que supere 7 horas diárias em instituições de creche é uma demanda reivindicada não somente pelas mulheres, mas também pelas famílias e a sociedade civil.

No entanto, acima de tudo é preciso pensar no bem-estar da criança pequena. Destarte, permanecer na creche durante um período integral, demanda atividades pedagógicas voltadas para o conforto e exige um ambiente adaptado e planejado para essa finalidade; não basta apenas aumentar o número de horas de atendimento mantendo a mesma infraestrutura, é necessária uma mudança estrutural.

No Brasil como um todo (tabela 07), de cada dez crianças que frequentavam creches, no ano de 2011, seis delas permaneciam nessas instituições em tempo integral, sendo que 4 delas em creches municipais e duas em creches privadas. As demais crianças frequentam

creches cujo período de duração do turno é de até 5 horas, parcial, sendo matutino ou vespertino. As crianças que frequentam creches com a duração do turno com mais de cinco e menos de 7 horas não somam 1% do total de matrículas e, por essa razão, não se faz necessário uma análise individualizada.

Tabela 07 - Percentual de Matrículas na Creche por duração do turno e dependência administrativa, Brasil - 2007 /2011

Brasil	Total de Matrículas	Até 5 horas				Mais de 5 e menos de 7 horas				7 horas ou mais (Horário integral)			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	1.579.581	0,0	0,1	23,0	15,4	0,0	0,0	0,6	0,5	0,0	0,4	42,3	17,6
2011	2.298.707	0,0	0,1	22,6	16,2	0,0	0,0	0,5	0,4	0,0	0,2	40,5	19,3

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: 1) considerou-se a duração da turma conforme o código da etapa do aluno.

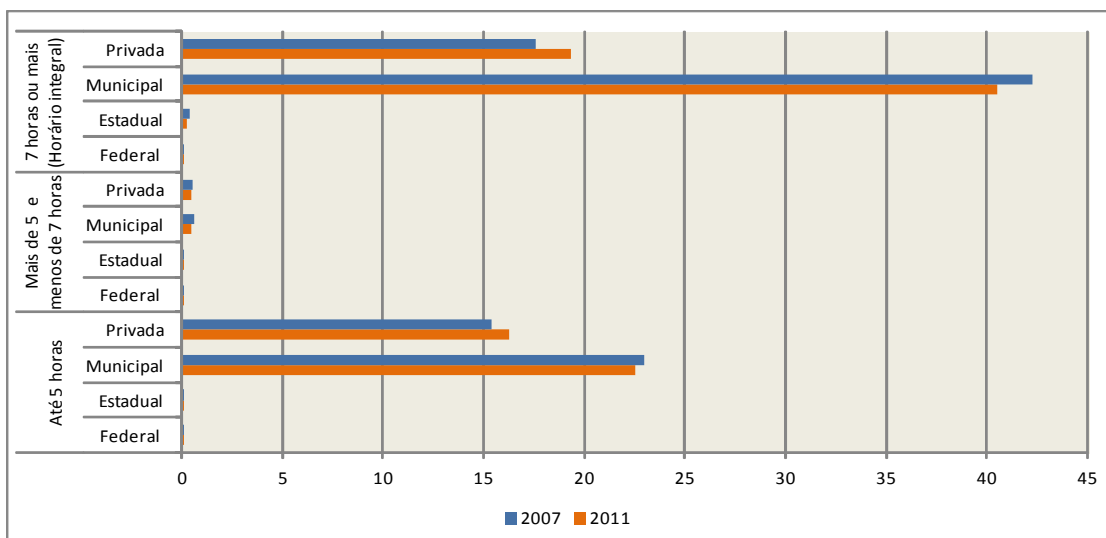
2) Considerou-se apenas a Modalidade Regular.

Considerando que uma das razões para a importância da creche é permitir que a mulher possa trabalhar e que os empregos no Brasil em sua quase totalidade são de 40 horas semanais, ou seja, 8 horas diárias, a creche em tempo integral aparece como apoio para que a mulher consiga trabalhar.

Também há que se considerar o fato de que a família extensa, aquela formada por avós, tios e outros parentes que poderiam cuidar da criança na ausência de seus pais ou cuidadores, é uma realidade cada vez mais rara. Sendo assim, em que lugar, senão na creche, seria possível compartilhar o cuidado e a educação da criança pequena?

Analisando os dados do gráfico 09, é possível apreender que no país, no ano de 2011, dos 60,1% de crianças que frequentam creches em horário integral 40,5% frequentam creches públicas municipais, sendo que 19,3% frequentam creches particulares e os 0,3% restantes frequentam instituições estaduais.

Gráfico 09 - Distribuição Percentual de Matrículas na Creche por Duração do Turno e Dependência Administrativa - Brasil - 2007/2011

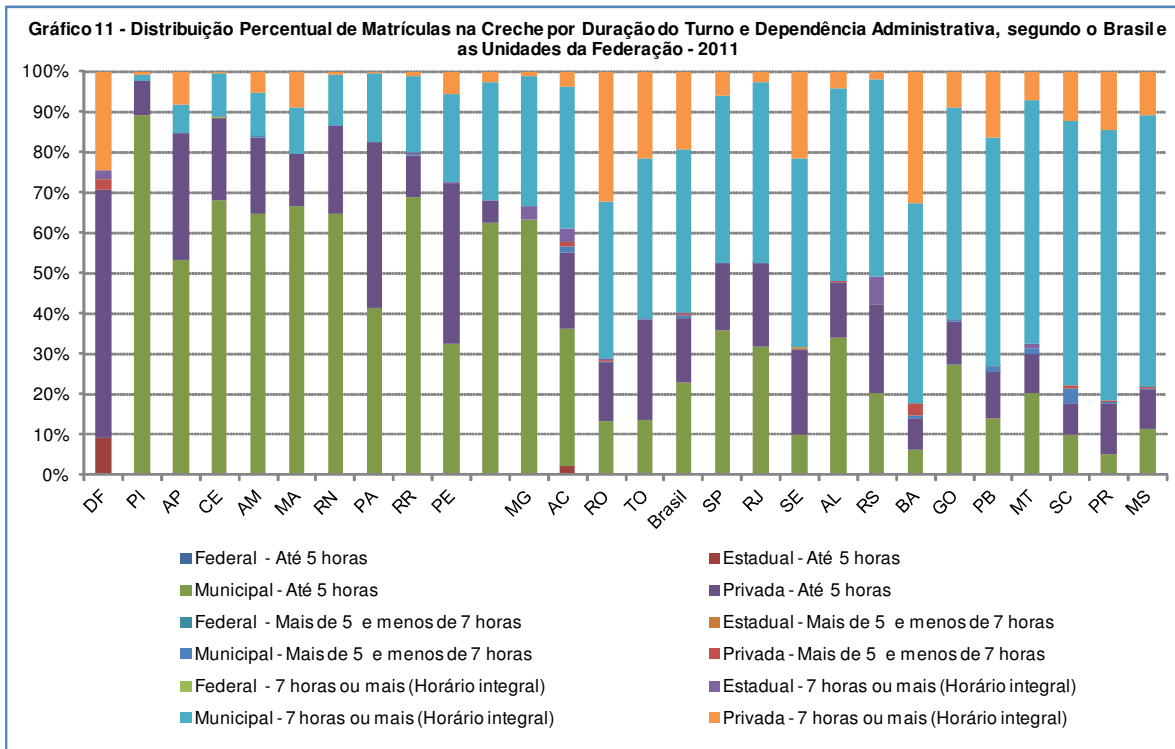
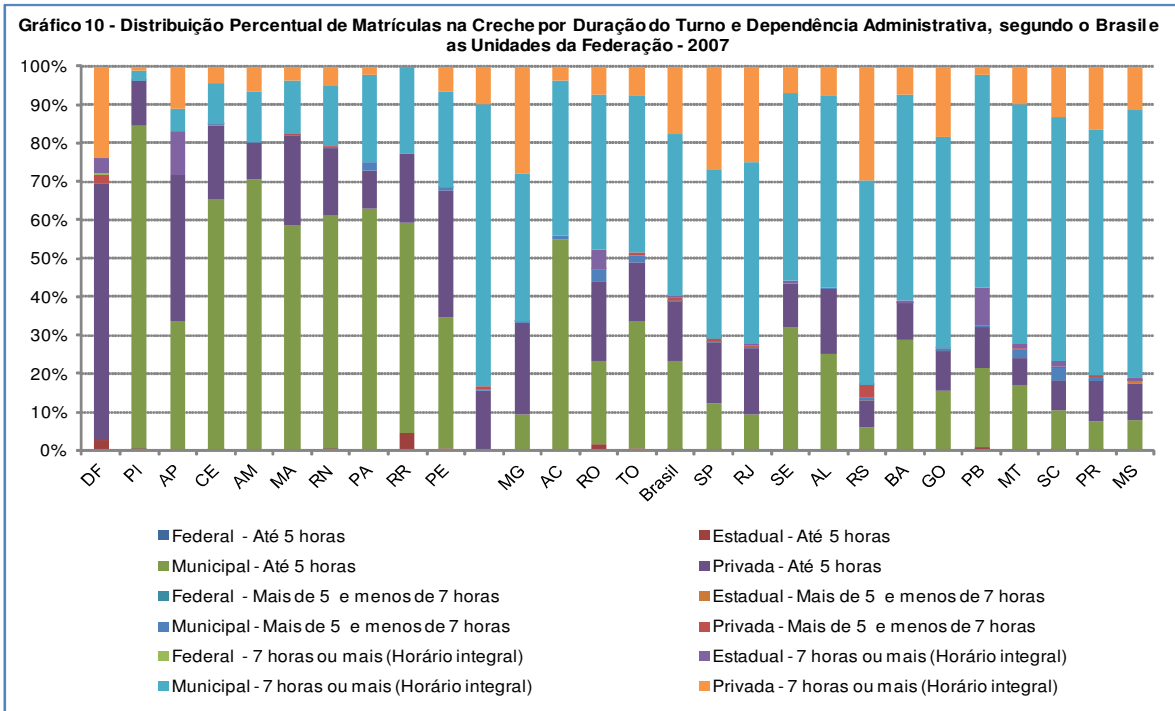


Fonte: MEC/Inep/Deed

Analisando a trajetória dos dados, verifica-se que houve diminuição do percentual de atendimento nas dependências públicas (Federal, Estadual e Municipal) em todas as faixas de duração do turno, ao passo em que houve aumento no percentual de atendimento nas creches privadas. Isso nos leva a afirmar que estatisticamente o número de matrículas aumentou nas creches privadas em detrimento das públicas, como se pode verificar em outro capítulo dessa dissertação (creches segundo a dependência administrativa e localização).

Mas, afinal, qual o impacto da diminuição do atendimento por turno das creches públicas e do aumento das privadas? Ora, se a família tem a oportunidade de matricular a criança em tempo integral, tanto melhor, mas se esse quantitativo de vagas diminui, e no caso das creches estaduais o percentual caiu pela metade, significa que a criança terá menos chances de frequentar essas instituições que atendem durante o dia inteiro.

Por outro lado, conforme denuncia Campos (2011, p. 32), “a maioria das crianças entre 0 e 4 anos de idade passam longas horas, todos os dias sob a responsabilidade de mulheres com pouca instrução, mal pagas, sem preparo nenhum.” Destarte, uma creche de tempo integral não pode ser entendida como aquela em que a criança passa 10 horas em um espaço limitado, sem interagir, brincar ou aprender.



Buscando melhor compreender e organizar as informações, passa-se a analisar os dados referentes aos estados de acordo com a região a qual pertence. Com relação aos dados

dos estados da Região Norte é possível verificar em Rondônia mais da metade das crianças, 54,9%, são atendidas em turnos com duração de até 5 horas, e 42,5% em horário integral, sendo a maior parte na rede municipal 34,9%. É importante notar que em 2007, Rondônia atendia a maior parte das crianças em horário integral e, naquela ocasião o percentual era de 52,8%.

Em relação ao Acre, a maioria das crianças é atendida em turno de até 5 horas (64,9%), sendo 60,1% na rede Municipal, em horário integral, 35,1%, percentual que diminuiu em relação a 2007, quando 44,1% das crianças eram atendidas em tempo integral. O Amazonas atende 79,4% das crianças em turno de até 5 horas e 20,6% em tempo integral, percentual que permaneceu praticamente inalterado em relação à 2007. Já o estado de Roraima atende grande parte das crianças em creches com duração de até 5 horas (82,3%), e 17,7% em horário integral. Pará, Amapá e Tocantins atendem, respectivamente, (79,2%), (84,7%) e (47,6%) das crianças em turnos com até 5 horas de duração. Em relação ao horário integral esses três estados atendem, (20,4%), (15,3%) e (51,8%), respectivamente.

Analisando os dados de Nordeste, observamos que no Maranhão (83,7%), Piauí (97,5%) e Ceará (86,6%) a maioria das crianças fica, no máximo, 5 horas na creche, e as que ficam em horário integral são atendidas na seguinte proporção: Maranhão (16,1%), Piauí (2,5%) e Ceará (13,4%).

São 88,2% de crianças no Rio Grande do Norte permanecendo em creches por um período de até 5 horas, e 11,5% delas em horário integral. Na Paraíba são 42,2% no período de até 5 horas e 57,8% em horário integral. 72,1% das crianças pernambucanas ficam na creche por até 5 horas e 27,8% em horário integral. As alagoanas ficam até 5 horas em 52,3% dos casos e 47,4% em horário integral. No caso das sergipanas são 52,6% por 5 horas e 47,4 em tempo integral; Bahia atende (38,1%), das crianças em turno com até 5 horas de duração, e (61,8%) delas são atendidas em horário integral.

No Sudeste, Minas Gerais e Espírito Santo atendem, respectivamente, (38,4%) e (67,5%) das crianças em turnos com até 5 horas de duração, em relação ao horário integral, esses dois estados atendem (61,0%) e (31,5%), respectivamente. Rio de Janeiro e São Paulo têm bons índices de crianças atendidas em tempo integral, sendo 68,5% no caso do primeiro estado e 71,5% no segundo caso. O índice de creches com atendimento de até 5 horas é 31,1% no Rio de Janeiro e 27,7% em São Paulo.

Os estados da Região Sul têm os mais homogêneos e os melhores índices de creches que atendem crianças em tempo integral, sendo que o estado do Rio Grande do Sul teve o maior índice do Brasil em 2011: 82,3% das crianças na creche por mais de 7 horas. No Paraná, são 81,7% e em Santa Catarina são 78,0% em tempo integral. As creches que atendem por até 5 horas tem os seguintes percentuais nessa Região: Rio Grande do Sul 14,0%, Paraná e Santa Catarina, atendem, ambos, 17,7%. Em relação à Santa Catarina, também merece destaque o fato de que 4,3% das 120.995 crianças matriculadas nas creches desse Estado são atendidas em turno com duração de mais de 5 e menos de 7 horas.

Os estados da Região Centro-Oeste guardam singularidades em relação ao atendimento em turnos com mais de 7 horas, enquanto Mato Grosso do Sul atende 78,4%, em Mato Grosso são 68,4%, em Goiás 73,0% das crianças são atendidas em tempo integral. No Distrito Federal somente 26,9% são atendidas, quase três vezes menos que no caso do primeiro estado dessa Região. As creches que atendem em turnos com até 5 horas de duração, são a seguir representadas: Distrito Federal (70,7%), destoando dos demais Estados da Região, haja vista que Mato Grosso do Sul atende 21,0%, Mato Grosso 29,9% e Goiás 25,5%. Outro pormenor do Distrito Federal é que, pelo fato de não possuir creches municipais, grande parte das crianças são atendidas em creches privadas, embora, muitas creches dessas creches sejam conveniadas com o governo local.

Em que pese a oferta da creche ser insuficiente, conforme demonstram os dados, o fato é ainda mais grave quando se trata de creches em tempo integral, visto que a demanda por esse tipo de creche é ainda maior; Silva (2008, p.21) reivindica a criação de instituições públicas de Educação Infantil “especialmente para o atendimento em período integral às crianças nos três primeiros anos de vida.”

Embora no Piauí, como visto acima, o índice de creches que atendem em tempo integral seja muito pequeno, apenas 2,5% de crianças, o menor do país, não há no Brasil nenhum estado em que não exista creche em tempo integral, o que mostra que o país está caminhando em direção ao reconhecimento da importância e da necessidade da oferta para essa etapa da Educação Infantil.

O que se apreende dos dados é que a permanência das crianças em creches de tempo integral tende a ser definitiva, como já defendia Anísio Teixeira na década de 1950. A

necessidade da oferta da creche em tempo integral encontra eco na proteção e educação que a creche pode oferecer à criança pequena.

3.3 AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E AS CARACTERÍSTICAS DAS TURMAS DAS CRIANÇAS DA CRECHE

As características das crianças que frequentam creches são definidas por: idade com que elas estão frequentando tais estabelecimentos, além da cor/raça e gênero dessas crianças, ademais, traz a média de alunos existente nas turmas e qual a razão média de criança/docente que existe em cada Unidade da Federação. Tais informações são importantes na medida em que retratam e diferenciam as creches no Brasil.

3.3.1 A idade das crianças que frequentam creches

Considerando as singularidades do desenvolvimento da criança pequena, é fundamental saber a idade com que elas têm sido matriculadas em creches, segundo os dados do Educacenso, e ainda, saber qual o percentual delas, segundo a idade pontual está sendo atendida, por meio dos dados do IBGE.

Desta forma, para obtenção dos percentuais aqui apresentados, foram utilizados os dados de população de crianças de 0 a 3 anos por idade exata e também os dados de crianças matriculadas em creches segundo o Educacenso utilizando-se o mesmo critério de idade exata. O quadro abaixo adentra parte do que será analisado e esclarece a fórmula e o objetivo dessa análise

Quadro 10: Quadro explicativo sobre a idade das crianças que frequentam creches

Descrição da Tabela ou Gráfico	Número absoluto da população de 0 a 10 anos e número matrículas na creche por idade pontual e percentual de frequência à creche, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação - 2007/2011
Interpretação da Tabela ou Gráfico	Mostra o quantitativo de crianças matriculadas nas creches brasileiras, segundo o Educacenso por idade exata, isto é, qual o percentual de crianças com menos de 1 anos existem matriculadas, e com 2 anos, e assim sucessivamente.
Objetivo/Justificativa para o cálculo	Qual o quantitativo de crianças com até 1 ano matriculadas nas creches

	brasileiras? E com 2 anos? E com 3 anos? Que percentual de crianças estão matriculadas na creche com a idade certa, quer dizer na faixa de 0 a 3 anos? E fora da faixa etária correta para a creche? Quantas crianças com idades entre 4 e 5 anos estão matriculadas na creche, já que nessa faixa etária deveriam estar frequentando a pré-escola? Existem crianças com mais de 6 anos matriculadas em creche? Em caso positivo, qual o percentual, em que Estado isso acontece com maior incidência?
Nível de agregação	Brasil e Unidades da Federação
Fonte (s)	INEP e IBGE Em 2007 = Dados de matrículas do Censo Escolar (Educenso) e Dados da população por idade pontual da PNAD (IBGE). Em 2010= Dados de matrículas do Censo Escolar (Educenso) e Dados da população por idade pontual do Censo Demográfico de 2010 do IBGE
Fórmula	<p><u>Quantitativo de matrículas por idade pontual - Inep:</u></p> $IdCre = (AnoPres - AnoNasc)$ <p>onde:</p> <p><i>IdCre: Percentual de criança permanece na creche</i></p> <p><i>AnoPres: Ano presente da análise (2007 ou 2010)</i></p> <p><i>AnoNasc: Ano de nascimento da criança</i></p>
Esclarecimentos	<p>1) Para o cálculo dessa tabela foram necessários a utilização de dois bancos de dados: IBGE – de onde foram extraídos os dados de população de crianças de 0 a 3 anos por idade pontual, e os dados de idade das crianças matriculadas obtidas no Inep por meio do censo escolar.</p> <p>2) De posse dos dados da população por idade pontual, foi necessário então, realizar o cálculo da idade das crianças matriculadas em creche por idade pontual. Os dados forma assim obtidos: IBGE: Idade pontual disponível nos microdados INEP: Foi necessário realizar o cálculo como no exemplo: Ano de nascimento da criança: 2007, ano do cálculo 2010, portanto, 2010 – 2007 = 3 anos. Portanto, seguindo este exemplo, foi calculado, a) População de 3 anos segundo o IBGE b) Total de crianças matriculadas na creche com 3 anos, segundo o Inep</p>

Fonte: a autora

A partir da LDB, a idade da criança passou a ser um dos critérios de classificação adotados na Educação Infantil. O artigo 30 dessa lei garantia a oferta da Educação Infantil em creche para as crianças de 0 a 3 anos e na pré-escola para aquelas de 4 a 6 anos.

Entretanto, desde 2006 vigora a Lei 11.274/2006, que torna obrigatório o Ensino Fundamental com duração de 9 anos. Sendo assim, a partir do referido ano, toda criança com 6 anos de idade deve ser matriculada no 1º ano do Ensino Fundamental e não na pré-escola,

como acontecia até então. Esse novo arranjo na faixa etária modificou a Educação Infantil de tal forma que o redesenho fez com que essa etapa abarcasse 5 anos consecutivos.

Embora a lei de 1996 e mesmo após sua modificação em 2006, não tenha trazido mudança para a creche, cuja faixa etária permanece sendo de 0 a 3 anos de idade, interessa saber se as creches brasileiras cadastradas no Educacenso atendem somente crianças de 0 a 3 anos, ou qual a expressividade do percentual das matrículas fora dessa faixa etária.

A creche deveria atender exclusivamente crianças de 0 a 3 anos, pois nessa faixa etária, mais do que em qualquer outra, o bebê e a criança pequena precisam de cuidado, proteção e dedicação de um adulto, visto que são mais dependentes. Mas essa dependência não pode ser entendida como pejorativa, conforme afirma Barbosa (2009, p. 23):

Apesar de geralmente ser enfatizada apenas sua fragilidade, os bebês e as crianças bem pequenas são, paradoxalmente, extremamente capazes de tomarem iniciativas e agirem, ou seja, podem perceber e movimentar-se, dispondo assim de amplos recursos, desde que nascem para interagir com e no mundo.

Conforme analisado anteriormente³² o percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas na creche é de 12,8%, considerando-se a população dessa faixa etária. A faixa imediatamente posterior, isto é, crianças de 4 e 5 anos perfaz 11,3%, ponderando que existiam no Brasil, no ano de 2010, 5.802.254 crianças de 4 e 5 anos e 655.332 crianças nessa faixa etária matriculadas em creches.

A existência de um grande percentual de crianças de 4 e 5 anos matriculadas na creche, evidencia talvez a sua falta de identidade. Ademais, esses casos vislumbram-se dois problemas: o primeiro decorre do fato de que a partir de 2013 a educação, desde os 4 anos de idade, tornou-se obrigatória no Brasil; e o segundo decorre do fato de que as crianças a partir de 6 anos devem frequentar o Ensino Fundamental. Diferentemente da creche, considerada como opção da família e, portanto, não é obrigatória. Sendo assim, carece questionar: afinal, com qual idade as crianças têm frequentado creches?

Guardada a devida singularidade das crianças, há que se frisar, também, as diferenças no que tange à idade: não se pode comparar uma criança com 1 ano de idade (potencial

³² Ver p.70, sobre os dados de população e taxa de frequência à creche

frequentadora de creche) à outra de 5 anos de idade (potencial frequentadora da pré-escola). Cada ano e cada etapa apresentam desafios diferentes ao desenvolvimento da criança.

Paniagua e Palacios (2007) ressaltam que dos primeiros meses até os 3 anos, a atenção educativa é diferenciada, e deve ser composta por educadores com uma formação profissional especializada. Outra distinção diz respeito à metodologia para essa faixa etária, que não pode ser a mesma usada para crianças entre 4 e 5 anos. Assim, esses autores (2007) exemplificam que é um equívoco editar livros didáticos ou oferecer para uma criança de 2 anos pastas de trabalhos a serem feitos em casa, afinal, essas não são as atividades mais adequadas para essa idade, devendo ser consideradas como questionáveis.

Sendo assim, a idade é importante na medida em que pode definir os rumos do trabalho pedagógico, a estimulação e o cuidado da criança. Isso não implica dizer que um bebê de 11 meses não possa conviver com uma criança de 4 anos no espaço da creche, ao contrário, essa interação é até importante e desejável.

É relevante lembrar que nos casos de instituições que reúnem creche, pré-escola e Ensino Fundamental no mesmo local, o que, aliás, é muito comum no Brasil³³, e especialmente naqueles em que há intercessão de crianças de idade diferentes, se faz necessária a formação do docente e dos demais funcionários para o cuidado com essas crianças, caso contrário, é possível que ocorra o que Leite (2011, p. 190) denunciava:

A falta de intencionalidade pedagógica por parte das instituições e dos profissionais e a ausência de uma ação pedagógica no trabalho com as crianças, decorrente do fato de que a maioria das instituições não apresentam um projeto pedagógico cuidadoso e adequado à educação das crianças nessa faixa etária.

Como já foi mencionado, o indicado é que a prática educativa da creche respeite as diferenças e singularidades das crianças e traga para cada turma de crianças a ideia de pertencimento. Bondioli e Montovani (1998, p. 27), sugerem que essa pedagogia seja assim colocada em prática:

Uma pedagogia de contornos nítidos, portanto, a da escola materna, frequentemente correlacionada a uma didática (da música, do desenho, da atividade linguística) e a uma típica organização do trabalho (divisão ritual

³³ No ano de 2011, segundo o Educacenso, dos 48.642 estabelecimentos de creche existentes no Brasil, 17,4% funcionavam exclusivamente como creches; 40,5% funcionavam como creche e pré-escola; 19,6% como creche, pré-escola e anos iniciais e em 22,5% dos estabelecimentos, a creche funcionava com outras etapas de ensino.

de atividades cotidianas, subdivisão das crianças, mais referência, por parte da educadora, ao grupo do que à criança única), um modelo convidativo pelo seu valor “institucional”, pela clareza da sua organização, pela insubstituível no sentido socializante a ela atribuída pela família, pela tangibilidade de seus êxitos.

A tabela 08, abaixo, permite verificar que, no que tange a idade legal para frequentar a creche, o país apresenta avanços. Em 2010, a maior representatividade percentual na matrícula, está na idade de 3 anos, 28,3%, aquelas com 2 anos representam 15,6% das matrículas e 3,4% dos bebês e crianças com até 1 ano estão matriculados em creches. Nota-se também, que todos os percentuais de frequência na idade certa aumentaram, pois em 2007, 21,2% das crianças de 3 anos, 11,4% das de 2 anos e 2,7% daquelas de até 1 ano frequentavam essas instituições; isso demonstra uma adequação da idade à etapa nos sistemas de ensino brasileiro.

Tabela 08 - Número absoluto da população de 0 a 10 anos, número de Alunos matriculados na Creche por idade pontual e percentual de frequência à creche, Brasil - 2007 /2010

Idades	2007			2010		
	Matrícula e Percentual					
	População	Matrícula	Percentual	População	Matrícula	Percentual
1 ano	5.239.115	143.358	2,7	5.408.153	182.683	3,4
2 anos	2.854.621	324.248	11,4	2.726.957	424.318	15,6
3 anos	2.863.184	607.361	21,2	2.790.782	788.562	28,3
4 anos	2.898.402	412.121	14,2	2.870.266	609.913	21,2
5 anos	3.029.973	66.586	2,2	2.931.988	45.419	1,5
6 a 10 anos	17.067.855	25.201	0,1	15.542.603	13.501	0,1

Fonte: Matrícula: MEC/Inep/Deed. População: IBGE/PNAD (2007) ; IBGE/Censo Demográfico 2010 dados amostrais.

Nota: 1) Não foi incluído o ano de 2011 visto que os dados populacionais para este ano não estão disponíveis até esta data (01/agosto/2012) e o IBGE não projeta dados populacionais por idade e Unidade da Federação concomitantemente.

Portanto, embora com pouca diferença percentual em relação às matrículas de 4 e 5 anos, percebe-se que o percentual de crianças matriculadas na idade adequada, isto é de 0 a 3 anos, é superior ao registrado nas outras faixas etárias. Essa constatação vai ao encontro da afirmação de Bondioli e Montovani (1998, p. 18): “tem-se difundido a ideia de que a creche, enquanto agência educativa, seja um direito não só para a mãe como também para a criança e que, portanto, ela seja potencialmente voltada a todas as crianças de 0 a 3 anos.”

As crianças com idade de 4 que frequentam creches somavam 14,2% de participação em 2007 e 21,2% em 2010, o que não chega a ser um dado alarmante, mas é um percentual que merece atenção, visto que essas crianças deveriam estar matriculadas na pré-escola. No entanto, duas explicações são admissíveis: a primeira é a possibilidade de as instituições de

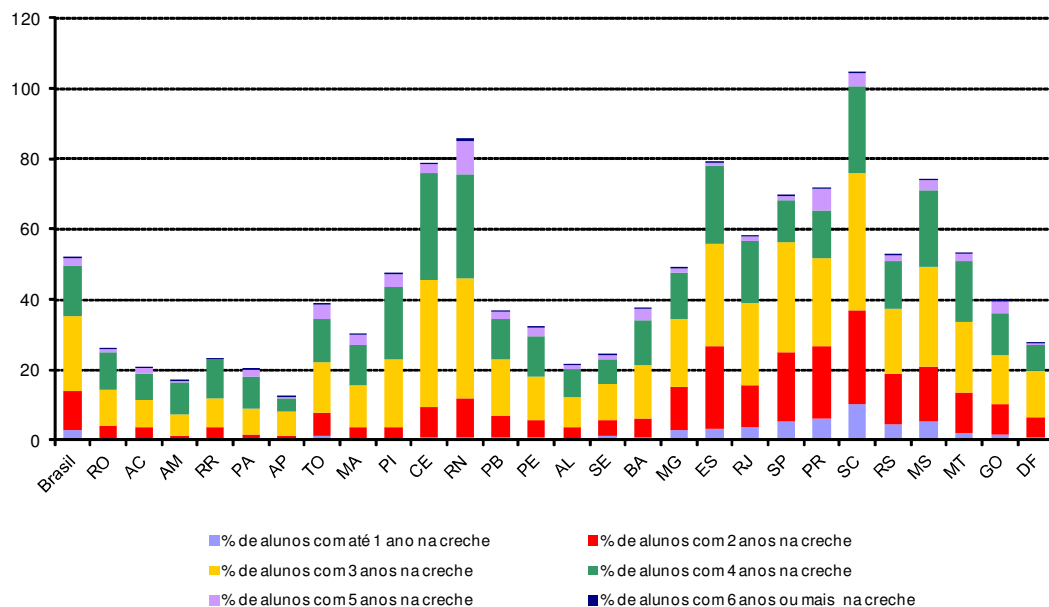
Educação Infantil responderem ao Educacenso fazendo uso da mesma nomenclatura que utilizavam anteriormente, isto é, respondem que a criança frequenta creche quando na verdade ela pertence a uma turma de pré-escola,

Outra possibilidade que merece bastante atenção diz respeito à data de referência do censo escolar, que é a última quarta-feira do mês de maio. Por exemplo: tomemos como base o ano de 2010: se a criança nasceu em janeiro, fevereiro ou março do ano de 2006, quando sua família procurou a instituição escolar no início do ano de 2010 para efetuar a matrícula, ela de fato tinha 3 anos de idade e foi corretamente matriculada na creche. No entanto, quando a instituição respondeu ao censo no mês de maio, a criança já havia completado 4 anos. E assim foi informada no Educacenso. Desta forma, ao calcular-se a idade dessa criança, subtrai-se 2006 de 2010, resultando na idade de 4 anos.

As crianças de 5 anos que frequentavam creches eram 2,2% em 2007 e em 2010 e apenas 1,5%. Já aquelas com idade entre 6 e 10 anos de idade representam ínfimos 0,1% de participação em 2007 e em 2010 e portanto, não têm representatividade percentual nos dois anos analisados. Esse dado surpreende positivamente, e nos leva a inferir que o ajuste idade-série, ou no caso da creche, idade-etapa de educação é, possivelmente, uma questão de tempo.

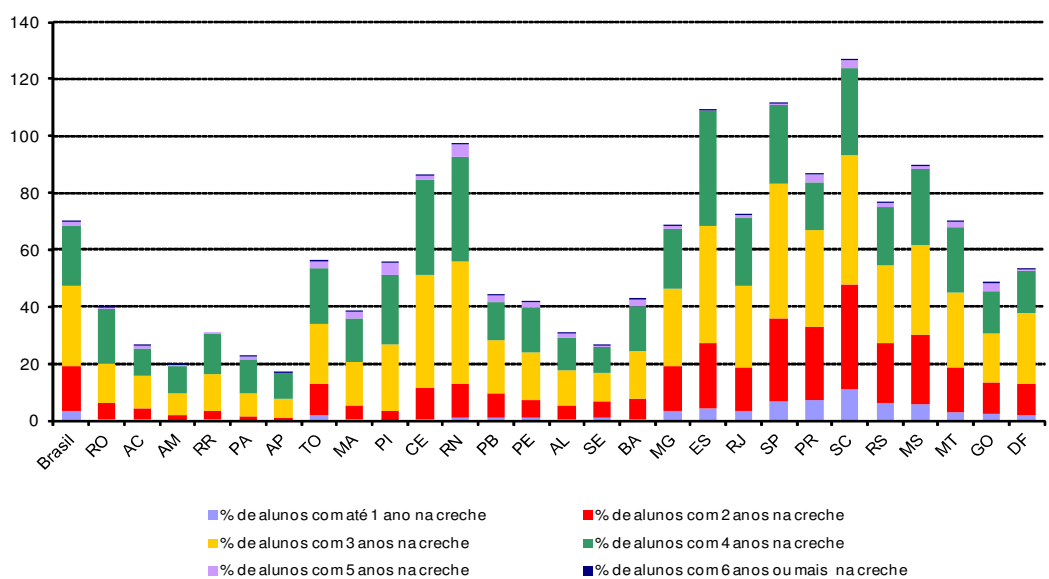
Os gráficos 12 e 13 abaixo nos auxiliam na visualização dos dados dos Estados. Para analisar esses dados, em razão do grande volume de informações, será utilizado como critério de análise, em primeiro momento, da faixa etária de 0 a 3 anos de idade, que é legalmente a idade adequada para que a criança frequente a creche. A análise abarcará cada idade de acordo com sua representação percentual, ordenada do maior para o menor percentual em cada UF, dentro da Região Geográfica. Com esse mesmo critério, passar-se-á para a análise dos dados da segunda faixa etária, isto é, 4 e 5 anos e, por último, para a faixa etária ou igual ou superior a de 6 anos de idade.

Gráfico 12 - Frequência à Creche por Idade - Brasil e Unidades da Federação - 2007



Fonte: MEC/Inep/Deed

Gráfico 13 - Frequência à Creche por Idade - Brasil e Unidades da Federação - 2010



Fonte: MEC/Inep/Deed

Analisando os dados de todos os Estados da Federação, constata-se que a maioria das crianças matriculadas na creche têm 3 anos de idade. Em 2007, 22 Estados tinham a maioria das suas matrículas destinadas às crianças de 3 anos de idade, e 5 Estados, dos quais 4 na Região Norte tinham a maioria das crianças matriculadas com 4 anos de idade. Em 2010 os dados permanecem semelhantes ao ano de 2007: 21 Estados tinham a maioria das suas

matrículas destinadas às crianças de 3 anos de idade, e 6 Estados, dos quais 5 na Região Norte, tinham a maior parte das crianças matriculadas com 4 anos de idade.

Ao analisar, o percentual de bebês e crianças com até 1 ano de idade matriculadas em creches, é possível perceber que em todos os Estados brasileiros, esse atendimento é muito pequeno, não chegando a 1% em grande parte dessas UF's, tanto em 2007 quanto em 2010. Merece destaque o Estado de Santa Catarina que em 2010 tem 11% dos seus bebês e crianças com até 1 ano matriculadas em creches, é o maior percentual de atendimento nessa faixa etária, seguido pelo Paraná, também pertencente à Região Sul, com 7,3% de atendimento.

Dentre as crianças com 2 anos de idade matriculadas em creches, novamente merece destaque Santa Catarina que em 2010 atendia 37% das crianças nessa faixa etária em creches. Em 2007 essa ilha também tinha o maior percentual de atendimento na idade, eram 27%, o maior do país. Os Estados com atendimento acima de 20% nessa idade são: São Paulo, 29,4%; Paraná 25,7%; Mato Grosso do Sul 24,2%; Espírito Santo, 23,1% e Rio Grande do Sul com 20,9%. Em 2007 esses atendimentos eram os seguintes: São Paulo 19,6%; Paraná, 20,2%; Mato Grosso do Sul 16%; Espírito Santo 23,3% e Rio Grande do Sul 14,2%, naquele ano, esses 5 últimos Estados já detinham os melhores atendimentos percentuais para as crianças de 2 anos de idade. O Estado do Amapá tem o menor percentual de atendimento do País às crianças dessa idade, 0,8%, em 2007, porém esse índice já era baixo: 1,3%.

Com relação à idade de 3 anos, última da faixa etária indicada para frequência à creche, e também a faixa onde encontram-se os maiores índices de atendimento das faixas de idade; em 2010, dentre os estados pertencentes à Região Norte, somente Tocantins atende mais de 20% das crianças dessa faixa de idade, com percentual de 20,9% de atendimento, seguido por Rondônia com 13,9%, Roraima com 13,1%, Acre com 11,5%, Pará com 8,1% Amazonas com 7,6%, e Amapá com 6,9%, o menor percentual de atendimento na Região. Em 2007 os percentuais eram: Tocantins (14,3%), Rondônia (10,3%), Roraima (8,5%), Acre (7,9%), Amazonas (6,2%), Pará (7,3%) e Amapá (6,8%). Nota-se que todos os Estados dessa Região apresentaram aumento no percentual de atendimento no período analisado.

Alguns Estados da Região Nordeste apresentam percentuais significativos de crianças com 3 anos matriculadas em creche no ano de 2010. Exemplo disso são os Estados do Rio Grande do Norte com 43,2% e o Ceará com 39,8% de suas crianças atendidas. Piauí atende 23,4%, Paraíba 18,8%, Bahia 16,9%, Pernambuco 16,8%, Maranhão 15,7%, Alagoas 12,3% e

Sergipe com o menor atendimento da Região, 10,3%, quatro vezes menor que o Rio Grande do Norte, demonstrando as grandes variações que podem existir dentro de uma mesma Região. Em 2007 esses Estados atendiam (33,9%); (36,0%); (19,6%); (15,8%); (15,2%); (12,5%); (11,8%); (8,7%); (10,4%), respectivamente.

Os estados da Região Sudeste apresentam percentuais bastante representativos de atendimento de crianças de 3 anos. Todos os estados dessa região possuem percentuais acima de 27% como é o caso de Minas Gerais 27,1%, Rio de Janeiro atende 28,7% dessas crianças, Espírito Santo 41,4%. São Paulo atende quase metade das crianças com 3 anos em creches, 47,3%, representando o melhor índice percentual do Brasil. Todos os estados apresentaram crescimento no atendimento em relação a 2007, quando se registravam os seguintes percentuais de atendimento: Minas Gerais (19,6%), Rio de Janeiro (23,3%), Espírito Santo (29,0%) e São Paulo (31,4%).

O atendimento das crianças de 3 anos de idade na Região Sul fica assim distribuído: o Rio Grande do Sul atendia 27,0% em 2010 e 18,7% em 2007; o Paraná atendia 33,7% em 2010 e 25,1% em 2007, e Santa Catarina atendia 45,2% em 2010 e 38,9% em 2007, assim como em outras regiões, o Sul também teve acréscimo de matrículas nessa idade.

No Centro Oeste, o estado que apresenta melhor atendimento para a idade de 3 anos é o Mato Grosso do Sul com 31,9% de atendimento, e o menor índice é o de Goiás com 17,0%, o Distrito Federal apresenta 24,8% e o Mato Grosso 26,5%, eles apresentaram, no ano de 2007 os percentuais: Mato Grosso do Sul 28,0%, Goiás 14,1%, Distrito Federal 13,0% e Mato Grosso 20,4%, mostrando que os 4 Estados da Região apresentaram aumento no percentual de atendimento dessas crianças. Ganha destaque o Distrito Federal que atendia 4877 crianças de 3 anos em 2007 e passou a atender 9391 crianças dessa idade, um aporte de quase 93%.

Na análise correspondente às crianças de 4 anos matriculadas na creche, idades em que, legalmente, essas crianças deveriam estar na pré-escola, verificam-se as seguintes estatísticas no ano de 2010 nos estados do Norte do País: Amapá 9%; Acre atende 9,5%; Amazonas 9,6%; Pará 11,7%; Roraima 14,2%; Rondônia apresenta 19,4% e o Tocantins 19,7% correspondendo ao maior percentual de crianças sendo atendidas em creche nessa região e, tornando-as, por consequência, potenciais usuárias da pré-escola.

Os percentuais dos estados Nordestinos comportam-se da seguinte forma em 2010: o Rio Grande do Norte atende um alto percentual de crianças acima da faixa indicada para frequentar a creche: 36,9% de crianças de 4 anos de idade, é o maior índice da Região; o Ceará atende 33,3%; Piauí 24,6%; Pernambuco 17,7%; Bahia 15,5%; Maranhão atende 15,1%; Paraíba 13,2%; Alagoas 11,7%; e Sergipe 8,9%. Em 2007 esses índices eram os seguintes: o Ceará atendia 30,5% de crianças de 4 anos, Rio Grande do Norte 29,8%; Piauí 20,4%; Bahia 12,7%; Paraíba 11,7%; Maranhão atende 11,6%; Pernambuco 11,5%; Alagoas 7,7%; e Sergipe 7,1%.

No Sudeste, os Estados atendem na creche as crianças de 4 anos na seguinte proporção: Espírito Santo 40,3% de crianças de 4 anos atendidas em creches, é o maior índice do Estado e do País, São Paulo 27,6% ; Rio de Janeiro 23,8% e Minas Gerais, 21,4% de suas crianças fora da faixa legal. Em 2007 esses índices eram Espírito Santo 22,2% ; São Paulo 12,1% ; Rio de Janeiro 17,7% e Minas Gerais, 13%.

No Sul, as crianças com 4 anos de idade são atendidas na creche na seguinte proporção: Santa Catarina atende em 2010 30,6% de crianças dessa idade em creches, em 2007 esse percentual era de 24,4% o maior do Estado nos dois anos da análise; o Paraná atende 16,8% em 2010 e atendia 13,5% em 2007; Rio Grande do Sul atendia 13,3% em 2007 e 20,7% das crianças de 4 anos em creches no ano de 2010.

No Centro-Oeste, todos os Estados atendem acima de 15% de crianças com 4 anos em creche. Em 2010, esses índices eram de 26,5% no Mato Grosso do Sul; 22,5% no Mato Grosso; 15,1% no Distrito Federal e 15% em Goiás.

Em se tratando das crianças com 5 anos de idade, nenhum Estado do Brasil apresenta índices alarmantes de matrícula em creche nessa idade, o maior índice é do de 4% de matrículas nessa idade e estão no Piauí e Rio Grande do Norte (4%), seguidos pelos outros Estados, que também têm índices baixos. Destaque para Roraima e Amapá com 0% de atendimento fora da faixa legal.

Em relação à faixa acima de 6 anos de idade matriculada na creche, os valores são inexpressivos, atingindo, no máximo, 0,3% das crianças nessa faixa, não sendo relevante para uma análise individualizada. Ademais, grande parte dos 27 estados têm o índice percentual de 0,0%. Essa constatação revela que o esforço dos estados tem contribuído, sobremaneira, para

que o País alcance sua meta de atender cada criança na idade certa e indicada para a etapa de educação.

A creche tem especificidades que a diferenciam de outras etapas da Educação Básica, inclusive da pré-escola. Entretanto, analisando as matrículas na creche, constatamos que esta etapa é formada por duas faixas etárias distintas: bebês e crianças de até 3 anos de idade, mas também por crianças com 4 e até 5 anos de idade, o que pode indicar uma distorção idade/série³⁴. Cabe exemplificar que se uma criança tem 5 anos de idade e está matriculada na creche, existe aí uma distorção de 2 anos, afinal, a creche deve atender crianças com até 3 anos de idade, ademais, essa criança deveria estar matriculada na pré-escola.

O fato de existirem crianças acima de 3 anos frequentando creches é uma questão que merece ser analisada por meio de um estudo etnográfico pois a análise dos dados nos permite apenas, conjecturar respostas, como aquelas já destacadas³⁵. Rosemberg (1989b) destaca a possibilidade de que algumas famílias utilizem a creche como atividade extra em horário contrário ao da escolarização, e afirma que algumas crianças usam a creche de forma complementar (como instância de “guarda”) à escolaridade compulsória.

O quantitativo de crianças de 4 e 5 anos matriculadas na creche, embora sejam menores do que aquele observado na faixa de 0 a 3 é bastante elevado quando se considera que essas crianças deveriam estar na pré-escola. No entanto, mesmo somando todas as crianças de 0 a 5 anos matriculadas em creche, ainda assim, o atendimento é ínfimo o que nos leva a crer que investir na ampliação do quantitativo de vagas, especialmente na rede pública é necessário e urgente.

Rosemberg afirma com perplexidade que o quantitativo de crianças fora da faixa etária da Educação Infantil, além de ser alarmante, ainda subtrai a oportunidade de vagas daqueles

³⁴ **Taxa de distorção idade-série** - Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 6 anos como a idade adequada para ingresso no Ensino Fundamental, cuja duração, normalmente, é de 9 anos. Seguindo este raciocínio é possível identificar a idade adequada para cada série. Este indicador permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. Como o Censo Escolar obtém a informação sobre idade por meio do ano de nascimento, adotamos o seguinte critério para identificar os alunos com distorção idade-série: considerando o Censo Escolar do ano t e a série k do Ensino Fundamental, cuja a idade adequada é de i anos, então o indicador será expresso pelo quociente entre o número de alunos que, no ano t , completam $i + 2$ anos ou mais (nascimento antes de $t - [i + 1]$), e a matrícula total na série k . A justificativa deste critério é que os alunos que nasceram em $t - [i + 1]$, completam $i + 1$ anos no ano t e, portanto, em algum momento deste ano (de 1º de janeiro a 31 de dezembro) ainda permaneciam com i anos e, por isso, o critério aqui adotado, considera estes alunos como tendo idade adequada para esta série. Os que nasceram depois de $t - [i + 1]$ completam, no ano t , i anos ou menos. (INEP, *Glossário de Termos, Variáveis e Indicadores Educacionais*, 2005)

³⁵ Sobre essa questão, consultar o capítulo II desta dissertação – Metodologia –no item: Diferenças metodológicas entre o censo escolar e o censo populacional em relação aos dados de cobertura da creche (p. 63).

que estão na idade certa, é “um quadro sinistro, aberrante, morte educacional precoce, são expressões emocionadas, (mas não emocionais) pela indignação que provocam.” (1996, p. 61). Para além da indignação descrita pela autora, a questão da idade das crianças matriculadas na creche fora da faixa etária recomendada é uma questão que merece atenção do Estado, conscientização da sociedade, além de ajustes na metodologia de coleta dos dados que considera apenas o ano de nascimento da criança.

3.3.2 A questão da raça/cor na creche

Analisar a cor da criança que frequenta a creche é importante porque compara os dados no Brasil e em todos os estados da Federação, buscando revelar o percentual de crianças de 0 a 3 anos pertencentes à determinada raça/cor e o quantitativo delas que frequentam as creches nos anos de 2007 e 2010. A intenção é verificar se, de fato, as crianças negras e indígenas têm menos acesso à creche que a criança branca e, se a questão racial pode ser percebida já no acesso.

Outra razão para se analisar a questão da raça/cor na creche é dar resposta à proposição de Abramowics, Oliveira e Rodrigues (2010) quando afirmam que no Brasil é reduzido o número de pesquisas que analisam a questão racial na creche com crianças de 0 a 3 anos. De fato, as autoras têm razão quando afirmam não existir muitas pesquisas, haja vista que analisar a questão racial na creche não é trabalho fácil.

Primeiramente, são necessárias duas observações importantes. A primeira diz respeito aos dados utilizados na análise da raça/cor das crianças matriculadas em creches, cuja fonte é o IBGE. A justificativa de utilização de dados do IBGE deve-se ao fato da não compatibilidade das informações coletadas pelo Inep e pelo IBGE, uma vez que na PNAD não existe a opção de coleta de dados de alunos matriculados em creche sem declaração de cor isto é, ‘cor não declarada’. Isto é possível no Censo Escolar – Educacenso.

No Educacenso, os alunos podem ser classificados como: branco, preto, pardo, amarelo, indígena e não declarado, e para o IBGE, eles podem ser classificados como: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. A não declaração de cor não é aceita no IBGE. Portanto, em razão da incompatibilidade, serão utilizados os dados do IBGE.

A segunda observação diz respeito ao método de coleta da informação pelo Censo do IBGE, já que os dados sobre raça/cor são declaratórios e, portanto, subjetivos, assim como os do Inep também são, isso ocorre porque essa informação é resultado da percepção do respondente em relação a si mesmo, ou em relação à família, acerca de quem está se referindo ao responder o censo.

Segundo Filice (2011, p. 72) “O conceito de raça surgiu durante o século XVII para categorizar espécies diferentes da flora na zoologia e na botânica e, em 1684, o termo passou a ser usado para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados.” Embora a questão da igualdade seja amplamente divulgada, manifestações de racismo e discriminação são percebidas frequentemente nas creches brasileiras, Kramer 1995; Rosemberg, (1997; 2002; 2006); Abramowicz e Oliveira, (2010), corroboram com essa afirmação.

Filice (2011, p. 33) nos lembra que “raça, embora seja uma ideia criada – já que não existem diferenças raciais no sentido biológico para que se origine o termo – trata-se de uma construção social que institui nas relações sociais no Brasil”. Essa autora nos lembra que o racismo tem se tornado uma prática cultural que se materializa por meio de ações e práticas diferenciadas entre brancos e negros.

É importante lembrar que em nosso País grande parte das turmas escolares não é homogênea no que tange à cor/raça, e isso não seria diferente em uma creche. Sendo assim, em uma mesma sala é possível encontrarmos crianças brancas, negras, indígenas, e amarelas. Papatheodorou (2010, p. 53) lembra que “as instituições de Educação Infantil apresentam uma diversidade como nunca se viu, em termos do meio linguístico, cultural, religioso, social étnico e racial das crianças, o que reflete a diversidade da sociedade como um todo.” Desta forma, independentemente da cor da pele, elas são crianças e têm o direito de ser respeitadas.

As diferenças que podem ser encontradas entre as crianças de uma creche vão desde crianças com necessidades especiais, às mais diversas religiões e crenças, nacionalidade e outras, mas a diferença mais frequente é relacionada à cor da pele. Em um país como o Brasil é praticamente impossível encontrar turmas escolares onde todas as crianças sejam brancas, ou todas negras, ou todas amarelas, sendo razoável que se encontre turmas inteiras de índios, mas, nesse caso, são particularidades extremas encontradas em tribos e populações bastante

específicas. Enfim, como afirma Paniagua e Palacios (2007, p. 87) “as razões pelas quais uma criança é diferente da outra são inúmeras”.

Martins Filho (2005, p. 22) afirma que “as instituições educacionais tais como creches e pré-escolas, são entendidas como um “mundo social e cultural”. E passam a ser compreendidas como espaço privilegiado das sociabilidades humanas” desta forma, a creche como espaço coletivo é também um espaço de diversidades, inclusive de cor e etnia.

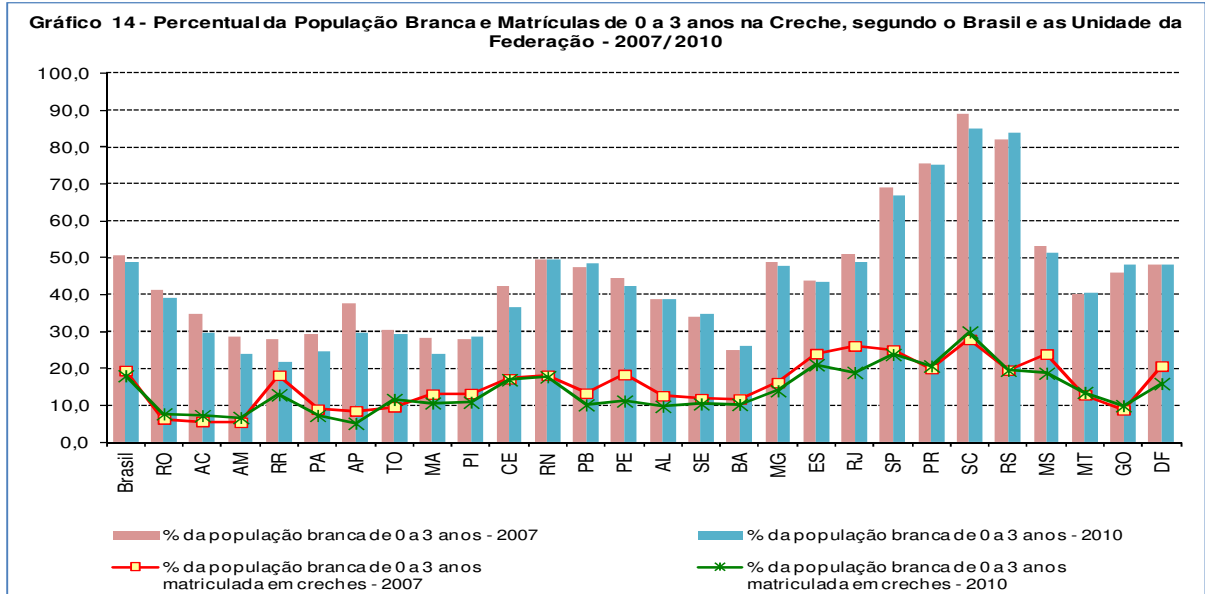
Quadro 11: Quadro explicativo sobre a raça/cor das crianças que frequentam creches

Descrição da Tabela ou Gráfico	Percentual da população residente e matrículas de 0 a 3 anos na Creche por Cor/Raça, segundo ao Brasil e as Unidades da Federação- 2007/2010										
Interpretação da Tabela ou Gráfico	<p>Mostra o quantitativo de crianças que frequentam creche ou escola de acordo com cada raça/cor. De acordo com o IBGE existem 5 possibilidades de qualificação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Branca 2. Preta 3. Parda 4. Amarela 5. Indígena <p>Inicialmente é fundamental compreender a construção dessa tabela e também interpretar seus resultados. A tabela traz dois cálculos distintos em relação a cada raça/cor. Primeiramente foi calculado o percentual de crianças de 0 a 3 anos pertencentes à determinada raça/cor e em seguida, foi calculado o percentual delas (em cada raça/cor) que frequenta creche. No intuito de facilitar a interpretação, segue abaixo o cálculo para a raça/cor amarela (orientais, asiáticos) e sua interpretação:</p> <table border="1" data-bbox="544 1249 1238 1413"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Brasil</th> <th rowspan="2">População de 0 a 3 anos</th> <th colspan="2">Raça/Cor Amarela</th> </tr> <tr> <th>Percentual da população amarela de 0 a 3</th> <th>Percentual da população amarela de 0 a 3 matriculada em creches</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>10.938.927</td> <td>0,9</td> <td>15,9</td> </tr> </tbody> </table> <p>As crianças orientais ou asiáticas representam 0,9% da população de crianças de 0 a 3 anos.</p> <p>15,9% das crianças orientais ou asiáticas de 0 a 3 anos frequentam creches no Brasil</p>	Brasil	População de 0 a 3 anos	Raça/Cor Amarela		Percentual da população amarela de 0 a 3	Percentual da população amarela de 0 a 3 matriculada em creches		10.938.927	0,9	15,9
Brasil	População de 0 a 3 anos			Raça/Cor Amarela							
		Percentual da população amarela de 0 a 3	Percentual da população amarela de 0 a 3 matriculada em creches								
	10.938.927	0,9	15,9								
Objetivo/Justificativa para o cálculo	Da população de 0 a 3 anos de idade, qual o percentual de crianças brancas, negras, pardas, amarelas e indígenas? E dentre elas, qual o percentual das que frequentam creche? Por exemplo, se 10% da população de 0 a 3 anos é preta, que percentual de crianças negras frequenta creches? A desigualdade racial é patente no Brasil, mas esse fato também se revela no contexto das creches? Caso a maioria das crianças brancas nessa faixa etária frequente creche e apenas um pequeno percentual da população declarada negra frequente, essa hipótese estará confirmada.										
Nível de agregação	Brasil e Unidades da Federação										
Fonte (s)	IBGE - Em 2007 Dados Pnad. Em 2010= Dados do Censo Demográfico										

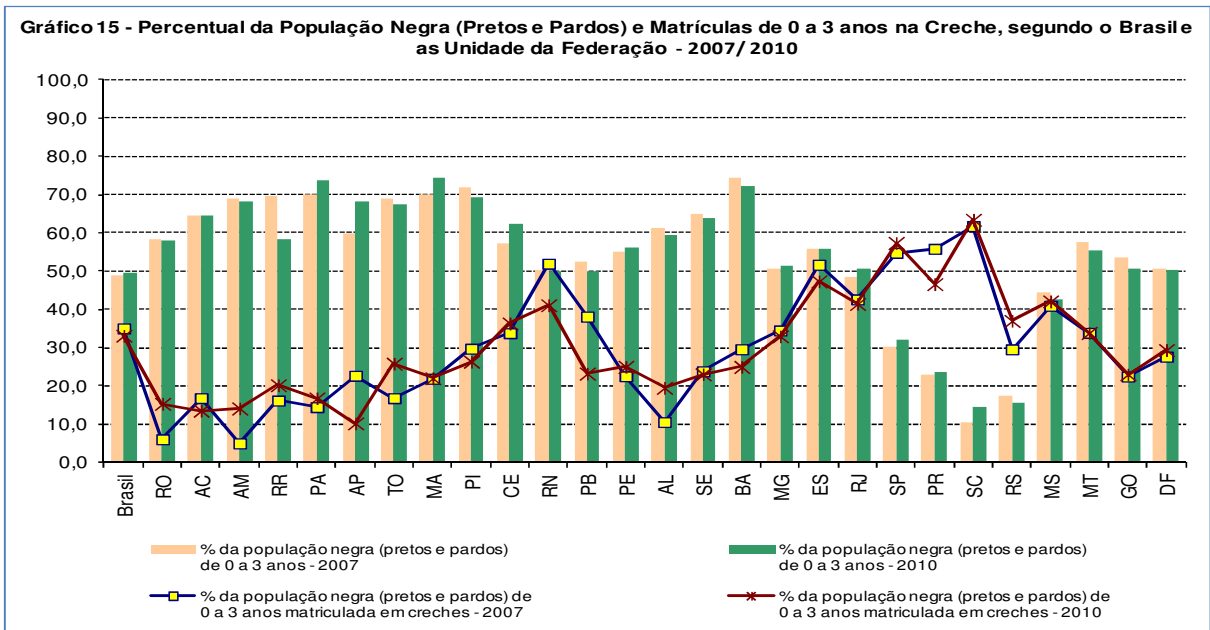
<p style="text-align: center;">Fórmula</p>	<p style="text-align: center;"><u>Percentual da população por raça Cor/Raça:</u></p> $PopCor = \left(\frac{PopCor_{0-3}}{TotPop_{0-3}} \right) \times 100$ <p style="text-align: center;"><i>onde:</i></p> <p style="text-align: center;"><i>PopCor: Percentual de crianças de 0 a 3 anos por raça/cor</i></p> <p style="text-align: center;"><i>PopCor₀₋₃: Total de crianças de 0 a 3 anos por raça/cor</i></p> <p style="text-align: center;"><i>TotPop₀₋₃: Total de crianças de 0 a 3 anos</i></p> <p style="text-align: center;"><u>Percentual da população por raça Cor/Raça frequentando creches:</u></p> $MatCor = \left(\frac{MatCor_{0-3}}{PopCor_{0-3}} \right) \times 100$ <p style="text-align: center;"><i>onde:</i></p> <p style="text-align: center;"><i>MatCor: Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche por raça/cor</i></p> <p style="text-align: center;"><i>MatCor₀₋₃: Total de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche por raça/cor</i></p> <p style="text-align: center;"><i>PopCor₀₋₃: Total de crianças de 0 a 3 anos por raça/cor</i></p>
<p style="text-align: center;">Esclarecimentos</p>	<p>1) Em relação ao método de coleta da informação de raça/cor realizado pelo Censo do IBGE (tal qual ocorre no Educacenso), é importante ressaltar que esses dados são declaratórios e, portanto, subjetivos, já que tal informação é resultado da percepção do respondente em relação a si mesmo, ou em relação à família, acerca de quem está se referindo ao responder o censo.</p> <p>2) Optou-se, por considerar as crianças matriculadas em creches por raça/cor segundo dados do IBGE, em razão da não compatibilidade das informações coletadas pelo IBGE e pelo INEP, uma vez que na Pnad não existe a opção de coleta de dados de alunos matriculados em creche sem declaração de cor, isto é, 'cor não declarada', o que, por sua vez, é possível no Censo Escolar – Educacenso.</p> <p>3) Os dados populacionais se referem aos recenseados (população) com 3 anos ou menos frequentando ou não a creche.</p>

Fonte: a autora

Os gráficos 14 e 15 buscam mostrar a frequência das crianças brancas e das não-brancas, agrupando a raça /cor preta e a parda; é interessante notar que no ano de 2010, alguns Estados como São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, têm a participação da matrícula por raça bastante elevados em relação aos demais.



Fonte: IBGE/PNAD; IBGE/Censo Demográfico 2010.



Fonte: IBGE/PNAD; IBGE/Censo Demográfico 2010.

Quadro 12 mostra que as crianças brancas são maioria na população de 0 a 3 anos do país. Em 2010, o País contava com 10.938.927 de crianças nessa faixa etária, sendo que as de cor branca representavam 49% do universo e dessas, 18% frequentavam creches. A participação de crianças brancas teve um pequeno decréscimo quando se compara com o ano

de 2007, pois à época, elas somavam 50,5%, ou seja, pouco mais da metade do universo de 10.956.920 crianças de 0 a 3. Desse percentual de crianças brancas, 19,4% frequentavam creches.

O segundo maior contingente de crianças segundo a cor/raça no Brasil são de crianças pardas. Elas representavam 44,4% da população em 2007 e 44,9% da população dessa faixa etária em 2010 e o quantitativo de crianças pardas frequentando creches apresentou uma queda insignificante de 2007 para 2010, de 14,3 para 14,2% dessa população, respectivamente.

A participação da criança preta na população de 0 a 3 anos permaneceu igual tanto em 2010 quanto em 2007, isto é 4,5% do universo. Entretanto, o percentual da população preta na faixa etária de 0 a 3 anos matriculada em creches teve um decréscimo de quase 2 pontos percentuais, visto que em 2007 as crianças pretas que frequentavam creches representavam 20,8% daquela população e em 2010 esse percentual caiu para 18,9% de participação.

As crianças da cor amarela, ou orientais, representavam 0,4% da população de crianças de 0 a 3 anos no Brasil em 2007 e 0,9% dessa população em 2010. A participação percentual dessas crianças matriculadas em creche também cresceu de 11,4% em 2007 para 15,9% em 2010.

De acordo com o censo demográfico de 2007, o percentual de crianças indígenas de 0 a 3 anos de idade que frequentavam a creche, dentro dessa população indígena representava 12,6% das 10.956.920, e em 2010, o percentual da população indígena apresentou queda, passando a contar com 8,3% das crianças brasileiras nessa faixa etária.

Em relação ao Brasil como um todo, nota-se que a população de crianças da cor/raça amarela (orientais), tem uma representatividade percentual maior que a de indígenas, que é uma população nativa do país. Nos dois anos analisados, embora a diferença percentual não seja grande, ela se apresenta em ambos. Em 2007 a população de 0 a 3 da cor/raça amarela (orientais) representava 0,4% da população de 10.956.920 crianças, sendo exatamente o dobro do percentual de crianças indígenas que representavam apenas 0,2%. Já em 2010, a população de crianças amarelas foi de 0,9% contra 0,7% de indígenas.

A mesma particularidade se repete quando se analisa o percentual da população de crianças amarelas (orientais) de 0 a 3 anos matriculadas em creches. Em 2010 elas

representavam 15,9% daquela população, quase o dobro das 8,3% da população indígena matriculada na creche.

Em relação ao ano de 2007, no que tange à participação populacional das crianças de 0 a 3 anos, as brancas têm o maior contingente 50,5%, seguidas pelas pardas 44,4% as pretas detêm 4,5%; as amarelas 0,9% e as indígenas 0,2%. Em 2010 a ordem de participação populacional permanece igual, com as crianças brancas abarcando o maior contingente populacional, com 49%, seguidas pelas pardas com 44,9%. As pretas permanecem com 4,5% e a participação das crianças amarelas mais que dobrou em 2010 e atingiu 0,9%; já a população indígena continuou tendo a menor participação dentro da população brasileira de até 3 anos, com apenas 0,7%.

É interessante perceber que a população branca foi a única que apresentou queda percentual na participação populacional, de 50,5 para 49,0%. O quadro 12 abaixo auxilia nessa verificação:

Quadro 12: População de crianças de 0 a 3 anos ordenada de acordo com a participação percentual por cor/raça na população - Brasil 2007/2010

	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena
2007	50,5%	44,4%	4,5%	0,4%	0,2%
2010	49,0%	44,9%	4,5%	0,9%	0,7%

Fonte: Em 2007: IBGE/PNAD; 2010: IBGE/Censo Demográfico 2010 dados amostrais.

No ano de 2010, em relação ao percentual da população de 0 a 3 anos matriculadas na creche, as pretas tem maior taxa de matrícula: 18,9%, seguidas pelas brancas com 18,0%. É interessante perceber que as crianças amarelas (15,9%) superam em percentual o quantitativo de crianças pardas matriculadas (14,2%) e correspondem a quase o dobro de crianças indígenas (8,3%). O quadro 13 auxilia na observação dessa constatação:

Quadro 13: População de crianças de 0 a 3 anos ordenada de acordo com a taxa de matrículas em cada cor/raça na creche - Brasil 2010

Preta	Branca	Amarela	Parda	Indígena
18,9%	18,0%	15,9%	14,2%	8,3%

Fonte: 2007: IBGE/PNAD; 2010: IBGE/Censo Demográfico 2010 dados amostrais.

Sendo assim, pode-se dizer, em relação à população de 0 a 3 anos por raça/cor matriculadas nas creches brasileiras que, embora as crianças brancas representem o maior

número populacional, são as crianças negras que detêm a maior participação em percentual de matrículas dentro das respectivas populações. Desta forma, os dados revelam que o acesso da criança negra não é inferior ao acesso da criança branca, entretanto o problema reside na possibilidade de existir um tratamento diferenciado em relação às crianças não-brancas. Conforme argumenta Abramowicz, Oliveira e Rodrigues (2010), em pesquisa realizada numa creche onde uma pesquisadora observava e descrevia as formas como as educadoras tratavam os bebês negros: constatou-se que havia diferença no tratamento e no cuidado com essas crianças. No caso em questão, quando a criança era negra, ficava pouco tempo no colo das professoras, diferentemente da criança branca. Além disso, as crianças negras eram chamadas de forma pejorativa, tendo seus nomes acompanhados por algum apelido. Essa constatação vai ao encontro do que afirma Kramer (1995) no sentido de que a exclusão e a discriminação são alguns dos graves problemas encontrados nas escolas brasileiras.

É inegável que as crianças não-brancas são tratadas de forma diferenciada. Isso é facilmente constatado na sociedade brasileira onde a ideia do ‘belo’ da criança ‘fofinha’ e ‘bonitinha’ é aquela que segue os padrões estéticos de beleza “perfeita”, isto é, a criança loira, de olhos verdes, bochecha rosada e sempre sorridente que estampa propagandas e anúncios comerciais. Conforme assevera Filice (2011, p. 311):

No caso da implementação da política educacional antirracista, a negação introjetada por parte de diferentes gestores da educação quanto às mazelas diferenciadas que atingem a população negra revelou o quão complexo e necessário é associar o objeto da política e a cultura brasileira, pois, a depender da temática abordada, evidenciam-se as resistências.

É preciso separar a questão do acesso da questão do tratamento que essas crianças recebem, pois não basta que as crianças negras tenham maior ou igual acesso à creche, é necessário que ela seja tratada não melhor, mas igual a criança branca e, para tanto, é preciso a participação da família, dos educadores e até de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade.

Se no Brasil de maneira geral o acesso da criança negra à creche é maior do que o da criança branca, embora a representação percentual da criança branca seja percentualmente a maior do país, nos estados essa diferenciação é bem marcante. Conforme descreve Filice (2011, p. 130): “se a principal missão da educação é efetivar os direitos educacionais estabelecidos em lei, deveriam ser considerados o direito social e a falta de equidade de tratamento que atingem jovens e crianças negras, e isso, recorrentemente tem sido silenciado.”

Em relação à população de 0 a 3 anos por raça/cor em 2010, dentre os 27 estados brasileiros, 16 deles tem a sua maioria formada por crianças pardas, são eles: Rondônia (54,8%), Acre (61,4%), Amazonas (66,0%), Roraima (55,2%), Pará (69,8%), Amapá (63,0%), Tocantins (62,6%), Maranhão (68,7%), Piauí (63,8%), Ceará (60,1%) Pernambuco (53,1%), Alagoas (56,1%), Sergipe (58,6%), Bahia (61,2%), Espírito Santo (50,9%) e Mato Grosso (51,9%).

Os outros 11 estados do Brasil tem a sua população de 0 a 3 anos por raça/cor em 2010 formado pela maioria de crianças brancas, dentre eles: Rio Grande do Norte (49,4%), Paraíba (48,5%), Minas Gerais (47,6%), Rio de Janeiro (48,7%), São Paulo (67,1%), Mato Grosso do Sul (51,4%), Goiás (48%) e Distrito Federal (48,2%). Os estados da Região Sul são aqueles onde se encontram os mais elevados percentuais de crianças brancas: Paraná (75,2%), Santa Catarina (84,9%) e Rio Grande do Sul (83,8%).

As pardas são maioria em grande parte dos estados brasileiros (16) e seu maior representante é o Maranhão com 68,7% de crianças dessa cor. Por outro lado, embora as brancas sejam maioria em uma quantidade menor de Estados (11), elas têm os percentuais mais elevados nessas UFs, chegando a 84,9% em Santa Catarina.

As crianças negras não são maioria populacional em nenhum estado brasileiro, embora representem 11% das crianças baianas, sendo o estado o maior representante de crianças negras no país. As crianças amarelas e indígenas tem percentuais de participação pouco representativos, mas, 2,0% das crianças amarelas são piauienses e 19,3% das crianças de Roraima são indígenas, a maior representação do Brasil, o que não é surpresa em razão das terras demarcadas que estão situadas naquele Estado.

Por outro lado, é curioso notar que a população de crianças amarelas e indígenas são as que mais cresceram percentualmente na população no período de 2007 para 2010, e as crianças brancas foram as que tiveram a participação para composição da população dessa cor diminuída, em grande parte dos Estados conforme quadro 14:

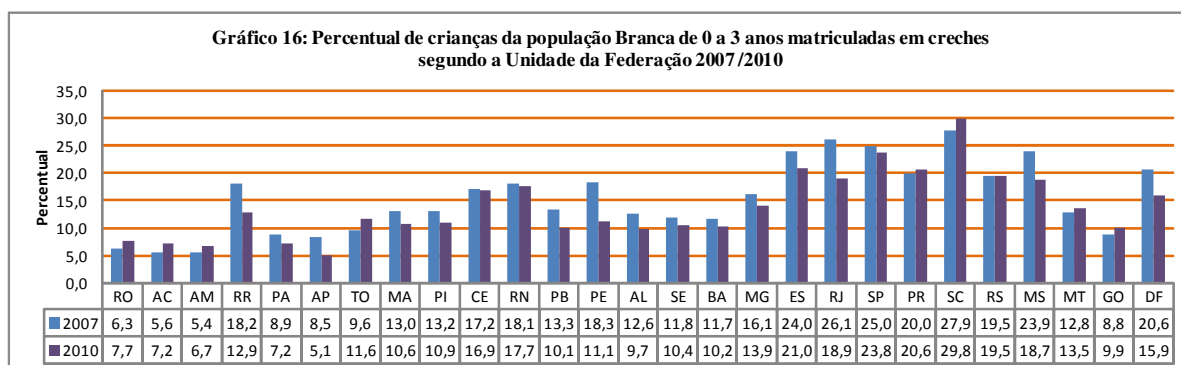
Quadro 14 : Número de Estados que apresentaram aumento e diminuição no percentual de representação da população de 0 a 3 anos no período de 2007 até 2010 - Brasil

Cor/Raça	Total de Estados que apresentaram aumento no percentual de representação da população de 2007 para 2010	Total de Estados que apresentaram decréscimo no percentual de representação da população de 2007 para 2010	Total de Estados que permaneceram com o mesmo percentual de representação da população de 2007 para 2010
Branca	8	18	1
Preta	17	8	2
Parda	17	10	0
Amarela	22	4	1
Indígena	21	2	4

Fonte: As faixas salariais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- Pnad

Em relação ao percentual da população de cada cor/raça matriculada na creche, é possível perceber que dentre as crianças brancas, o percentual de participação na população, embora seja menor que o das crianças pretas, é mais homogêneo. Apenas o estado do Amapá destoa dos demais com 5,1% de participação. Santa Catarina apresenta o maior percentual de crianças brancas dentro dessa população matriculadas em creches, com 29,8%.

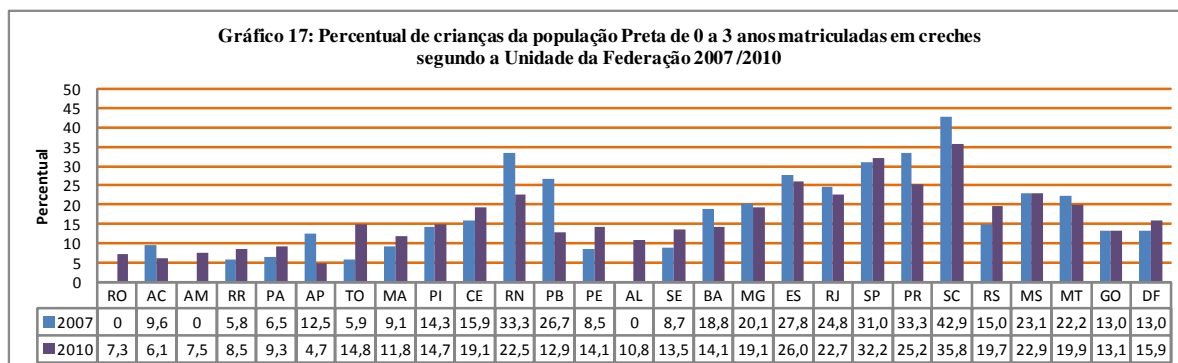
Outra questão a ser observada é que a cor/raça branca apresentou o maior número de estados que tiveram seu percentual diminuído de 2007 para 2010. Foram 18 Estados: Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. 8 Estados apresentaram aumento e apenas o Rio Grande do Sul permaneceu com o mesmo percentual de participação nos dois anos da análise. O quadro 16 abaixo demonstra essas observações:



Fonte: Para 2007 - IBGE/PNAD; Para 2010 - IBGE/Censo Demográfico dados amostrais.

No quesito cor/raça é onde se apresenta mais diferenças entre os percentuais de participação na matrícula. São Paulo tem o maior quantitativo de crianças pretas matriculadas em creche dentro do universo de crianças dessa cor/raça, 32,2%. Os Estados localizados na

Região Norte são os que apresentam os piores índices de matrículas de crianças pretas, Rondônia tem 7,3%, Acre 6,1%, Amazonas 7,5%, Roraima 8,5%, Pará 9,3%, Amapá 4,7% (o menor índice do País) e Tocantins 14,8% (o melhor índice da região), conforme quadro 17:



Fonte: Para 2007 - IBGE/PNAD; Para 2010 - IBGE/Censo Demográfico dados amostrais.

O que se percebe é que a questão da matrícula das crianças negras não é um problema, já que os índices são baixos da mesma forma que o são para as crianças brancas ou pardas. Entretanto, esse é um problema da creche como um todo. Entretanto, o que não se pode negar é a forma diferenciada como essas crianças negras são tratadas na creche. Considerando que essas instituições são espaços coletivos, elas devem ter como função combater qualquer forma de discriminação. Goldschmied e Jackson (2007, p. 21) afirmam que:

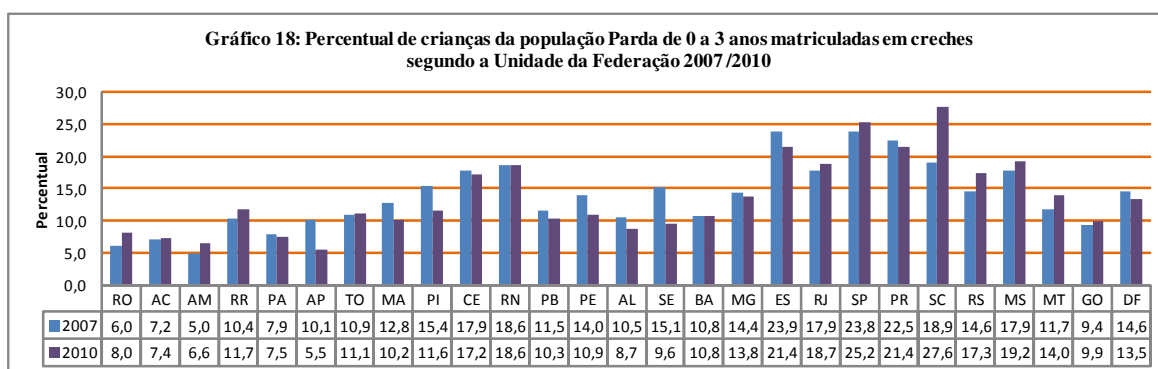
Não se duvida que o racismo e o sexismo, com o atrofiamiento de oportunidades que acarretam, têm suas raízes nas experiências mais precoces das crianças, e que esta é a melhor época para dirigir-se a elas. Ao mesmo tempo, a creche deve reconhecer seu papel educacional e estabelecer um diálogo com os pais, e não simplesmente passar por cima dos pontos de vista deles. Nossas próprias ideias, como profissionais, evoluíram ao longo de muitos anos, auxiliadas por *workshops*, discussões e leituras. Não é razoável esperar que as pessoas mudem completamente sua forma de ver as coisas somente porque seus filhos estão em uma creche.

Em relação às matrículas das crianças pardas, que são o segundo maior percentual de participação na população de 0 a 3 anos em nosso país, observa-se que o percentual do período analisado é bastante acíclico, enquanto 13 estados tiveram seu percentual de matrículas diminuído, 12 tiveram seu percentual aumentado e 2 permaneceram com o mesmo percentual em 2007 e 2010.

Em razão da grande mistura de raças, povos e etnias existentes no Brasil, a cor parda acaba assumindo um lugar de destaque dentro de toda observação no que tange à cor da

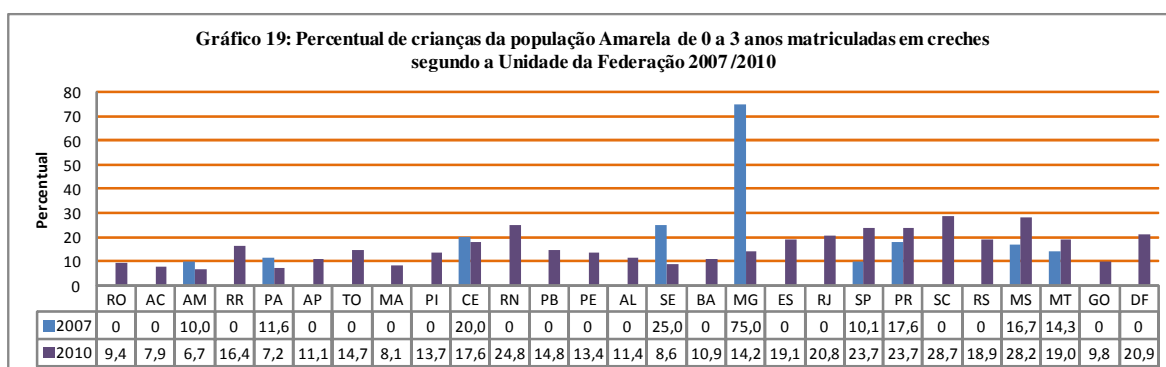
população. Sendo assim, em uma turma de creche, são elas as que mais aparecem, mesmo considerando que a cor branca é a maioria no Brasil, como afirma Dahlberg, Moss e Pence (2003, p. 80-81) “as crianças e as pessoas jovens co-constroem essas identidades múltiplas e justapostas de maneira dinâmica e fluida através do exemplo de números cada vez maiores de crianças que têm ou o pai ou a mãe sendo ‘branco’, e o outro, ‘negro’.”.

Um aspecto em relação às crianças pardas merece atenção, o estado do Pará tem a maior participação de crianças dessa cor/raça no país, elas somam 69,8% da população de crianças de 0 a 3 anos, no entanto, dentro dessa população, somente 7,5% delas frequentam creches, e só não é a pior participação percentual porque o Acre tem 7,4% de participação. O quadro 18 demonstra os percentuais de matrículas.

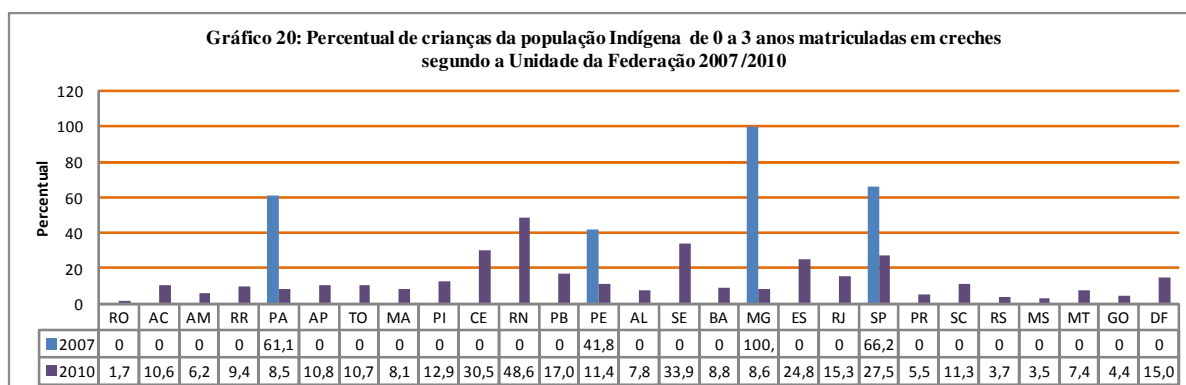


Fonte: Para 2007- IBGE/PNAD; Para 2010 - IBGE/Censo Demográfico dados amostrais.

Crianças amarelas e indígenas (quadros 19 e 20) têm uma participação quase inexpressiva dentro do contingente populacional, por outro lado, são elas que apresentam os maiores crescimentos percentuais no número de matrículas de 2007 para 2010, conforme se verifica nos quadros a seguir. Dentre as 27 Unidades da Federação, entre os amarelos, 22 apresentaram crescimento no período e entre os indígenas, 23 cresceram sua participação.



Fonte: Para 2007- IBGE/PNAD; Para 2010 - IBGE/Censo Demográfico dados amostrais.



Fonte: Para 2007 - IBGE/PNAD; Para 2010 - IBGE/Censo Demográfico dados amostrais.

Conforme observa Dahlberg; Moss e Pence (2003, p. 80): “A questão de levar a sério a diferença, tratando-a mais como uma oportunidade do que como uma ameaça e encontrando maneiras de relacioná-las ao outros, sem torná-los iguais, assume grande importância”. As diferenças existem e não são poucas, mas, afinal, a criança pequena de até 3 anos de idade consegue perceber que está sendo discriminada ou tratada com preterimento?

Paniagua e Palácios (2007, p. 74) afirmam que sim, e acrescentam que isso pode, inclusive, afetar a sua autoestima: “desde os 2 anos, aproximadamente, meninos e meninas são sensíveis aos seus êxitos e fracassos, assim como ao reconhecimento ou a censura dos outros” e completam: “as crianças de todas as idades são muito sensíveis aos comentários e às comparações em público, que lhes provocam um forte impacto e afetam bastante a autoestima”, portanto, tratar uma criança negra pejorativamente ou dando-lhe apelidos na creche, impacta negativamente essa criança.

Portanto, é necessário que as diferenças existentes entre as crianças sejam respeitadas, aceitas e incluídas. As práticas educativas devem considerar essas diferenças no dia a dia de uma creche no intuito de romper com essas práticas racistas e discriminatórias. Mas, infelizmente, algumas instituições ainda percebem a diferença como obstáculo e nesse caso, os pais, os cuidadores, a família e a comunidade em parceria; podem, e devem, fazer da creche um espaço de luta por igualdade de tratamento e de direitos. Assim como Malaguzzi (1993), Dahlberg; Moss e Pence (2003, p. 22) acreditam na

Importância de uma educação que se sustenta nos relacionamentos, os quais são diversos e complexos, não apenas entre as próprias crianças e crianças e adultos, mas também entre os adultos. Uma característica distintiva de

ambientes do tipo creche é que eles oferecem possibilidades dos membros do corpo de funcionários trabalhem juntos, como um grupo, proporcionando apoio mútuo e entrosando-se com o outro e com os outros, no processo de documentação e no diálogo mais geral. Outra característica desses ambientes de creche é que eles têm o potencial para se tornarem fóruns na sociedade civil e, como tais, contribuir para uma democracia participante e uma cidadania ativa.

Esses autores (2003, p. 103) consideram que as instituições dedicadas à primeira infância têm a possibilidade de ser “fóruns na sociedade civil”. Desta forma, a creche pode ser um palco de reivindicações por uma Educação Infantil igualitária para todos, para que não ocorra o que Oliveira (2011, p. 19) denuncia: “existe desigualdade de acesso e de qualidade no atendimento em relação a crianças negras, indígenas, assentados, ribeirinhos e quilombolas”, e, sendo assim os movimentos sociais, a família e a sociedade assumem grande importância nessa busca.

Em relação às crianças não-brancas que frequentam creches, restam dois caminhos a seguir: inserir ou discriminar. Portanto, a conscientização das pessoas e a necessidade de permitir que essas crianças tenham um sentimento de pertencimento ao grupo e à creche é urgente.

Dahlberg; Moss e Pence (2003, p. 82) afirmam que é necessário “construir a identidade não em termos essencialistas, mas em termos pluralistas, implica que uma criança está conectada a muitos grupos diferentes de caráter étnico, religioso, cultural e social mutável”. Desta forma, é preciso formar a criança desde a tenra idade para a cidadania e o respeito à diferença, e o combate a preconceitos, Oliveira (2011, p. 52) sugere:

O que hoje pode ser erigido como marco maior de todo o processo de Educação Infantil é o trabalho de formação para a cidadania. Ser cidadão significa ser tratado com urbanidade e aprender a fazer o mesmo em relação às demais pessoas, ter acesso a formas mais interessantes de conhecer e aprender a enriquecer-se com a troca de experiências com outros indivíduos.

Mais do que a questão racial, é preciso reconhecer qualquer tipo de diversidade na creche, seja de raça/cor, seja de gênero ou deficiências físicas. As diferenças existem, isso é fato. Portanto, não poderia ser diferente na creche, daí a importância da formação do docente e a sensibilidade desse profissional em lidar com essas questões tão presentes e tão discutidas em nossa sociedade atual. Essa não é uma tarefa fácil, mas é possível, embora não se possa negar que a primeira instrução deve acontecer dentro do contexto familiar. Panigua e Palácios

(2007, p. 139) apresentam um exemplo bastante elucidativo de como o educador pode trazer a diversidade para o contexto da Educação Infantil de forma educativa e eficaz:

As gêmeas A e B chegaram à escola com um penteado africano bem chamativo, feito por uma tia recém-chegada de Angola. E quando cada uma delas entrou em sua respectiva classes, as outras crianças se aproximaram, tocaram nas tranças e iniciaram uma série de perguntas. As meninas se sentem ora lisonjeadas, ora um pouco intimidadas. Na classe A, a professora optou por pedir que cada criança voltasse para o seu lugar e pediu para que deixassem A em paz. Na classe B, o penteado virou a novidade do dia, e a professora, depois de fazer comentários elogiosos, pediu que B contasse no grupo como se faz um penteado tão difícil, com tantas tranças e cores. Quando todos saem ao pátio, as professoras de A e B se encontram. A professora de A diz que seria preciso dizer à mãe da menina que não fizessem esses penteados nela, porque chamam muito a atenção e as tornam *ainda* mais diferentes. Já a professora de B diz que acredita que esse é um ótimo pretexto para trabalhar o tema da diversidade, que a curiosidade das outras crianças tem sentido, e que, se os adultos transmitem uma valoração positiva, as crianças lidarão bem com isso.

É papel da creche e especificamente do educador garantir a igualdade dentro de uma instituição que deve apregoar a aceitação da diversidade, portanto, essas instituições e os docentes têm papel fundamental na formação dessa criança cidadã que respeita e aceita a diferença.

A discussão sobre a diversidade de raça/cor, com a criança pequena, mais do que qualquer outra questão deve ser compartilhada entre a família e a creche. Mas cabe ressaltar que de nada adianta a creche oferecer um tipo de aprendizado com base nas diferenças se o ambiente que a criança vive e os familiares com os quais ela convive não reiterarem essa educação. A formação cidadã é papel primeiro da família e das pessoas com as quais a criança tem vínculo e também da creche como espaço educativo. Portanto, é a união desses atores que poderá fazer a diferença na formação do indivíduo.

3.3.3 O gênero na creche

Em se tratando de educação, a questão do gênero tem estreita ligação com escolarização, analfabetismo, anos de estudo e taxas de abandono de homens e mulheres, jovens e adultos. Na educação profissional e no Ensino Médio, pertencer ao sexo feminino ou ao masculino faz diferença³⁶. No entanto, na creche, essa diferença não se apresenta.

³⁶ Na educação profissional e na EJA, 45% das matrículas são de homens e 55% são de mulheres no ano de 2011.

A verificação do quantitativo de matrículas em relação ao gênero é importante porque permite analisar a participação dos sexos na composição dos índices de escolarização do País e permite, também, a comparação dos gêneros em cada etapa da Educação Básica.

Quadro 15: Quadro explicativo da análise percentual de matrículas por Gênero

Descrição da Tabela ou Gráfico	Percentual de matrículas de crianças de 0 a 3 anos na creche por sexo, segundo a Unidade da Federação - 2007/2010
Interpretação da Tabela ou Gráfico	Traz o percentual de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos matriculadas na creche, segundo o gênero.
Objetivo/Justificativa para o cálculo	Objetiva verificar: das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches, qual o percentual do sexo feminino e qual do masculino, existe algum tipo de tendência em relação ao gênero? Esse dado permite avaliar o percentual de meninos e meninas na composição das matrículas nas creches brasileiras.
Nível de agregação	Brasil e Unidades da Federação
Fonte (s)	IBGE -Em 2007 Dados Pnad. Em 2010= Dados do Censo Demográfico
Fórmula	<p>Foram realizados dois cálculos:</p> <p><u>Quantitativo de matrículas de crianças de 0 a 3 anos:</u></p> $TotMatId = (AnoPres - AnoNasc)$ <p>onde:</p> <p><i>TotMatId</i>: Total de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches em creche</p> <p><i>AnoPres</i>: Ano presente da análise (2007 ou 2010)</p> <p><i>AnoNasc</i>: Ano de nascimento da criança</p> <p><u>Percentual de matrículas de crianças de 0 a 3 anos por sexo:</u></p> $MatSex = \left(\frac{MatSex_{0-3}}{TotMat_{0-3}} \right) \times 100$ <p>onde:</p> <p><i>MatCor</i>: Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche Por Sexo (gênero)</p> <p><i>MatSex₀₋₃</i>: Total de crianças de 0 a 3 anos do sexo feminino ou do sexo masculino matriculadas em creche</p> <p><i>TotMat₀₋₃</i>: Total de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches</p>
Esclarecimentos	<p>1) Foram consideradas para esse cálculo, apenas as crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche segundo o Educacenso.</p> <p>2) A soma dos percentuais de frequência deverá necessariamente ser 100%.</p>

Fonte: a autora

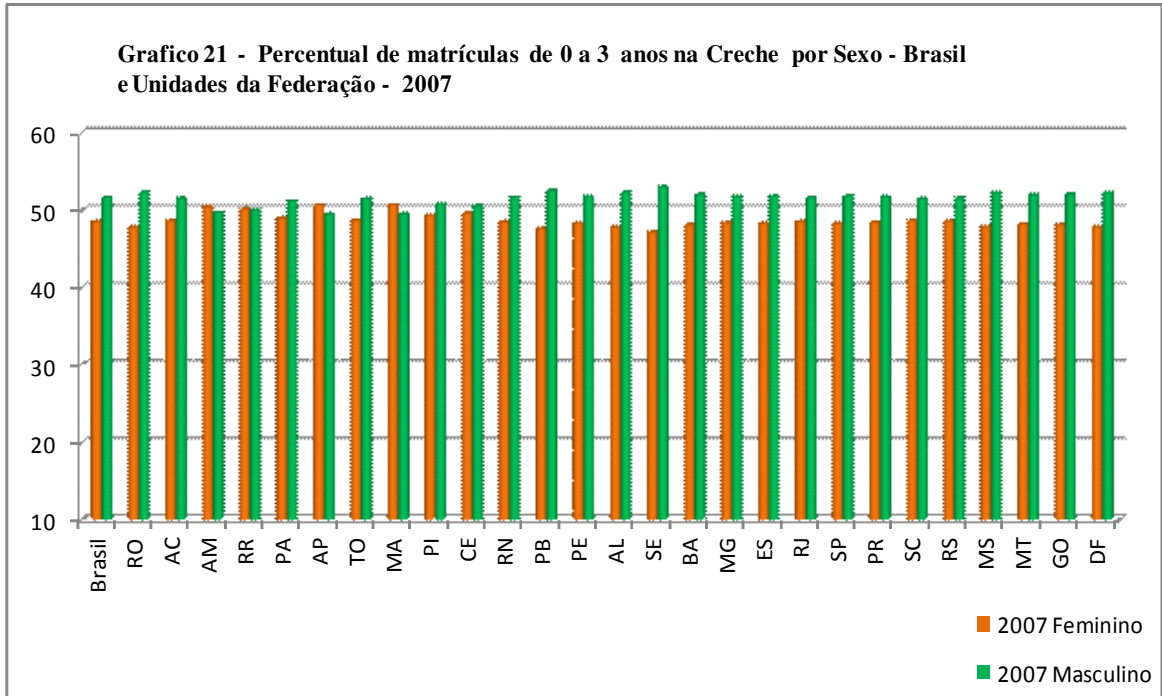
As referências acerca do gênero na creche são bastante incipientes. Elas existem em maior número na Educação Infantil como um todo e em outras etapas da Educação Básica. Bezerra (2008, p. 1) afirma que “as identidades de sexo e de gênero na infância ainda é algo pouco discutido e pensado”, talvez porque essa temática desperta pouco interesse nos pesquisadores e educadores e não pelo fato de que a diferença de gênero esteja ausente das creches. Conforme afirma o autor (2008, p. 3), no que se refere às atitudes dos profissionais da educação sobre essa questão:

Separam crianças por filas de meninos e meninas, jogos nas quais a competição entre os sexos, grupos uniformes só de meninos e só de meninas; associação de identidades categorizadas em sensibilidade, linguagem e amenidades às meninas, enquanto para os meninos a lógica, ações, firmeza, segurança e liberdade.

No convívio das crianças na creche, embora de forma discreta, as diferenças de gênero já podem ser notadas em brincadeiras e na escolha de objetos e brinquedos que remetem ao sexo feminino ou masculino. Conforme afirma Moruzzi (2010) “Há, entre infância e gênero, uma relação de complementaridade e, ao mesmo tempo, soberana em contradições”, isso porque, conforme afirmam Richter et al. (2008, p. 2) sobre as práticas sexistas na Educação Infantil:

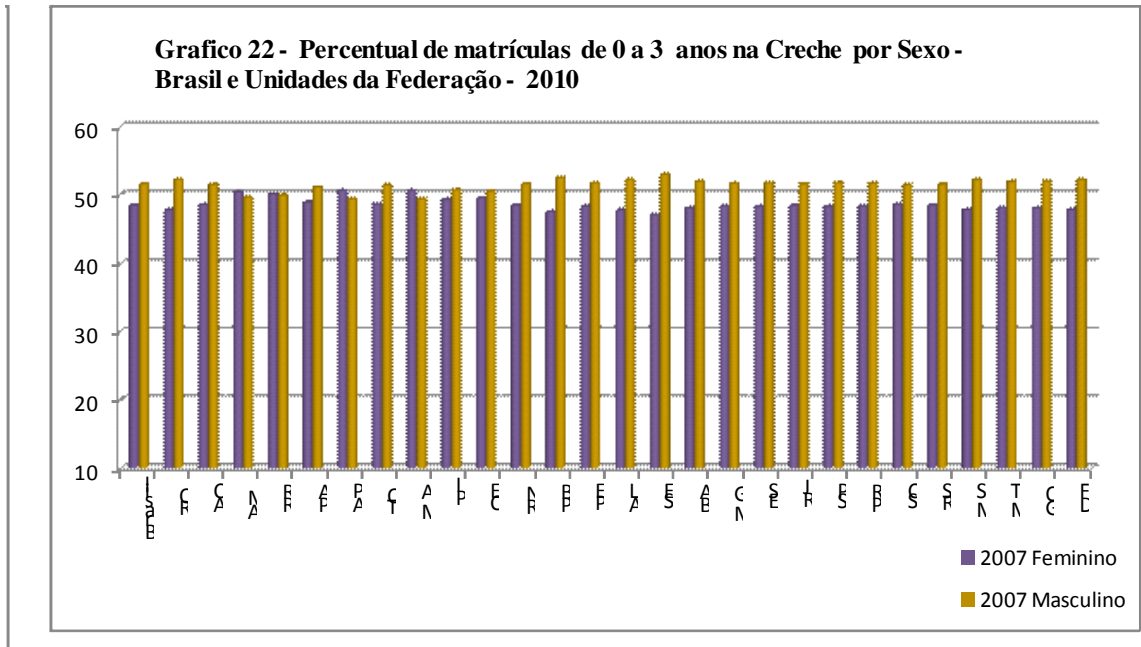
Se de um lado observamos o esforço das professoras em desfazer mecanismos de distinção entre meninos e meninas, de outro, reforçam-se diferenciações nas atividades, na organização dos espaços, nas exigências e nos cuidados destinados aos pequenos.

Analisando o número de matrículas na creche por sexo, tanto no País quanto nos estados brasileiros, os percentuais de frequência atendem à mesma lógica estatística de uma mulher grávida, qual seja, as chances de nascer um menino ou uma menina são de 50% para cada sexo. Mas como nenhuma ocorrência dispõe de tanta simetria, o que se observa, conforme os gráficos 21 e 22 é que existe uma pequena vantagem em relação às crianças do sexo masculino matriculadas na creche.



Fonte: IBGE/PNAD 2007 ; IBGE/Censo Demografico 2010 dados amostrais.

- 1) Os dados populacionais dos anos de 2007 foram calculados com base na PNAD daquele ano
- 2) Os dados populacionais de 2010 foram calculados com base no censo demografico 2010 dados amostrais.
- 3) Não foi incluído o ano de 2011 visto que os dados populacionais para este ano não estão disponíveis até esta data (01/agosto/2012) e o IBGE não projeta dados populacionais por idade e Unidade da Federação concomitantemente.



Fonte: IBGE/PNAD 2007 ; IBGE/Censo Demografico 2010 dados amostrais.

- 1) Os dados populacionais dos anos de 2007 foram calculados com base na PNAD daquele ano
- 2) Os dados populacionais de 2010 foram calculados com base no censo demografico 2010 dados amostrais.
- 3) Não foi incluído o ano de 2011 visto que os dados populacionais para este ano não estão disponíveis até esta data (01/agosto/2012) e o IBGE não projeta dados populacionais por idade e Unidade da Federação concomitantemente.

Cabem aqui duas observações: a primeira é a que se refere a essa vantagem em relação aos meninos que frequentam creche. A diferença entre os percentuais de crianças do sexo feminino e masculino é um pouco inferior a 4%, no Brasil, de maneira geral. A maior diferença encontra-se no estado de Sergipe, onde foram verificados, em 2010, 53,8% de meninos e 46,2% de meninas.

A segunda observação diz respeito à percepção da criança pequena, usuária da creche, em relação ao gênero. As crianças sabem que são meninos ou meninas e são capazes de escolher o rosa ou o azul como cor predileta, entretanto, esse é um comportamento aprendido, desde a tenra idade. Aliás, mesmo antes que a criança venha ao mundo, sua mãe já demarcou espaços e vestuários com cores e motivos que remetem ao sexo feminino ou masculino, mas para a criança de 0 a 3 anos de idade, importa brincar, interagir, tocar e sentir, seja seu coetâneo um menino ou uma menina. Paniagua e Palacios (2007, p. 60) afirmam que:

Merece destaque a importante contribuição do ambiente escolar ao potencializar a convivência entre os sexos, opondo-se a tradição discriminatória do passado, quando eles eram separados em escolas diferentes, contudo, a ação educativa não pode se restringir a juntar meninos e meninas. É papel da escola abrir possibilidades que, se não fossem respaldadas pelo impulso dos professores, alguns e algumas não se atreveriam a experimentar - como as meninas jogarem futebol, e os meninos brincarem de boneca - e, também favorecer agrupamentos mistos na classe, apesar da inércia que leva os meninos a se agruparem com outros meninos e as meninas com outras meninas.

Desta forma, emerge o papel da creche de auxiliar na formação da criança cidadã, que sabe que as diferenças existem, mas as respeita e aceita. Dahlberg, Moss e Pence (2003, p.72) asseveram que “ a criança pequena é entendida e reconhecida como sendo parte da sociedade, um membro da sociedade. Ela não existe apenas no lar da família, mas também no mundo, mais amplo. Isso significa ser um cidadão, com os direitos de um cidadão”. Mas, afinal, como deveria ser essa creche que respeita as diferenças?

Sendo assim, as instituições de Educação Infantil, desde a creche, devem ser éticas e democráticas promovendo a igualdade entre as crianças, sem acepções ou qualquer outro tipo de “classificação” especialmente de diferença entre os sexos. É preciso discutir a questão, trazendo a questão da cor para o centro das discussões nas turmas de creche, preferencialmente com a participação da família, afinal,

A discussão das questões de gênero na Educação Infantil se traduz na possibilidade de uma educação mais igualitária, que respeite e criança na

construção de sua identidade e que favoreça, desde as primeiras relações, a constituição de pessoas sem práticas sexistas. Demandam a incorporação de práticas educativas que introduza conscientemente, como estratégia de socialização a meta de igualdade de gênero. (FINCO, 2008, p. 1).

Portanto, conhecer os números de crianças do sexo feminino e masculino que frequentam creches poderá, em certa medida, nos fornecer subsídios quantitativos que demonstram que, nem mesmo numericamente existe diferença ou superioridade no número de matrículas de meninos e meninas, o que contribui para a construção de “práticas educativas atentas às diferenças e que combata a desigualdade” (FINCO, 2008, p. 2).

3.3.4 O quantitativo de crianças por docente e de crianças por turma de creche

Considerando que o quantitativo de crianças na turma e a quantidade de crianças por docente é fator determinante para garantir a qualidade da creche, o conhecimento desses números tem grande relevância. Se no Ensino Médio, por exemplo, ter 25 alunos em uma turma é um quantitativo razoável, na creche tal quantitativo é inexequível. Afinal a creche tem características diferentes de qualquer outra etapa da Educação Básica.

Mesmo considerando que o quantitativo de vagas nas creches brasileiras é baixo, o atendimento dessa demanda não deve preceder a qualidade e portanto, expandir o número de crianças nas turmas, ou o total delas por professor, não é solução viável. A análise desse aspecto demonstra a necessidade de investimento na expansão da oferta dessa etapa da Educação Infantil. O quadro explicativo abaixo traz a fórmula e esclarecimentos sobre a análise que será realizada.

Quadro 16: Quadro explicativo da tabela de média de aluno por docente e por uma turma

Descrição da Tabela ou Gráfico	Média de aluno por docente e por uma turma segundo o Brasil e as Unidades da Federação - 2007/2011
Interpretação da Tabela ou Gráfico	Demonstra em cada Estado da Federação a média de crianças por turmas e por docentes na creche.
Objetivo/Justificativa para o cálculo	Quantos docentes existem na creche em cada Estado do país? Qual a média de crianças por docente existe em cada Estado? Esta tabela demonstra além do quantitativo de docentes, se eles trabalham com turmas com número excessivo ou razoável de crianças. A tabela também é capaz de responder se o número médio de crianças por turma é muito alto, considerando-se as especificidades da criança pequena, e a necessidade de um trabalho pedagógico bem direcionado.
Nível de agregação	Brasil e Unidades da Federação

Fonte (s)	Censo da Educação Básica – Educacenso - Inep
Fórmula	$MedCriDoc = \left(\frac{TotMat}{TotDoc} \right)$ <p>onde:</p> <p><i>MedCriDoc: Total de crianças por docente na creche.</i></p> <p><i>TotMat: Total de matrículas em creches</i></p> <p><i>TotDoc: Total de docentes em creches</i></p>
Esclarecimentos	<p>1) Foram utilizados dados do Inep exclusivamente porque a intenção era analisar os percentuais de atendimento em creches oficiais.</p> <p>2) Para este indicador dividiu-se o número de alunos de cada turma pelo número de professores da turma e calculou-se a média simples pela divisão de acordo com cada unidade da federação</p> <p>3) Não estão considerados nesse cálculo os auxiliares de Educação Infantil, Profissional/Monitor de atividade complementar e Tradutor Intérprete de Libras.</p>

Fonte: a autora

Segundo publicação do Inep (2009, p. 17), a definição de professor ou docente é “o indivíduo que, na data de referência do levantamento, atuava como regente de classe da Educação Básica, em suas diferentes etapas ou modalidades de ensino”. Embora não se pretenda abranger esse assunto, é importante reconhecer que existe outra figura muito encontrada nas turmas de creche em grande parte das instituições brasileiras: o auxiliar da Educação Infantil, que tem a atribuição de ajudar o professor regente no cuidado e educação dos bebês e crianças de até 3 anos de idade.

É importante refletir no entanto, que, caso o número de crianças por docente fosse razoável, a figura do auxiliar seria desnecessária à exemplo do que vem acontecendo nos países nórdicos e no norte da Itália, onde a figura desse auxiliar inexistente. Isso porque, caso existam 5 crianças por adulto/professor, a figura do auxiliar não é necessária.

O profissional da Educação Infantil e da creche especificamente tem papel fundamental no desenvolvimento da criança pequena, sendo o responsável pela promoção do seu bem-estar, cuidado, segurança, higiene e estimulação. Desta forma, a análise dessa tabela 09 é importante na medida em que responde ao questionamento: afinal, qual o impacto do quantitativo de criança por docente na perspectiva da criança? Leite (2011, p. 191) afirma que um dos problemas que pode ser encontrado no atendimento infantil em creches é a

proporção do número de crianças por educador. Para Amorim, Vitoria e Rossetti-Ferreira (2000, p. 134),

As reações e respostas das educadoras perante as diferentes exigências feitas pelas inúmeras crianças que têm para atender e o suporte que essas educadoras recebem da direção e da equipe técnica da instituição são fatores que podem facilitar ou dificultar a construção do vínculo entre educadora e criança e, mesmo, influenciar a qualidade da relação.

A importância do docente para a formação e crescimento intelectual, psíquico e social da criança é imprescindível, e a qualidade do seu trabalho pedagógico com as crianças está diretamente ligada à quantidade de crianças com as quais esse docente trabalha. Edwards (1999, p. 160) afirma que “o papel do adulto é acima de tudo o de ouvinte, de observador e de alguém que entende a estratégia que as crianças usam em uma situação de aprendizagem”.

Para que esse papel seja colocado em prática, é muito importante que o professor tenha a oportunidade de oferecer atendimento mais individualizado e que a criança tenha atenção, mas isso é impossível de ser alcançado em uma turma lotada de crianças. Afinal, como a autora também afirma (1999, p. 160) “é muito importante que a criança sinta que ele (professor) não é um juiz, mas um recurso ao qual pode recorrer quando precisa tomar emprestado um gesto, uma palavra”.

A LDB/1996, alterada após a aprovação do Projeto de Lei 597/07, em seu Art. 25 define que “Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento”. Desta forma, o município, no caso das instituições públicas e as creches particulares, acabavam por determinar o quantitativo de crianças por docente, muitas vezes sem conhecer a realidade local de cada instituição.

Naturalmente que, quanto menor o quantitativo de crianças por docente, tanto melhor será o seu trabalho pedagógico. O percentual de criança por docente também pode ser utilizado como um dos indícios de bom atendimento na creche. Como afirmam Sanches; Rodrigues e Homma (2000, p. 24) “a proporção criança/educador expressa uma medida de comparação e contribui para uma avaliação da qualidade do atendimento”.

No que tange à quantidade de alunos por professor, na publicação Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil (Volume 2, 2006, p. 36), reiterada por uma das mais recentes publicações do Ministério da Educação sobre a Educação Infantil,

denominado Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil (Brasil, 2013, p. 8), informa que este ministério não obriga, mas recomenda que a proporção seja assim seguida:

- 6 a 8 crianças de até 1 ano por docente;
- 15 crianças de 2 a 3 anos por docente;
- 20 crianças de 4 e 5 anos por docente.

No entanto, dadas as condições das turmas de creche existentes no Brasil, onde grande parte dessas turmas são frequentadas por crianças de variadas idades, é impossível atender a essa recomendação, já que ela considera a quantidade de crianças por docente de acordo com a idade da criança. Cabe um exemplo: se em determinada turma de creche estão matriculadas 14 crianças, sendo 4 delas com 1 ano de idade, 5 crianças com 2 anos de idade e 5 crianças com 3 anos de idade, como cumprir a recomendação do MEC de 6 a 8 crianças de até 1 ano por docente e de 15 crianças de 2 a 3 anos por docente?

O quantitativo de crianças por docente é obtido por meio do número de crianças atendidas em cada turma e o número total de docentes dentro daquela turma, como afirmado anteriormente. Quanto menor a proporção obtida, maior a possibilidade de atenção, de interação e de eficiência do trabalho do educador; embora este não seja o único fator determinante da qualidade do atendimento. A tabela 09 abaixo traz esses quantitativos:

Tabela 09 - Número de docentes da creche, média de crianças por turma e de crianças por docentes, segundo a Unidade da Federação - 2007/2011

Unidade da Federação	2007			2011		
	Funções Docentes na Creche			Funções Docentes na Creche		
	Docentes na Creche	Média de crianças por turma ¹	Média de crianças por docente nas turmas de Creche ²	Docentes na Creche	Média de crianças por turma ¹	Média de crianças por docente nas turmas de Creche ²
Rondônia	456	20,2	15,2	698	19,3	14,8
Acre	140	27,8	19,7	327	21,8	15,7
Amazonas	659	22,7	19,5	917	19,0	15,4
Roraima	119	18,9	16,7	271	16,3	13,1
Pará	1.446	23,7	20,2	2.098	20,1	17,0
Amapá	130	17,7	13,4	173	16,5	13,4
Toqueantins	621	20,5	15,7	1.050	19,3	14,0
Maranhão	1.816	23,0	20,8	3.204	19,4	17,2
Piauí	1.093	20,3	17,7	1.807	18,1	14,2
Ceará	4.575	18,3	17,1	6.603	17,1	15,1
R. G. do Norte	2.367	21,8	19,1	2.614	18,4	15,8
Paraíba	1.241	22,5	16,7	1.925	19,6	14,8
Pernambuco	3.749	17,5	14,5	4.249	16,1	14,2
Alagoas	633	21,0	17,4	1.267	19,0	15,6
Sergipe	336	20,1	16,7	463	18,3	16,3
Bahia	4.505	22,9	18,5	6.594	19,3	15,3
Minas Gerais	9.507	15,7	12,3	15.318	15,2	11,7
Espírito Santo	3.011	16,6	12,3	4.757	15,3	10,5
Rio de Janeiro	6.007	16,8	12,3	9.827	15,6	11,3
São Paulo	25.998	11,8	9,2	56.281	13,4	10,7
Paraná	6.646	17,2	13,5	10.482	16,2	12,1
Santa Catarina	8.049	15,0	9,7	11.745	14,6	8,7
R. G. do Sul	6.808	12,7	9,9	10.558	12,3	9,7
M. G. do Sul	1.261	17,9	12,2	2.454	18,2	14,3
Mato Grosso	1.379	21,4	15,8	1.932	20,6	15,1
Goiás	2.412	18,5	13,3	3.802	16,8	12,0
Distrito Federal	679	14,2	11,5	1.732	14,1	11,3

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: 1) Para este indicador dividiu-se o número de alunos de cada turma pelo número de professores da turma e calculou-se a média simples desta divisão por unidade da federação.

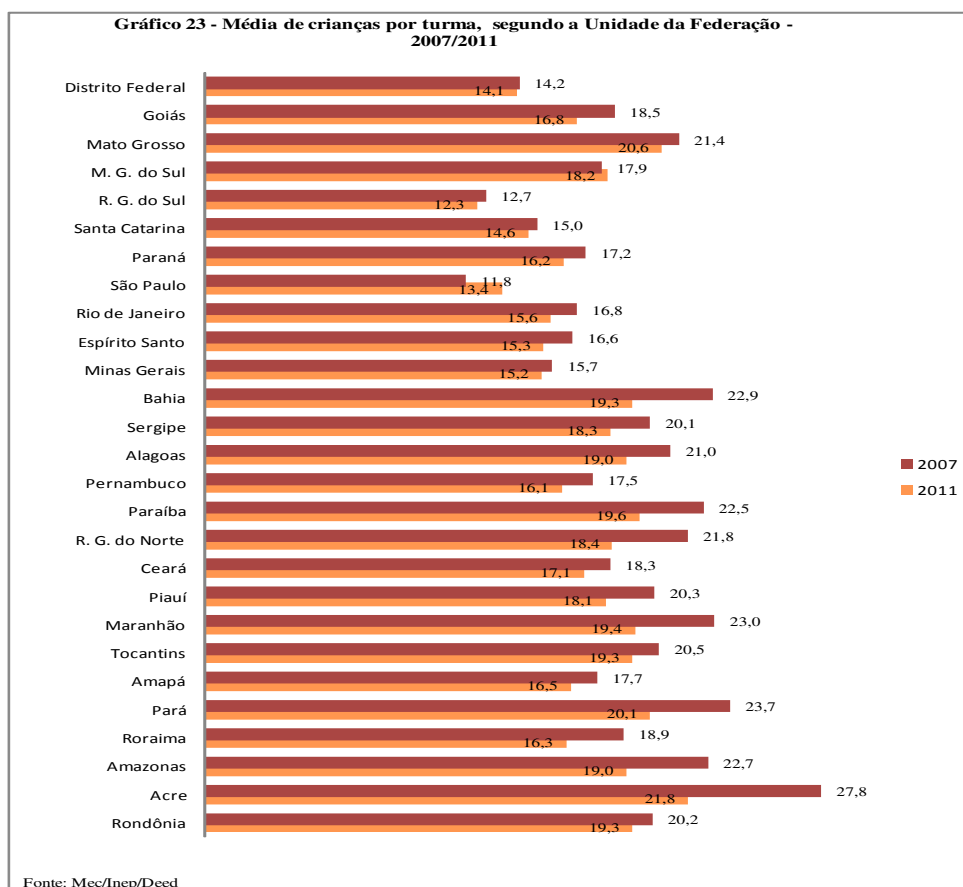
2) Considerou-se apenas a Modalidade Regular.

3) Não foram considerados os auxiliares de educação infantil, Profissional/Monitor de atividade complementar e Tradutor/Intérprete de Libras.

Os dados revelam que em 2007, havia no país 95.643 docentes, em 2011 esse quantitativo chegou a 163.148, um aporte de 70,6% de aumento. A média de crianças por turma permaneceu quase inalterado tendo decrescido de 15,5 para 15,2 no período analisado. Verifica-se também que cada professor brasileiro trabalha com uma média de 14,0 crianças. A avaliação desses percentuais é importante na medida em que permite verificar as condições de trabalho com a criança e as possibilidades de um trabalho mais individualizado com ela.

Analisando a média de crianças por turma, conforme gráfico 23, observamos que, com exceção de dois Estados, Mato Grosso do Sul que em 2007 tinha 17,9 crianças por turma e em 2011 passou a atender uma média de 18,2 crianças por turma, e também São Paulo, que atendia uma média de 11,8 e passou a atender em média 13,9 crianças por turma, todos os demais 25 estados diminuíram o quantitativo de crianças em cada sala de aula. Esse decréscimo é positivo e não deve ser entendido como diminuição no atendimento da criança

em creche, mas sim o entendimento de que a criança da creche deve ser atendida em turmas menores está sendo cada vez mais difundido.



Três Estados apresentam médias, em 2011, de mais de 20 crianças em cada turma de creche, são eles: Acre (21,8), o maior do país, Mato Grosso 20,6 e Pará (20,1). Em 2007, essas médias eram de 27,8; 21,4 e 23,7 respectivamente, todas acima de 20 crianças.

Dezessete Estados revelam médias entre 16 e 19 crianças em cada turma de creche, em 2011, por ordem decrescente de crianças por turma: Paraíba, 19,6; Maranhão 19,4; Rondônia 19,3; Tocantins e Bahia; igualmente 19,3; Amazonas e Alagoas também apresentam médias idênticas, 19 crianças por turma. Rio Grande do Norte 18,4; Sergipe 18,3, Mato Grosso do Sul 18,2, Piauí 18,1, Ceará 17,1, Goiás 16,8, Amapá 16,5, Roraima 16,3, Paraná 16,2, Pernambuco 16,1.

Os demais sete Estados têm médias entre 12 e 15 crianças por turma nas creches brasileiras: Rio de Janeiro 15,6, Espírito Santo 15,3 e Minas Gerais 15,2, Santa Catarina 14,6;

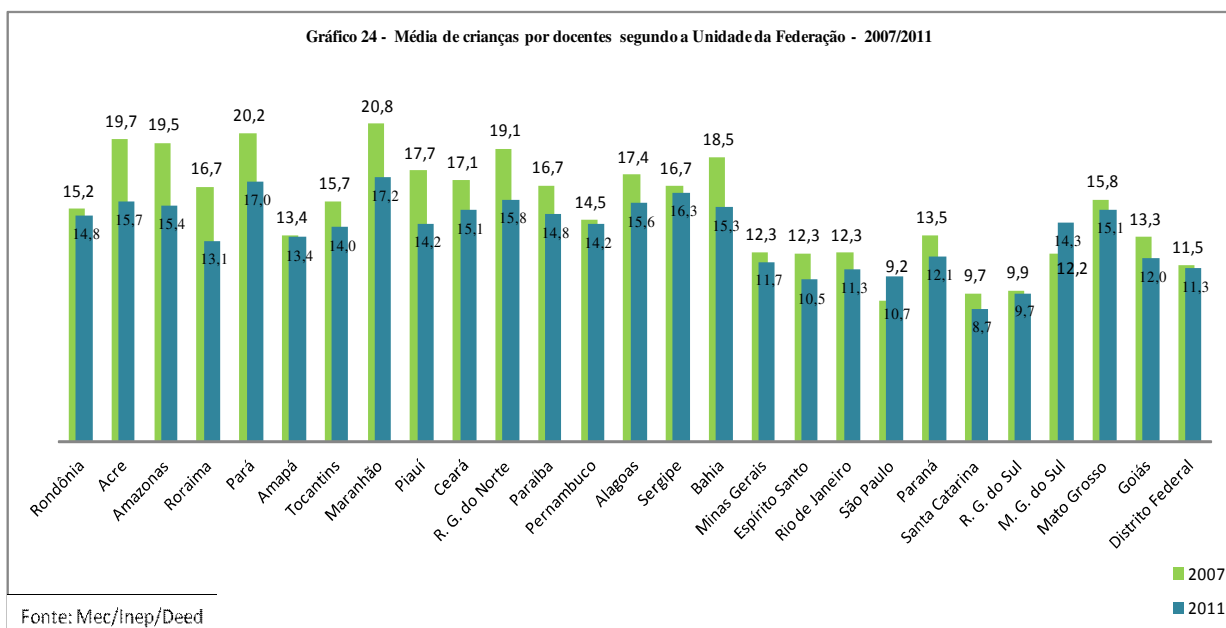
Distrito Federal 14,1; São Paulo 13,4 e o Rio Grande do Sul cuja média de crianças por turma é a menor do país: 12,3. As médias de 2007 estão demonstradas no gráfico 23.

O trabalho do docente com um quantitativo maior de crianças é possível e talvez necessário no Ensino Fundamental, por exemplo. O mesmo não se pode dizer sobre a creche, onde as crianças pequenas de 0 a 3 anos demandam muito mais atenção e cuidado. É impossível para um docente, em uma turma de 14 crianças (como é o caso do Distrito Federal), trocar a fralda de uma delas enquanto a outra chora, ou enquanto a seguinte quer brincar.

Amorim, Vitoria e Rossetti-Ferreira (2000, p. 139) afirmam que “A criança em seus primeiros dois anos de vida, tem seu desenvolvimento mediado de maneira mais concreta pelo outro, pela pessoa com quem estabelece um maior vínculo afetivo”. Sendo assim, é urgente e necessário que esse aspecto seja avaliado e que as políticas públicas atentem para o fato de que em todo o país, uma quantidade muito pequena de Estados oferece atendimento em creche de acordo com o que a lei recomenda.

De acordo com o documento produzido pelo MEC (Brasil, 2013, p. 8), “O número de crianças por professor deve possibilitar atenção, responsabilidade e interação com as crianças e suas famílias”, tal recomendação tem sido impossibilitada, em razão do grande número de crianças encontradas nas turmas de Educação Infantil. Isto porque, muitas vezes, os municípios optam por aumentar a quantidade de crianças na turma na tentativa de solucionar o problema da falta de vagas.

Analisando o gráfico 24, abaixo, observamos que grande parte dos Estados diminuíram a média de crianças por docente e apenas 2 Estados aumentaram de 2007 para 2011 o número de crianças por professor: São Paulo que em 2007 tinha uma média de 9,2 crianças por docente e no ano seguinte da análise registrou 10,7; também o Mato Grosso do Sul que em 2007 tinha uma média de 12,2 crianças para cada docente e em 2011 apresentou uma média de 14,3. O gráfico 24 demonstra esses percentuais para as demais Unidades da Federação.



Como se pode observar, o quantitativo de crianças por docente, embora com alguma variação, não fica menor que 8,7 por docente em média. Mesmo que exista na maioria das creches do país a figura do auxiliar da Educação Infantil, esse quantitativo de crianças por docente ainda é bastante elevado, provavelmente em razão da pouca oferta existente. Se a demanda é grande e o número de estabelecimentos é pequeno, a única solução viável é encher as turmas de crianças para que o professor eduque e cuide de, em média, até 17 crianças ao mesmo tempo, como é o caso do Pará e Maranhão.

Esse tipo de situação contribui para a falta de qualidade da Educação Infantil, especialmente na creche, vista muitas vezes como uma etapa da educação de menor valor. Afinal, um bebê e uma criança pequena de até 3 anos de idade necessitam de uma pedagogia diferenciada e requer, sobretudo, atenção individualizada, ou no mínimo diferente, o que não é possível alcançar quando se trabalha com tantas crianças ao mesmo tempo. Desta forma, a quantidade de crianças por turma e de crianças por docente tem impacto direto e, muitas vezes negativo, sobre as crianças que frequentam essas instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco de pesquisa dessa dissertação centrou-se na análise dos dados quantitativos das crianças que frequentam creches no Brasil, demonstrando as condições de oferta, de demanda e as características dessas crianças. A compilação desses dados trouxe um panorama da creche até então pouco estudado.

Considerando que as crianças pequenas, frequentadoras das creches no Brasil não são alvo de estudos quantitativos, tampouco estatísticos, optei por essa temática para esse estudo, no intuito de explorar esse campo. Sendo assim, me embasei em dados do Censo Escolar da Educação Básica (Sistema Educacenso), do Censo Populacional e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio na expectativa de demonstrar o que as estatísticas nos dizem acerca dessas crianças.

Dois apontamentos necessitam ser considerados nessa dissertação: o primeiro diz respeito à falta de visibilidade da criança pequena nas estatísticas, e o segundo, que não está dissociado do anterior, tem relação com a divergência existente entre os dados estatísticos sobre essa etapa da Educação Infantil.

No que tange ao primeiro aspecto, percebe-se que a não visibilidade da criança nas estatísticas brasileiras decorre do fato de que elas não são consideradas como atores principais desses censos, conforme apresentado nos capítulos iniciais e na metodologia. Os dados disponíveis não analisam a criança como o sujeito da pesquisa e não discorrem especificamente sobre ela, mas a partir de outros contextos; o IBGE considera a criança a partir da família e o Inep a partir das instituições de ensino.

Em se tratando de aspectos quantitativos, é preciso pensar nas crianças para além das instituições em que se encontram atreladas, a exemplo de Qvortrup, que em 1988 conseguiu convencer o serviço de estatísticas dos países nórdicos a incluir classificações de gênero, classe e etnia às estatísticas da criança (2010a).

É possível que a criança pequena, frequentadora de creche não seja alvo das estatísticas, porque, na verdade, elas nunca são o alvo principal dos adultos, são sempre “instrumentos para outras propostas” (Qvortrup, 2010a, p. 787), consideradas como “tema menor, conformada pelas instituições sociais: a família, a comunidade e a escola” (Müller; Hassen, 2009, p. 468) ou ainda porque, como afirma Jenks (2004, p. 5) “sua diversidade é ao

mesmo tempo complexa e infinita”, dificultando, sobremaneira a individualização de informações estatísticas sobre elas, o que não significa que isso não seja possível.

Falta ao País estatísticas onde a criança seja a unidade de informação, exclusivamente, e não como complemento em um conjunto de outras informações. É um retrocesso pensar na criança a partir do que dizem sobre ela, como um elemento que consta nas estatísticas, um simples adjunto do censo populacional ou do censo escolar.

Com relação ao segundo aspecto, se observa divergências entre os dados sobre a creche produzidos pelo IBGE e pelo Inep. As metodologias dessemelhantes utilizadas por esses Institutos impactam diretamente nos resultados estatísticos sobre as crianças que frequentam essa etapa da Educação Infantil. Não é razoável que o Inep apresente 12,8% de crianças na faixa de 0 a 3 anos frequentando creches e o IBGE exiba 20,3%; aqui não tem a ver com falta de diálogo, mas com o entendimento sobre o que é creche. O Inep acaba abarcando os estabelecimentos legais, enquanto o IBGE também capta os ilegais. Na verdade, este é um dado importante, que nos mostra que 7,5% da população de 0-3 anos frequenta creches que não conhecemos, que não entram nas estatísticas educacionais (do Inep). Além disso, um dado interessante é a lacuna entre o que o Estado entende por creche (Inep) e o que a população entende por creche (IBGE).

As políticas públicas devem ser bem informadas com dados fidedignos e contundentes, no entanto, os dados não convergem porque a coleta, isto é, a natureza do dado tem a ver com as instituições, e não com a criança.

Pautada pelos dados e análises geradas, foi possível depreender algumas considerações. É importante ressaltar, no entanto que essas considerações referem-se ao contexto do estudo que, aliás, é dinâmico e mutável, já que trata-se de análises numéricas. Portanto, a construção de uma nova creche, a convocação de um docente ou uma política de acesso, poderá ter impacto direto nos resultados encontrados.

Retomo em tópicos as principais considerações com relação ao tema estudado:

- Pesquisas, estudos e publicações na área da Educação que coadunem dados quantitativos ou estatísticos e creche são poucos. Quando eles existem, versam sobre a Educação Infantil, que soma creche e pré-escola.
- Alguns estudos que reúnem dados estatísticos sobre a creche estão na área da Saúde e abordam questões como saúde neonatal e doenças infantis observadas nessas instituições. Outros ainda estão na área da Economia ou têm um viés econômico acerca dos dados de matrículas nessa etapa da Educação Infantil.
- Dentre os poucos estudos encontrados que coadunem dados estatísticos ou quantitativos e Educação Infantil, estão focados em um município ou região específica, ou seja, faz um recorte pontual. Não existem análises que englobem o Brasil e as Unidades da Federação.
- É possível afirmar que existe uma lacuna no campo da análise de dados quantitativos ou estatísticos sobre as condições de oferta das creches no Brasil.
- O censo populacional e o censo escolar jamais referenciaram as crianças matriculadas em creche de forma exclusiva e nunca existiu no país um suplemento, caderno ou publicação desses Institutos sobre a temática das creches.
- Embora as estatísticas educacionais existam no Brasil desde o século XIX, e que os primeiros dados estatísticos sobre a educação tenham sido publicados em 1939, a creche só foi contemplada no censo educacional em 1997, o que demonstra que essa etapa da Educação Básica é sempre desconsiderada das estatísticas da educação.
- As diferenças metodológicas de coleta de dados entre o censo escolar e o censo populacional têm impacto direto nos dados de cobertura da creche, o que acarreta heterogeneidade nos resultados encontrados.
- As mudanças no perfil da família brasileira, os processos de urbanização, a expansão do trabalho profissional feminino, a incompatibilidade das atividades profissionais femininas com o trabalho materno e a necessidade de um espaço de educação coletiva da criança, demandam da creche um atendimento muito maior que o encontrado atualmente nas estatísticas.
- O que está estabelecido na legislação e que garante à criança o direito de frequentar instituições de creche não tem sido respeitado, já que apenas 12,8% delas encontram-se matriculadas nessa etapa da Educação Básica. Isso leva à conclusão de que a demanda extrapola o número de vagas.

- Ao analisar os dados de frequência e renda, nota-se que na medida em que a renda domiciliar *per capita* aumenta, crescem proporcionalmente as chances de a criança frequentar uma creche, desta forma, os mais abastados, em alguns casos e têm o dobro de chances de serem matriculados do que os pobres.
- A evolução do número de matrículas na creche comparada à Educação Básica como um todo, evidencia crescimento gradual a cada ano. Os percentuais mostram que na creche está o maior crescimento em número de matrículas, revelando que ela deve ser uma prioridade das políticas de Estado. Sendo assim, é possível conjecturar que, se houver oferta de vagas, elas serão preenchidas.
- A educação pública gratuita é legalmente garantida no Sistema Educacional brasileiro, e, mesmo as matrículas na creche tendo seu maior percentual na rede pública, esse número ainda é insignificante para atender a demanda. Nota-se também que na área rural, o número de matrículas é muito menor que na área urbana, demonstrando o quanto essas crianças do campo são relegadas pelas políticas públicas para a educação na infância.
- Mesmo inexistindo leis que estipulem o tempo de permanência da criança na creche, a maioria delas fica nessas instituições em tempo integral, isto é, em turnos com duração de 7 horas ou mais.
- Quando se compara o quantitativo de matrículas por idade exata em relação à população de crianças de 0, 1, 2 e 3 anos por idade pontual, verifica-se que o maior percentual de crianças que frequentam creches está na faixa de 3 anos de (28,3%). As crianças com 2 anos somam 15,6% de frequência e os bebês e as crianças de até 1 ano somam 3,4%. Depreende-se dessa forma, que se o percentual de atendimento das crianças em creches é pequeno, ele é muito menor para os bebês. No entanto, não é possível afirmar se esse baixo percentual decorre da falta de infraestrutura e vagas nas creches, ou se isso ocorre porque as famílias não confiam, não acreditam na instituição ou não querem matricular seus bebês e crianças tão pequenininhas em creches. Existe um percentual significativo de matrículas de crianças acima da faixa recomendada para a creche: 21,2% delas têm 4 anos, quando, nessa idade, deveriam estar na pré-escola. Apenas 1,5% daquelas com 5 anos e 0,1% das crianças de 6 a 10 anos encontram-se na creche. Isso demonstra a não existência de percentuais alarmantes de crianças com distorção idade-série, mas é preciso que existam políticas direcionadas

para essa questão. Afinal os esforços das políticas de matrícula na idade certa devem começar desde o início para lograr êxito.

- A população de crianças declaradas brancas é a maior no Brasil, entretanto, são as negras que mais frequentam creches. Em 2010, o percentual da população negra de zero a três anos que frequenta essa instituição é 18,9%, seguidas pelas brancas com 18%. As crianças amarelas (15,9%) superam em participação percentual o quantitativo de crianças pardas (14,2%) e correspondem a quase o dobro de crianças indígenas (8,3%). Conclui-se dessa forma que a questão da raça/cor não tem tanta influência na matrícula da criança na creche quanto àquela percebida quando se trata da questão da renda. Econômica e estatisticamente sabe-se que no Brasil, os negros têm salários menores e têm menos anos de estudo que os brancos e, no entanto, essa questão não se apresenta na creche, visto que são os negros quem mais a frequentam.
- Pensar a questão do gênero da educação é importantíssimo, mas em se tratando da creche, não há que se discutiem diferenças, pois elas não existem. As turmas de creche no Brasil são formadas quase que igualmente por meninos e meninas, e as diferenças percentuais não são significativas.
- Os dados do ano de 2011 mostram que no Brasil como um todo, os docentes trabalham com uma média de 15,2 crianças na turma e cada docente na creche trabalha com uma média de 11,9 crianças. Considerando que o número de crianças na turma e que a proporção de crianças por adulto é determinante para a qualidade da Educação Infantil, conclui-se que embora as estatísticas tenham melhorado a situação ainda está distante do ideal.
- Em termos de atendimento nas creches brasileiras, o Estado de Santa Catarina detém os melhores índices de cobertura em todas as idades e também nas condições de atendimento. Naturalmente que ainda não é o atendimento ideal, mas pode servir como modelo na busca por melhores condições de acesso, permanência, atendimento e qualidade para outros Estados do País.

Considerando todos esses apontamentos, intenciono contribuir com a área da Educação, e também levantar questões para se pensar em garantir à criança pequena um direito que lhes tem sido negado: o de frequentar uma creche de qualidade. Desta forma, findo essa dissertação sob a perspectiva de engendrar novos estudos futuramente.

Outras pesquisas podem ser desenvolvidas com base nas estatísticas aqui demonstradas. Acredito que um primeiro passo já foi dado e esses subsídios numéricos ao mesmo tempo em que mostram algumas situações também nos remetem a pensar em outras. Proponho então que esses dados sirvam como pistas para saber, por exemplo: Se 12,8% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas em creches oficiais, onde estão as demais 87,2%? Por que até hoje as crianças ou as creches não foram consideradas de forma exclusiva nos censos brasileiros? Quais políticas de Estado têm considerado prioritariamente a criança pobre e a criança da zona rural, já que são elas que menos tem acesso às creches? Ainda outras questões podem ser levantadas, visto que os números nos revelam um rico material e um arsenal de possibilidades.

Concluo, por fim, que a situação ideal seria aquela em que uma creche de qualidade estivesse disponível de tal forma que as famílias pudessem optar por matricular ou não a criança. Entretanto, infelizmente, não é essa situação que os números revelam sobre a creche. Finalizo compartilhando as palavras e o sentimento de Mário Augusto Teixeira de Freitas (1934):

Eis aí como nos falam os números. Eis aí o postulado singelo, mas severo, que eles apresentam à Nação. Apontam com imparcialidade e precisão as deficiências da obra atual de educação popular. [Desejo que] possa a eloquência desses algarismos, ainda que velada pela fraqueza da minha voz, ganhar alguma ressonância e ferir em cheio a consciência e o coração dos brasileiros. São os meus votos. (FREITAS, 1934, p. 164;174).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista** [online], v. 26, n. 2, p. 209-226, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 mai. 2013.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. A criança negra, uma criança e negra. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 75-96.

AGOSTINHO, Kátia. Creche e Pré-escola é “Lugar” de Criança? In: MARTINS FILHO, Altino José (Org.). **Criança pede respeito: temas em Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 63-75.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Como medir o tempo de duração do bônus demográfico?** Disponível em: <http://www.braudel.org.br/eventos/seminarios/2008/0506/bonusdemografico_jeda_aparte.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

AMORIM, Kátia de Souza ; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; VITÓRIA, Telma. Rede de significações: perspectiva para a análise da inserção de bebês na creche. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 109, n. 3, p. 115-144, mar. 2000.

ANTUNES, Claudia. **Aplicações SAS**. Sistemas de apoio à decisão – Manual de laboratório. Instituto Superior Técnico. Lisboa, Portugal, 2006.

ARELARO, Lisete Gomes. A não-transparência das relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org.). **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã Editora, 2008. p. 51-66.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na Educação Infantil** – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. et al (Coords.). **Oferta e demanda de Educação Infantil no Campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

BARBOSA, Rui. **Parecer e Projecto da Comissão de Instrução Publica**. Rio de Janeiro: Thypographia Nacional, 1883. 400 p.

_____. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. In: **Obras completas**. V. X. tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BARRETO, Angela Maria Rabelo Ferreira. A Educação Infantil no contexto das políticas públicas. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p.53-65, 2003.

BARROS, Ricardo Paes de. et. al. **Determinantes do desenvolvimento na primeira infância no Brasil**. Brasília: IPEA; 2010.

BATANERO, Carmen Bernabeu; ESTEPA, Castro, A.; GODINO, Juan Diaz. Análisis exploratorio de datos: sus posibilidades en la enseñanza secundaria. **Suma**, Barcelona, n. 9, p. 25-31, 1991.

BEZERRA, Josenildo Soares. Identidade de sexo e gênero: a construção das assimetrias na Educação Infantil. In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2008. Simpósio Temático. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Josenildo_Soares_Bezerra_10.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2013.

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. Introdução. In: BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. **Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos uma abordagem reflexiva**. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 13-42.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824**. Registrada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brazil a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiais. Rio de Janeiro em 22 de abril de 1824.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Contem as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1943.

_____. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 14**, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos, 1996.

_____. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos, 2006.

_____. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a

obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da Educação Básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do

art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília, DF: Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos, 2009.

_____. **Lei nº 378, de 13 de julho de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937.

_____. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estabelece sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos, 1990.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Ministério da Educação e Cultura. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997.** Transforma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP em Autarquia Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1997.

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2001.

_____. **Lei 11.274/2006, de 06 de fevereiro de 2006.** Torna obrigatório do Ensino Fundamental com duração de 9 nove anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 06 de fevereiro de 2006. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, DF, 2006.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, DF: Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos, 2007.

_____. **Lei 12.695, de 25 de julho de 2012.** Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR. Brasília, DF: Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos, 2012.

BRASIL. **Lei 12.796/2013 de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF, 2013.

_____. **Decreto Lei nº 311 de 2 de março de 1938.** Dispõe sobre a divisão territorial do país, o recenseamento geral da população, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1938.

_____. **Decreto Lei nº 4181 de 16 de março de 1942.** Dispõe sobre a criação de secções de Estatística Militar e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1938.

_____. **Decreto nº 20.772 /31.** Autoriza o Convênio entre a União e as unidades políticas da Federação, para o desenvolvimento e padronização das estatísticas educacionais. Rio de Janeiro, 1931.

_____. **Decreto nº 19.560, de 5 de janeiro de 1931.** Aprova o regulamento que organiza a Secretaria de Estado do Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1931.

_____. **Decreto nº 16915/44.** Aprova o regimento do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1944.

_____. **Decreto nº 38.661, de 26 de janeiro de 1956.** Aprova o Regimento do Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1956.

_____. **Decreto nº 6.425, de 04 de abril de 2008.** Dispõe sobre o censo anual da educação. Brasília, DF, 2008.

_____. **Portaria do Ministério da Educação nº 316, de 04 de abril de 2007.** Dispõe sobre o Censo Anual da Educação Básica.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

_____. **Resolução/CD/FNDE/06.** Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância. Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

_____. **Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil.** Brasília, DF, 2013.

_____. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil.** v. 2. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF, 2006.

_____. **Projeto de Lei nº 597/2007.** Altera o art. 25 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional".

_____. **Projeto de Lei nº 8.035/2010.** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

_____. **Projeto de Lei nº 16/2012.** Cria o benefício de superação da extrema pobreza. **Brasil Carinhoso.** Brasília, DF, 03 de outubro de 2012.

BREDA, Bruna; GOMES, Lisandra Ogg. Entre a sociologia, a infância e as crianças: uma conversa com o sociólogo Jens Qvortrup. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 2, p. 499-513, maio/ago. 2012.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Métodos quantitativos para economistas e administradores.** São Paulo: Editora Atual, 1981.

_____. **Estatística Básica.** São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Por uma educação do campo.** Brasília: INCRA; MDA, 2008.

CÂMARA, Ana Carolina Marques; ALMEIDA, Ana Maria F. Classe social na creche. **Educação & Linguagem**, v. 15, n. 26, p.35-64, jul-dez. 2012.

CAMPOS, Maria Malta. Entrevista com o tema: a Educação Infantil frente aos seus desafios. **Revista Educação**, edição especial Educação Infantil, v. 02, set. 2011.

_____. A legislação, as políticas nacionais de Educação Infantil e a realidade: desencontros e desafios. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 27-33.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Caderno de Pesquisas**, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan/abr. 2006.

CAMPOS, Maria Malta; CRUZ, Silvia Helena Vieira. **Consulta sobre qualidade na Educação Infantil**: o que pensam e querem os sujeitos desse direito. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CAMPOS, Maria Malta; FERNANDES, Fabiana Silva; GIMENES, Nelson A. Simão. Gestão educacional e Educação Infantil: formas de organização dos municípios para a implementação da política de Educação Infantil no Brasil. In: CONGRESSO IBERO AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3., 2012. Zaragoza. **Anais eletrônicos...** Zaragoza, 2012.

CAMPOS, Maria Malta; ESPOSITO, Yara; GIMENES, Nelson. Acesso e qualidade na Educação Infantil. In: **Todos pela Educação**. De olho nas metas 2012. Quinto relatório de monitoramento das 5 metas todos pela educação. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/de_olho_nas_metas_2012.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural. **Ensaio: avaliação de políticas públicas, educação**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 549-564, jul/set. 2010.

CAZORLA, Irene Maurício; SILVA, Claudia Borim da; VENDRAMINI, Claudette Maria Medeiros. Estatística para pesquisa em educação. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**. 18 out. 2006. GT: Sociologia da Educação / n. 14 Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/minicursos/gt14-1947--int.pdf>> Acesso em 28 julho 2013.

CHAMBOREDON, Jean-Claude; PRÉVOT, Jean. O 'Ofício de Criança': definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 59, p. 32-56, 1986.

CORREA, Sonia Maria Barros Barbosa. **Probabilidade e Estatística**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

COSTA, Sergio F. **Estatística aplicada à pesquisa em Educação**. Brasília: Liber Livro, 2010.

CRAIDY, Carmem Maria. A educação de crianças de 0 a 6 anos: o embate assistência e educação na conjuntura nacional e internacional. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2011. p.57-61.

CRESPO, Antonio Arnot. **Estatística Fácil**. São Paulo: Editora Saraiva, 1991.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na Educação Infantil da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: ArtMed, 2003.

DICIONÁRIO DE SIGNIFICADOS. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/zona-urbana/>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes, Direito à educação e a complexificação do papel das esferas pública e privada no Brasil (Prefácio). In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (Org.). **Público e Privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã Editora, 2008. p. 9-11.

EDWARDS, Carolyn. Parceiro, Promotor do crescimento e guia – os papéis dos professores de Reggio em ação. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN George. **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre: Artmed. 1999. p. 159- 176.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Dicionário Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e Classe na gestão da Educação Básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FINCO, Daniela. Socialização de gênero na Educação Infantil . In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2008. Simpósio Temático. Disponível em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Josenildo_Soares_Bezerra_10.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2013.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; TOLEDO, Geraldo Luciano. **Estatística aplicada**. São Paulo: Atlas, 1995.

FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças “carentes” de 0 a 6 anos de idade. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Creche – Temas em Destaque**. São Paulo. Cortez, 1989. p. 179-216.

FREITAS, Mario Augusto Teixeira de. **O que dizem os números sobre o ensino primário**. São Paulo: Melhoramentos, 1934.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Situação da infância e da adolescência brasileira 2009 – O direito de aprender: potencializar avanços e reduzir desigualdades**. Brasília, DF: UNICEF, 2009.

GATTI, Bernadete; FERES, Nagib Lima. **Estatística básica para Ciências Humanas**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1977.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDSCHIMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GUIMARÃES, José Luiz. O financiamento da Educação Infantil: quem paga a conta? In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2011. p.43-56.

GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bittencourt. **Métodos quantitativos estatísticos**. Curitiba: IESDE BRASIL S.A., 2008.

HADDAD, Lenira. Substituir ou compartilhar? O papel das instituições de Educação Infantil no contexto da sociedade contemporânea. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2011. p.91-96.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa sobre Padrões de Vida – PPV 1996/1997: manual do entrevistador**. Diretoria de Pesquisas – DPE. Departamento de População e Indicadores Sociais – DEPI. Rio de Janeiro, RJ, 1996.

_____. **Notas Metodológicas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil 2010**. Vol. 1. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

_____. Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento Gerencia de Pesquisa Anual. **PNAD 2011: questionário**. Disponível em < ftp://ftp.IBGE.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/q_Pnad2011.pdf >. Acesso em: 28 mar. 2013.

_____. **Nota Biográfica de Teixeira de Freitas**. Disponível em < <http://www.IBGE.gov.br/65anos/teixeira/nota.htm> >. Acesso em: 28 mar. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Geografia da Educação Brasileira**. Brasília, DF, 2000.

_____. **Censo da Educação Infantil**. Brasília, DF, 2001.

_____. **O Censo Escolar Brasileiro: história e novas perspectivas**. Brasília: MEC/Inep, 2004.

_____. **Glossário de Termos, variáveis e indicadores educacionais**. Brasília, DF, 2005.

_____. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro**. Brasília, DF, 2009.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2011**. Disponível em < <http://portal.Inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> >. Acesso em: 06 fev. 2012.

_____. **Caderno de Instruções do Censo Escolar (Educacenso)**. Diretoria de Estatística Educacionais (Deed). Coordenação Geral do Censo Escolar da Educação Básica (CGCE). Brasília, DF, 2012.

_____. **Censo Escolar da Educação Básica 2011**: resumo técnico. Brasília, DF, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Políticas Sociais** – acompanhamento e análise. Brasília, n. 13, edição especial, p. 155-192, 2010.

JENKS, Chris. Editorial: many childhoods? **Childhood**, Trondheim, v. 11, n. 1, p. 5-8, 2004.

KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli. Educação Infantil e grupo populacional de 0 a 6 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 18, p. 36-57, n. 1/2, jan/dez 2001.

KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli; CARVALHO Maria Cristina; KRAMER, Sonia. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p. 35-47, 2001.

KLEIN, Ruben. Censo Escolar: queda nas matrículas reflete bônus demográfico e melhora no fluxo. **Revista Nova Escola**. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/censo-escolar-bonus-demografico-701868.shtml> > . Acesso em: 14 jan. 2013.

KRAMER, Sonia. O papel social da pré-escola. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Creche** – temas em destaque. São Paulo: Cortez, 1985. p. 20-27.

_____. Questões raciais e educação. Entre lembranças e reflexões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 66-71, 1995.

_____. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.

_____. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Educação pré-escolar no Brasil (1899-1922)**. Exposições e congressos patrocinando a “assistência científica”. 1990. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

_____. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

LEITE, Yoshie Ussami Ferrai. Formação dos profissionais em Educação Infantil: pedagogia x normal superior. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2011. p.189-196.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil – 1726 – 1950. In: Freitas, Marcos Cezar. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 53-79.

MALAGUZZI, Loris. For an education based in relationships. **Young Children**, 11/93. p. 9-13, nov. 1993.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS FILHO, Altino José (Org.). **Criança pede respeito**: temas em Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

MATTOS, Iara Brayner; KISHIMOTO, Tisuko Morchida. Perfil das creches da Universidade de São Paulo. In: KISHIMOTO, Tisuko Morchida (Coord.) et al. **Formação dos profissionais de creches no estado de São Paulo 1997-1998**. São Paulo: Fundação Orsa, 2000. p. 73-96.

MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Estatística Aplicada à Educação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Como calcular a renda familiar per capita**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/como-calculer-a-renda-familiar-per-capita>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

MONTOVANI, Susanna; TERZI, Nice. A Inserção. In: BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. **Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos uma abordagem reflexiva**. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 173-184.

MORETTIN, Pedro Alberto; TOLOI, Clélia Maria de Castro. **Previsão de séries temporais**. São Paulo: Atual Editora, 2004.

MORUZZI, Andrea Braga. Infâncias: necessárias articulações entre gênero e sexualidade e contribuições dos cadernos Pagu. In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2008. Simpósio Temático. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Josenildo_Soares_Bezerra_10.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2013.

MOSS, Peter. Para além do problema com qualidade. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2011. p.17-25.

MÜLLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins. Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In: MÜLLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins; REDIN, Euclides. **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007. p. 11-22.

MÜLLER, Fernanda; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. A infância pesquisada. **Psicologia USP**, v. 20, p. 465-480, jul./set. 2009.

MÜLLER, Fernanda. Introdução. In : MÜLLER, Fernanda (Org.). **Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2010. p. p.13-17

NERI, Marcelo Cortes; COSTA, Daniela Ribeiro da. **O tempo das crianças**. Rio de Janeiro: FGV, EPGE, 2010.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de; ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. A política de atendimento à infância no Brasil e a atuação dos assistentes sociais nas creches. **Educação em Revista**, Marília, v.9, p. 1-20, jul/dez. 2008.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Discutindo uma experiência americana de Educação Infantil: a Escola Bank Street. In: ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta. **Creches e pré-escolas no hemisfério norte**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994, p.103-134.

_____. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesús. **Educação Infantil**: resposta educativa à diversidade. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAPATHEODOROU, Theodora. Diferença, cultura e diversidade. Desafios, responsabilidades e oportunidades. In: MOYLES, Janet. **Fundamentos da Educação Infantil**: enfrentando o desafio. Porto Alegre: ArtMed, 2010. p.52-69.

PERONI, Vera. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (Org.). **Público e Privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã Editora, 2008. p. 111-127.

QVORTRUP, Jens. A tentação da diversidade: e seus riscos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1121-1136, out/dez. 2010a.

_____. Infância e política. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 777-792, set/dez. 2010b.

_____. A volta do papel das crianças no contrato geracional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 323-332, maio-ago. 2011a.

_____. Nove teses sobre a infância como fenômeno social. **Pró-posições**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 199-211, jan./abr., 2011b.

RICHTER, Ana Cristina et al. Questões de gênero na pequena infância institucionalizada: Um estudo em práticas de educação física. In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2008. Simpósio Temático. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Josenildo_Soares_Bezerra_10.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia (org.). **Creche**. São Paulo: Cortez/ Fundação Carlos Chagas, 1989a.

_____. 0 a 6: desencontro de estatísticas e atendimento. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, n. 71, p. 36-48, nov. 1989b.

_____. Creches domiciliares: argumentos ou falácias – 1986. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Creche**. São Paulo: Cortez/ Fundação Carlos Chagas, 1989b. p. 217-251.

_____. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: O caso da creche – 1984. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Creche**. São Paulo: Cortez/ Fundação Carlos Chagas, 1989c. p. 90-103.

_____. Educação Infantil nos Estados Unidos. In: ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta. **Creches e pré-escolas no hemisfério norte**. São Paulo: Cortez/ Fundação Carlos Chagas, 1994, p.15-98.

_____. Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul. 1999.

_____. **Dilemas da Educação Infantil brasileira contemporânea**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 14., 2002, Campo Grande. **Anais**. Campo Grande, 2002. p. 1-10.

_____. Estatísticas educacionais e raça/cor na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: um balanço. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 17, n. 34, p. 15-42, maio /ago. 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina Pahim. **A criança pequena e raça na PNAD 87**. São Paulo, 1997. Textos Fundação Carlos Chagas n. 13.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira et. al. (Org.). **Oferta e Demanda de Educação Infantil**. 2012. p. 13-70.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia; SILVA, Ana Paula. Uma perspectiva teórico-metodológica do desenvolvimento humano e do processo de investigação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 2, p. 281-293, 2000.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; VASCONCELOS, Cleido Roberto Franchi e. Crianças pequenas brincando em creche: a possibilidade de múltiplos pontos de vista. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 259-270, 2002.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. A incompletude como virtude: interação de bebês na creche. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 2, p. 293-301, 2003.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. Monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora UFG, 2011, p. 61-68.

SANCHES, Emília M. B. Cipriano Castro; RODRIGUES, Maria de Lourdes da Paz; HOMMA Maurício. As políticas públicas e alguns retratos do atendimento à criança pequena financiado pela SEAS/MPAS. In: KISHIMOTO, Tisuko Morchida (Coord.) et al. **Formação dos profissionais de creches no estado de São Paulo 1997-1998**. São Paulo: Fundação Orsa, 2000, p. 9- 42.

SANTANA, Djanira Ribeiro. Infância e Educação Infantil no Brasil: percursos e percalços. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer. Goiânia: v. 7, n.12, 2011.

SCHMITT, Rosinete Valdeti. **“Mas eu não falo a língua deles!”**: as relações sociais de bebês num contexto de educação infantil. 2008. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. O local e o universal na educação. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO E PRIMEIRO ENCONTRO CEARENSE DE GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO, 8, 2009, Fortaleza. **Anais**, 2009.

SENRA, Nelson de Castro. **Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon da. **Educação Infantil do Campo**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Anamaria Santana da. Casa-escola: contribuições da proposta montessoriana para a Educação Infantil. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). Encontros e desencontros em Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2011. p. 257-274.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **Educação Infantil no coração da cidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Editora Malheiros, 2004.

SORJ, Bila. **Trabalho e responsabilidades familiares**: um estudo sobre o Brasil. Relatório Final. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

STRENZEL, Giandréa Reuss. A Produção Científica sobre Educação Infantil no Brasil nos Programas de Pós-Graduação em Educação. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 23.Set, 2000. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/0710t.htm> >. Acesso em: 04 de maio de 2013.

SUSIN, MARIA OTILIA KROEFF. O estatal e o público não-estatal: onde está a Educação Infantil comunitária em Porto Alegre? In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org.). **Público e privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã Editora, 2008. p. 67-77.

TEIXEIRA, Daniel Mandim. **Estatística Descomplicada**. Brasília: Editora Vestcon, 2008.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística Básica**. São Paulo: Atlas, 1995.

VIEIRA, Livia Maria Fraga; MELO, Regina Lucia Couto de. A creche comunitária “Casinha da Vovó”: Prática de manutenção/Prática de educação. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Creche**: temas em destaque. São Paulo: Cortez, 1989. p. 135-178.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, p. 3-16, Nov. 1988.

_____. **Creches no Brasil:** de mal necessário a lugar de compensar carências, rumo à construção de um projeto educativo. 1986. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

APÊNDICE

Taxa de frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos e Percentual da faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação - 2007/2010

Unidades da Federação	Sem Rendimento		Até 1 salário mínimo		Mais de 1 salário até 3		Mais de 3 até 5		Mais de 5 salários	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Rondônia	22,3	8,3	4,7	8,2	11,3	15,9	20,0	23,2	-	35,1
Acre	8,8	8,7	5,5	10,1	11,1	19,6	14,3	18,8	23,6	28,2
Amazonas	3,9	11,3	4,5	10,1	9,0	18,9	23,1	33,0	-	27,8
Roraima	-	11,4	9,7	14,1	18,9	22,1	100,0	24,3	-	39,9
Pará	7,2	10,4	6,8	12,5	17,5	23,4	19,1	35,2	24,9	39,2
Amapá	-	8,0	6,8	8,8	22,4	17,0	14,0	22,8	-	33,0
Tocantins	14,3	10,8	10,1	13,6	5,7	23,7	29,9	30,8	25,0	34,2
Maranhão	-	14,4	11,2	19,9	22,2	29,8	38,5	35,9	100,0	41,3
Piauí	20,0	14,3	13,4	19,4	31,3	28,0	25,0	42,8	25,0	36,5
Ceará	-	20,3	16,1	26,4	28,7	36,2	33,5	46,3	55,6	54,1
Norte	-	19,1	17,0	25,5	32,5	38,2	50,0	43,9	40,0	49,6
Paraíba	10,0	13,0	10,7	17,8	25,0	33,9	44,5	47,9	40,0	47,0
Pernambuco	6,5	16,9	14,2	20,0	32,2	37,8	50,0	44,7	43,9	53,6
Alagoas	10,0	13,0	8,1	15,8	30,8	33,5	99,9	43,7	100,0	46,8
Sergipe	-	15,2	12,5	19,4	15,2	37,5	44,4	51,7	50,0	54,7
Bahia	14,6	16,0	9,8	18,1	26,8	31,8	19,0	39,6	33,8	43,4
Gerais	3,2	15,4	13,0	17,1	23,1	29,1	30,8	41,2	46,4	43,7
Santo	16,7	20,4	20,1	23,3	31,3	32,0	52,9	45,5	62,5	46,1
Janeiro	10,3	25,8	16,9	24,6	30,1	34,7	53,8	46,8	45,4	54,3
São Paulo	17,3	30,5	18,5	27,1	31,2	37,5	45,8	47,0	54,4	51,4
Paraná	17,5	19,7	17,0	21,3	28,1	34,2	26,5	44,2	37,8	48,0
Catarina	100,0	24,0	19,5	27,8	36,0	42,5	50,0	49,7	36,4	50,8
R. G. do Sul	4,2	14,4	12,7	17,0	28,1	32,9	44,1	41,1	46,9	44,2
M. G. do Sul	-	12,1	19,8	19,4	21,1	30,6	42,8	41,4	50,0	40,2
Mato Grosso	23,1	14,3	10,1	15,6	14,1	21,6	23,1	30,0	37,5	28,5
Goiás	4,6	13,0	7,9	12,1	13,2	20,0	19,1	27,6	8,4	28,7
Federal	16,6	25,0	9,6	15,7	21,9	24,8	25,5	35,5	42,9	49,2

Fonte: IBGE/PNAD e Censo Demográfico 2010. As faixas salariais: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Notas: 1) Não foi incluído o ano de 2011 visto que os dados populacionais para este ano não estão disponíveis até esta data (01/agosto/2012) e o IBGE não projeta dados populacionais por idade e Unidade da Federação concomitantemente.

2) O salário mínimo é a remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos valores em salários mínimos, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa PNAD, por exemplo, em 2007 foi considerado o valor de R\$ 380,00 e em 2010, R\$ 510,00 como salário mínimo respectivamente.

3) Excluídas pessoas que não declararam rendimento.